

9
2009

Revista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura* é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Foi fundada no ano de 2001 com o objectivo principal de divulgar os estudos históricos desenvolvidos no âmbito do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e recensões críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação.

The *Journal of History of Society and Culture* is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. It was founded in 2001 with the purpose of disclosing historical studies developed in the scope of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the *Centre for History of Society and Culture*, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

Director/Director

João Marinho dos Santos – CHSC da U. Coimbra / marinholosantos@fl.uc.pt

Conselho Editorial/Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPES da U. Porto); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

Avaliadores externos/External referees

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. de Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. de Santiago de Compostela, Espanha); Ave-lino Freitas Meneses (U. dos Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contente Domingues (U. de Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. de Cáceres, Espanha); John Russel-Wood (John Hopkins University, Baltimore, USA); Jorge Alves (U. do Porto, Portugal); Laura Mello e Souza (U. de S. Paulo, Brasil); Luís dos Reis Torgal (U. de Coimbra, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Ramon Villares (U. de Santiago de Compostela, Espanha); Stephane Boisselier (U. de Rennes, França); Stuart Schwartz (U. de Yale, EUA).

Coordenador do volume/Volume editor

José Pedro Paiva (CHSC da U. de Coimbra)/lejpaiva@fl.uc.pt

Propriedade/Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Endereços/Address

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/rhsc> Correio electrónico/e-mail: chsc@ci.uc.pt

Telefone/Phone: (351) 239859900

Direitos de autor/Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Preço de capa/Price

15,75 EUR

Imagen da capa/Cover illustration

Livro de Horas de D. Fernando (detalhe), Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa).

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: ERIH (Strasbourg) e Latindex (México). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is indexed in: ERIH (Strasbourg) e Latindex (México).

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Revista de História
da Sociedade e da Cultura

Publicação apoiada por:



Revista de História da Sociedade e da Cultura

9



Palimage

Coimbra – 2009

Sumário

Editorial	7
Artigos	
Maria de Lurdes Rosa, <i>Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)</i>	9
Saul António Gomes, <i>Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – Séculos XVI a XVIII</i>	43
António Vitor Sanches Ferreira Ribeiro, <i>O complexo totalizante simbólico: religião popular, xamanismo e psicanálise nos arquivos da Inquisição portuguesa</i>	87
Giuseppe Marcocci, <i>O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de inquisição pastoral?</i>	119
Ana Isabel López-Salazar Codes, <i>O Santo Ofício no tempo dos Filipes: transformações institucionais e relações de poder</i>	147
Maria Helena Cunha de Freitas Queirós, <i>D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.): um jacobeu “confessa-se”. A desconhecida Vida de huma illustre virgem, do bispo de Olinda - Pernambuco (1738-1754)</i>	163
Jaime Ricardo Gouveia, <i>Quod non est in actis, non est in mundo: mecanismos de disciplina interna e externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra</i>	179
Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz e Magnus Roberto de Mello Pereira, <i>Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial</i>	205
Maria Rita Lino Garnel, <i>Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)</i>	229
Recensões	
FERREIRA, Delfim Bismarck - <i>A Terra do Vouga nos séculos IX a XIV. Território e Nobreza</i> , por Alexandre Pinto	253
KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís (coord.) - <i>Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade</i> , por Maria Amélia Álvaro de Campos	255

ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião (eds.) - <i>De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad</i> , por Fernando Taveira da Fonseca	260
SCHWARTZ, Stuart B. - <i>All can be saved: religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic world</i> , por Hugo Ribeiro da Silva.....	271
VALLADARES, Rafael - <i>La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583</i> , por José Pedro Paiva	276
MUIR, Edward - <i>The Culture Wars of the Late Renaissance. Skeptics, Libertines, and Opera</i> , por Jaime Ricardo Gouveia.....	284
CARVALHO, Flávio Rey de - <i>Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)</i> , por Isabel Ferreira da Mota	289
FERREIRA, Delfim Bismarck e VIGÁRIO, Rafael Marques - <i>O Combate de Albergaria. A Região de Albergaria-a-Velha e Estarreja durante a Invasão Francesa de 1809</i> , por Alexandre Pinto	291
TORNADA, Joana de Matos - <i>Nas vésperas da democracia em Portugal: o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974</i> , por Rafael Marques Vigário	293

Notícias

Actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura, ano de 2008.....	297
Dissertações de doutoramento e mestrado orientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura.....	300
Evocação histórica no VIIº centenário da outorga da <i>Magna Charta Privilegiorum</i> , concedida por D. Dinis à Universidade de Coimbra....	302
Prémio Calouste Gulbenkian – <i>História da Presença de Portugal no Mundo</i>	312
VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais.....	312
Colóquio António Vieira, <i>Roma e l'universalismo delle monarchie portoghese e spagnola</i>	314
Prémio <i>A Arte de Ler</i>	317
Encontros Culturais em S. Cristóvão de Lafões	317
Colóquio luso-brasileiro <i>Relações entre a Igreja e o Estado</i>	321
Colóquio Memória e História Local	321
Prémios atribuídos pela Academia Portuguesa da História (2009).....	331
Seminário do Segundo Ciclo em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições. (Ano de 2009)	333
Seminário de História Religiosa – Época Moderna (Ano de 2009).....	334

Editorial

Bastará a simples leitura dos títulos dos artigos que corporizam este número da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* para nos apercebermos, facilmente, que os temas dominantes (quase exclusivos) se integram nos campos das designadas “História Social” e “História Religiosa”. Sabemos bem, é verdade, que toda a História é social, porque é o homem, ou antes, os homens em sociedade que são o objecto desta ciência. Contudo, aceitemos a destrinça dos vários domínios da vida humana e consideremos a referida divisão, tendo presente, além do mais, que, no que concerne à História Religiosa, em rigor ela não integra a vida eclesiástica, pesem embora as inevitáveis interferências.

Sabem, igualmente, os historiadores que a vivência do sagrado se capta, sobretudo, à escala individual, muito embora a religião seja uma componente (importante) de qualquer sociedade, que estabelece, por norma, situações de diferença, mas também de afinidade, entre leigos e clérigos.

Situar o homem e os homens em relação a si próprios e às respectivas envolvências (quaisquer que sejam os domínios da realidade, incluindo a transcendental) – eis uma tarefa que cabe à religião, à ciência e a outras operatórias de índole cultural e civilizacional. A leitura do presente número da *Revista* permite-nos conhecer ou revisitar situações históricas que oscilaram entre manifestações de intimismo libertador e de despotismo dilacerador.

Ora, qualquer destas facetas continua a desafiar-nos. Afinal, onde pretende situar-se cada um de nós, individual e colectivamente? Que valores

queremos ver referendados, para benefício próprio e da grei? Concretamente, estamos dispostos a sujeitar-nos à tirania do materialismo, ao exclusivo do economicismo, à barbárie da forte degradação do ambiente natural e social, à castração da cultura massificada e padronizada, ao oportunismo das clientelas partidárias...? Enfim, hoje como ontem, não faltam as situações de sujeição do homem e dos homens, o que significa que as ameaças à liberdade e à dignidade são constantes e inesgotáveis. Conhecê-las e compreendê-las é papel que cabe, também, à História.

A partir deste número foram introduzidas várias alterações na *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, que visam melhorar o seu nível e compaginar os seus critérios editoriais com padrões internacionais exigidos a publicações periódicas científicas.

Assim, para além de algumas mudanças de estilo no formato do volume, a *Revista* passa a contar com um Conselho Editorial composto, na sua maioria, por membros externos ao CHSC e todos os artigos publicados são previamente submetidos a um processo de avaliação por dois peritos. Estas e outras novidades, como a disponibilização *on-line* de todos os artigos, seis meses após a publicação no formato tradicional, colocam a *Revista* na senda do modelo futuro das revistas científicas internacionais, e contribuem para aumentar o prestígio e a qualidade que a sua Direcção e Conselho Editorial desejam.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura

Director da Revista de História da Sociedade e da Cultura

marinhosantos@fl.uc.pt

Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)

Maria de Lurdes Rosa

Departamento de História da FCSH da Universidade Nova de Lisboa
e Instituto de Estudos Medievais
mlrosa@fcs.h.unl.pt

Texto entregue em/Text submitted on: 16/04/2009

Resumo/Abstract:

Os arquivos de família são conjuntos documentais de notável interesse, tanto para a História como para a arquivística. Tenta-se aqui de apresentar vias de estudo destes acervos no âmbito das duas disciplinas, tanto em termos de dados objectivos, como dos aspectos ligados à estrutura da informação. O texto situa-se na confluência dos saberes historiográfico e arquivístico, sendo este último perspectivado a partir da renovação de paradigma epistemológico da ciência da informação. Na primeira parte, apresentam-se campos de inovação teórica que possibilitam um mais frutuoso diálogo entre os dois saberes. De seguida, aborda-se a temática da revalorização dos arquivos de família, em Portugal, França, Espanha e Itália. Por fim, propõe-se uma primeira aproximação, em função das ideias expostas, a um importante acervo familiar depositado no ANTT, cuja descrição foi recentemente disponibilizada em linha – o Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira.

Family archives are sources of remarkable interest for both history and archivistics. The study methods of this *acquis* under these two disciplines are described herein, either in terms of the objective data, or of the structure of the information. This paper places itself at the crossroad of historiographic and archivistic knowledge, the latter being viewed from the perspective of the renewed epistemological paradigm of information science. The first part introduces fields of theoretical innovation that foster a fruitful dialogue between the two subjects. Then it discusses the enhancement of the value of family archives, in Portugal, France, Spain and Italy. Finally, the paper proposes a primary approach to an important *acquis* deposited at the Torre do Tombo national archive, the description of which was recently published on line: the Archive of the Viscounts of Vila Nova de Cerveira.

Palavras chave/Key words:

História; Arquivística; Arquivos de Família; Viscondes de Vila Nova de Cerveira.

History; Archivistics; Family archives; the Viscounts of Vila Nova de Cerveira.

Introdução

Tem-se assistido, nas últimas décadas, a diversos movimentos de renovação dos campos historiográfico e arquivístico – e referimo-nos aqui à arquivística enquanto “ciência da informação”¹ –, que oferecem estimulantes perspectivas no tema em análise. O presente artigo tem como objectivo apresentar as principais linhas destes movimentos, bem como tentar uma brevíssima aplicação de parte dos novos paradigmas a um arquivo de família concreto, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja descrição já se encontra disponível em linha. Neste momento, dado a recente disponibilização do acervo, far-se-á apenas uma aproximação preliminar ao mesmo, que no futuro será trabalhado de forma global². As problemáticas histórica e arquivística podem, contudo, desde já ser apresentadas de forma ampla, dada a riqueza bibliográfica das últimas décadas, em diferentes tradições europeias e norte-americanas, e a similitude dos temas e problemas em jogo. Parte-se, portanto, destas, para sugerir vias novas de abordagem aos acervos portugueses, num âmbito comparativo.

A perspectiva será não tanto a do arquivista, ou cientista da Informação, mas sim a do historiador – mesmo que estudioso de história dos arquivos –, porém, sempre em diálogo com os investigadores daquela primeira área, em plano de igualdade. É de facto necessário ultrapassar o que os cientistas da informação chamam de “paradigma historicista”, ou seja, um olhar para os arquivos/“sistemas de informação” apenas a partir dos dados deles extraíveis para resposta a um inquérito historiográfico – perspectiva instrumentalista que foi acompanhada de outras subalternizações, a começar por uma relação

¹ Dispomos em Portugal de uma actualizada reflexão sobre o assunto, para a qual remetemos: SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio e REAL, Manuel Real – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998, vol. 1; SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Ed. Afrontamento, 2008, 2^a ed.; SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Ed. Afrontamento; CETAC, 2006. Uma boa introdução sobre a renovada “archival science” pode ver-se em THOMASSEN, Theo – *A First Introduction to Archival Science. Archival Science*. 1 (2001) 73-85.

² Este artigo insere-se nos trabalhos de um projecto de pós-doutoramento intitulado “Em torno dos arquivos de família do Portugal Medieval e Moderno. Ciência arquivística, História social e património”, financiado pela FCT.

de poder científico (?): a história como ciência nobre, a arquivística como “ciência auxiliar” (ou, mesmo, apenas “técnica”). Ora, mesmo considerando apenas o historiador, aparentemente o parceiro vencedor da sociedade, esta posição não só pode levar a uma visão distorcida da informação coeva (a sua constituição em “fonte”, de modo absoluto), como deixa para trás elementos importantes ao raciocínio histórico: as vicissitudes sofridas pelos dados que nos chegam do passado, o lugar que estes ocupavam no sistema de informação global em que foram produzidos e, por fim, a forma como são mediatizados pelos instrumentos de descrição documental, a partir do início, ou seja, a natureza e a constituição dos “arquivos públicos”. Muito mais do que enriquecimentos de conteúdos – embora tal não seja negligenciável, temos que resistir à tentação parasitária do historiador sobre a informação do passado –, as novas perspectivas vêm permitir um enriquecimento dos percursos de investigação, que conduzirá, em última análise, tanto a uma requalificação da informação antiga, como a interrogações do trabalho historiográfico que poderão ajudá-lo a tornar-se menos anacrónico e mais livre de deformações insuspeitas.

1. Campos de inovação e de diálogo

1.1. Informação e sistemas de informação vs “fontes”/“corpus documentais”/arquivos

Um primeiro aspecto da moderna arquivística, com importância conceptual e metodológica para a prática historiográfica, é a constituição da “informação” como o seu objecto central de estudo, bem como de uma forma específica desta, o sistema de informação social que é o arquivo: “Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”³. Os dados que nos chegam do

³ SILVA, Armando Malheiro da Silva e outros – *Arquivística: teoria e prática...*, cit., p. 214.

passado foram informação, e não “documentos” ou “fontes”; produzidos por uma instituição (mesmo que o uso não anacrónico deste conceito obrigue a falar de “coisas” muito pouco institucionais à luz da institucionalidade inaugurada com o Estado liberal), eles dependem da natureza e da estrutura dessa instituição, antes de tudo o mais⁴. Dependem, de seguida, da forma como no seio da mesma se conservava a informação produzida, e como ao longo dos séculos esta relação se processou – desde logo, com ou sem influências desestruturantes exteriores (com estas influências é, em geral, o caso da maioria dos fundos presentes nos arquivos públicos).

Sem dúvida que o inquérito continua a ser uma etapa essencial do processo historiográfico: o passado configura-se para o historiador em função de determinado conjunto de interrogações, alicerçado em teoria e em historiografia. A valorização da etapa prévia, pode, porém, introduzir toda a diferença. Os vestígios do passado não são apenas as “fontes” para resposta ao inquérito historiográfico. É necessária uma reconsideração integral da informação do passado que chegou até nós, vista como um sistema em si, que tem de ser tomado em conta mesmo quando se abordam apenas aspectos parciais. Entre outras coisas, a posição de um documento no local exacto do sistema de informação que o produziu, bem como a natureza desse sistema de informação, condicionam obviamente a informação que ele transmite. Recorrendo a um exemplo estudado ultimamente numa reconsideração da “economia mendicante” medieval, as informações “económicas” dos documentos dos conventos mendicantes não são “apenas números”, nem os documentos que as registam são folhas de contabilidade modernas, que se podem sem problemas transferir para folhas de cálculo e bases de dados (no que resulta na por vezes perversa criação de um autêntico ecrã opaco,

⁴ Estas questões são hoje em dia alvo de interessantes debates pelos próprios arquivistas, que no seu essencial revêem utilizações simplistas do “princípio da proveniência” e do respeito pela ordem original, sem rejeitar totalmente o uso dos conceitos, mas revisitando-os: LODOLINI, Elio – *Respect des fonds et principe de provenance. Histoire, théories, pratiques. Gazette des archives.* 168 (1995) 11-163; EDWARDS, Robert – «With Respect to Original Order»: Changing Values in Archival Arrangement. *AABC Newsletter.* 11/1 (Winter 2001); HORSMAN, Peter – The Last Dance of the Phoenix, or The De-discovery of the Archival Fonds. *Archivaria.* 54 (Fall 2002), 1-23; HORSMAN, Peter; KETELAAR, THOMASSEN, Theo – New Respect for the Old Order: The Context of the Dutch Manual. *The American Archivist.* 66 (Winter/Spring 2003) 249-270.

que ganha sentido em si, mesmo sendo totalmente anacrónico). Aquelas informações requerem uma descodificação em função da sua proveniência de instituições (conventos) que têm determinada relação com a posse de bens, que alicerçam grande base dos seus “rendimentos” em recolha de esmolas e “entregas” de “amigos”, que aplicam os “lucros” em objectivos não materiais e que, finalmente, registam de formas diversas todas estas operações. Aliás, as famosas “fontes subsistentes” podem ser em grande parte condicionadas por factores desta natureza – não restarem documentos relativos às campanhas de esmolas ou ofertas de amigos não quer dizer que elas não tivessem grande importância na economia dos conventos mendicantes⁵.

É preciso portanto um exercício rigoroso de reconstituição da orgânica produtora de documentação, para avaliarmos não o que resta mas porque resta (podendo não ser o mais importante para o inquérito); e o que não resta, e também porquê⁶. A par destas operações, a reconstituição dos contextos

⁵ Pontos da situação em CHIFFOLEAU, Jacques – Pour une économie de l'institution ecclésiale à la fin du Moyen-Âge. *Mélanges de l'École française de Rome, Moyen-Âge – Temps modernes*. 96 (1984) 247-279; CHIFFOLEAU, Jacques – *Usus pauper?* Notes sur les franciscains, la Règle et l'argent en Avignon entre 1360 et 1480 in *Horizons marins, itinéraires spirituels*. Paris: Publ. de la Sorbonne, 1987, vol. 1, 135-147; CHIFFOLEAU, Jacques – Conclusions. Les couvents, l'échange et la religion in *L'economia dei conventi dei frati minori e predicatori fino alla metà del Trecento. Atti del XXXI Convengo internazionale. Assisi, 9-11 ottobre 2003*. Espoleto: CISAM, 2004, p. 405-448. Estas abordagens inserem-se numa corrente mais vasta de reconsideração da economia medieval, nomeadamente na relação entre bens materiais e espirituais, que começou pelo uso do conceito de dom, para a economia alto-medieval e que agora tem prosseguido com a aplicação do mesmo na época tardo-medieval e mesmo posterior, cortando, entre outras coisas anacrónicas, com a “modernidade mendicante”, cf. entre os mais significativos, para além dos pioneiros LITTLE, LESTER – *Religious poverty and the profit economy in medieval Europe*. Ithaca: Cornell UP, 1978 e TODESCHINI, Giacomo – *Oeconomia francescana. Proposte per una lettura delle fonti dell'etica economica medievale*. *Rivista di Storia e letteratura religiosa*. XII/1 (1976) 15-77; GUERREAU-JALABERT, Anita- *Caritas y don en la sociedad medieval occidental. Hispania*. vol LX/I (2000), 27-62 e BASCHET, Jérôme – *La civilisation féodale. De l'an mil à la colonisation de l'Amérique*. Paris: Flammarion, 2006, 3^a ed. revista, p. 489 e seguintes e 582 e seguintes.

⁶ ESCH, Arnold – Chance et hasard de transmission. Le problème de la représentativité et de la déformation de la transmission historique in SCHMITT, J.-Cl. ; OEXLE, Otto G. (dir.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen-Âge en France et en Allemagne*. Paris: Publ. de la Sorbonne, 2001, p. 15-29 e SCHMITT, J.-Cl. – Une réflexion nécessaire sur le document in SCHMITT, J.-Cl. ; OEXLE, Otto G. (dir.) – *Les tendances..., cit.*, p. 43-46.

históricos mantém-se fundamental, tanto mais importante em sociedades que assentem em ordenamentos globais diversos do contemporâneo⁷.

É justo referir, ainda que brevemente, dados os limites do artigo, que a reflexão historiográfica sobre o seu material de trabalho tem incidido cada vez mais sobre estas problemáticas, mesmo se o diálogo com as “ciências da Informação” se tem revelado moroso. Bastar-nos-ia lembrar a proposta de Jacques Le Goff do “documento/monumento”, na qual se destaca o carácter construído do “documento”, a partir da erudição iluminista⁸; mas seria injusto deixar de parte alguns avanços recentes, como seja a interrogação da noção de fonte a que procedem, por exemplo, Joseph Morsel e Ludolf Kuchenbuch⁹. Todos estes contributos e, sobretudo, o regresso a uma interrogação profunda dos fundamentos empíricos do labor historiográfico, como atitude a contrapor ao afã monográfico e neo-positivista, contribuirão decisivamente, sem dúvida, para um diálogo enriquecedor entre a História e as Ciências da Informação.

1.2. A mediação da informação

Não menos fundamental é a interrogação da arquivística contemporânea sobre dois grandes mediadores da informação: o arquivo público e o instrumento de descrição documental. Em França, Itália, Espanha, e Portugal tem sido estudado de forma aprofundada e sugestiva, na última década, o nascimento dos “arquivos nacionais”, em obras de grande qualidade para

⁷ KOSELLECK, R. – *Le futur passé. Contributions à la sémantique des temps historiques*. Paris: Ed. EHESS, 1990; GUERREAU, Alain – Fief, féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historienne. *Annales ESC*. 45 (1990) 137-166; GUERREAU, Alain – *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen-Âge au XXIe siècle?*, Paris: Du Seuil, 2001.

⁸ LE GOFF, Jacques – Documento/monumento in *Memória-História. Enciclopédia Einadi*. Lisboa: IN-CM, 1984, vol. 1, 95-106.

⁹ MORSEL, Joseph – Les sources sont-elles le pain de l'historien?. *Hyphothèses. Travaux de l'École doctorale de Paris I*. 1 (2003) 271-286; KUCHENBUCH, Ludolf – Sources ou documents? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique. *Hyphothèses. Travaux de l'École doctorale de Paris I*. 1 (2003) 287-315.

as quais remetemos para as grandes linhas do processo¹⁰. Existem cada vez mais, além disto, estudos sobre um instrumento de trabalho que para muitos historiadores quase não existe, mas que o arquivista informado sabe bem que pode condicionar totalmente a visão daqueles – os IDD's, sigla para “instrumento de descrição documental”. Para Portugal, é representativo desta tendência o trabalho de Fernanda Ribeiro¹¹, onde se analisam os instrumentos de descrição documental disponíveis no sistema arquivístico português até meados da década de 90 do século XX, inserindo-os numa evolução histórica dos diversos sistemas de informação existentes desde a Época Medieval. Na mesma senda, o estudo da autora sobre a estrutura primitiva da Casa do Coroa, é claro quanto aos problemas que encerram os IDD's disponíveis para a “documentação” que resta desta estrutura/instituição (de resto, interrogável enquanto tal), desde a natureza que se atribuiu ao acervo, até às divisões orgânicas propostas¹².

A reflexão sobre a estrutura dos IDD's é de facto muito importante¹³. Para além de serem a primeira porta no acesso à informação do passado custodiada em serviços de arquivo histórico, eles deveriam ser também

¹⁰ GENERELO, Juan José; MORENO LÓPEZ, Angelo (coord.) – *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998; DELMAS, B.; Ch. NOUGARET (dir.) – *Archives et nations dans l'Europe du XIXe siècle*. Paris: École Nationale des Chartes, 2004; *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo*. Roma: Ministerio per i Beni Culturali, 2006, 2 vol.; SILVA, Armando Malheiro da Silva e outros – *Arquivística: teoria e prática...*, cit., p. 100 e seguintes; RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa, FCG;FCT, 2003, vol. 1, p. 401 e seguintes; RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*, Porto: CETAC; Ed. Afrontamento, 2008; não exactamente sob o mesmo prisma, mas pioneiros na temática, foram os artigos de José Mattoso sobre o Arquivo Nacional, reunidos em MATTOSO, José – *A escrita da História. Teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 65 e seguintes.

¹¹ RIBEIRO, Fernanda – *O acesso...*, cit..

¹² RIBEIRO, Fernanda – Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo) in FONSECA Luís Adão da (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Civilização, 2003, vol. III, p. 1401-1414.

¹³ Como pensamos cabalmente demonstrado pelo estudo de RIBEIRO, Fernanda – *O acesso...*, cit., p. 691. Aqui se equaciona a relação desigual de poder que existe entre um arquivista como produtor de instrumentos de acesso para o historiador, e este último, produtor de explicações científicas, e sugerem-se formas de redefinição do papel do primeiro a partir da questão dos “instrumentos de acesso”, formas essas potencialmente geradoras de relações diversas mas mais respeitadoras do trabalho de ambos.

estudos que enriquecessem as nossas concepções sobre as passadas formas de relação com a memória histórica e com a administração documental. Para que isto seja possível, é necessário um grande investimento na investigação em história institucional (não anacrónica, isto é, configurando as instituições a partir dos contextos históricos)¹⁴ e em história da arquivística. É com toda a justiça que se tem ultimamente criticado e rejeitado os “quadros de classificação temático-funcionais”, que podem ser verdadeiramente prejudiciais no que toca aos arquivos antigos¹⁵. No caso português, eles foram e são tanto mais perigosos quanto surgiram num panorama de grande penúria de descrições documentais – mesmo ao nível das mais elementares – e pareceram vir proporcionar uma organização inteligente e compreensível da documentação, situada a enorme distância das listas, guias de remessas e ficheiros, dos mais arcaicos, que abundavam pelos arquivos públicos.

¹⁴ Em Portugal devem destacar-se a este respeito os trabalhos de António Hespanha, desde a colectânea por si organizada HESPAÑA, A.M. – *Poder e instituições na Europa de Antigo Regime*. Lisboa: FCG, 1984, p.7-89, a temas vários, interessando-nos aqui a família, no que foi uma ultrapassagem nítida a considerações estreitamente jurisdicistas do âmbito institucional desta HESPAÑA, A. M. – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na Época Moderna. *Análise Social*. XXVIII, 123-124 (1993) 951-973. Também importantes, porque informativas, mas em geral com uma contextualização bastante pobre GACTO, Enrique – El marco jurídico de la familia castellana. Edad Moderna. *Historia. Instituciones. Documentos*. 11 (1985) 37-66. Na década de 90 do século XX seguiram-se outros importantes trabalhos de contextualização de instituições até então estudadas de forma tradicional, em especial a Coroa: CARDIM, Pedro – *O poder dos afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: [s. n.], 2000 (dissertação de doutoramento em História apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa); CURTO, Diogo Ramada – *A cultura política em Portugal (1578-1642): comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa: [s. n.] (dissertação de doutoramento em História apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa); tentámos uma caracterização não anacrónica das capelas fúnebres enquanto instituições de Antigo Regime em ROSA, Maria de Lurdes – “As almas herdeiras”. *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: [s. n.], 2005 (dissertação de doutoramento em História apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Os trabalhos de Bartolomé Clavero são fundamentais neste âmbito, ver CLAVERO, Bartolomé – *Antidora. Antropología Católica de la Economía Moderna*. Milão: Giuffrè Editore, 1991.

¹⁵ Ver a importante análise crítica de SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *in Arquivos de família e pessoais. Seminário*. Vila Real: BAD, 1997, p. 51-106, e SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património*. III (2004) 55-84.

Foram difundidos alguns, para várias tipologias de arquivos, que, apesar das virtudes que possam deter, de pronto começaram a funcionar como verdadeiras receitas de arrumação da documentação, mesmo para quem não seja arquivista. Nos trabalhos relativos a alguns sistemas depositados em arquivos públicos, imperam os quadros temático-funcionais, alguns difundidos *urbi et orbi* (arquivos municipais, de confrarias, de ordens religiosas, de famílias)¹⁶. Em variadíssimos IDD's, as divisões orgânicas das mais diversas instituições, e/ou listas de séries, são apresentadas sem que se indiquem as bases do seu estabelecimento e sem os imprescindíveis estudos de história institucional e arquivística. Em alguns casos, adoptar uma estrutura de descrições em catálogo cronológico seria preferível à inserção errónea da documentação em secções, cuja fundamentação é incerta ou omitida. Seria importante uma reflexão sobre o assunto, de modo a poder-se aproveitar as virtudes das novas práticas, evitando, porém, o excessivo simplismo.

1.3. A importância da investigação científica em “arquivística histórica”

Os cientistas da informação têm argumentado que a configuração institucional do exercício da sua profissão está, em parte, na raiz do problema¹⁷.

¹⁶ Referimo-nos ao *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias. Inventário do Património Móvel*, coord. geral José Mariz, 16 vols. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, cujo quadro de classificação, para os arquivos municipais, tem hoje em dia uma aplicação quase total, como se pode ver nos sítios informáticos dos arquivos municipais; o modelo deste quadro foi elaborado no Instituto Português de Arquivos, MARIZ, José – *Quadro de classificação dos arquivos municipais*. Lisboa: I.P.A., 1989. Seria interessante verificar o que se passa neste momento com os arquivos das confrarias. Muitos dos fundos descritos no *Guia de Fundos da Torre do Tombo*, seguem quadros afins, ou não explicitam a forma de construção dos quadros utilizados, ver *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo*. Lisboa: ANTT, 1998-2005, 6 vol.. Não pretendemos aqui desmerecer a importância de todo este trabalho que, como referimos, sucedeu a um enorme vazio e a um grande atraso em relação a outras práticas arquivísticas europeias. No entanto, cremos que se poderia agora passar a investir em trabalhos de adequação histórica destes quadros. É certo, porém, que nem sempre é fácil seguir esta opção, como nos próprios serviços dedicados a arquivos de família se tem constatado.

¹⁷ SILVA, Armando Malheiro e outros – *Arquivística...*, cit., p. 11-12 e 172 e seguintes; e, em especial; SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais...*, cit., capítulo 4.

Os arquivistas não são investigadores, mas produtores de trabalho para os serviços de administração ou de custódia dos documentos. É bem verdade que a organização dos acervos está muito dependente da pressão dos detentores destes. O trabalho que realizámos nos últimos anos num sector bem menos sujeito aos problemas de apresentação de resultados que têm os arquivos históricos públicos – o dos arquivos eclesiásticos – deparou sempre com esta solicitação ansiosa, por parte dos proprietários dos acervos. O estudo minucioso da instituição e dos sistemas de arquivagem no Instituto Português de Santo António, em Roma, foi encarado como uma tarefa menor pela administração da instituição, que queria “os papéis” rapidamente arrumados, em categorias “simples e que todos percebessem”¹⁸. Já por parte das autoridades diocesanas, o pedido permanente e insistente era o de um “quadro de classificação” fácil e simples, que se adaptasse a todas as dioceses e à sua documentação de todas as épocas. É justo mencionar a diferença que constituiu a enorme paciência do bispo de Cochim e a possibilidade de trabalho de investigação institucional facultada pela Fundação Calouste Gulbenkian, bem como a experiência de trabalho com os produtores da informação, a que não faltou o auxílio do próprio chanceler da diocese, elucidando em inúmeros pontos difíceis de um circuito documental diocesano eclesiástico e civil muito complexo¹⁹. Se é ainda raro que se alcancem condições de trabalho assim, tal tem também a ver com a forma técnica como é encarado o labor da organização e descrição documental, não se lhe conferindo tempo nem estruturas científicas para um salto qualitativo, que passa, sejamos claros, pela investigação institucional e

¹⁸ ROSA, Maria de Lurdes – *Santo Antonio dei Portoghesi: Elementos para a história do hospital nacional português em Roma (sécs.XIV-XX)*. *Lusitania Sacra*. 2^a série, V (1993) 319-378.

¹⁹ Os vários circuitos envolviam, desde logo, a diocese de Cochim, a Metrópole goesa, as autoridades eclesiásticas do reino (e, depois da República, com as vicissitudes das relações Estado/Igreja), as instituições leigas nacionais de suporte/controle missionário; num segundo círculo, Roma: o Papado, a Propaganda Fide, as Casas superiores das congregações religiosas e os organismos da Santa Sé a elas ligadas; por fim, dentro da diocese, as estruturas desta, os institutos religiosos, os movimentos laicais; e ainda a diocese na sua relação com as autoridades civis e eclesiásticas indianas e, antes, holandesas e inglesas. Sobre este projecto, quanto aos aspectos referido no texto, ver ROSA, Maria de Lurdes e outros – *Arquivo Histórico da diocese de Cochim/Historical archives of the diocese of Cochin*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 13-18.

informacional. A cooperação universitária entre saberes pode ser aqui um passo fundamental, enquanto não estejam configurados ou consolidados assentos académicos próprios para as ciências da Informação.

A importância de acções neste âmbito é tanto maior quanto ele é um dos campos em que a arquivística contemporânea tem apresentado importantes novidades. A história da constituição, funcionamento e transmissão dos sistemas de informação afirma-se cada vez mais como etapa indispensável ao estudo da informação existente nas formas actuais dos mesmos – ou seja, a exigência de trabalhos de investigação arquivística para a constituição de quadros de classificação verdadeiramente orgânicos e dotados de espessura histórica. Cumpre referir, antes de apresentarmos alguns exemplos concretos no que toca aos arquivos de família, que estas preocupações vêm ao encontro de uma complexificação também do lado dos historiadores. Apenas nos campos mais directamente ligados ao tema em estudo, mencionem-se os avanços na valorização historiográfica do corpo linhagístico²⁰, a par da interrogação do paradigma estatalista da História²¹. Aspectos possíveis da historicização da História, cada vez mais praticada de forma aprofundada²², revelam-se fundamentais para uma reconsideração do sistema total de produção, circulação e conservação da informação em sociedades de Antigo Regime.

²⁰ Referências ao estado da questão para o período medieval em BOISSELIER, Stéphane; SOUSA, Bernardo Vasconcelos – Pour un bilan de l'historiographie sur le Moyen Age portugais au XXe siècle. *Cahiers de Civilization Médiévale*. 49 (2006) 213-256; a este propósito deve ainda ver-se SOUSA, João Silva de – A casa senhorial em Portugal durante a Idade Média. *Revista Portuguesa de História*. 36/1 (2002-2003) 267-284; para a Época Moderna, PELÚCIA, Alexandra – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do Império português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, Lisboa: [s. n.], 2007 (dissertação de doutoramento em História apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa).

²¹ CARDIM, Pedro – Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. *Nação e Defesa*. 2ª série, 87 (Outono 1998) 129-158; HESPAÑHA, António M. – Pré-compréhension et savoir historique. La crise du modèle étatiste et les nouveaux contours de l'histoire du pouvoir. *Rätshistorika Studier*. XIX (1993) 49-67; SCHAUB, Jean-Frédéric – Le Temps et l'État: vers un nouveau régime historiographique de l'Ancien Régime Français. *Quaderni Fiorentini per la Storia del Diritto*. 25 (1996) 127-181; SCHAUB, Jean-Frédéric – Novas aproximações ao Antigo Regime português. *Pénélope*. 22 (2000) 119-140.

²² OEXLE, Otto G. – L'historicisation de l'Histoire in OEXLE, Otto G. (dir.) – *Les tendances..., cit.*, p. 31-41.

1.4. Para uma “história social dos arquivos”: a colaboração entre cientistas da informação e historiadores

A investigação em história dos arquivos/das instituições produtoras de documentação tem vindo a ser definida como fundamental por diversos estudiosos da arquivística enquanto ciência da informação, pelo menos desde a década de 80 do século XX²³. Não se tratava mais dos estudos sobre instituições que precediam os IDD's, por alargados que fossem. Investigações aprofundadas sobre a produção, organização e conservação da informação histórica foram surgindo paulatinamente²⁴, embora a um ritmo menor do que o da história das bibliotecas e sistemas de escrita, muito desenvolvido pela voga na *New Cultural History*, dos anos 70 em diante²⁵. Apenas recentemente, no entanto, se têm realizado intersecções de perspectivas com os historiadores, para benefício de ambas as partes, em especial no que toca às formulações teóricas e à complexificação dos questionários.

Tomemos como acontecimento significativo duas recentes realizações, uma na Europa, outra nos EUA. A primeira é o número de 2004 da prestigiada *Revue de Synthèse*, dedicado ao tema “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”. Só a formulação do título é significativa, numa tradição académica e cultural onde a História tem um papel de altíssima hegemonia

²³ GARCIA CUADRADO, Amparo – La investigación en historia de las instituciones documentales: estudio de la investigación y propuesta metodológica. *Anales de Documentación*. 1 (1998) 55-74 e LÓPEZ GÓMEZ, Pedro – Archival science in Spain between 1975 and 2005: a review. *Archival Science*. 7 (2007) 245-287.

²⁴ RICHARD, J. – Les archives et les archivistes des ducs de Bourgogne dans le resort de la Chambre des Comptes de Dijon. *Bibliothèque de l’Ecole de Chartes*. CV (1944) 123-169; RÜCK, Peter – *L’ordinamento degli archivi ducali di Savoia sotto Amedeo VIII: (1398-1451)*. Roma: 1977 (separata de *Quaderni della Rassegna degli Archivi di Stato*, 48); D’ADARIO, A. – L’inventariazione archivistica fra XVII e XIX secolo. *Archiva Ecclesiae. Bollettino dell’Associazione Archivistica Ecclesiastica*. 26-27 (1983-1984) 29-48; CABRILLANA CIEZAR, Nicolas – Archivos familiares malagueños del siglo XVI. *Archivo hispalense*. 2^a época, t. LXVI, 203 (1983) 65-79; EVERGATES, Theodore – The Chancery Archives of the Counts of Champagne: Codicology and History of the Cartulary-Registers. *Viator*. 16 (1985) 159-180; SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio- *Documentación de la Casa de Medina-celi: el Archivo General de los Duques de Segorbe y Cardona*. Madrid. Ministerio de Cultura. 1990; AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – El Archivo de la Casa de Zabala. *Cuadernos de Sección-Historia-Geografía-Eusko Ikaskuntza*. 6 (1985) 199-311.

²⁵ BURKE, Peter – *What is cultural history*. Cambridge: Polity, 2008, 2^a ed., p. 62 e seguintes.

– não sendo a tal alheio de todo o seu papel de discurso fundador da Nação²⁶ – mas onde a arquivística sempre gozou de grande prestígio, tendo nas últimas décadas ultrapassado definitivamente o estatuto de disciplina auxiliar, graças à capacidade de actualização e discussão dos arquivistas franceses²⁷. Como referem os editores: “(...) il nous est paru utile d'entreprendre, en contrepoint, une réflexion collective sur le statut épistémologique des archives et leur place dans la construction du savoir historique. Nous avons voulu construire ce dossier comme un dialogue entre les deux professions, les archivistes et les universitaires, et restaurer une distance critique à l'égard des enjeux politico-judiciaires afin de développer une réflexion scientifique autonome sur les archives.”²⁸. A revista reúne um significativo número de artigos de investigação e epistemologia arquivística, com questões de relevo.

Também de grande interesse se revestiu o encontro “Opening up the archives”, realizado em 2006 no Radcliff Institute, da Universidade de Harvard. Organizado por Ann Blair e Jennifer Milligan, da Universidade de Harvard e do Marymount College (Nova Iorque), reuniu arquivistas e historiadores, constituindo-se como uma reunião de balanço do campo da “Social History of Archives”. Teve como resultados a elaboração de um site temático, com esta última denominação²⁹, Torna-se claro no texto introdutório da autoria das organizadoras e na conclusão final, por Peter

²⁶ GEARY, Patrick – *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008.

²⁷ Ver o livro de identificação institucional FAVIER, Jean (dir.) – *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1999; mais comemorativos: BÉCHU, Claire (coord.) – *Les Archives nationales: des lieux pour l'histoire de France: bicentenaire d'une installation: 1808-2008*. Paris: Somogy Éd. d'Art ; Archives nationales, 2008 e BABELON, Jean-Pierre e outros – *Les archives: mémoire de la France*. Paris: Gallimard, 2008.

²⁸ ANHEIM, Étienne, PONCET, Olivier – Présentation. *Revue de Synthèse*. 5^a série, 125 (2004) 1. O contraponto referido no texto é em relação aos “récents projets [qui] ont posé à nouveau la question de la place des archives dans la société française contemporaine, par rapport aux pouvoirs publics et aux utilisateurs, à commencer par les chercheurs professionnels”, em particular a “Cité des archives”, monumental obra em construção. Não se leia nas entrelinhas do texto uma subalternização da capacidade dos arquivistas para levarem a cabo esta reflexão sozinhos – a obra publicada e a actividade profissional, em França e nos organismos internacionais, dos arquivistas de uma escola com a École Nationale des Chartes fala por si – mas sim um apelo a um trabalho conjunto.

²⁹ <http://isites.harvard.edu/icb/icb.do?keyword=k12884&pageid=icb.page54165>. A maior parte dos textos foi publicada em *Archival Science*. 7, 4 (2007).

Burke³⁰ – que parte precisamente da *New Cultural History*, acima referida – que o tema da história dos arquivos, não sendo novo, está numa etapa inicial de desenvolvimento, sob o signo da cooperação igualitária entre arquivistas e outros estudiosos das ciências sociais, incluindo historiadores, se bem que estes tenham sido os últimos a chegar³¹. Entre os diversos estudos de caso, destaca-se o artigo de Eric Ketelaar, parte de um inquérito mais vasto sobre o nascimento da concepção patrimonial dos arquivos³², e que teve como mais recente continuação a investigação da ocorrência daquela concepção precisamente nos arquivos de família³³.

A perspectiva utilizada por esta corrente de estudos desloca o olhar dos conteúdos dos arquivos para a produção destes como objecto histórico: “(...) the definition of archives, and the authority that such a designation confers, has a history. While the archives as a collection has a history, the archives as an institution has a similarly (but not equivalent!) complex past. (...) These histories [os casos estudados] examine not just the content of the state collections, but reveal the workers of the producers, managers and users of these information storehouse. This focus on the production of archives rather than on mining the contents of archives is a crucial tool in understanding histories of power and the production of subjects and objects of knowledge. Indeed these institutional histories do much to suggest that the “archive” is as interesting to the historians for this infrastructure as for its contents.”³⁴. Para além do interesse do tema em si, há a vantagem adicional de um aprofundamento da auto-consciência do historiador contemporâneo, ao ajudar à desconstrução da objectividade da História positivista: se esta tem sido feita das mais diversas formas, é certo que o questionamento da objectividade das suas próprias bases, os grandes arquivos e edições documentais

³⁰ BLAIR, Ann e MILLIGAN, Jennifer – Introduction. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 289-296 e BURKE, Peter – Commentary. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 391-97.

³¹ BLAIR, Ann e MILLIGAN, Jennifer – Introduction, *cit.*, p. 289.

³² KATELAAR, Eric – Muments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 343-357.

³³ KETELAAR, Eric – The genealogical gaze: family identities and family archives in the Fourteenth to Seventeenth centuries. *Libraries & the cultural record*. 4, 1 (2009) 9-28.

³⁴ BLAIR, Ann e MILLIGAN, Jennifer – Introduction, *cit.*, p. 292.

oitocentistas, é recente e merece a melhor atenção³⁵. A História dos arquivos, em moldes sociológicos actualizados, é pois de um enorme interesse.

Em Portugal, dispomos de excelentes bases de trabalho, e mesmo de leituras complexas deste objecto histórico. Já em meados dos anos 90, ao redigir a sua tese de doutoramento, Fernanda Ribeiro referia a existência de um grande número de trabalhos sobre o tema, de variado estatuto, decreto, mas permitindo a síntese que depois empreendeu³⁶. Os estudos desta autora e do grupo de investigação em que se insere, vieram depois possibilitar um salto qualitativo de monta na abordagem dos contextos históricos dos sistemas de informação arquivística em Portugal – destacando-se, entre outras muitas coisas, a demonstração da existência de uma periodização própria ao processo histórico da arquivística, que coincide, em larga parte, com as visões historiográficas mais recentes sobre a ruptura oitocentista³⁷. De uma forma mais circunscrita, mas desbravando terrenos que requerem grande especialização, estudiosos da diplomática e das instituições têm realizado estudos, em especial sobre arquivos e práticas de arquivo no âmbito eclesiástico³⁸.

³⁵ Para além dos estudos citados na nota 7, ver GEARY, Patrick – *O mito...*, *cit.*, que explica como edições documentais tão fundadoras da “objectividade histórica”, como os *Monumenta Germaniae Historica*, e métodos tão “neutros” como a filologia, estavam, de facto, imbuídos de profundos projectos nacionalistas.

³⁶ RIBEIRO, Fernanda – *O acesso...*, *cit.*, vol. 1, p. 56.

³⁷ RIBEIRO, Fernanda – *O acesso...*, *cit.*, vol. 1, p. 59 e seguintes SILVA, Armando Malheiro e outros – *Arquivística...*, *cit.*, p. 70 e seguintes. Alguns artigos têm recentemente questionado dar à Revolução Francesa um papel de ruptura absoluta, salientando facturas antes estabelecidas e bloqueios que permaneceram, mas mantém-se a unanimidade sobre as novidades trazidas pelo século XVIII, que as revoluções liberais concretizaram de diversas formas. Como em todos os processos históricos há diferentes temporalidades, sendo que no caso das famílias parece dar-se uma delas, ver KETELAAR, Eric – *The genealogical...*, *cit.* e PANITCH, J. M.- Liberty, equality, posterity? Some archival lessons from the case of the French Revolution. *American archivist*. 59 (1996) 30-47.

³⁸ Sobre a arquivística medieval GOMES, Saul António – O “Inventário das Escrituras” do Convento de S. Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da praxis arquivística medieval portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 3 (2003) [2004], 263-292; GOMES, Saul António – ‘DONATIONES CVSTODIANTVR: DONATIONES SERVENTVR’ Da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais. *Humanitas*. 57 (2005) 245-269. No âmbito da diplomática há diversas indicações sobre a produção documental, circulação e arquivagem em GOMES, Saúl António – «*In limine conscriptionis*». *Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage e Centro de História da Sociedade

2. A revalorização dos arquivos de família (sistemas de informação familiares)

A investigação sobre a história dos arquivos de família é talvez um dos sectores mais estimulantes no âmbito da História de arquivos, em especial os de Antigo Regime. A partir da década de 90 do século XX assistiu-se a significativos marcos nesta tendência, que nos parece deverem-se à confluência de diversos desenvolvimentos disciplinares e sociais. Por um lado, um interesse da arquivística – num momento de debate e pesquisa identitária disciplinar muito intenso – por sistemas de arquivo não estatais (pois os estatais eram os que até então conferiam identidade de serviço público, sendo a relação com os arquivos privados mais problemática³⁹). Por outro, o grande desenvolvimento a que se chegara, no âmbito da História Social sobre o Antigo Regime, nomeadamente no que toca à História da Família e das formas de ordenação societal⁴⁰. Finalmente, pela valorização patrimonial e cultural de que começaram a ser alvo os arquivos de família em posse de privados. Não foi certamente por acaso que se assistiu, desde inícios daquela década e prolongando-se até hoje, à realização de reuniões alargadas sobre os arquivos de família, em Itália, França, Espanha e Portugal⁴¹, bem como a uma

e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2007 e MORUJÃO, Maria do Rosário – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1325)*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2005.

³⁹ NOUGARET, Christine – *Les archives privées, éléments du patrimoine national? Des sequestres révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires: un siècle d'hésitation* in *Archivi e storia..., cit.*, vol. 2, p. 737-750.

⁴⁰ Daqui resultando colóquios, ver INSABATO, Elisabeta – Le “nostre care scritture”: la trasmissione delle carte di famiglia nei grandi casati toscani dal XV al XVIII secolo in LAMIONI, Claudio (ed.) – *Istituzioni e società in Toscana nell'età moderna. Atti delle giornate di studio dedicate a Giuseppe Pansini*. Roma: Ministero per Beni e le attività culturali; Ufficio Centrale per i beni archivistici, 1994, vol. II, p. 878-911; CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto – *Archivi nobiliari e domestici. Conservazione, metodologie di ordinamento e prospettive di ricerca storica*. Udine: Forum, 2000, p. 7-10; VISCEGLIA, Maria Antonietta – Archivisti e storici di fronte agli archivi di famiglia. in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari..., cit.*, p. 331-347; VILLANI, Pasquale – Gli archivi familiari e la ricerca in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone*. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997, vol. 1, p. 88-100.

⁴¹ Referindo apenas os mais significativos, Itália: TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro..., cit.*, (para a apreciação do até então realizado neste âmbito, sobretudo em Itália, mas também noutras países, ver a intervenção de LODOLINI, Elio – *Archivi privati, archivi personali, archivi familiari, ieri ed oggi*, vol. 1, p. 23-69) e CASELLA, Laura, NAVARRINI,

explosão de trabalhos teóricos e práticos sobre o tema e, ainda, à realização de cadastros de vários tipos, desde os guias às bases de dados. Podemos distinguir três grandes campos no conjunto da produção bibliográfica. Por um lado, a preocupação com a valorização e salvaguarda patrimonial destes arquivos; depois, o estudo das formas de organização dos acervos; por fim, o contributo deste para a investigação histórica.

2.1. A revalorização patrimonial dos arquivos de família

Não sendo possível, no âmbito deste trabalho, uma revisão exaustiva do tema, salientemos os seus aspectos principais, mencionando alguns exemplos particularmente interessantes. É sabido que a dispersão patrimonial afecta muito este tipo de arquivos, que estão na posse de particulares e têm valor comercial. Tal como noutras âmbitos patrimoniais, tem-se oscilado entre uma tendência classificatória estatalista, mais ou menos intervencionista⁴², e uma política mais construtiva de informação e formação aos detentores de arquivos, que incentive a cooperação, para a qual têm sido definidas formas várias – que vão desde a regulamentação de custódias (doação, dação, depósito, inventariações com digitalizações, etc) à realização de acções

Roberto – Introduzione. *Archivi nobiliari...*, cit.; Espanha: (I) *Simposium. Los archivos familiares en España: estado de la cuestión*. Ed. Asociación para la defensa del patrimonio bibliográfico y documental de Cantabria. Santander, 1996 e SÁEZ, Carlos (ed.) – (II) *Symposium archivos familiares. Valoracion y tasacion*. Ed. Asociación para la defensa del patrimonio bibliográfico y documental de Cantabria. Santander, 2001, e *Libros y documentos en la Alta Edad Media. Los libros de derecho. Los archivos familiares. Actas del VI congreso internacional de Historia de la Cultura Escrita (2001)*. Madrid, Calambur, 2002; Portugal: PEIXOTO, Pedro (ed.) – *Arquivos de família e pessoais. Seminário*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 1997; França – *Les archives privées. Journées d'études des Archives départementales*. Angers: 2005. *Gazette des archives*, 201 (2006) e FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales et noblesse provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

⁴² Discutindo os prós e contras da intervenção mais activa: PORRÀ, Roberto – Problemi della determinazione dei limiti alla consultabilità degli archivi privati dichiarati di notevole interesse storico in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 167-173 e MAORI, Cesare A. – La tutela giuridica degli archivi privati: il procedimento cautelare del sequestro giudiziario in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 2, p. 753-757.

de dinamização cultural e científica (exposições, colóquios)⁴³. Uma última alternativa, posterior mas não menos interessante, é a do desenvolvimento de associações privadas de defesa e valorização deste património, com frequência em colaboração com as entidades públicas reguladoras do sector arquivístico e com os profissionais da área. É o caso da *Association française de protection des archives privées*, que não só operou desde a fundação em colaboração com a *École des Chartes*, através de um protocolo que enviava estagiários para realizar trabalhos de diagnóstico e inventariação, como tem, desde finais de 2008, assento no *Conseil Supérieur des Archives*⁴⁴. Ainda neste âmbito, e seguindo o exemplo belga, tem sido invocada a figura da “sociedade de família” para evitar a dispersão dos arquivos⁴⁵, e fala-se já do sector como uma possibilidade de trabalho para os arquivistas profissionais⁴⁶. A França, de resto, tem dedicado especial atenção à temática legal e à delinearção de grandes linhas de intervenção no sector, sendo disso expoente o recente manual publicado pelos *Archives de France*⁴⁷, e a existência de uma base de dados dos arquivos de família em todos os arquivos centrais e departamentais franceses⁴⁸. Em Espanha, a estrutura regional e a permanência da nobreza são dois factores que têm favorecido o florescimento de estudos e acções relativas à salvaguarda patrimonial

⁴³ LACOUSSE, Magali – *Les archives privées au Centre Historique des Archives Nationales* in *Les archives au fil du temps*. Paris: Fayard, 2002, p. 177-180 (entre outras coisas, formas de dinamização cultural de arquivos depositados no Arquivo Nacional); CRISTALDI, Gabriella de Longis – Vigilanza, tutela, valorizzazione in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 70-78; HERRERA MORILLAS, José Luis – *El Palacio y el Archivo de Viana de Córdoba: un ejemplo de la desigual actitud ante la valoración y recuperación de los distintos patrimonios históricos* in *Libros y documentos...*, cit., p. 481-492.

⁴⁴ QUINSONAS-OUDINOT, Odon de – *Introduction in Les archives au fil...*, cit., p. 13-18. QUINSONAS-OUDINOT, Odon de – *Du comportement des propriétaires d'archives privées et de leurs rapports avec les historiens* in FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales...*, cit., p. 69-74 e QUINSONAS-OUDINOT, Odon de – *Aux côtés des services publics, l'action associative*. *Gazette des archives*. 205-208 (2007) 26-31. Veja-se o site da associação: <http://www.archivesprivees.com/>.

⁴⁵ DE MÉNÉVAL, Claude Napoléon – *Contre le démembrement des fonds. La société de famille* in *Les archives au fil...*, cit., p. 171-175.

⁴⁶ TOULHOUAT, Hélène – *Un concept nouveau: l'archiviste au service des détenteurs d'archives privées*. *Gazette des archives*. 205-208 (2007) 133-138.

⁴⁷ NOUGARET, Christine (et al.) – *Les archives privées. Manuel pratique et juridique*, Paris: Archives de France, 2008.

⁴⁸ BORA/Archives privées: <http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr/sdx/ap/index.xsp>.

dos arquivos de família. A título de exemplo, destaquemos o trabalho realizado desde inícios da década de 80 do século XX, pela Universidade de Valência⁴⁹, acções bem recentes de salvaguarda e difusão cultural por circunscrições diversas, maiores ou menores, desde a Xunta de Galicia⁵⁰ ao projecto local do *Archivo Ducal de Hijar- Archivo Abierto*⁵¹ – na esteira de uma tradição pioneira, quanto ao País Basco, liderada por Francisco Borja de Aguinagalde⁵² – e, claro, a constituição da Secção Nobreza do Arquivo Nacional, em Toledo⁵³. A importância destes arquivos para a história local tem sublinhada por diversos autores⁵⁴.

É justo destacar também a existência de uma forte dinâmica privada de salvaguarda e dinamização destes fundos, de que é exemplo maior a Fundação da Casa de Medinaceli (1978), detentora de um notabilíssimo acervo, descrito e aberto aos investigadores⁵⁵; é posterior, em termos de

⁴⁹ PONS ALÓS, Vicente – Los archivos familiares: realidad y prospectiva desde la óptica del historiador de los archivos. in *I Simposium. Los archivos...*, cit., p. 44-78.

⁵⁰ MIGUÉS, Victor Manuel – *Os arquivos privados e a nobreza: un apuntamento histórico-arquivístico: o caso galego a través do fondo do Marquesado de "San Martín" de Ombreiro*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia 2002.

⁵¹ O fundo da Casa Ducal de Hijar está depositado no arquivo Provincial de Saragoça, e tem um site de suporte: <http://www.archivoducaldehijar-archivoabierto.com/senhijar.html>; ver ainda a recente publicação CASAUS BALLESTER, María José (coord.) – *Jornadas sobre el señorío ducado de Hijar: sete siglos de historia nobiliaria*. Hijar: [s. n.], 2007.

⁵² Data de 1985 o seu primeiro artigo na temática, seguido de muitos outros, AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – *El Archivo de la Casa de Zabala*; desde 2000, está on-line este arquivo – www.snae.org/pdf/zavala.pdf. Do mesmo autor – “*El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo. Inventario del Archivo de la Casa de Zavala*”. San Sebastián: [s. n.], 2000, vol. 1.

⁵³ A sua directora tem publicado vários artigos informativos: LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *El Archivo de la Nobleza de Toledo: centro de conservación de fondos nobiliarios* in *Jornadas sobre el señorío...*, cit., p. 43-86.

⁵⁴ DI SABANTONIO, B. – *L'importanza degli archivi privati nello studio della storia locale. Rassegna degli archivi di Stato*. XL (1980) 56-63 e TOLU, Rosalia Manno – *Archivi privati in un contesto complesso* in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 174-184.

⁵⁵ Veja-se o site <http://www.fundacionmedinaceli.org>. Entre vários trabalhos vejam-se de SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio – *Documentación de la Casa de Medinaceli; El archivo condal de Ampurias: historia, organización e descripción de sus fondos*. Madrid: [s. n.], 1993; *El Archivo general de la Casa Ducal de Medinaceli: un modelo de aportación de los Archivos Nobiliarios españoles a la ciencia archivística complejo* in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 347-367 e de ROMERO TALLAFIGO, Manuel – *Los documentos y el archivo como armas defensivas del linaje: el caso del Archivo Ducal de Medicinaceli* in *Jornadas sobre...*, cit., p. 111-142.

constituição institucional, a Fundação Casa de Medina Sidonia (1990), também detentora de um riquíssimo acervo, mas cujos fundos ainda não foram alvo de tratamento arquivístico e de investigação tão frequente como no caso anterior, embora a dinâmica recente aponte no mesmo sentido⁵⁶.

Em Itália assiste-se a um panorama misto, em que a intervenção forte da *Direzione Generale per gli archivi do Ministerio per i Beni e le attività culturali* se fez sentir desde o início (à semelhança de outros sectores dos “arquivos privados”⁵⁷: guia dos arquivos de família elaborado nos anos 80, tendo sido editado em 1991 o volume de Abrúzio/Ligúria⁵⁸; colóquio internacional sobre o tema neste mesmo ano⁵⁹) e se complementou com a de universidades e fundações e associações eruditas locais⁶⁰, cuja forte tradição de intervenção cultural as coloca numa posição privilegiada para alcançar a confiança dos proprietários de acervos⁶¹.

⁵⁶ Veja-se o site <http://www.fcmedinasidonia.com>; conhecemos o estudo de FRANCO SILVA, Alfonso – Los fondos documentales de los archivos de las Casas ducales de Medina Sidonia y Fries in *Jornadas sobre...*, cit., p. 97-110. Luisa Isabel Álvarez de Toledo, Duquesa de Medina Sidónia, escreveu também obras de carácter histórico, a partir do arquivo, bem como uma descrição deste arquivo, que não pudemos consultar (segundo informação do sítio, encontram-se esgotadas e serão republicadas).

⁵⁷ Como o dos arquivos eclesiásticos, *Guida agli archivi diocesani d'Italia*, de 1990 e, mais recentemente, os três volumes do *Guida agli Archivi capitolari d'Italia*. Roma: [s. n.], 2000-2006.

⁵⁸ PESIRI, Giovanni Pesiri e outros (ed.) – *Archivi de famigli e di personne. I. Abruzzo-Liguria. Materiali per una guida*. Roma: Ufficio Centrale per i Beni Culturali, 1991.

⁵⁹ TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit.. Aqui se encontram, também, vários artigos com informações sobre arquivos de família em diferentes regiões e arquivos estatais de Itália.

⁶⁰ SBRILLI, Milletta – L'archivio Salviati e il suo deposito alla Scuola Normale Superiore: un esempio di valorizzazione in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 2, p. 539-544

⁶¹ Foi o caso do processo de depósito, reorganização e descrição dos arquivos genoveses ligados à família Palavicini, numa colaboração entre a Universidade e a Società Ligure di Storia Patria, ver BOLOGNA, Marco – L'archivio della famiglia Sauli: notizie sul riordinamento in corso. *Atti della Società ligure di Storia patria*. XXXV (1995) 213-225; BOLOGNA, Marco – L'Archivio Durazzo Pallavicini Giustiniani in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 311-332; os inventários propriamente ditos BOLOGNA, Marco (a cura di) – *Gli Archivi Palavicini de Genova. I. Archivi propri. Inventario*. Roma: [s. n.], 1994; BOLOGNA, Marco (ed.) – *Gli Archivi Palavicini de Genova. II. Archivi aggregati*. Genova, [s. n.], 1995; sobre todo o processo, PUNCUH, Dino – Gli archivi Pallavicini di Genova: una lunga «aventura». *Atti della Società ligure di Storia patria*, XXXV (1995), p. 241-251. Note-se que em Itália há legislação regional sobre os arquivos e o património, o que tem reflexos também neste sector, ver CAVALCOLI, Valeria – Per un

Em Portugal tem sido mais tímida a acção e reflexão neste âmbito, embora se destaquem já marcos significativos, que urge consolidar. Nos anos 80, pelo que se pode julgar a partir dos dados disponíveis no volume VI do *Guia de Fundos da Torre do Tombo* (“Colecções, arquivos de pessoas singulares, de famílias, de empresas, de associações, de comissões e de congressos”), assistiu-se a um importante investimento patrimonial por parte do Estado (IPPC, Torre do Tombo), com a compra de numerosos fundos ou partes deles. Os depósitos tiveram então um papel modesto no conjunto das formas de aquisição (apenas cinco entre os mais recentes, um dos quais temporário – Casa Palmela) e mais ainda as doações (duas, a partir da década de 70). Entretanto, nos anos 90, desenvolvera-se no seio do extinto IPA, alguma reflexão técnica sobre os arquivos de família, se bem que dedicada sobretudo aos problemas de organização e descrição dos acervos. O “Grupo de trabalho sobre os arquivos de família”, também por esses anos criado na BAD, privilegiou os mesmos temas, mas encontra-se actualmente inactivo. Nesta conjuntura, Pedro Abreu Peixoto, dinamizador das ações referidas, publicou um pequeno estudo preconizando a extensão de uma “política de arquivos” a este sector, também no quadro de afirmação da identidade arquivística que então se vivia (rede nacional de arquivos, políticas de arquivos, produção de instrumentos de descrição à escala nacional, discussão sobre a configuração do arquivo nacional, etc)⁶². Em 2007, a chamada de atenção sobre fundos que englobam os arquivos de família pertenceu a um outro grupo de trabalho da BAD, o dos arquivos municipais, cujo encontro anual de 2007 versou o tema *Fundos Privados em Arquivos Municipais: Perspectivas e Projectos*⁶³. O facho mais continuado do cuidado patrimonial tem sido mantido pelo Congresso Casa Nobre, promovido pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, e que conta com duas edições (2005 e 2008), estando publicadas as Actas da I e em vias de publicação as da II⁶⁴. Em termos de dinâmicas

esame comparativo delle normative regionali in materia di archivi privati in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 141-153.

⁶² PEIXOTO, Pedro Abreu – Aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma política de arquivos. Os arquivos de família. *Cadernos BAD*. 1 (1994) 43-48.

⁶³ As actas não estão ainda disponíveis, mas podem encontrar-se informações em http://www.apbad.pt/Seccoes/S_ArqMunicipais/8EncontroArqMun.htm.

⁶⁴ Casa Nobre – um património para o futuro: actas do 1º congresso internacional. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 2007. É de referir que estes

privadas, exemplos pioneiros como o das Fundações da Casa de Mateus e da Casa de Fronteira, merecem o maior destaque, de modo a proporcionar alargamento e continuidade⁶⁵. Quanto às autoridades públicas centrais, os dados fornecidos pelo *Boletim da Dgarq* (ex *Boletim do IAN/TT*) permitem-nos supor que se assiste a um lento inverter da situação, com o aumento dos depósitos – o Arquivo dos Viscondes de VNC (2000) e o da Família Saldanha Albuquerque e Castro Ribafría (Penamacor) Lima e Melo Falcão Trigoso (2008) – e doações (Arquivo da Família Gama Lobo Salema)⁶⁶. Saliente-se que os três acervos são amplos conjuntos documentais, tanto em número de documentos como de amplitude temporal. Estamos, no entanto, ainda longe do panorama dos restantes países que temos vindo a analisar, em que se está já numa fase muito proactiva, com publicação das descrições, dinamização cultural, colaboração com as universidades, promoção de debates, elaboração de documentos legais e de manualística, como acima referido.

2.2. Revalorização da história dos sistemas de informação familiares como forma de propor organizações arquivísticas adequadas

O estudo da forma como os arquivos de família surgiram e foram sendo mantidos tem neste momento algumas linhas principais. Destacaríamos,

congressos se inserem numa dinâmica mais antiga, a do “Projecto Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez”, com focalização num objecto diverso, mas que tem permitido o contacto com o meio afim dos arquivos de família (que conta já com cinco volumes de inventário editados, de 1989 a 2004).

⁶⁵ *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005. Veja-se o site <http://www.casademateus.com/home.htm>. O actual Marquês de Fronteira vendeu à Torre do Tombo, em 1975, o arquivo que então detinha na sua posse. No entanto, após a criação da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, tem reunido nesta, por compra, documentação que se encontrava dispersa, ver *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, vol. VI, p. 197, e informação constante no sítio da Fundação, em “Família/arquivos”. A Fundação tem uma extensa actividade cultural, ver <http://www.fronteira-alorna.pt/index.htm>.

⁶⁶ SARAIVA, Teresa – O arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira. *Boletim da Dgarq*. 4 (Janeiro-Março 2008) 5; RAMOS, Maria Fátima Dentinho do Ó – Depósito de bens arquivísticos. *Boletim da Dgarq*. 4 (Janeiro-Março 2008) p. 9 [Arquivo da Família Saldanha Albuquerque e Castro Ribafría (Penamacor) Lima e Melo Falcão Trigoso] e SARAIVA, Teresa – O arquivo da família Gama Lobo Salema. *Boletim da Dgarq*. 5 (Abril-Junho 2008) 4.

em primeiro lugar, a busca e análise de testemunhos mais antigos deste movimento, que para a Alta Idade Média se tem centrado na questão da produção de cartulários pelas administrações eclesiásticas e a sua influência nos acervos documentais da nobreza leiga a elas associada⁶⁷. Quanto às centúrias do estabelecimento das monarquias feudais, embora seja central o tema do desenvolvimento da prova escrita como essencial ao reforço da administração régia – onde é imprescindível sublinhar a influência dos estudos pioneiros de Michael Clanchy⁶⁸ – vão surgindo estudos que destacam a proximidade epocal e metodológica da organização dos arquivos senhoriais, que são melhor conhecidos sobretudo do século XIV em diante⁶⁹. A consciência genealógica que por esta altura é uma tendência firme na

⁶⁷ KOSTO, Adam Kosto; WINROTH, Anders (ed.) – *Charters, chartularies and archives. The preservation and transformation of documents in the medieval west. Proceedings of a colloquium of the Cons international de Diplomatique, Princeton and New York, 16-18 September 1999*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002; DECLERCQ, Georges – *Originals and chartularies. The organization of archival memory (ninth-eleventh centuries)* in HEIDECKER, Karl (ed.) – *Charters and the use of written word in medieval society*. Turnhout: Brepols, 2000, p. 147-170; HECHT, Alexander – *Between memoria, historiography and pragmatic literacy: the Liber Delegacionum of Reichersberg* in HEIDECKER, Karl (ed.) – *Charters...*, cit., p. 205-211 e GASPARRI, Stefano; LA ROCCA, Cristina (ed.) – *Carte di famiglia: strategie, rappresentazione e memoria del gruppo familiare di Totone di Campione (721-877)*. Roma: Viella, 2005.

⁶⁸ CLANCHY, M.T. – *From Memory to Written Record: England, 1066-1307*, 1979; Archives and Memory in the Middle Ages. *Archivaria*. 11 (1981) 115-125; e a 2^a edição revista de *From memory*. Oxford: Blackwell, 1993.

⁶⁹ GUIARD, Patricia – La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi. Le cartulaire et le chartier des Mignons. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. 157 (1999) 523-563; VON KAENEL, Vivianne – *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l'inventaire des archives de la famille Bouvier: 1445*. Lausanne: Univ Lausanne, 2003; RÜCK, Peter – L'ordinamento degli archivi ducali di Savoia sotto Amedeo VIII: (1398-1451). Roma, 1977 (separata de *Quaderni della Rassegna degli Archivi di Stato*, 48); CECCHI ASTE, Elena (ed.) – *Il carteggio di Gaeta: nell'archivio del mercante pratese Francesco di Marco Datini 1387-1405*. Gaeta: Edizioni del comune di Gaeta, 1997; RICHARD, J. – Les archives et les archivistes des ducs de Bourgogne dans le resort de la Chambre des Comptes de Dijon. *Bibliothèque de l'École de Chartres*, CV (1944) 123-169; EVERGATES, Theodore – The Chancery Archives of the Counts of Champagne: Codicology and History of the Cartulary-Registers. *Viator*. 16 (1985) 159-180; CONDE Y DELGADO DE MOLINA, Rafael – Archivos y archiveros en la Edad Media peninsular. *Historia de los archivos y de la archivística en España*, p. 13-28; NAVARRO BONILLA, Diego – El proceso de inventario de escrituras: fuente documental para una historia social de la cultura escrita en Aragón in CLARAMUNT, S. (coord.) – *El món urbà la Corona d'Aragó del 1137 als decrets de nova planta. XVII Congrès d'Historia de la Corona d'Aragó. Actas*. Barcelona: Universidad Barcelona, 2003, vol. II, p. 807-816.

Europa ocidental⁷⁰ – e revestindo, no Sul, formas tão acabadas com os morgadios e *fideicomissos* – influenciará os esforços para a reorganização dos arquivos, embora cada caso tenha de ser estudado a fundo, para evitar o que Joseph Morsel relata quanto aos fundos da nobreza alemã tardomedieval⁷¹. Conhecem-se já bem algumas tendências gerais, como a relação directa entre formas sucessórias mais estruturadas e a conservação dos documentos, muitas vezes objecto de uma verdadeira gestão familiar⁷²; ou a influência que sobre estes arquivos – em especial os maiores – exerceram os arquivos régios no que toca à abertura ao público (que foi a par com uma abertura menos voluntária, a provocada pela exigência de prova quanto ao estatuto e posses nobres, à cadência da centralização monárquica)⁷³. Nos séculos subsequentes, as principais tendências evolutivas deste tipo de arquivo são a complexificação administrativa e – em especial influente nas reorganizações – o triunfo da concepção patrimonial e da consciência histórico-genealógica, que trará modificações de fundo, nomeadamente a constituição de “secções históricas”, as primeiras grandes desorganizadoras dos sistemas anteriores⁷⁴. No final do Antigo Regime, seguindo tendências

⁷⁰ KETELAAR, Eric – The genealogical gaze..., *cit.*; WOOLF, Daniel – *The Social Circulation of the Past. English Historical Culture 1500-1730*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

⁷¹ MORSEL, Joseph - Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne. *Révue de Synthèse*. 125 (2004) 83-110. Reflecte sobre este mesmo aspecto, numa investigação a partir de fundos familiares, LEMONDE, Anne - Les Allemand et le Dauphin (XIIIe-XVe siècle): du lignage médiéval au lignage moderne, réflexion sur les recompositions de la noblesse à la fin du Moyen Âge in FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales...*, *cit.*, p. 127-148.

⁷² INSABATO, Elisabeta – Le “nostre care scrittura”..., *cit.*, p. 885-887. RAINES, Dorit – L'arte di ben informarsi. Carriera politica e pratiche documentarie nell'archivio familiare di patrizi veneziani: i Molin di San Pantalon in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari...*, *cit.*, p. 187-210.

⁷³ RODRÍGUEZ DE DIEGO, J.L. & J.T. – Un archivo no solo para el Rey. Significado social del proyecto simanquino en el siglo XVI in MARTÍNEZ MILLÁN, J. (ed.) – *Felipe II (1527-1598). Europa y la Monarquía Católica*, vol. IV, 463-475. Madrid: Europa, 1998; COULOMB, Clarisse – La publicité des archives de la noblesse sous l'Ancien Régime: l'exemple du Dauphiné, XVIIe-XVIIIe. siècle in FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales...*, *cit.*, p. 89-101

⁷⁴ INSABATO, Elisabeta – Le “nostre care scrittura”..., *cit.*, p. 878-911; INSABATO, Elisabeta – Un momento fondamentale nell'organizzazione degli archivi di famiglia in Italia: il Settecento in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, *cit.*, vol. 1, p. 289-310; AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – Erudición y organización de archivos

mais gerais a todos os sistemas de informação e às concepções de organização da sociedade, as classificações de ordem temática e racionalista fazem a sua entrada, provocando, por vezes, verdadeiras revoluções na organização dos materiais⁷⁵.

Não há unanimidade quanto ao quadro de classificação. Em Espanha, os arquivistas da *Sección Nobleza* do *Archivo Histórico Nacional* optaram pela elaboração e aplicação generalizada de um quadro de classificação temático-funcional, com alguma espessura histórica, mas reconhecidamente uma solução de compromisso em relação aos resultantes de investigações aprofundadas⁷⁶ (na linha do já proposto por Olga Gallego Domínguez para os arquivos familiares em geral, no início dos anos 90⁷⁷, e dos trabalhos de Borja Aguinagalde⁷⁸). Continuam a existir em Espanha organizações

privados en la monarquía absoluta: de la función común a la configuración de una profesión específica in GIMENO BLAY, Francisco M. (ed.) – *Erudición y Discurso Histórico: las instituciones europeas (s. XVIII-XIX)*. Valencia: Universitat, 1993, p. 129-156.

⁷⁵ ANGELINI, Massimo – La cultura genealogica in area ligure nel XVIII secolo: introduzione ai repertori delle famiglie. *Atti della Società ligure di storia patria*. Nuova serie, XXXV/CIX (1995) 189-212; VALDÈS, Marina – Ordinamenti ottocenteschi negli archivi feudali sardi: gli archivi Amat di San Filippo e Amat di Settecento in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 2, p. 816-827; PAPAGNA, Elena – Archivi di famiglia nel Mezzogiorno d'Italia. Il caso dei Caracciolo di Brienza-Martina in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari e domestici*, p. 276-298; RIVA, Elena – Tra Como e Milano – Storie e memorie familiari nella seconda metà del Settecento Pantalon in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari...*, cit., p. 299-330 e SILVA, Armando Malheiro e outros – *Arquivística...*, cit., p. 95 e seguintes.

⁷⁶ GARCÍA ASER, Rosario; Aránzazu LAFUENTE URIEN – *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Los archivos familiares: La Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional. Tratamiento arquivístico y fuentes documentales. in *La investigación y las fuentes documentales de los archivos. I y II Jornadas sobre investigación en archivos*, Guadalajara: ANABAD Castilla-La Mancha, Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial, 1996, p. 975-998; discutindo os prós e contras do quadro de classificação-tipo, MAS GONZÁLEZ, Carlos – Cuadros de clasificación de archivos nobiliarios. La iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional in *Libros y documentos...*, cit., p. 493-500. Ver ainda as apreciações globais de BLASCO MARTÍNEZ, Rosa María – Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate in *Libros y documentos...*, cit., p. 391-403.

⁷⁷ GALLEGOS DOMÍNGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

⁷⁸ AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja – *Archivos de Familia: Materiales Para Un Manual: Master de Archivística Vitoria-Gasteiz*. Iragi: Centro de Patrimonio

diversas, feitas a partir de maior investigação⁷⁹, incluindo as que se baseiam na sequência geracional⁸⁰, a permanência dos documentos nos seus sistemas produtores, alguns dos quais muito elaborados e dotados de arquivistas profissionais, a isso tem ajudado, sendo o mais notório o da Casa Ducal de Medinaceli⁸¹.

O mesmo poderíamos dizer de Itália⁸², enquanto em França a força da tradição dos *Archives Nationales*, já secular, tem contribuído para uma uniformização acentuada – tanto mais que há muitos fundos depositados em arquivos públicos⁸³.

Para além do estudos das formas de organização antigas e das classificações a seguir, começam a surgir investigações sobre aspectos a que poderíamos chamar mais histórico-sociológicos, no âmbito dos “usos sociais

Documental de Euskadi, 1991; Los archivos de familia. Definición, estructura, organización. *Nuevos extractos de la Real Sociedad Bascongada de los Amigos del País. Comisión de Guipúzcoa*. 5 (1992) p. 9-37.

⁷⁹ Cfr. os trabalhos de Antonio Sánchez González citados na nota 55 e ainda, entre outros, AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco de Borja - El Archivo de la Casa de Zavala. Método de organización e historia de la formación del Archivo in *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala. Volumen I. Introducción*. San Sebastián: [s.n.], 2000, p. 17-146 (disponível em www.snae.org/pdf/zavala.pdf). CANELLAS ANOZ, Beatriz - Tratamiento archivístico de los fondos patrimoniales del Archivo de la Corona de Aragón, in *Il futuro della memoria*. vol. 1, p. 230-241; FLORES VARELA, Carlos - Sobre la organización de la documentación señorial. *Boletín ANABAD*. XLVII, 1 (Janeiro 1997) 29-55; FLORES VARELA, Carlos - El estado señorial de Gálvez: organización institucional y documental in *La investigación y las fuentes...*, cit., vol. 2, pp. 999-1013.

⁸⁰ GONZÁLEZ NICOLÁS, Elena; LAVÍN GARCÍA, María Jesús – La organización del archivo de San Roman de Escalante in *Libros y documentos...*, cit., p. 417-428.

⁸¹ Ver *supra* nota 55.

⁸² É o caso da reflexão teórica feita a partir da reorganização dos arquivos Palavicini por BOLOGNA, Marco – Per un modello generale degli archivi di famiglia. *Atti della Società ligure di Storia patria*. XXXVI, 2 (1996) 553-588. A defesa da aplicação do método histórico em arquivos de família depositados em arquivos públicos é feita por CORBELLINI, Roberta – Gli archivi privati dell’Archivio di Stato di Udine, con una riflessione sul metodo storico. in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) *Archivi nobiliari...*, cit., p. 135-150; ver ainda a interessante proposta de BIZZOCCHI, Roberto – Un archivio primogenitale: Bracci Cambini, Pisa, secoli XVII-XIX in CASELLA, Laura, NAVARRINI, Roberto (ed.) – *Archivi nobiliari...*, cit., p. 241-253.

⁸³ Para além da base de dados BORA, citada na nota 48, ver D'HUART, Suzanne; DE TOURTIER-BONAZZI, Chantal ; SIBILLE, Claire (rev. e ed.) e NOUGARET, Christine (dir.) – *Etat sommaire des fonds d'archives privées: séries AP (1 à 629 AP) et AB XIX*. Paris: Centre historique des Archives nationales, 2004; e o colóquio editado na *Gazette des Archives* de 2006 (ver nota 41).

dos sistemas de informação arquivísticos": usos escrita, do arquivo, reforço da coesão familiar⁸⁴.

Em Portugal estivemos longe de uma dinâmica de investigação de história arquivística como a que testemunham os trabalhos anteriores. No entanto, deve referir-se a existência de uma reflexão sobre a organização dos arquivos familiares de Antigo Regime que, apesar de escassa, tem evoluído num sentido muito positivo, se bem que a necessitar de maior difusão e aproveitamento. Como ponto de partida, podemos apontar o início da década de 90 quando, a par de outros quadros de classificação temáticos-funcionais elaborados no seio do IPA, surgiu o já referido trabalho de Pedro Abreu Peixoto⁸⁵. Não se torna necessário historiar de forma pormenorizada o desenvolvimento deste campo, uma vez que tal já foi feito por Armando Malheiro da Silva⁸⁶. Cabe dizer que se verificou um abrandamento da dinâmica inicial por parte dos arquivistas que a tinham lançado (Pedro Abreu Peixoto, Paulo Mesquita Guimarães), para surgir de forma mais isolada, mas teoricamente mais consolidada, em torno de um projecto de reorganização de um grande arquivo de família, o da Fundação Casa de Mateus, a partir de 2001⁸⁷.

⁸⁴ A título de exemplo CASAUS BALLESTER, M^a José, *La Casa De Hijar* (Teruel) y el uso de algunos archivos. *Boletín de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas historiográficas*. 2 (2006) 103-222; GUIARD, Patricia - La gestion de l'écrit dans une famille de serviteurs du roi... *cit.*; VON KAENEL, Vivianne, *Histoire patrimoniale et mémoire familiale...* *cit.*; HEAD, Randolph - Knowing like a state: the transformation of political knowledge in Swiss archive inventories, 1470-1770. *Journal of Modern History*. 75/4 (2003) 745-782; IRANZO MUÑIO, María Teresa - El archivo de la Casa Ducal de Hijar. Memoria, poder y relaciones de parentesco y España, siglos XV-XX. *Jornadas sobre el señorío ducado de Hijar*, p. 187-210; NAVARRO BONILLA, Diego - *La imagen del archivo: representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*. Somonte: Cenero, 2003; ROMERO TALLAFIGO, Manuel - Los documentos y el archivo como armas defensivas del linaje: el caso del Archivo Ducal de Medicinaceli, in CASAUS BALLESTER, M^a José (coord.) - *Jornadas sobre el señorío ducado de Hijar: sete siglos de história nobiliária*. Hijar: [s.n.], 2007, p. 111-142.

⁸⁵ Pedro Abreu Peixoto, *Arquivos de família. Orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*. Lisboa: IPA, 1991.

⁸⁶ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais, *cit.*

⁸⁷ SILVA, Armando Malheiro da – A Casa de Mateus e a memória: o acesso sistémico a séculos de documentos na era da informação in *Casa de Mateus. Catálogo do arquivo...*, *cit.*, p. 13-31.

A par destes estudos, são cada vez mais frequentes os trabalhos de reorganização de acervos familiares. Deles resultam por vezes ricas experiências, em que se misturam os aspectos de História das estruturas de arquivo e as propostas de organização dos materiais. Por vezes, aplicam-se quadros de classificação de escassa espessura histórica, mas a investigação genealógica, contextual e sobre as práticas de arquivagem de muitos deles, traz contributos válidos à elaboração de propostas de organização mais complexas e fiéis à realidade dos sistemas de arquivo antigos⁸⁸.

2.3. Sistemas de informação familiares e investigação histórica

A investigação histórica sobre as Épocas Medieval e Moderna tem sido enriquecida pela revalorização dos arquivos de família de dois modos diversos. Em primeiro lugar, pelos contributos informativos que traz, nomeadamente a biografias, prosopografias, estudos sobre as diversas formas de organização do parentesco⁸⁹. Depois – e isto reputamos essencial – o uso da informação produzida pelas próprias famílias permite estudar a forma com este corpo social se auto-organizava, auto-identificava, auto-reproduzia e auto-sustentava. Quanto ao estudo dos seus arquivos, em particular, verifica-se a mesma riqueza de conteúdos (quantitativos e qualitativos, destacando-se quanto a este as tipologias documentais raras ou inexistentes noutros fundos) mas, talvez ainda mais importante, a possibilidade de medir o papel da gestão documental na estruturação e manutenção do corpo linhagístico. No cômputo global, pode dizer-se, em certos aspectos, que o uso desta documentação permite a entrada na História de actores até agora mal conhecidos, pouco conhecidos ou mesmo ignorados e, no seu conjunto, possibilita o questionamento de versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos

⁸⁸ Ver o levantamento de RIBEIRO, Fernanda – *O acesso...*, cit., a completar com os de SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos familiares...*, cit. e *Arquivos de família...*, cit..

⁸⁹ Foi o caso do manancial de dados que o acesso ao Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, no ANTT, trouxe ao trabalho de investigação de FARELO, Mário Sérgio – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: [s. n.] 2008 (dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

sociais mais “administrados” e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação⁹⁰.

Em relação ao caso português, seria antes de mais importante fomentar a reflexão sobre o tema e a confluência de esforços. Há uma situação algo paradoxal, que se traduz pela existência de um significativo número de estudos de grande qualidade sobre a organização familiar e a utilização de capitais simbólicos por parte da nobreza, em especial, mas sem que tal tenha levado ao questionamento mais profundo do uso/desuso de fontes próprias do corpo linhagístico nobiliárquico⁹¹. Assim, o prosseguimento dos estudos e a ausência de determinados tópicos tem a ver, em primeiro lugar, com a inexistência quase total dos arquivos de família no elenco de fundos disponíveis nos arquivos públicos, seja ela real, ou apenas criada por descrições insuficientes ou inadequadas, ou ainda por falta de difusão cultural dos serviços de arquivo. Em segundo lugar, com a escassez de arquivos privados abertos a consulta pública (pelo menos, aos investigadores credenciados). Há ainda uma dependência grande do paradigma oitocentista de “arquivo nacional” quando se pensa na constituição de *corpus* documentais para as investigações históricas de períodos a ele anteriores e alheios, em

⁹⁰ FIGEAC, Michel – À la recherche de la noblesse dans les archives privées de l’Aquitaine: un second ordre retrouvé? in FAVIER, René (ed.) – *Archives familiales...*, cit., p. 181-196; MENSION-RIGAUD, Éric – L’historien et les archives privées in *Les archives au fil du temps...*, cit., p. 21-26; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – Fuentes para los estudios genealógicos y familiares en los archivos nobiliarios. *Revista Hispania*. LX, 206, (2000) 977-1000; VISCEGLIA, Maria Antonietta – Archivisti e storici di fronte agli archivi di famiglia..., cit.; NOUGARET, Christine – L’intérêt des archives privées pour l’Histoire. *Gazette des archives*. 201 (2006) 19-25; RUITENBERG, Geertruida Maria Wilhelmina – Access to private archives as historical sources in the Netherlands, in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 193-201; LITZEN, VEIKKO – The new challenges of the Finnish family historians in TASCINI, Irma Paola (dir) – *Il futuro...*, cit., vol. 1, p. 202-209. Da parte dos historiadores, uma renovação da monografia familiar tem incluído o questionamento das fontes, ver AURELL, Martin (ed.) – *Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problématiques*. Turnhout: Brepols, 2004.

⁹¹ Seja-nos permitido remeter para estudos onde abordámos o assunto ROSA, Maria de Lurdes – Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das élites sociais “intermédias” in FERNANDES, Isabel C. (ed.) – *As Ordens militares e as Ordens de cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens militares*. Palmela: GEOS-Município de Palmela, 2009, p. 187-245 e SOCIABILIDADES e ESPIRITUALIDADES NA IDADE MÉDIA: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais in *Actas das Jornadas Lusitania Sacra*, Universidade Católica Portuguesa (no prelo).

termos de produção, circulação e conservação da informação. A tentativa de colmatar estas falhas tem-se feito através do recurso legítimo – e muitas vezes extremamente trabalhoso – a fundos documentais com os quais o corpo familiar se cruzava, e nos quais deixou vestígios. Porém, o carácter de esfera de intersecção do que daqui resulta raramente é teorizado como tal. Nestes fundos, que são maioritariamente os da Coroa e da Igreja (em especial as instituições religiosas), encontram-se sinais da produção de informação do corpo linhagístico que são, por vezes, quase absolutos (as cópias de documentos – mas não nos esqueçamos que a simples obrigatoriedade das cópias já testemunha de uma fase de ingerência na produção de informação familiar), mas, as mais das vezes, apenas relativos, porque filtrados pelo tipo de relação que os dois produtores de informação estabeleciam. A investigação construída a partir do método prosopográfico – que consiste em reunir o maior número de informações possíveis sobre um personagem, subalternizando a esta categoria uma explicitação sobre a proveniência das informações – deixa de lado aqueles problemas. A solução não será tanto, ou apenas, aumentar o número de fundos vistos, numa diligência explicativa que afinal seria sobretudo substancialmente cumulativa. É preciso antes de mais reconstruir o universo de produção informacional que rodeava o personagem (não basta a sua versão mais simples, a explicitação dos fundos a que se recorreu), caracterizar o tipo de informação que cada uma das instâncias produziria, e depois mapear a sua existência e ausência. Assim, o que subsiste teria bem definidos os seus limites, em termos de possibilidade de explicação histórica. Uma vantagem colateral, embora de monta, seria ainda o facto de que as sucessivas eliminações e arrumações arquivísticas – a começar pelas operadas pelos próprios produtores da documentação – terem assim menos hipótese de serem interpretadas de formas erróneas, que vão desde o clássico “em Portugal não há fontes para isto pela sua especificidade histórica”, até aos objectos históricos criados a partir de determinada configuração arquivística epocal e depois retroprojectados (em boa parte, o caso da estrutura linhagística)⁹².

⁹² MORSEL, Joseph – *Le médiéviste...*, cit..

3. O Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira

O Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira está depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde finais de 2000, através de um contrato de depósito com representantes da família proprietária⁹³. Segundo os termos deste, o Arquivo Nacional deveria “proceder ao tratamento técnico da documentação entregue”⁹⁴. Em termos de organização e descrição documental, o trabalho está disponível desde inícios de 2009, na base de dados geral da DGARQ (Digitarq), na qual se pode consultar até ao nível “documento simples”. A versatilidade informática permite um uso multiforme da descrição, o que é uma enorme vantagem. É possível realizar trabalhos de diversa natureza sobre a base de dados, nomeadamente o da pesquisa de dados simples.

Na esteira das ideias que temos vindo a expôr, porém, é preciso ir um pouco mais longe na apreciação da descrição, uma vez que o “IDD” proposto não é sequer um simples catálogo cronológico (sendo que mesmo estes impõem uma determinada estruturação da documentação que não é simples). Os documentos, simples e compostos, estão directamente dependentes de “secções”. Não existem séries, portanto, o que permitiria reconhecer melhor as formas de produção documental e, ainda, trabalhar melhor com grandes grupos homogéneos de informação. Num segundo momento, nas secções propostas, verifica-se uma combinação entre a organização original e atribuída. A primeira a partir de três instrumentos de descrição existente no arquivo, e que surge como algo entre o orgânico e o topográfico. A segunda, a que atribuiríamos um carácter funcional/orgânico (com cinco secções, as primeiras três serão de natureza funcional: “organização e constituição do arquivo”, “administração da casa”, “contencioso”; as restantes, orgânicas (?)) “Marqueses de Ponte de Lima” e “Deado de Évora”. Por fim, uma coleção (“Colecção de documentos”). A organização original é atribuída a partir de três documentos existentes no acervo documental, sendo que dois são de

⁹³ SARAIVA, Teresa – O arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira; e campo “modalidades de aquisição” na descrição ao nível “fundo” na base de dados Digitarq, no site da DGARQ (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>).

⁹⁴ Além de um conjunto de tarefas ligadas à reprodução e comunicação: cfr. SARAIVA, Teresa – O arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, *cit.*

facto algo no âmbito de “inventários”, e o terceiro é um livro de registo de rendimentos⁹⁵.

Não é nossa intenção proceder a uma crítica aprofundada deste labor, que tem a grande virtude de disponibilizar os documentos. Se referimos a estrutura da descrição foi para ressalvar que a documentação é proposta sob certa forma, caso passemos para além da utilização simples da informação. Essa forma teria tudo a ganhar se fosse feita de acordo com os métodos da investigação histórica em arquivos, recorrendo aos muitos exemplos disponíveis. A disponibilização da documentação pelo ANTT vem, porém, agora possibilitar este trabalho, que seria difícil de realizar em âmbito não científico. Apontemos algumas pistas para tal.

Em primeiro lugar, é necessária uma definição clara do tipo de arquivo que está presente. Como é justamente indicado⁹⁶, a documentação passou por grandes vicissitudes, tendo sido reunida pela família nos anos anteriores ao depósito. A título de exemplo, uma claríssima e muito prejudicial ausência é a de livros de registo: em termos comparativos, há muitíssimo mais documentos soltos do que livros. Depois, é um conjunto documental complexo, pertencendo a uma casa titular (e não a uma mais simples “família”). Por fim, a casa titular em questão, embora tenha sido das mais estáveis e tenha feito parte do grupo dos «puritanos», a que Nuno Monteiro atribui alguma influência e supremacia⁹⁷, foi antes de mais um sistema agregador de alianças e patrimónios, que parece ter sabido utilizar com grande mestria os mecanismos de resolução de problemas sucessórios de diferente índole (perdas de varonia naturais ou accidentais, problemas sucessórios de natureza política durante a Restauração, perseguição pelo Marquês de Pombal, etc). Funcionando assim, a relação com a informação produzida era fundamental, nas suas vertentes da conservação e organização. Antes de mais, há que distinguir conjuntos documentais que foram incorporados na

⁹⁵ Informações em campos “História custodial” e “Organização e ordenação”, na descrição ao nível “fundo” na base de dados Digitarq, no site da DGARQ (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>).

⁹⁶ Campo “História custodial” na descrição ao nível “fundo” na base de dados Digitarq, no site da DGARQ (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>).

⁹⁷ MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: IN-CM, 1998, p. 132 e seguintes, re-equacionando a importância do grupo mas reconhecendo uma capacidade de exercer influência e supremacia, em especial na contracção de alianças.

altura das alianças, bem como os respectivos inventários (que só a eles dizem respeito), e ainda compreender a forma como aqueles foram integrados no circuito documental maior de que passaram fazer parte. Esta é uma questão maior em toda a bibliografia sobre arquivos nobiliárquicos, que propõe diversas soluções⁹⁸. De seguida, e na esteira dos mesmos estudos, há que estabelecer as sucessivas formas de relacionamento dos produtores/organizadores da informação com esta, em função dos contextos históricos, pois elas condicionam muito a forma de a organizar. Há que estudar os vestígios das sucessivas reorganizações documentais e usos do arquivo – há indícios claros de “interesses legais” (localização, transcrição, re-arrumação de documentos para pleitos e processos)⁹⁹, mas também de algo que se situa entre a curiosidade e a memória histórica/genealógica/erudita. Alguns documentos, que infelizmente se encontram bastante truncados, são verdadeiros compósitos de inventário do arquivo com história da família¹⁰⁰, em geral começando num e acabando noutra, como se se tornasse evidente que não era possível organizar os papéis sem recorrer à estrutura genealógica que lhe dava sentido. Apesar das delapidações, o arquivo é bastante rico neste tipo de informação, sendo de destacar a existência de alguns inventários, todos eles com o seu interesse específico¹⁰¹. O último, que tem a vantagem adicional

⁹⁸ Ver as notas 50, 55 e 61. Os trabalhos de António Sánchez González lidam directamente com esta questão, assim como os de Maria José Casaus Ballester, pois ambos estiveram ou estão ligados a arquivos de casas titulares de significativa dimensão.

⁹⁹ Ver ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 59, doc. 85, “Relação de documentos entregues a D. João Luís de Vasconcelos” (1633); ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 32, doc. 34, “Parecer sobre a posse dos morgados por parte de D. João Fernandes de Lima”, 1691; ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 8, doc. 5, “Parecer sobre o morgado de Gaião”, 1649; para além da presença de cópia de alguns dos vários processos, por exemplo, ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 18, doc. 1 e cx. 17, doc. 1 – Ação cível entre D. João Luís de Meneses e D. João de Vasconcelos e Meneses sobre morgadio de Soalhães e casa de Mafra, e apenso à mesma; ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 40, doc. 1, “Feito principal da Casa de Mafra, em que são partes os Viscondes de Vila Nova de Cerveira e os condes de Vila Nova”.

¹⁰⁰ Por exemplo, ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 5, doc. 28, “Papéis tocantes aos dois morgados dos Britos e dos Nogueiras”, s.d.; ANTT – *Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 2, nº 9 e nº 10, “Relação de todos os papéis, instituições, mercês e títulos de fazendas e outras mais notícias que se acham no arquivo do excellentíssimo senhor D. Tomás de Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira”, s.d..

¹⁰¹ Informações em campo “Organização e ordenação”, na descrição ao nível “fundo” na base de dados Digitarq, no site da DGARQ (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>).

de estar datado (1819), parece representar todo o conjunto do arquivo numa data muito importante – as vésperas do advento do regime liberal, cuja legislação iria em breve mudar para sempre a vida deste tipo de organismo.

Em suma, a investigação institucional torna-se aqui de grande importância. A instituição família, antes de mais: genealogia da filiação e aliança; a dos cargos desempenhados, depois: não só os directamente jurisdicionais, mas também os políticos, pois o desempenho de algumas funções de Estado deixaram traços marcantes (no que é de novo uma característica comum a muitos destes arquivos)¹⁰²; por fim, a da relação com a administração patrimonial: que propriedades, que expressões territoriais, que corpos a geriam. Depois, há que fazer um esforço de reflexão e de integração dos saberes historiográficos para pensar o organismo produtor e, a partir daí, a sua orgânica. O uso do conceito de “Viscondado” para pensar a entidade que produziu este sistema de informação parece-nos a este respeito bastante operacional – designa uma entidade que não existe no ordenamento societal actual, e que era um misto de relações humanas estruturadas pelo parentesco, bens patrimoniais e direitos jurisdicionais, num conjunto que tinha sentido em si e ultrapassava aqueles que lhe davam corpo, em cada geração. No fundo, uma “casa nobre”, neste caso com um título (o que fazia alguma diferença), com tudo o que isso implica em termos de natureza, funcionamento e reprodução – tal como tem sido definido pela historiografia recente¹⁰³. Aqui, de novo, a junção de saberes revela-se fundamental, já que as aquisições daquela permitem ultrapassar visões institucionais anacrónicas, insistindo na importância dos aspectos simbólicos e de poder/saber – e onde melhor situar o arquivo? – para a estruturação destes corpos. O trinómio geração/território/jurisdição parece-nos neste momento muito relevante para definir e organizar a instituição produtora da informação, embora haja ainda um longo caminho de investigação arquivística a percorrer.

¹⁰²Cfr., por exemplo, SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Antonio - Los archivos de la nobleza: perspectivas para la investigación in *Actas de las Jornadas Archivos e Investigación*. Murcia: Ministerio de Cultura – Universidad de Murcia – Caja Murcia, 1996, p. 124-140, categorizando-os como “documentos de «función anexa»” (p. 131-132).

¹⁰³MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes...*, cit., p. 33 e seguintes; no que toca à relação Casa/arquivos, ver por todos, VISCEGLIA, Maria Antonietta – *Archivist e storici...*, cit..

Doces obrigações

O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – Séculos XVI a XVIII

Saul António Gomes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e
da Cultura da Universidade de Coimbra
sagcs@fl. uc.pt

Texto entregue em/Text submitted on: 22/04/2009

Resumo/Abstract:

Neste estudo, o Autor propõe-se analisar a história de uma comunidade feminina de clausura franciscana observante, a do Mosteiro de Jesus de Setúbal, tanto numa perspectiva de longa duração, elucidando as linhas de coerência memorial e religiosa da instituição, como, numa leitura mais conjuntural, aprofundar a análise de fontes setecentistas privilegiadas para a reconstituição de aspectos sociológicos relativos ao quotidiano festivo que se viveu na comunidade, entre os anos de 1710 e 1770. Ao rigor do quadro normativo institucional da Ordem, consagrado nas Regras e nas Constituições, sobretudo as de 1639, com circulação impressa em Portugal, a partir de 1693, justapõe-se a realidade micro-histórica destas clarissas com as suas fugas à norma mas, aparentemente, sem cedências substanciais à coerência essencial e característica da herança espiritual e social da(s) fundadora(s): Santa Clara e D. Justa Rodrigues.

This study sets out to analyse a Franciscan contemplative community of nuns, of the Monastery of Jesus in Setúbal, both from a long term perspective by elaborating on the memorial and religious lines of the institution, and through a more focused reading of eighteenth century sources that provide us with sociological reconstructions of the lively daily habits of the community from 1710 to 1770. The rigor of the Order's institutional normative framework, enshrined in the Rules and Constitutions, particularly those of 1639, which circulated printed from 1693 onwards, were replaced by the micro-historic reality of the clares who evaded the rule, apparently without substantially renouncing to the coherence essential and inherent to the spiritual and social heritage of its founder(s): Saint Clare and Justa Rodrigues.

Palavras chave/Key words:

Monaquismo moderno português; Clarissas; Mosteiro de Jesus de Setúbal; Abadessas; Doçaria conventual.

Modern Portuguese monasticism; Clares; Monastery of Jesus in Setúbal; Abbesses; Convent sweets.

1

Na abertura do século XVIII, o universo monástico lusitano mostrava uma vitalidade que virá a contrastar com os transtornos de agonia que se farão sentir, sobretudo a partir do último quartel da centúria, e que culminarão na extinção das Ordens Religiosas de 1834¹. Predominavam nesse ciclo final, em número, os claustros masculinos, com uma população professa na ordem das 32 a 33 mil almas², enquanto as casas femininas se ficavam por pouco mais de 11 600 religiosas. Recolhidas, criadas, criados e também escravas e escravos, faziam subir a “população conventual” em cerca de mais 15 mil pessoas³.

Números não verificados, casuisticamente, e que traduzirão valores decerto demasiado optimistas. José Damião Rodrigues, mesmo considerando valores para unidades conventuais nos arquipélagos dos Açores e da Madeira que escaparam aos “mappas” dos autores setecentistas citados, reduz o cálculo da população conventual portuguesa desse período para um arco demográfico situado entre as 10 e as 15 000 almas⁴. Fernando Taveira da Fonseca, por seu turno, apresenta totais de 5760 religiosos e 3093 religiosas em claustros subsistentes em Portugal no ano de 1821⁵.

No universo conventual feminino nacional, nas vésperas da extinção das Ordens Religiosas, mais precisamente entre 1827-1828, segundo dados publicados, em 1835, pela Comissão Interina da Junta do Crédito Público, predominavam as religiosas franciscanas, com 58 casas, seguidas, a boa distância, pelas monjas dominicanas, com 17 estabelecimentos. Abaixo, as monjas beneditinas e bernardas, com 11 mosteiros cada e, logo depois, as carmelitas

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores, 1983, vol. II, p. 311; RODRIGUES, José Damião - A Estrutura Social in MENESES, Avelino de Freitas (ed.) - *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Vol. VII de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 404-441 e 419-422; FONSECA, Fernando Taveira da - Demografia eclesiástica in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 47-59.

² CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, [s.n.], 1763, p. 135-136 e Mapa de 1765, ou “Padrão” de Manuel José Perinlongue, editado por FERRO, João Pedro Ferro - *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa, [s. n.], 1995.

³ RODRIGUES, José Damião - A Estrutura..., cit., p. 420.

⁴ *Idem*, p. 421.

⁵ FONSECA, Fernando Taveira da - Demografia eclesiástica. II, cit., p. 53.

descalças, com 10 conventos. De outras Ordens e alguns braços reformados, os números situavam-se bastante aquém dos valores apontados⁶.

Conventos Femininos em Portugal em 1827-1828

ORDENS RELIGIOSAS	NÚMERO DE CASAS
Franciscanas ou Clarissas	58
Dominicanas	17
Beneditinas	11
Bernardas	11
Carmelitas Descalças	10
Carmelitas Calçadas	4
Agostinhas Calçadas	5
Agostinhas Descalças	1
Salésias e Urselinas	4
Brígidas	2
Trinas	2
Jerónimas	1
Terceira Ordem da Penitência	1
Militares (Comendadeiras de Avis, de S. Tiago e Maltesas de Estremoz)	3

Fonte: BRANCO, Manuel Bernardes - *História das Ordens Monásticas em Portugal*, Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888, vol. I, p. 239.

Mais de um terço do Portugal conventual feminino vestia, como se observa, o hábito franciscano. Poderemos considerar que este dados projectam as tendências sociológicas religiosas dominantes no Portugal tridentino de antanho. Reconhecemos que há, contudo, nestes valores indicativos, um significado histórico eclesiástico e espiritual que não pode ser diminuído.

A predominância de claustros femininos de matriz franciscana traduz, em primeiro lugar, as inclinações devocionais e espirituais dominantes da sociedade lusíada; mas é também admissível a premissa de que o maior

⁶ Socorremo-nos dos dados publicados por Manuel Bernardes Branco, citado no quadro. Devemos, contudo, assinalar a notória discrepancia com a estatística apresentada por Adrien Balbi, para 1821, apontando este autor 198 casas femininas, BALBI, A. - *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres Etats de l'Europe*, Paris: Rey et Gravier, Libraires, 1822, vol. II, p. 13-14.

número de claustros de freiras da Ordem fundada pelo *Poverello* denota, no plano social e económico, a maior facilidade com que se estabeleceram e multiplicaram estes lugares de vida monástica. A sua organicidade e permeabilidade a grupos sociais de diversos níveis económicos, mesmo a sua sustentação temporal, deveriam ser significativamente mais acessíveis, a tal ponto que, olhando para o mapa da sua distribuição geográfica, os vemos instituídos tanto nos aros de grandes cidades como, ainda, em percentagem expressiva, nos tecidos urbanos de média e pequena dimensão. Os estabelecimentos claustrais franciscanos, todavia, adaptaram-se sempre bem à diversidade demográfica e às capacidades económicas regionais.

Sendo aceitável que a sociedade e as condições económicas foram elementos estruturadores da geografia da implantação conventual nacional, cumpre reconhecer que, mesmo dentro do universo franciscano feminino, não se verifica plena uniformidade. Na verdade, este sector claustral era bastante heterogéneo no plano sociológico, nos tempos históricos de emergência, nos empenhos de fundação, nas circunstâncias de afirmação sustentada, bem como nas condições de protecção, de património material e de financiamento de que usufruíam.

Esta última condição será dominante. As dimensões atingidas pelas casas religiosas de clarissas traduzem, sobremodo, uma capacidade de projecção local e regional, ainda que, obviamente, o seu estabelecimento na proximidade geográfica da Corte régia lhes traga maior projecção, relevância institucional e até capacidade de influência ou de exercício de poderes, que não apenas eclesiáis, dentro e fora da Ordem.

Mas a experiência monástica feminina não se reduzia a uma questão social e económica. Era-lhe subjacente, na maior parte das situações, uma real vocação para a vida religiosa, para a procura do sobrenatural, trilhando essas monjas caminhos de santidade muitas vezes marcados pela prática de obsessivas asceses, senão simulações místicas, devoções excessivas e predominantemente rigorosos exercícios espirituais incentivados ou moderados pelos prelados diocesanos ou visitadores, confessores e capelães, geralmente da mesma Ordem das profissas⁷.

⁷ A vocação livre e sincera das religiosas na Época Moderna foi uma realidade, ver DINET, Dominique - *Vocation et Fidélité. Le recrutement des Réguliers dans les diocèses*

Este princípio, não era um exclusivo franciscano, sendo igualmente óbvio, particularmente no Portugal monástico feminino, que existiam grandes hierarquias claustrais. Na Ordem de Cister, mosteiros como os de Arouca, Lorvão e Odivelas ocupavam primeiros planos na hierarquia das suas monjas, caracterizando-se por abrirem as grades dos seus coros sobretudo à recepção de fidalgas, enquanto mosteiros como os Tabosa, Cós, Almôster, Cástris, Portalegre ou Tavira ficavam por padrões de recrutamento social intermédios e, frequentemente, permeáveis à inclusão de mulheres provenientes de grupos não brasonados. Este fenómeno parece-nos ter sido geral, posto que, numa primeira abordagem, ele se manifeste mais claramente nos mosteiros das velhas Ordens (beneditinos, cistercienses, canónicas regrantes) do que entre mendicantes⁸.

As clarissas, contudo, muito embora e por princípio com hábitos de recrutamento socialmente mais transversais, não deixavam de espelhar as realidades externas de uma sociedade cujas aristocracias nobiliárquicas demonstraram sempre elevados padrões de sedução pelo *exemplum* franciscano, em geral, e pelo de Clara de Assis, em particular.

Em muitos claustros de monjas de Santa Clara, que não apenas entre as ditas “claustrais”, mas também entre as mais rigorosas observantes, reformadas, capuchas e terceiras da penitência, professaram monjas provenientes da mais alta nobiliarquia. A própria realeza portuguesa as escolheu, em vários momentos, para recolhimento de infantas, princesas e rainhas⁹.

d'Auxerre, *Langres et Dijon (XVII^o-XVIII^o)*. Paris: Ed. Economica, 1988, p. 15 e seguintes; MORGADO, Garcia - *Ser Clérigo en la España del Antiguo Régimen*. Cadiz: Universidad de Cádiz, 2000, p. 173-186.

⁸ Para uma avaliação global destes e dos demais mosteiros presentes em Portugal, na Época Moderna, ver ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal* (nova edição preparada e dirigida por Damião Peres) Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1968, vol. II, p. 131-213.

⁹ Lembremos os casos da Infanta D. Brites, mãe do futuro rei D. Manuel I e fundadora do Convento da Conceição de Beja ou de D. Leonor patrocinadora da clausura recolhida da Madre de Deus, de Lisboa e, um pouco mais tarde, em que a realeza parece privilegiar os carmelitas, da rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (†1683), fundadora do Convento das Francesinhas (Capuchinhas), em Lisboa, onde veio a ser sepultada, BARBOSA, D. José - *História da Fundação do Real Convento do Santo Cristo das Religiosas Capuchinhas Francesas*. Lisboa, Off. de Francisco Luiz Ameno, 1748; ALMEIDA, Fortunato de -

A avaliação da realidade claustral feminina do Antigo Regime necessita, ainda hoje, de uma bibliografia que privilegie abordagens monográficas, sem as quais pouco se poderá avançar¹⁰. Dispomos já, cumpre anotá-lo e ainda que com resultados heurísticos desiguais¹¹, de estudos globais para comunidades modernas como a das dominicanas de Aveiro¹², as clarissas do Porto¹³, as de Beja¹⁴, as do Funchal e Ilha da Madeira¹⁵, as cistercienses de Cós (Alcobaça)¹⁶ e as de S. Bento de Cástris (Évora)¹⁷ e as Ursulinas¹⁸, a que se podem juntar investigações sobre aspectos mais específicos de

História..., cit., vol. II, p. 189; MARTINS, Maria Odete Sequeira - *Dona Brites. Uma mulher da Casa de Avis*. Matosinhos: Quidnovi, 2009, p. 84-93.

¹⁰ Aspecto reconhecido, já em 1992, por GOUVEIA, António Camões - *O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso in MATTOSO, J. (Dir.) - História de Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 290-299. Deve, entretanto, confrontar-se uma actualização das problemáticas pertinentes no texto de PAIVA, José Pedro - *Os Mentores in AZEVEDO, C. Moreira - História Religiosa de Portugal. Vol. 2, Humanismos e Reformas* (Coord. João Francisco Marques e António Camões Gouveia). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 201-237 e 201-208.

¹¹ Não consideramos, agora, a longa bibliografia respeitante a aspectos do foro do património artístico, ainda que, pela sua composição também histórica, se devam anotar as monografias colectivas de VIEIRA, Ana Marta e RAPOSO, Teresa (Coord.) *O Convento dos Cardaes - Veios da Memória*. Lisboa: Quetzal-Convento dos Cardaes, 2003; GOMES, Ana Cristina, MOURÃO, José A., FRANCO, José Eduardo e SERRÃO, Vítor (Coord.) - *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Aletheia Editores, 2008.

¹² SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos - *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, 2 Tomos. Lisboa: Companhia dos Diamantes de Angola, 1963.

¹³ FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do Séc. XVIII (1730-80)*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1992.

¹⁴ SARAMAGO, Alfredo - *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*. Sintra: Colares Editores, 1994.

¹⁵ FONTOURA, Otília Rodrigues - *As Clarissas na Madeira. Uma presença de 500 anos*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 2000; GOMES, Eduarda Maria de Sousa - *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua história. 1660-1770*. Funchal: Região Autónoma da Madeira, 1995; SOUSA, João José Abreu de - *O Convento de Santa Clara do Funchal*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, 1991.

¹⁶ SOUSA, Cristina Maria Pina e, GOMES, S. A. - *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998.

¹⁷ CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa - *Cister a Sul do Tejo: o mosteiro de S. bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. (Dissertação de doutoramento em História; policopiada). Évora: Universidade de Évora, 2004.

¹⁸ ROCHA, Manuel Inácio - *O Real Colégio das Chagas de Viana do Castelo (1778-1884)*. Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do castelo e Centro de Estudos Regionais, 1996; GÓIS, Correia - *O Real Colégio das Ursulinas da Vila de Pereira. 1748-1848*. Coimbra: Ed. do Autor, 2005.

outras comunidades como, por exemplo, a protecção régia a dominicanas¹⁹ e a clarissas²⁰, as fundações e reformas coletinas nos alvores de Quinhentos²¹, o exercício normativo em mosteiros de clarissas seiscentistas²², a concessão de crédito fiduciário entre as carmelitas aveirenses²³, os rendimentos conventuais das dominicanas leirienses nos alvores de Oitocentos²⁴, a vida

¹⁹ BRAGA, Paulo Drumond e BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond - Protecção régia ao Convento de Santa Ana de Leiria (séculos XV-XVI). *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*. III, nº 8 (1995) 379-388.

²⁰ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond - Mercês régias outorgadas ao Convento de Santa Clara de Coimbra (1521-1640) in *I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America. 1492-1992*, León: Universidad de León, 1993, tomo 2, p. 675-686.

²¹ SOUSA, Ivo Carneiro de - A Rainha D. Leonor e a introdução da Reforma Coeltina da Ordem de Santa Clara em Portugal in *Las Clarisas en España y Portugal. Congreso Internacional. Salamanca, 20-25 Septiembre 1993. Actas*. Madrid: Archivos e Historia, 1994, vol. 2, p. 1033-1071; SOUSA, Ivo Carneiro de - *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT, 2002, p. 435-658.

²² LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira e GONÇALVES, Rolando L. Lalanda - Regra e Comunidade: os poderes nas Constituições Gerais de 1641 para os Mosteiros de Clarissas in RODRIGUES, Miguel (ed.) - *Arqueologia do Estado. Ias Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa: História e Crítica, 1988, vol. 2, p. 969-994.

²³ AMORIM, Inês - Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII). *Análise Social*. XLI, 180 (2006) 693-729; AMORIM, Inês - Gestão patrimonial e estruturas creditícias: rumos e directrizes em duas instituições: a Misericórdia de Aveiro e o Convento de Freiras Carmelitas de Aveiro, no século XVIII in *XXII Encontro APHES – Universidade de Aveiro, 15 e 16 de Novembro de 2002: “Empresas e Instituições em perspectiva histórica”*. (working paper (policopiado) apresentado na Mesa Redonda “Os corpos de mão morta enquanto instituições financeiras e de investimento – perspectivas históricas.”).

²⁴ GOMES, S. A. - Rendimentos do Convento de Santa Ana de Leiria na primeira metade do Século XIX - in *Colóquio sobre a história de Leiria e a sua Região*, Leiria, Câmara Municipal, 1991, p. 223-265.

intelectual e literária²⁵ e, finalmente, os horizontes e as práticas espirituais conventuais²⁶.

2

Entre as clarissas, a eleição da abadessa e o exercício do mando abacial são alvo de uma minuciosa legislação, expressa, desde logo, nos textos instituidores da Ordem, como sejam as Regras Primeira (das descalças ou capuchas), Segunda (das urbanistas) e Terceira (das terceiras da penitência), de Santa Clara, a legislação canónica geral promulgada pelo Sumo Pontífice²⁷ e em especial a aprovada na XXV sessão do Concílio de Trento²⁸, em 1563, e, finalmente, o quadro normativo interno, assumindo, neste capítulo e para o caso português, particular importância as Constituições Gerais aprovadas em 1639 e publicadas, em Portugal, em 1693²⁹.

De um modo geral, todas as citadas Regras preceituavam que as eleições de cada abadessa, a escolher dentre as monjas professas, se processassem guardando sempre a forma canónica, debaixo da presidência do ministro geral, do provincial ou de um seu delegado pertencente à Ordem dos Frades Menores³⁰.

²⁵ MORUJÃO, Isabel - *Bibliografia Cronológica da Literatura Monástica Feminina (impressos)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1995; MORUJÃO, Isabel - Entre o convento e a corte: algumas reflexões em torno da obra poética de Soror Tomásia Caetana de Santa Maria. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Anexo V (1993), p. 123-141; MORUJÃO, Isabel - Incidências de 'Esperança Mística' num Solilóquio de Soror Violante do Céu 'Para a Agonia da Morte'. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Anexo VIII (1997) 205-235.

²⁶ BELLINI, Lígia - Spirituality and women's monastic life in seventeenth and eighteenth-century Portugal. *Portuguese Studies*. 21 (2005) 13-33; BELLINI, Lígia - Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*. 3-4 (2006-2007) 209-218.

²⁷ Consulte-se, por exemplo, a obra *Compendium Privilegiorum Fratrum Minorum necnon et aliorum fratrum mendicantium Ordine alphabeto congestum*. Paris, Off. S. Calvarinum, 1578.

²⁸ CASTRO, José - *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1946, vol. IV, p. 262-264.

²⁹ *Constituições Geraes para todas as Freiras e Religiosas sogertas a obediencia da Ordem de N. P. S. Francisco, nesta Família Cismontana. De novo recopiladas das antigas e acrescentadas com acordo, consentimento, e approvação do Capítulo Geral, celebrado em Roma, a 11 de Junho de 1639*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1693.

³⁰ *Constituições Geraes*, cit., p. 6-7, 51-53 e 105-107.

Nas Constituições aprovadas no Capítulo Geral de Roma, em 1639, a Ordem determinou a universalidade dos abadessados trienais para todas as clausuras e impôs o voto nos actos eleitorais das preladas por “cédulas secretas”, não podendo eleger-se nenhuma religiosa com menos de quarenta anos de idade e oito de profissão religiosa. Não se verificando estas condições, deveria ser escolhida uma religiosa de outro mosteiro da Ordem, admitindo-se, excepcionalmente, a opção, parecendo isso “conveniente” ao Superior, de uma monja com trinta anos de idade e cinco de profissão. Estipulou-se, ainda, que a eleição devia efectuar-se num prazo máximo de “um dia natural”, findo o qual, não havendo maioria de votos para nenhuma candidata, caberia ao prelado o ónus de eleger aquela “que em Deos lhe parecer mais conveniente”³¹.

À abadessa era devida estreita obediência por todas as religiosas, devendo ser “reverenciada e respeitada como prelada, cabeça e mãe de todas”, cabendo-lhe a “authoridade de mandar por Santa Obediencia, como fica dito, e de penitenciar, emendar, e castigar a todas as que nam guardarem as cousas da sua professam.” Cumpria-lhe receber as profissões às noviças, zelar pela clausura com “temor e amor”, guardar e fazer guardar a Regra e as Constituições e, para maior espírito de comunidade, partilhar com as religiosas os momentos de colação no refeitório, assistir a todo o coro e guardar “aspereza no vestido, calçado, comida e cama.”³²

O comando da vida comunitária exigia da abadessa uma atitude de permanente vigilância e um qualificado e pronto exercício da autoridade de que estava investida. A administração temporal do convento era também sua responsabilidade, se bem que, em matéria de gasto de dotes e de censos vencidos, tivesse de obter prévio consentimento do padre geral ou do Defintório da Província³³.

Para o governo da comunidade, a abadessa dispunha de um verdadeiro escol de oficiais e auxiliares (vigárias, discretas, porteiras, torneiras, gradeiras e escutas) que prolongavam a obsessão pela vigilância absoluta dos comportamentos, expostos ou próprios da vida em comum (obediência,

³¹ *Idem*, p. 105-106.

³² *Idem*, p. 106-107.

³³ *Idem*, p. 107-108.

clausura, disciplina, pobreza, capítulo de culpas), penitências (cárcere, reclusão, privação de alimento, repreensões públicas), vestuário, prática ascética e devocional, geralmente publicitada, mortificações, oração vocal ou, então, mais reservados e específicos à vida íntima das religiosas e mesmo seculares que integravam a comunidade (jejum, castidade, conversação e/ou silêncio, oração mental, confissão, comunhão, leitura, escrita e epistolografia, exercícios espirituais e experiências místicas, tais como visões, sonhos, premonições, êxtases e, até, simulações de santidade e de milagres)³⁴.

As responsabilidades pela formação das enclausuradas e pela celebração do culto eram asseguradas pelas mestra das noviças, vigária do coro e sacristã, cumprindo à enfermeira responder pelos cuidados prestados às enfermas, à provisora garantir o sustento alimentar da comunidade, à roupeira o cuidado do vestuário, à refeitoreira o concerto e boa composição do refeitório e, finalmente, à depositária a guarda “*de todo o dinheiro que se der e pertencer a qualquer Religiosa, o qual tenha e guarde em nome do Mosteiro e não das Religiosas*”³⁵. Freiras leigas, criadas e seculares ao serviço do convento deviam, igualmente, pautar a sua conduta pelo espírito de obediência e do respeito dos costumes conventuais, ordenando-se à abadessa, citamos, “*que não consinta que as seculares, que estiverem no Convento, andem com vestidos e toucados profanos, mas que em tudo se vistão decentemente, como convem as que estão recolhidas em Conventos, e vivem entre Esposas de Christo.*”³⁶

A capacidade de decisão e de interferência do sector masculino da Ordem de S. Francisco na gestão dos claustros de religiosas era ampla, como se observou, e não apenas no domínio da administração temporal (auxiliada ou não por mordomos e procuradores seculares) de rendas, dotes, legados, heranças, esmolas, capelarias ou de qualquer outro rendimento, cujas contas eram verificadas todos os anos. Num quadro normativo altamente vigiado não admirará que o exercício da autoridade abacial, por parte das monjas clarissas, apareça tão carregado de virilidade.

³⁴ LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira e GONÇALVES, Rolando L. Lalanda - *Regra e Comunidade...*, cit., p. 969-994.

³⁵ *Constituiçōens Geraes*, cit., p. 112-128.

³⁶ *Idem*, p. 127-132.

Recordemos, todavia, que também a indeclinável assistência espiritual quotidiana era assegurada pela permanência, no interior dos complexos monásticos, posto que com grandes barreiras físicas e mentais que quase impermeabilizavam o contacto destes com as religiosas fora de outras esferas que não fossem as da liturgia e da administração dos sacramentos, dos padres vigários e confessores³⁷.

Além disso, há que ter em conta que a interferência dos poderes canónicos reservados aos padres geral ou provincial sobre estes conventos se reforçava pelas visitações de regularidade anual³⁸. A hierarquia interferia criteriosa e reiteradamente nestas clausuras, fossem elas observantes ou capuchas, claustrais ou urbanistas ou mesmo de freiras terceiras da penitência³⁹.

Mas a disciplina conventual, por mais rigorosa que pretendesse ser, era também afectada pelas circunstâncias do mundo exterior, que interferiam e desestabilizavam a quietude das comunidades. As comunidades e famílias locais projectavam-se de vários modos nas opções de acolhimento, selecção, fundação e sustentação de conventos nas suas respectivas áreas ou territórios, impondo-se frequentemente às ordens religiosas que, sobretudo em períodos de crescimento e de afirmação dos seus modelos espirituais, procuravam aliados e patrocínios muitas vezes alcançados na base da contratualidade e do compromisso em torno de mútuos interesses⁴⁰.

³⁷ É significativo, por exemplo, que as Constituições de 1639 determinem a obrigatoriedade da construção de coros altos em todas as novas fundações e que, nas antigas, os provinciais e abadessas “reduzão as suas Comunidades, pera que os coros sejão todos no alto, por ser convenientissimo ao bem das Religiosas”, (ver *Constituiçoes Geraes*, cit., p. 78). O problema não era tanto de arquitectura, destinava-se antes a marcar mais convenientemente a separação física, na liturgia dos ofícios espirituais e religiosos, entre mulheres e homens ou, noutra ordem, entre monjas e padres.

³⁸ *Constituiçoes Geraes*, cit., p. 132-145.

³⁹ Anote-se que os franciscanos chamados comumente da Terceira Ordem dos Penitentes, correspondendo originariamente a fraternidades seculares de homens e de mulheres casadas, mas com convívio religioso comunitário com ou sem clausura, especialmente para as mulheres, muito embora emergentes desde as primeiras gerações da Ordem, receberam reconhecimento institucional por Nicolau IV, em 1289, e por Leão X, em 20 de Janeiro de 1521, ver *Constituiçoes Geraes*, cit., p. 58-66; Fortunato de Almeida, *História...*, cit., vol. II, p. 153).

⁴⁰ Isto mesmo se detecta, por exemplo, em cidades como Valladolid ou Veneza e por todo o espaço da Europa católica dos séculos XVI a XVIII, ver LEHFELDT, Elizabeth A. - Discipline, Vocation and Patronage: Spanish Religious Woman in a Tridentine Microclimate. *Sixteenth Century Journal*. 30, Nº 4 (1999) 1009-1030; CAFFIERO, Marina - Dall'esplosione

3

Os finais do Século XV conheceram, em Portugal, uma importante dinâmica religiosa. Estabilizaram e produziram frutos, nesse tempo, as experiências observantes dos claustros mendicantes⁴¹. Em meados de Quatrocentos, manifestavam-se em Portugal movimentos de beguinos e de terceiros franciscanos⁴², ao mesmo tempo que se consolidava, na corte régia, a capacidade de influência espiritual e política dos frades menores observantes bem visível, por via de Fr. João da Póvoa, junto de D. João II e sua mulher, D. Leonor⁴³.

Em Setúbal fundou-se, em 1489, por iniciativa de Justa Rodrigues Pereira, cortesã e ama-de-leite do futuro rei D. Manuel, uma comunidade feminina espiritualmente inovadora. Na sua origem poderão ter estado tanto uma inspiração íntima da fundadora, quanto motivos de afirmação familiar na esfera das cortes régia e ducal brigantina como, ainda, uma lógica de projecção social.

Justa Rodrigues Pereira teve dois filhos do bispo da Guarda, D. Fr. João Manuel, os quais cresceram em convívio com D. Manuel. Sabemos, aliás, que Justa Rodrigues acompanhou o rei quando, em 1481, ele foi confiado, no contexto político das Terçarias de Moura, à guarda dos reis de Castela.

mistica tardo-barocca all'apostolato sociale (1650-1850) in SCARAFFIA, Lucetta e ZARRI, Gabriella (ed.) - *Donne e Fede. Santità e Vita Religiosa in Italia*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1994, p. 327-373; KING, Margaret L. - *A Mulher do Renascimento*. Lisboa: Ed. Presença, 1994, p. 91-113; CARPINELO, Mariella - *Il monachesimo femminile*. Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 2002, p. 203-204; ATIENZA, Angela - *Tiempos de Conventos. Una historia social de las fundaciones en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons;Unversidad de La Rioja, 2008, p. 71 e seguintes.

⁴¹ Ver DIAS, Sebastião da Silva - *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960; COSTA, António Domingues de Sousa - Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e sua época*. Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, vol. V, p. 159-341; GOMES, S. A. - *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998, p. 16 e seguintes.

⁴² ALMEIDA, Fortunato de - *História...*, cit., p. 153-154 e 201.

⁴³ FREITAS, J. Adriano de - *Nobres Leteras fermosos Volumes Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no Século XV. Os traços de união das reformas peninsulares*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 1995.

Por seu aio ia também nessa comitiva D. Diogo da Silva Meneses, irmão de D. Beatriz da Silva, fundadora das Concepcionistas e futura santa, e de Amadeu da Silva, igualmente elevado aos altares⁴⁴.

Com o apoio e a adesão dos soberanos, primeiro de D. João II (que era também governador da Ordem de Santiago) e de D. Leonor, depois do próprio rei Venturoso, Justa Rodrigues conseguiu obter as licenças pontifícias necessárias e introduzir neste mosteiro monjas do braço franciscano observante da reforma coletina.

O projecto monástico, seguindo todos os princípios legados por S. Francisco de Assis e por Santa Clara, estruturava-se em torno de um objectivo religioso e espiritual contemplativo extremamente exigente. A vida quotidiana das religiosas organizava-se em função de um ideal de consagração a Deus pela oração, pelo trabalho manual adequado à clausura e cuidados com a salvação da alma, que afectavam, não raramente, a saúde do corpo (sempre associado às noções teológicas da carne e do pecado como manifestações privilegiadas da perdição), pelos sacrifícios, mortificações e privações a que o sujeitavam⁴⁵.

A 31 de Março de 1489, lavrava-se a escritura de compra, à Confraria da Anunciada de Setúbal, de um chão ou sapal junto à Capela dos Anjos⁴⁶, na vila de Setúbal, no qual se viria a iniciar, em 19 de Agosto de 1490, a edificação para cuja fundação D. João II passara alvará de licença em 16 de Março desse ano⁴⁷.

Ainda em 1489, Justa Rodrigues obtivera de Inocêncio VIII autorização para abrir um mosteiro da Ordem de Santa Clara, observante, para uma abadessa e doze monjas. Pouco depois, contudo, a sua lotação seria ampliada. De facto, Alexandre VI, por breve de 9 de Setembro de 1496, louvando a

⁴⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I, 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*. Mem Martins; Lisboa; Círculo de Leitores, 2005, p. 50 e 53.

⁴⁵ O que não era um exclusivo dos claustros franciscanos. Veja-se o estudo de HENNEAU, Marie-Élisabeth - *La vie quotidienne de moniales contemplatives dans les Pays-Bas, la Principauté de Liège et le Nord de la France. XVe-XVIII^e Siècles* in DERWICH, Marek (ed.) - *La vie quotidienne des moines et chanoines réguliers. Actes du premier colloque international du L.A.R.C.O.R, Wroclaw-Ksiaz, 30 novembre - 4 decembre 1994*. Wroclaw: Universidade de Wroclaw, 1995, p. 301-317.

⁴⁶ BRANCO, Manuel Bernardes - *História...*, cit., vol. II, p. 659.

⁴⁷ Arquivo Distrital de Leiria (doravante designado por ADL) - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), Requerimentos, nº 10.

fundação, concedeu licença para nela haver comunidade religiosa, seguindo o modelo das coletinas da Terra de Gandia (diocese de Valencia), até 33 profissas. Tratava-se de um número simbólico e perspectivado dentro de um plano de piedade cristológica que começava no próprio nome do orago conventual.

Caberia novamente ao mesmo Sumo Pontífice, por breve datado de 1497, a pedido de D. Manuel, atribuir indulgências de dez anos de perdão de pecados a todos os fiéis que visitassem a igreja de Jesus nos dias da Ascensão de Cristo e da Assunção da Virgem, e de 26 anos de perdão aos que o fizessem nos dias de S. Francisco e de Santa Clara, estendendo às religiosas de Setúbal as graças e privilégios espirituais de que gozavam as citadas monjas de Gandia⁴⁸. Finalmente, em 29 de Abril de 1505, Júlio II confirmou esta clausura⁴⁹.

A 3 de Maio de 1495, deram entrada solene no claustro sete monjas oriundas do mosteiro valenciano e, quarenta dias depois, a 11 de Junho, presente o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, outras sete, todas muito chegadas à Casa Real, integrando este grupo uma filha dos duques de Bragança e outra filha natural de D. Diogo, duque de Viseu⁵⁰. Encontraram as monjas, ou isso lhes seria facultado pouco depois, uma casa bem ornada de alfaias litúrgicas preciosas e de obras de arte, mormente de pintura retabular e de imaginária de vulto, assim servindo a edificação das profissas no respeito pelo programa espiritual franciscano que, neste caso, não dispensava um qualificado aparato estético ao serviço da fé e da devoção⁵¹.

⁴⁸ BRANCO, Manuel Bernardes - *História...*, cit., vol. II, p. 656-657.

⁴⁹ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Breves, nºs 1 e 2.

⁵⁰ BRANCO, Manuel Bernardes - *História...*, cit., vol. II, p. 628-629.

⁵¹ Algumas preocupações de austeridade, no entanto, existiam. O belo manuscrito em pergaminho contendo a Regra de Santa Clara, coevo da fundação deste Mosteiro, outrora existente no seu arquivo e actualmente depositado no Arquivo Distrital de Leiria, juntamente a um pequeno mas precioso núcleo documental proveniente desta claustra, apresenta uma iluminação de base geométrica simples e centrada no imaginário da Cruz, não sendo rica na paleta dos materiais de iluminação utilizados, mas sem que isso lhe diminua o impacto visual da escrita e a força estética das imagens que guarda. Pudemos descrever e publicar este manuscrito no nosso estudo - Uma Regra de Santa Clara de Assis de Inícios do Séc. XVI. *Leiria-Fátima, Órgão Oficial da Diocese*. II, Nº 5 (Maio-Agosto de 1994) 139-159.

4

Esta seráfica clausura beneficiava da sua localização em Setúbal, vila portuária em franco crescimento económico, motivado sobretudo pelo comércio do sal⁵². A edificação do complexo conventual, à frente de cujas obras esteve o prestigiado arquitecto Mestre Boytac⁵³, é um bom indicador da expansão que a urbe, apreciada por reis e pela poderosa aristocracia da Ordem de Santiago, experimentava no começo de Quinhentos⁵⁴.

O “sapal”, em que se levantou o monumento, correspondia a um térreo assaz amplo, no qual se passou a realizar, por licença lavrada pelo monarca, em 24 de Setembro de 1494 e confirmada no ano seguinte por D. Jorge, seu filho natural, a feira de S. Tiago. Atraíam-se, desta forma, àquele terreiro,

⁵² Cerca de 1700, Setúbal, “muyto amena e vistosa”, contava as paróquias de S. Julião (617 vizinhos), Santa Maria da Graça (620 vizinhos) e S. Sebastião (870 vizinhos). António Carvalho da Costa indica ter a então vila 11.000 habitantes. Contava, ainda, com dez conventos e mosteiros, número bastante considerável, a saber: Convento de S. Francisco (com 50 frades), Convento dos Carmelitas Calçados (com 20 frades), fundado em 1598, Convento dos Carmelitas Descalços (com 16 frades), Convento da Santíssima Trindade (com 7 religiosos), Convento de S. Domingos, fundado em 1566, Convento dos Agostinhos Descalços, Convento de Nossa Senhora dos Anjos, de missionários franciscanos do Varatojo, fundado em 1682, e o Colégio dos Padres da Companhia de Jesus (com 8 religiosos e três classes onde se ensinava a ler Latim e Teologia Moral). Tinha, ainda, as clausuras femininas do Mosteiro de Jesus, que nos ocupa, e do Mosteiro de S. João, de freiras dominicanas, fundado em 1529, ver COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1717, tomo terceiro, p. 289-292.

⁵³ DIAS, Pedro - *A Igreja de Jesus de Setúbal na evolução da arquitectura manuelina*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987; SILVA, José Custódio Vieira da - *A Igreja de Jesus de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1987; SILVA, Carlos Tavares da e PEREIRA, Fernando António Baptista - *Convento de Jesus. 500 Anos. Arqueologia e História*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1989.

⁵⁴ O crescimento de Setúbal foi acompanhado, sobretudo no Século XVI, por uma relevante política de enriquecimento da vila pela definição de uma arquitectura de qualidade e prestígio, traduzida na sua monumentalidade religiosa e projectos e equipamentos urbanísticos (Praças do Sapal, da Anunciada, do Terreiro dos Testos e a da Fonte Nova; fontenários como a Fonte Nova, de S. Caetano, Santa Isabel e a “soberba fonte no rocio fora de muros” e pontes como a da Porta Nova, a de S. Sebastião, a dos Carmelitas, dentro da vila, e as de Jesus, de Santa Catarina, do Socorro, da Porta de Évora, do Fidalgo, do rio Algodea e da Pontinha), económicos (o cais e o grande porto onde se carregava o sal) e militares (castelo e a fortaleza mandada edificar por D. Filipe II), ver COSTA, António Carvalho da - *Corografia...*, cit., tomo terceiro, p. 292); CÂMARA, Teresa Bethencourt da - *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*. Setúbal: Salpa, 1992. Para o comércio do sal setubalense permanece incontornável RAU, Virginia - *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal. Estudo de História Económica*, I. Lisboa, [s. n.], 1951.

comerciantes e clientela, decerto bons contribuintes em esmolaria para as obras da casa religiosa que ali se levantava debaixo dos auspícios reais, dos freires de Palmela e da cortesã fundadora⁵⁵.

A pressão de construção urbana junto à cerca do Mosteiro foi uma constante desde praticamente os tempos iniciais da fundação. D. Manuel, por carta de 10 de Dezembro de 1500, confirmada por D. João III, a 23 de Março de 1526, considerando tal invonveniente, proibiu qualquer edificação diante dele⁵⁶. Ainda em 1535, este rei interditaria João Vaz Castelo Branco, fidalgo da sua casa, de levantar qualquer propriedade que fosse junto desta clausura, reiterando, dois anos depois, idêntica atitude perante as justiças de Setúbal. Para maior afirmação e guarda da imunidade da igreja monacal foi-lhe confirmado e novamente demarcado, em 1610, o adro exterior à igreja⁵⁷.

5

As benesses e mercês reais outorgadas ao Mosteiro não eram suficientes para garantir uma subsistência material sem problemas. Tenhamos presente que este cenóbio não possuía património fundiário ou rendas próprias, vivendo sujeito à liberalidade dos padroeiros, pelo que, até pela sua condição formal de casa capucha observante e pobre, não podia deixar de procurar outros recursos, mormente o da esmolaria.

Querendo obviar a esta situação, mas também no reconhecimento do *topos* da “santa pobreza” como imagem de marca espiritual da nova instituição, D. Manuel, a 26 de Janeiro de 1499, assina quatro cartas de privilégio para mamposteiros que andassem tirando esmolas de pão, vinho, azeite e pescado para as freiras⁵⁸. Foi, ainda ele que, em 23 de Setembro de 1516, mandou

⁵⁵ Esta Feira de S. Tiago celebrava-se nas imediações da cerca conventual ainda em 1786, momento em que as monjas procuravam removê-la para o Rossio do Bonfim, ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), Escrituras, nº 1 e Requerimentos, nº 10.

⁵⁶ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Cartas, nº 1.

⁵⁷ ADL - Escrituras, nº 1, fl. 15-15vº e 35-38vº; BRANCO, Manuel Bernardes – *História...*, cit., II, p. 633 e 657-659.

⁵⁸ Muito embora estas cartas de pergaminho sejam originais e estejam subscritas pelo punho do próprio monarca, deixaram em branco o espaço correspondente ao lançamento do nome e do lugar de residência do mamposteiro, não sendo, por isso, possível localizar geograficamente a área de peditório então definida, ver Direcção-Geral de Arquivos/Torre

privilegiar três homens, a serem escolhidos pela abadessa, que andassem, a serviço do Mosteiro, tirando esmolas na Ilha da Madeira⁵⁹.

D. João III, por seu turno, a 24 de Março de 1526, confirmou este privilégio, assinando, dois dias mais tarde, novo alvará para que a comunidade, “que não tem outra renda pera soportamento e manutenção das freiras dello salvo as esmollas que os fieis christaos lhe fazem”, trouxesse seis esmoleres, isentos de serviços concelhios, distribuídos pelas vilas de Alhos Vedros, Setúbal, Santiago do Cacém, Aldeia Galega, Palmela e Alcácer do Sal. Ainda a 2 de Abril de 1541, o Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, autorizou as religiosas a pedirem esmolas nas terras do Mestrado, mencionando-se um Pedro Eanes, tanoeiro, que, andando com uma “arqueta”, as pedia em S. Gião de Setúbal⁶⁰.

A esmolaria será sempre um referente memorial e de projecção pública muito associado a esta clausura. Para “ajuda da manutenção da casa” receberam, de esmola dada pela rainha D. Catarina, três mil reais⁶¹, oferta que lhes renovou, em 1550 e 1552, sob pretexto de serem “pera ajuda de paguarem o fisiquo que cura no dito moesteiro”⁶². D. João III, por seu lado, em 1528 e 1529, reiterou à madre abadessa e freiras a esmola de 14 moios de trigo e seis de cevada impostos no Reguengo de Algés⁶³, dádiva renovada em 1537⁶⁴.

As esmolas não eram apenas em género ou em dinheiro. A 15 de Julho de 1515, D. Manuel mandava ao seu almoxarife dos escravos que escolhesse “hum spravo de preço de dez mill reais” acrescentando ao alvará que “este espravo lhe day dos que agora veerom de Manicongo”. Recebeu a

do Tombo (doravante citado apenas por TT) - Corpo Cronológico, Parte 2^a, Mº 2, docs. 103 a 106.

⁵⁹ Verificavam-se peditórios para o Mosteiro de Jesus de Setúbal, na Ilha da Madeira, já na década de 1490, ver PEREIRA, Fernando António Baptista Pereira - A génesis da Igreja e do Convento de Jesus de Setúbal in *Convento de Jesus. 500 Anos. Arqueologia e História*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1989, p. 22-30, sobretudo, p. 28, nota 13.

⁶⁰ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), Escrituras, nº 1 (documentos inseridos em acto de 24 de Setembro de 1542, Setúbal).

⁶¹ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 37, Doc. 25 (datado de Coimbra, a 29 de Julho de 1527).

⁶² TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 84, Doc. 102; Mº 88, Doc. 9.

⁶³ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 40, Doc. 88; Mº 20, Doc. 97.

⁶⁴ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 59, Doc. 10.

abadessa Soror Madalena, a 11 de Setembro desse ano, a “*peça d’escravo*” que, por ter sido avaliado apenas em oito mil reais, ia acrescentada de mais dois mil em dinheiro⁶⁵.

A comunidade obteve para o seu sustento alimentar, por tença régia de D. Manuel, azeite, vinho, vinagre, arroz valenciano, amêndoas, figos brancos e passas, trigo, cevada, açúcar, cera, especiaria, dinheiro e uma escrava⁶⁶. O arroz de Valencia denuncia o peso, na comunidade inicial de Jesus de Setúbal, das religiosas oriundas desta terra e o dos seus hábitos alimentares que, ao menos em parte, como sucedeu justamente com o citado produto, se virão a tornar tradição gastronómica na cozinha conventual.

Sabemos também que, por 1518-1520, a especiaria entregue ao Mosteiro atingia as apreciáveis quantidades de 15 arráteis de pimenta, 6 de cravo, 12 de canela, 6 de gengibre, 5 de malagueta, 8 de incenso, o mesmo sucedendo com o açúcar, de que se davam às religiosas 10 arrobas⁶⁷. Usufruía, ainda, do privilégio, datado de 1508, de primazia na compra da melhor carne no açougue do concelho e de mandarem buscar o peixe aos barcos antes do pagamento dos respectivos direitos reais⁶⁸. As freiras consumirão sempre mais peixe do que carnes⁶⁹, recebendo, até, dos pescadores sardinos, todas as semanas, “*a esmola de hum sesto de pescado pera despesa da casa*”, costume cuja prática sofria contestação em 1585 e em 1663⁷⁰.

Para além da carne e do peixe, a dieta alimentar incluía elevados consumos de pão, percebido no celeiro do Mosteiro ainda em cereal, sob essa forma armazenado, e moído à medida das necessidades quotidianas. Para além do trigo, regista-se a cevada, cujo grão permitiria uma farinha

⁶⁵ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 18, Doc. 37. Também D. João III, em 1538, lhes fez mercê de uma “vella redonda grande e velha”. (TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 61, Doc. 47).

⁶⁶ BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XVI)*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998, p. 387.

⁶⁷ PAIVA, José Pedro (dir.) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Centro de Estudos de História Religiosa, 2004, vol. 3, p. 203-204 e 207 (docs. 31 e 32).

⁶⁸ BRANCO, Manuel Bernardes – *História...*, cit., p. 657.

⁶⁹ BRANCO, Manuel Bernardes – *História...*, cit., p. 657. Ainda em 27 de Fevereiro de 1598, as monjas receberam autorização real para poderem trazer a pastar quatro bois perto do Mosteiro, mesmo sujeitos a coimas, durante dois anos, para além do tempo em que já haviam beneficiado da isenção, ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 7.

⁷⁰ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Requerimentos, nº 4.

panificável e nutritiva, servindo ainda, se torrado e moído, a infusões, se bem que pudesse ser usada como forragem para alimento de cavalgaduras.

Conhecem-se alvarás de D. Manuel I, dos anos de 1514, 1515 e 1517, ordenando, aos oficiais responsáveis pela gestão do Reguengo de Oeiras, a entrega graciosa à abadessa do Mosteiro de treze moios de trigo, “*do melhor pão que hy ouver*”, preceituava o régio benfeitor, e seis de cevada⁷¹.

Para trato dos interesses e necessidades da casa, em particular a recolha das reais esmolas, tinham as monjas procurador próprio. Entre 1514 e 1538, por exemplo, este cargo foi servido por Pêro Lobo⁷², nomeando-se, ainda, uma freira conversa, Soror Isabel, que encontramos a assinar quitações de alguns interesses pagos ao Mosteiro em lugares distantes⁷³.

6

Como marca de identidade genética, sobretudo subjacente nos primeiros tempos deste projecto monástico, Justa Rodrigues reservou a capela-mor da igreja conventual para sepultura de seu filho primogénito, D. João Manuel, e dos filhos e netos que este viesse a ter⁷⁴, ficando outros espaços destinados aos braços colaterais da linhagem, mormente ao secundogénito, D. Nuno Manuel, ao qual se reservava um carneiro sepulcral junto ao coro, se ali quisesse tumular-se⁷⁵, vindo a fundadora a ser sepultada no meio da casa do

⁷¹ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 15, Doc. 92; Mº 18, Docs, 37 e 38; Mº 22, Doc. 45.

⁷² Os negócios intermediados por Pêro Lobo eram verificados pelas preladas, que assinavam os recibos declarando os recebimentos percebidos. Encontramos quitações subscritas, por exemplo, pelas abadessas Soror Madalena (com datas de 16 de Agosto de 1514, 11 de Setembro de 1515 e 10 de Agosto de 1517) e Soror Eufrásia (a 10 de Agosto de 1537), ver TT - Corpo Cronológico, Parte 2^a, Mº 50, Doc. 161 e Parte 1^a, Mº 18, Doc. 37; Mº 22, Doc. 45; Mº 59, Doc. 10.

⁷³ Esta procuradora não sabia assinar o nome, inscrevendo nos recibos três traços à volta dos quais o amanuense responsável registava a respectiva identificação. Encontramo-la em Almeirim, em 7 de Abril de 1551, e em Lisboa, a 2 de Maio de 1552, o escrivão régio trata-a por “*Soror Ysabel freyra velera*”, o que devemos interpretar, se não erramos, como “veleira”, ou seja, o equivalente a zeladora senão donata, TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 84, Doc. 102; Mº 89, Doc. 9.

⁷⁴ Este D. João Manuel, nascido cerca de 1460, faleceria, ainda, em vida de sua mãe, a qual, deste modo, pôde sepultá-lo na capela-mor da igreja que fundara.

⁷⁵ Ver Biblioteca Nacional de Portugal - Códice B, 3-60 ou Ms. 7 686 (Soror Leonor de S. João, *Tratado da antiga e curiosa fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, fls. 3-3v);

capítulo⁷⁶. O carácter fundacional linhagístico e inter-geracional de Jesus de Setúbal não se perderá ao longo de Quinhentos, e mesmo nos séculos posteriores, aqui professando sobrinhas, sobrinhas-netas, bisnetas e outras familiares da fundadora⁷⁷.

A esta clausura se acolheram, desde os seus primórdios, freiras de várias nobreza. Para além das familiares da fundadora, as crónicas dão notícia de parentes dos condes da Vidigueira, do duque de Aveiro, D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago, de fidalgos servidores desta Ordem e da Casa de Bragança, dos condes da Castanheira, de familiares da nobreza insular, momente os Câmara, para além de outras religiosas oriundas do alto-funcionalismo cortesão e das aristocracias letradas, senão burguesas, lisboetas e setubalenses⁷⁸. Mais tarde ali ingressaram filhas e irmãs dos condes de Vila Franca, de Odemira, da Atalaia (que usavam, aliás, as armas heráldicas dos Manuéis, por referência à descendência que tinham de D. Justa Rodrigues e do Bispo de Ceuta e da Guarda, D. João Manuel) e de Basto⁷⁹.

7

Beneficiou o Mosteiro de generosas doações. Umas pontuais, como as ofertas para as obras da construção do edifício monástico, nomeadamente a que lhes foi feita pela rainha D. Catarina, em 1561, de “*toda a pedra de alvenaria que tiverem nescessidade pera as obras do dito moesteiro da que ouver e estever no penedo do lastro que se lança dos navios que vem de fora*”⁸⁰, ou, ainda, a de D. Filipe III, em 1633, de dois mil cruzados, por uma só vez, para que pudessem reparar as varandas, coro, sacristia e

Convento de Jesus de Setúbal. *Archivo Pittoresco*. III (1860) 65-66, 91-92 e 119-120; SOUSA, Ivo Carneiro de - *A Rainha D. Leonor ... cit.*, p. 1040-1041.

⁷⁶ CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Vol. III. *Convento de Jesus*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, 1969, p. 28 e 52-57.

⁷⁷ Vd. BELEM, Fr. Jerónimo de - *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves da Regular Observancia*, Lisboa: Officina de Ignacio Rodriguez, 1753, vol. II, p. 590-617; BRANCO, Manuel Bernardes - *História...*, *cit.*, vol. II, p. 623-668; ALMEIDA CARVALHO, *Acontecimentos, Lendas...*, *Convento de Jesus*, vol. III., p. 11-12 e 186-189; BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal*, *cit.*, p. 384-387.

⁷⁸ CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos...*, *cit.*, p. 186-189.

⁷⁹ BRANCO, Manuel Bernardes - *História...*, *cit.*, vol. II, p. 647 e 665-668; CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos...*, *cit.*, p. 79-90 e 129-131.

⁸⁰ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 1 (de 4 de Setembro de 1561, Lisboa).

enfermaria do Mosteiro que “estavam arroynadas e pera cair”⁸¹. Pontuais foram, ainda, os 30 mil reais que o cardeal Infante D. Henrique lhes mandou entregar, em 1566, de uma “esmola” que Vasco Gouveia deixara à Fazenda Real⁸². Também o Duque de Aveiro, em 1737, “por estar inteirado da grande vertude desta Santa Comonidade he desejar mostrar-lhe os efeitos da minha boa vontade e estimação que delle faço”, concedeu licença para que o Convento mandasse cortar todo o mato que lhe fosse necessário para gastos na Coutada de Santa Catarina de Motrema⁸³.

As fontes de rendimento mais estruturais encontram-se compiladas no “*Rol dos ordenados que os reis deixaram para sustento das religiozas*”, de inícios do século XVIII⁸⁴. Aqui se principia por assinalar os 500 mil réis anuais e outras “*miunças*”, como passas, figos, miolo de amêndoas, vinho, azeite, vinagre, cravo, cujo valor chegava a ultrapassar 200 mil réis, pagos na Alfândega de Setúbal⁸⁵, e dois mil réis em peixe, todos os meses, na Távola desta cidade.

As monjas tinham direito, ainda, a receber 24 moios de trigo, 10 de cevada e 40 alqueires de grão anualmente na Alfândega de Faro, 8 moios de milho no Almoxarifado de Santarém, 150 fardos e palha no Almoxarifado de Vila Franca (que o Marquês de Alegrete tomava para si, dando ao Convento o respectivo valor em trigo). Nas “*sete caças em Lixboa*”, tinham uma pipa de azeite ou 72 alqueires⁸⁶, somando-se-lhe 10 arrobas de açúcar na Alfândega

⁸¹ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 9 (de 11 de Novembro de 1633, Lisboa).

⁸² ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 2 (de 21 de Maio de 1566, Lisboa).

⁸³ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 13 (de 12 de Fevereiro de 1737, Lisboa).

⁸⁴ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, 17/1 (“*Livro de Róis*”, fl. 47-47v).

⁸⁵ Segundo Almeida Carvalho, até 1578, o pagamento desta ordinária foi pontual, falhando desde então, até que D. Filipe I, por alvará de 20 de Julho de 1594, determinou que as religiosas recebessem na Alfândega de Setúbal, semestralmente, o valor em causa imposto nos direitos do sal exportado daquela vila para a Galiza, CARVALHO, Almeida – *Acontecimentos..., cit.*, p. 69-70). No entanto, existe um alvará régio, datado de 28 de Junho de 1694, pelo qual se concedeu a mercê ao Mosteiro dos 500 mil réis de ordinárias, não podendo ser pagos na Alfândega de Setúbal, o fossem pelos direitos do sal “que vai para a Galiza”. Poderá, assim, haver erro na informação veiculada pelo autor citado, ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 12.

⁸⁶ Estabelecidos, na quantidade de uma pipa e cinco cântaros de azeite, pelo príncipe regente D. Pedro, em 9 de Janeiro de 1673, ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 11.

de Lisboa, “quando vem as frotas ou quando querem”⁸⁷ e cinco arrobas de cera pagas pelo guarda da Repostaria.

A Casa de Bragança, por seu turno, entregava anualmente ao Convento 36 mil réis, 12 sáveis, em dia de Endoenças, e dois mil réis das novidades de trigo. Da Câmara de Setúbal recebiam as religiosas dois mil réis, um porco e dez tostões para um carneiro, dados na Páscoa, enquanto a Misericórdia da cidade lhes dava quatro cruzados novos em carne de carneiro. Dos freires de Palmela tinham um saco de trigo, meio carneiro, um quarto de porco e dois alqueires de azeite, e o Arcebispo de Lisboa dotara-as com um quarteiro de trigo novo.

As religiosas tinham, ainda, direito a 40 mil réis, de três em três anos, pagos no Consulado, quando se arrematavam as rendas⁸⁸. Em 1779, a rainha D. Maria I estabeleceu ao Convento uma ordinária anual de 53 arrobas de açúcar, sintoma de que a comunidade fazia um uso culinário intensivo deste produto⁸⁹.

Estas tenças e ordinárias, contudo, nem sempre eram pagas prontamente, acabando por causar perturbações na administração das contas do Mosteiro e na vida em clausura⁹⁰. As freiras viveram momentos de sérias dificuldades, sobretudo depois de 1640, com particular agravo nos abadessados de Soror Bernardina de Sena (1707-1710) e de Soror Isabel do Espírito Santo (1710-1713). Em 1714, contudo, o rei D. João V ordenou o pagamento de todas as ordinárias em atraso pelo Almoxariado de Faro, atingindo, estas, o montante considerável de 8 044 773 réis⁹¹.

8

O Mosteiro de Jesus de Setúbal gozou de empenhada protecção de todos os soberanos quinhentistas portugueses, e ainda, com generoso significado, por parte da monarquia filipina, sendo alvo de regulares visitas

⁸⁷ Foi por alvará de 28 de Outubro de 1647 que D. João IV ordenou que a esmola destas dez arrobas de açúcar, impostas nas obras pias da Ilha da Madeira, fosse mudada para a Alfândega de Lisboa, ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 10.

⁸⁸ ADL - Mosteiro de Jesus, “Rol do que dão as Madres”, fls. 47v-48.

⁸⁹ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Alvarás, nº 17, (de 1 de Agosto de 1779, Lisboa).

⁹⁰ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Requerimentos, nº 3.

⁹¹ CARVALHO, Almeida – *Acontecimentos...*, cit., p. 101-102.

régias. Ficaram célebres a de D. Sebastião e, sobretudo, a de D. Filipe I, que ali pôde recordar-se, certamente, do Mosteiro das Descalzas Reais de Madrid, igualmente observante e merecedor da maior protecção por parte da Casa de Habsburgo⁹².

Multiplicaram-se, na época de ouro da história da comunidade monástica que foi o seu primeiro século, as sagradas relíquias, entre as quais avultavam o Santo Lenho, um pedaço da Coroa de espinhos de Cristo, geralmente associada às capelas de estatuto real, para além de terem ganho pública fama as virtudes miraculosas de algumas das suas imagens de santos, destacando-se as de S. João Baptista, de S. Francisco, de S.to António, da Virgem do Amparo, de Nossa Senhora do Livramento e, sobremodo, a do Menino Jesus dos Milagres⁹³.

Entre os ciclos devocionais mais significativos no calendário litúrgico, as coletinas de Setúbal privilegiavam as festas marianas de Nossa Senhora da Natividade, da Encarnação ou Anunciação, da Assunção e da Conceição, como também a do Arcanjo S. Miguel, a de S. João Baptista, as de S. Francisco e de Santa Clara, a de Todos os Santos e, mais particularmente, as comemorações do tempo natalício (Santo Estêvão, S. João Evangelista, do Menino Jesus, dos Santos Inocentes, suas oitavas e dia de Reis) e, ainda, as de S. Brás e de S. José. O tempo pascal tinha impacto entre estas contemplativas monjas que, nessa ocasião, prestavam particular desvelo e cuidado ao “sepulcro do Senhor”, em cuja iluminação gastavam apreciáveis quantidades de cera⁹⁴.

9

Respirava-se nesta clausura, desde os seus começos, um elevado nível de instrução espiritual, escolar e mesmo literária.

Revela qualidade epistolar e encantadora sensibilidade espiritual, o ditado assente no recibo assinado pelo punho de Soror Madalena, “*indina*

⁹² BELEM, Fr. Jerónimo - *Chronica...*, *cit.*, vol. II, p. 590-594 e BRANCO, Manuel Bernardes – *Historia...*, *cit.*, vol. II, p. 630-638.

⁹³ BELEM, Fr. Jerónimo de - *Chronica...*, *cit.*, p. 597-605; BRANCO, Manoel Bernardes – *Historia...*, *cit.*, vol. II, p. 641-656.

⁹⁴ ADL - Mosteiro de Jesus, “Rol do que dão as Madres”, fl. 2-9.

abadessa", a 10 de Agosto de 1517, endereçado, não a um ministro ou religioso instruído, mas apenas ao almoxarife do Reguengo de Oeiras:

“† Muyto virtuoso e devoto irmão. Encomendo-vos a Noso Senhor Jhesu Christo que vos tenha em sua santa garda. Digo virtuoso irmão que me berey em muita caridade entregardes a Pero Lobo, ho portador deste, o trigo e cevada que nos ell rey noso senhor manda dar e faz esmola a esta casa de Jhesu. E despacharde-lo logo em breve como eu confyo em vosas vertudes. E por este conheço eu e todas estas irmãs recebermo-lo de vos. E de todo bom aviamento que lhe derdes nos obrigareis a vos encomendarmos a Noso Senhor. (...)"⁹⁵

Qualidades de escrita não despiciendas são ainda as reveladas pelas abadessas que, entre 1713 e 1770, lavraram, de suas próprias mãos, os balanços do que deram e fizeram nos respectivos triénios como “presidentas” da abadia⁹⁶. Algumas das monjas dominavam o latim, como foi o caso de Soror Joana da Conceição, aqui professa cerca de 1541 vindo a falecer com provecta idade em 1610. Várias outras deixaram boa memória no campo das letras e da música⁹⁷.

É significativo, por outro lado, que os nomes das monjas de Jesus de Setúbal primem pela dominância quase absoluta do simbólico religioso, omitindo ou esquecendo qualquer denominação patronímica para exporem apenas o nome de baptismo e o hagiônimo tomado por ocasião da profissão religiosa⁹⁸.

Sintomático da sua elevada auto-estima é, também, o gosto pela redacção da história da comunidade, destacando-se as crónicas de Soror Leonor de S. João, autora do *Tratado da antiga e curiosa fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, composto entre 1620-1644⁹⁹, e de Soror Ana Maria do

⁹⁵ TT - Corpo Cronológico, Parte 1^a, Mº 22, Doc. 45.

⁹⁶ ADL – Mosteiro de Jesus, “Rol do que dão as Madres”, fl. 11-47.

⁹⁷ CARVALHO, Almeida – *Acontecimentos..., cit.*, pp. 189-192.

⁹⁸ O que não sucedia entre clarissas claustrais ou urbanistas e mesmo noutras Ordens. É um assunto, contudo, que exige investigação mais oportuna.

⁹⁹ Em 1652 tratava-se, posto que sem sucesso, da sua impressão. Data de 3 de Janeiro desse ano, uma carta de Fr. Acúrsio de S. Pedro, provincial da Província dos Algarves, dirigida à Madre Abadessa, na qual lhe expõe as razões pelas quais a Inquisição não autorizava a impressão desejada, louvando, contudo, o livro, “digno de se estampar em laminas de ouro”, devendo passar a ser objecto a transmitir a cada nova abadessa eleita, ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, Cartas, nº2.

Amor Divino, autora da *Memoria Historica do Convento de Jesus de Setúbal*, cuja redacção se iniciou em 1797 e concluiu em 1803.¹⁰⁰

10

Uma periodização da história da comunidade, inspirada nas páginas da cronista Soror Ana Maria do Amor Divino, aponta quatro períodos. O primeiro, da fundação até 1644, constitui o ciclo dourado do Mosteiro; o segundo, de 1644 a 1691, corresponderia a um tempo de falta de recursos e de dificuldades, agravadas pela indisciplina e relaxamento de costumes; o terceiro começou em 1691, estendeu-se até 1744, e foi marcado pela imposição de reformas que estabilizaram a vida na comunidade e morigeraram as eleições abaciais, afastando desse cargo freiras relaxadas; o quarto período, finalmente, vai de 1744 até ao declínio e extinção do Mosteiro¹⁰¹.

Ao longo da sua história, esta comunidade raras vezes deve ter ultrapassado o número de profissões canonicamente determinado. Se, para 1500, a clausura máxima de 33 religiosas poderia parecer ambiciosa¹⁰², já, para os séculos seguintes, ela acabaria, necessariamente, por se revelar prudente numa comunidade observante com as características de gestão material como esta, não se atingindo, aqui, por regra, os excessos de população conventual que se detectam noutros claustros setecentistas¹⁰³.

¹⁰⁰ PALMEIRIM, L. A. - Soror Anna Maria do Amor Divino. *O Occidente*, 8 (1885). Para a cronologia da redacção desta Crónica, veja-se PIMENTEL, Alberto - *Vida mundana de um frade virtuoso: perfil historico do século XVII*. Lisboa: Ed. A. M. Pereira, 1889, p. 18.

¹⁰¹ CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos...* cit., p. 90-107. A última monja desta clausura morreu em 1888. Não podemos reiterar ou infirmar a periodização proposta, se bem que, na verdade, seja evidente que os anos posteriores a 1640 surjam marcados por problemas sobretudo económicos. É uma periodização todavia funcional e com alguma lógica apriorística, se bem que devamos ter presente, por outro lado, que a conflitualidade geracional entre as monjas não foi uma especificidade desses anos, detectando-se ao longo de toda a sua história.

¹⁰² Note-se que o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, da mesma observância, albergava, em 1505, 52 religiosas, e o da Madre de Deus, em Xabregas (Lisboa), recebeu autorização pontifícia, em 1511, para acolher até 20 monjas, ver SOUSA, Ivo Carneiro de - *A Rainha...*, cit., p. 1038 e 1054.

¹⁰³ Onde, frequentemente, se ultrapassou uma centena de profissas, ver SOUSA, Cristina Pina e GOMES, S. A. - *Intimidade e Encanto. O Mosteiro...*, cit., p. 103-105

A entrada das professantes estava sujeita ao pagamento de um dote. Entre 1683 e 1690, o seu valor era de mil cruzados ou 400 mil réis¹⁰⁴, importância acessível se tivermos presente que entre as monjas cistercienses de Santa Maria de Cós, lugar rural, se cobravam 500 mil réis¹⁰⁵. Na primeira metade de Setecentos, no entanto, pagavam-se já 17 moedas e meia de ouro, de que se retirava parte para agrados à abadessa, à mestra de noviças e aos oficiais do Mosteiro¹⁰⁶.

Muito embora a comunidade fosse estatutária e eclesialmente una, o estudo, por nós efectuado, especialmente para Setecentos, revela uma divisão, que não apenas física, arquitectónica ou de mobiliário de aparato e baixela de serviço, entre “casa das abadessas” e “casa da comunidade”. Seria, contudo, uma diferenciação que ajudava na demarcação das fronteiras e hierarquias de mando dentro do claustro, mais do que na criação de uma bipolaridade de vivências comportamentais ou espirituais.

As obrigações das preladas, bem definidas na *Regra* e nas *Constituições Gerais* de 1639, como vimos, incidiam tanto sobre a gestão interna da comunidade, na sua dimensão humana, religiosa e institucional, como nos assuntos externos. Prestavam contas, no fim dos mandatos, disso deixando registos autógrafos no precioso Livro intitulado “*Rol do que as Madres dão*”, transmitido de abadessa para abadessa, sempre com a preocupação de deixar as religiosas e oficiais conventuais satisfeitos e de legar às sucessoras saldos positivos, traduzidos em recursos em géneros e em dinheiro.

Os abadessados eram, em geral, trabalhosos e eivados de contrariedades, sem deixarem de ser apetecidos. Nos tempos da “crise”, entre meados de Seiscentos e finais do primeiro terço do século XVIII, deflagraram tensões no seio da comunidade, traduzidas na emergência de dois partidos, o das freiras tidas por relaxadas e o das cumpridoras, episódios estes relatados pelo filtro da cronista Soror Ana Maria do Amor Divino, que devem ser observados com alguma reserva crítica.

Dentro da comunidade poderão ter-se verificado resistências, ao menos por passividade, à aplicação das Constituições Gerais de 1639. Em 1691,

¹⁰⁴ CARVALHO, Almeida – *Acontecimentos...*, cit., p. 163.

¹⁰⁵ SOUSA, Cristina Pina e, e GOMES, S. A. - *Intimidade e Encanto. O Mosteiro...*, p. 114.

¹⁰⁶ ADL – Mosteiro de Jesus, “*Rol do que dão as Madres*”, fl. 9.

Fr. João Alvim, ministro geral, conhecendo a quebra dos bons costumes entre as descalças franciscanas, tentou, por patente geral, corrigir excessos e morigerar a vida nesses claustros¹⁰⁷.

Não podemos abonar, documentalmente, escândalos na comunidade de Setúbal, apenas confirmar, pelas fontes compulsadas, que se verificam dentro dela, de facto, ao menos no período de 1700 a 1770, indícios fortes de “*fadiga de fazer doces e outras obras de suas mãos pera a gratificação de seus bemfeiteiros particulares, faltando à Santa Pobreza, e trabalho comum, com risco de fazerem muitos actos de propriedade, e outros graves inconvenientes*”, aceitando-se e distribuindo-se dinheiro, suplementos de sustento e de vestiaria, gerindo-se confrarias e anais de missas pelos familiares defuntos e pelas próprias monjas, em especial as abadessas, traduzindo isso o temor da morte e o desejo da salvação das almas, mas pouco respeitando o rigor da Regra e o espírito da Ordem e da Santa Pobreza a que ela obrigava¹⁰⁸.

Em 1713, foi eleita a Madre Micaela de Jesus Maria, reputada por exemplar¹⁰⁹. Perspectivavam-se tempos de boa fortuna moral para o Mosteiro. Mas a eleição para o triénio de 1716-1719, veio a ser disputada por duas tendências contrárias, tendo acabado por ser provida Soror Maria da Nazaré, conotada como exemplo do partido das relaxadas. É possível, mas não absolutamente certo, que as abadessas dos dois triénios posteriores, relativos a 1719-1725, alinhasssem pela mesma tendência. Mas em 1725 a cadeira abacial voltou a ser ocupada pela observante Soror Micaela de Jesus Maria, para, alguns anos depois, em 1744, deflagrarem novas disputas entre reformistas, agora encabeçadas por Soror Eufrásia de Santa Rosa, e relaxadas, agremiadas por Soror Teresa Luísa, tendo saído vencedoras as observantes¹¹⁰.

Estas tensões internas entre as monjas, só perceptíveis por observações indirectas e tardias, sobretudo a partir das memórias (re)construídas pela cronista Soror Ana Maria do Amor Divino, entre 1797 e 1803, como vimos, devem traduzir tanto as diferenças de personalidade e de mundividência

¹⁰⁷ *Constituiçoes Geraes...*, p. 160-165.

¹⁰⁸ *Constituiçoes Geraes...*, p. 162.

¹⁰⁹ CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos...*, cit., p. 101-102.

¹¹⁰ CARVALHO, Almeida - *Acontecimentos...*, cit., p. 103-104.

da santidade por parte dessas mulheres, como oposições e conflitos de hierarquias sociais e familiares externas à comunidade claustral. O que foi comum à história dos mosteiros femininos do tempo¹¹¹.

11

Pelo livro do “*Rol do que dão as Madres Abadessas*” (1713-1770), pode verificar-se que há mais coincidências nos exercícios das preladas setubalenses, do que diferenças ou modelos de actuação divergentes e opostos. Para todos os exercícios abaciais, por exemplo, encontramos documentado o costume de se dar, em cada triénio, uma moeda de ouro a cada religiosa, para além do vestir e do jantar ritual oferecido à comunidade, e ainda aos padres, oficiais e servidores do Convento, no dia em que cessava a prelatura.

Multiplicavam-se, ainda, as ocasiões, ao longo do ano, para as madres abadessas prodigalizarem, a expensas próprias ou do Mosteiro, dádivas apetecíveis à comunidade. Na procura de uma vivência mais equilibrada dentro da clausura, alguns tempos festivos eram assinalados com recurso a estratégias de convívio e de distração que permitiam quebrar as rotinas quotidianas, assim contribuindo para um desejável bem-estar de todas. Pouco poderemos dizer de práticas lúdicas ou lavores, certamente realizados na casa que lhes era destinada, senão dos convívios no mirante do edifício. Mas há informação acerca das festas que se davam às monjas pelos dias santos de mais particular devoção. Estas, celebradas sob pretexto litúrgico, permitiam romper minimamente com as rotinas do dia-a-dia, conquanto se centrassem muito em torno da mesa e das refeições melhoradas. São apontadas em número de 32, ou seja, menos de 10% dos dias do ano. Nestes momentos, quebrava-se o longo ciclo das abstinências e jejuns rigorosos que caracterizavam os restantes dias.

As colações melhoradas contavam, ao “jantar” ou refeição do meio-dia e principal, com pratos de peixe ou carne. Esta, aliás, só muito excepcionalmente e quase sempre sob a forma de empadas ou pastéis,

¹¹¹ LOWE, Kate - Elections of Abbesses and Notions of Identity in Fifteenth and Sixteenth-Century Italy, with special reference to Venice. *Renaissance Quarterly*. 54, 2 (2001) 389-429; MELLINGER, Laura - Politics in the Convent: the Election of a Fifteenth-Century Abbess. *Church History*. 63, 4 (1994) 529-540.

servindo-se aos padres e aos pregadores galinha ou até, como sucedia em Quinta-feira Santa, perua. São diversas as referências a peixe, frito ou cozido, especialmente o primeiro, mais apreciado. Entre as leguminosas presentes atestam-se favas, em dia de Fiéis Defuntos, servidas com ovos, aos padres; pelas Endoenças, couves afogadas, em dia de S. Francisco; poucos nabos, em dia de S. João Evangelista; tremoços na festa dos Santos Inocentes (28 de Dezembro) e pepinos, na véspera e nas oitavas de S. João Baptista, em dia de S. Pedro e na festividade da Visitação, a 2 de Julho. Em Domingo de Ramos comiam-se espinafres, não havendo favas, com grão e arroz. Em dia da Assunção, a 15 de Agosto, servia-se caldo doce, sem que se explicite os ingredientes deste cozinhado, decerto agri-doce¹¹². Poderiam juntar-se-lhes ovos, sempre muito citados, assim como feijão ou, ainda, outros produtos adoçantes como mel e erva-doce. Na confecção destes produtos utilizar-se-iam especiarias, abundantes na despensa, como pimenta, gengibre, açafrão ou cravo¹¹³.

As colações da noite, mesmo nos momentos festivos, eram mais modestas, compostas, invariavelmente, por castanhas, fruta, azeitonas e três peças de doce. Excepcionalmente, além disso, uma queijada grande, como acontecia na refeição do ano novo. Não se refere nunca vinho, excepção feita ao que existia na adega, mas reservado ao consumo dos padres.

Em matéria de sobremesas dominavam dois produtos: a fruta e os doces. Fruta da horta conventual ou comprada, nomeando-se as uvas, as melancias, as pêras, as maçãs camoesas, as laranjas e o apetecido melão. Serviam-se passas em Dia de Cinzas. Entre a doçaria, que era muita e decerto bastante açucarada, abundava o arroz doce, os bolos de arráteis (cerca de meio quilo) ou mais de açúcar, confeitos, biscoitos, queijadas e queijadinhas, trouxas-de-ovos, “jarzelins”, bolo preto, covilhetes, bocados e peças de doce de “várias castas” servidos em mimosos enfeites de papelinhos, em tabuleiros, em coifas e outros recipientes como pratos de Estremoz e palanganas várias. Anotamos dois arráteis (1 quilo) de amêndoas, a cada religiosa, em dia de

¹¹² Citam-se também “pallellas” ou “palhelhas(?)”, equivalentes a covilhetes, e “panelo”, bem como doces e “bolasão” cuja explicitação não nos parece clara.

¹¹³ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, “Rol do que dão as abadessas”, fl. 30.

S. Francisco, alguma marmelada, curiosamente só citada em dia de Todos os Santos, e aletria doce, por dia de Endoenças.

Destas iguarias dava-se parte, ainda, à comunidade dos confessores e capelães, aos pregadores, sempre tratados com deferência, ao donato e, por vezes, a alguns outros franciscanos que esporadicamente vinham ao Mosteiro para participarem nalguma celebração.

Existiam alguns dias no ano festivo que se destacavam dos demais. O de S. Francisco, fundador da Ordem, primava pela abundância, quantidade e variedade dos alimentos distribuídos. Aos padres do Convento de S. Francisco, na vila, enviavam as piedosas monjas 8 arráteis de arroz doce, 4 dúzias de bocados de doce, 6 covilhetes, um vidro de água de cheiro e duas dúzias de pivetes. Em dia de S. João Evangelista e, sobretudo, do tríduo associado a S. João Baptista (vésperas, festa e oitava), aumentava-se a quantidade e o número do que se dava. Era, finalmente, no dia de ano novo, a 1 de Janeiro, aqui comemorado sob o título de "Dia do Santíssimo Nome de Jesus", que se fazia a entrega de linhas, alfinetes, agulhas, dedais e várias varas de panos, tanto às monjas, que auferiam ainda de uma tira para a cabeça, como aos demais agentes ligados ao serviço da comunidade. Oferecia-se, também, mãos de papel e algum dinheiro.

Festas e rol do que as abadessas davam à comunidade

(Fonte: ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, VI-25-A-4)

FESTA	ROL
Nossa Senhora da Natividade 31 de Agosto	1 bandeja com uvas e melão ou melancia; 1 cesto de frutas aos padres; 1 dúzia de peças de doce ao pregador.
Chagas de S. Francisco 17 de Setembro	1 bandeja com pêras da “nossa horta”, uvas e melão e melancia; o mesmo aos padres.
S. Miguel 29 de Setembro	1 bandeja de fruta igual; o mesmo aos padres; 1 dúzia de peças de doce ao pregador; laranjas à comunidade.
Véspera de S. Francisco 3 de Outubro	1 covilhete a cada padre e todas as iguarias ao jantar.
S. Francisco 4 de Outubro	2 arráteis de açúcar; 1 púcaro de salva grande ou quarta grande; 1 bandeja com todas as frutas do tempo e melão inteiro; 1 bolo de açúcar de arrátel; arroz doce; 1 empada; 3 postas de peixe frito; 1 posta de peixe cozido; 1 tostão a cada freira pelo pastel, tigelada e assado; couves afogadas; 1 prato fino com 10 peças de doce de várias castas enfeitadas com pastilhas; 2 arráteis de canelões; 2 arráteis de amêndoas em papelinhos; 1 tabuleirinho com 10 peças de doce e um bolo a cada um dos 5 frades que estão à mesa no dia. Aos serventes de fora: 1 tigela de arroz doce, mais 1 posta de peixe ou 1 ração de carne com alguma fruta. Aos padres do Convento de S. Francisco: 8 arráteis de arroz doce, 4 dúzias de bocados de doce, 6 covilhetes, 1 vidro de água de cheiro e 2 dúzias de pivotes.
Todos os Santos 1 de Novembro	1 bandeja de fruta, uvas e 1 melão; 1 bolo preto de 3 quartas com acrescentos. 1 ladrilho de marmelada grande ou 2 por ele.

FESTA	ROL
Dia de Defuntos 2 de Novembro	1 cesto com 3 arráteis de açúcar com acrescentos; 1 arrátel de confeitos; 6 camoesas ou pêras; cestos [de fruta] aos padres; 2 panelas e 2 covilhetes ao vigário; 2 dúzias e meia de biscoitos; 2 dúzias e meia de queijadinhas; 2 dúzias e meia de favas (?); 1 arrátel de confeitos; 3 covilhetes ou <i>palhelhas</i> aos capelães e 2 dúzias de cada coisa e confeitos; 2 covilhetes ou <i>panelo</i> ao donato.
Nossa Senhora da Conceição 8 de Dezembro	Arroz doce, couves, 2 postas de peixe frito e peixe cozido e fruta; 1 bocado de doce. À noite: fruta; meio alqueire de castanhas; 3 bocados de doce; 1 púcaro de Estremoz. Aos padres: 3 iguarias de peixe, 1 cesto de frutas. 1 dúzia de peças de doce ao pregador. Aos servos de fora: 2 arráteis de arroz e manteiga “para lá se fazer”.
Dia do Ó 17 de Dezembro	1 prato fino de “palangana” ou cesto com 4 arráteis de açúcar; 1 mão de papel; 1 púcaro grande ou quarta-feira 6 camoesas. À noite: azeitonas e castanhas e 1 peça de doce acrescentada. 1 presente a cada padre; o quinhão ao donato; colação de doce à gente de fora.
Véspera de Natal 24 de Dezembro	6 peças de doce a cada uma e 7 às “acrescentadas”, seja Domingo ou não. 1 covilhete a cada padre; 1 covilhete ao donato.
Dia de Natal 25 de Dezembro	1 púcaro Galinha aos padres
Santo Estêvão 26 de Dezembro	À noite: 3 peças de doce e castanhas e fruta. Galinha aos padres se não for dia proibido.
S. João Evangelista 27 de Dezembro	1 prato fino com 3 arráteis de açúcar; 1 púcaro ou quarta de arroz doce, nabos, peixe frito, peixe cozido, azeitonas, fruta, 1 peça de doce para sãs e doentes. Galinha ou perua aos padres e mais iguarias e 1 cesto de fruta. 1 dúzia de peças de doce ao pregador. 1 tabuleirinho de doce com 13 peças aos 4 frades que estão na mesa. 2 arráteis de arroz doce aos servos de fora e manteiga “para se fazer”. À noite: 3 peças de doce com acrescentos, castanhas, azeitonas e fruta.

FESTA	ROL
Dia dos Inocentes 28 de Dezembro	À noite: 3 peças de doce, castanhas, tremoços e fruta
Dia do Santíssimo Nome de Jesus 1 de Janeiro	<p>1 púcaro e fruta ao jantar.</p> <p>À noite: 1 cesto com 2 arráteis de açúcar, fruta, castanhas, azeitonas, 1 queijada grande.</p> <p>1 rolo de arrátel amarelo, 1 meada de linhas, vara e terça de pano, 1 carta de alfinetes com 6 agulhas, 1 tira para a cabeça, 1 dedal, 1 mão de papel.</p> <p>Galinha aos padres.</p> <p>Ao vigário: 12 varas de pano, 1 rolo de arrátel, 1 meada de linhas, 6 agulhas, 1 carta de alfinetes, 1 dedal, 2 dúzias e meia de peças de doce, 3 mil réis em dinheiro, 7 mãos de papel.</p> <p>Aos capelães: 10 varas de pano a cada, 1 rolo, 1 meada de linhas, 1 carta de alfinetes, 6 agulhas, dedal, 2 dúzias de peças de doce, 2 mil réis a cada e 6 mãos de papel.</p> <p>Ao donato: 6 varas de pano, meia cabeça de linhas, meia carta de alfinetes, 4 agulhas, 1 mão de papel, 1 dúzia de peças de doce, 1 pataca em dinheiro.</p> <p>Às mulheres de fora: carreiro e hortelão: 1 cruzado novo e colação de doce acrescentado, 4 mealhas de linhas, 4 carteiras de alfinetes, 4 agulhas.</p> <p>Ao hortelão: 3 varas de pano a mais do que os outros servos.</p> <p>Ao carreiro: 5 varas de pano.</p>
Oitavas de Santo Estêvão, do Evangelista e dos Inocentes 2, 3 e 4 de Janeiro	À noite: 3 peças de doce, castanhas, azeitonas e fruta.
Dia de Reis 6 de Janeiro	1 púcaro de fruta e 3 peças de doce acrescentadas.
Dia de S. Brás	À noite: bolos e o pão “que quer”.
Dia de Cinzas	<p>Cestos com açúcar e confeitos, como no Advento; 1 arrátel de passas.</p> <p>Aos padres: os mesmos cestos como no Advento para toda a Quaresma.</p>

FESTA	ROL
Dia de S. José 19 de Março	Espinafres com ervas, 2 postas de peixe frito; 1 ração de peixe cozido ou 2 ovos, laranjas e arroz de manteiga, às do “dormitório”.
Dia da Encarnação 25 de Março	Arroz de manteiga e de sobremesa “o que há”.
Domingo de Ramos	Espinafres não havendo favas, com grãos e arroz, 2 postas de peixe frito com acrescentos mais peixe cozido às preladas. 3 iguarias de peixe aos padres.
Quarta-feira de Trevas	Porção de doce acrescentada aos padres, 1 covilhete e 1 queijada.
Quinta-feira de Endoénças	1 prato grande de “palangana”, cesto de fruta; 6 arráteis de açúcar; 1 púcaro ou prato de Estremoz; 1 bandeja com castanhas, limões, laranjas e aletria doce; 1 empada; 1 bolo de arrátel de manteiga e açúcar sem acrescentos; outro bolo de arrátel grande com acrescentos; 1 prato com 10 peças de doce de diversas castas com acrescento consertado com pastilhas; 2 arráteis de canelões, 2 de amêndoas em papelinhos; 12 favas com 2 ovos e 3 postas de peixe frito com acrescentos, peixe cozido, tigelada, azeitonas e 1 tostão pelas mais iguarias. Aos padres: favas com ovos, arroz doce e iguarias de peixe; 1 tabuleirinho com 10 peças de doce a cada padre, 12 ao vigário e 8 ao donato; 1 coifa de doce com doces miúdos ao pregador do Mandato. 1 coifa de doces e “bolasão”, peixe frito, empada, arroz doce, covilhete e 1 bolo de “asea” ao pregador da Paixão. 8 arráteis de arroz doce aos Padre de S. Francisco.
Sábado da Paixão	1 pastel às enfermas, se é dia de carne, ou a vintém; 1 cesto de laranjas; 1 púcaro, laranjas, doce. Aos padres: arroz doce; 1 dúzia de peças de doce ao pregador e mais iguarias.
Véspera de S. João Baptista 23 de Junho	1 bolinho de manteiga e açúcar de 3 quartas, 1 pepino ou peixe frito e fruta à comunidade. Colação e doce com acrescento aos padres.

FESTA	ROL
S. João Baptista 24 de Junho	2 arráteis de açúcar; 1 púcaro e 1 prato fino comum de arroz doce; 3 postas de peixe com acrescentos; 1 ração de peixe cozido, fruta e peça de doce. À noite: fruta, pepinos, 3 bocados de doce a cada freire ou 2 arráteis de açúcar pelas 4 colações (S. João, Oitavas de S. João, S. Pedro e Visitação).
S. João Baptista 24 de Junho (cont.)	Aos padres: arroz doce, 1 cesto de fruta a cada e mais iguarias de carne ou peixe; em dia de peixe vai à mesa 1 dúzia de peças de doce ao pregador; 1 tabuleirinho com 13 peças de doce aos mais padres; fruta e alguma coisa de doce ao donato. <u>2 arráteis de arroz e manteiga à gente de fora.</u>
S. Pedro 29 de Junho	1 ração de peixe; sendo dia de carne, pastel, fruta, 1 bocado de doce, 1 covilhete ou púcaro às enfermas. À noite: 3 bocados de doce, pepino e fruta.
Oitavas de S. João Baptista 1 de Julho	Ração de peixe cozido, fruta, 2 ovos. À noite: 3 bocados de doce, fruta e pepinos.
Dia da Visitação 2 de Julho	Ração de peixe cozido, fruta, 2 ovos. À noite: 3 bocados de doce, fruta e pepinos; caindo em Domingo distribuía-se também o ovo da noite, se se der pepino; às enfermas, seus ovos
Santa Clara 12 de Agosto	1 púcaro e arroz doce. À noite: colação de doce; sendo Domingo, não tem doce. Aos padres e às madres porteiras: jantar de peixe, fruta, doce de mesa. <u>1 dúzia de peças de doce ao pregador e tabuleiro aos outros padres.</u>
Assunção 15 de Agosto	1 púcaro, caldo doce, 1 peça de doce a cada freira. À noite: 3 bocados de doce. Fruta dos padres.

Pode aprofundar-se o conhecimento do quotidiano festivo e alimentar na comunidade pela análise das relações dos jantares oferecidos pelas abadessas na ocasião da cessação dos seus triénios, as quais os suportavam do seu próprio pecúlio, assumindo isso o valor de um ritual de despedida e de pedido de perdão por falhas e culpas, de inspiração litúrgica, pois remete para a obrigação evangélica do “mandato”, recordada, especialmente, em Quinta-feira de Endoenças. Se bem que fosse prática regular nos meios monásticos, nos quais os oficiais e prelados, no termo dos seus cargos, prestavam testemunho de humildade aos que até aí tinham governado, na sua estrutura e composição, contudo, eles reflectem a capacidade de dádiva simbólica de cada abadessa. A riqueza de que dispunham, por via de dotação familiar ou poupança, manifestava-se tanto nas iguarias escolhidas, cuja ementa não podia ir contra os preceitos da Regra, ou os da observância dos dias litúrgicos, ainda assim com suficiente amplitude de escolha, como nas demais ofertas. Estas, em geral eram pequenas lembranças carregadas de valor afectivo e emocional que não tanto material.

Conhecemos os cardápios desses “jantares” oferecidos por algumas abadessas de Setecentos. Como ágapes, eles constituíam momentos de encontro das religiosas em torno da sua prelada, a qual desse modo se despedia, numa mimese do modelo seguido na última ceia de Cristo, ao mesmo tempo que permitiam a quebra de um quotidiano intensamente consagrado ao exercício espiritual.

Abadessas de Jesus de Setúbal e seus Jantares¹¹⁴

Fonte: ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal, VI-25-A-4).

ABADESSAS E DATAS DAS SAÍDAS DA OBRIGAÇÃO	JANTARES OFERECIDOS NO ÚLTIMO DIA DO MANDATO	FÓLIOS
Soror Micaela de Jesus Maria: 31.08.1716	—	31-32
Soror Maria de Nazaré: [1719]	[“Fica a comunidade satisfeita de toda a sua vistiaria e demais a mais dei huma moeda de ouro a cada huma. A gente de fora fica tambem satisfeita de seu sustento e selario. Os padres tambem das suas vistiarias e donato vistido e calsado de tudo que lhe foi nessesario.”]	32vº-33
[?] [1722]	—	34-35
Soror Teodora de S. José [1725]	—	36-37
Soror Micaela de Jesus Maria: 31.08.1728	“Dei de jantar o ultimo <dia> a comonidade caldo dose, osseos, ovos, fruta, uvas, peras e huma melansia, dois bocados de dose, dois arates de asucar, huma coifa, dois rolinhos, e des tostois em dinheiro por algumas couzas que lhe tivese faltado por mais não poder.” “Dei de jantar o ultimo dia de Agosto a comonidade huma bandeja de fruta a cada huma, des bocados de dose, hum pão de trigo novo, huma melansia e des reis, huma alcofinha com coatro arrates de asuquar e tres varas de pano de veo a cada huma, tres coartetos de papel de escrever. A minha vontade a mais se estendia mas forão tantas as afisoins que nese tempo exprementei pelas muitas doentes que não tive lugar de fazer o meu gosto que so Deus sabe coal hera.”	37-38
Soror Josefa Maria da Conceição: [1731]		39-39v
Soror Inês de Santa Teresa: 4.09.1734	“Dei de jantar a comonidade o ultimo dia huma bandeja de fruta a cada huma, dois bocados de doce, hum pam de trigo novo, huma melancia de vintem a cada huma. Tão bem dei melaon, não foi inteiro que havia muita falta deles mas custarom a meio tostam cada hum e deles se fizeram a tres raçois de cada hum. Dei huma palangana castilhana que	40v-41v

¹¹⁴ Ignora-se o nome das abadessas que não assinaram nos triénios de 1719-1722 e 1734-1737.

ABADESSAS E DATAS DAS SAÍDAS DA OBRIGAÇÃO	JANTARES OFERECIDOS NO ÚLTIMO DIA DO MANDATO	FÓLIOS
Soro Inês de Santa Teresa: 4.09.1734 (cont.)	custou hum vintem a cada huma com quatro arrates de asucar e quatro quadernos de papel, dois rolos, hum branco e outro amarelo que quarta cada hum, huma quartinha de Estremos com sua fita e hum cruzado novo a cada huma. Fesce caldo doce para toda a comonidade e peixe e os seus ovos.”	
[?]: 31.08.1737	“Dei o jantar a comonidade o ultimo dia a sua bandeja de fruta, hum melão e hua melancia, dois bocados de dosse, hum pão, fesce cuscus dosse e peche e ovos a toda a comonidade, huma palanganinha com quatro arrates de asucar, quatro cadernos de papel, e hum rollo de arratel, e hum arratel de amendoa.”	42-43
Soror Luísa Catarina do Sacramento: 3.09.1740	“Dei nove arrates de cera que não tive para mais as rellegiozas, dei quando sahi huma palanganinha com dois arrates de amendoa e quatro de asucar e hua coifa. Não foi o que dezejava mas o que pode ser. O seu jantar como he custume caldo dosse, peiche, ovos, bandeja de fruta, mellão, melancia e pão, hum tareco de ovo e hua pera. Dezejara fosse muito mais mas algumas mortificaçois que se ajuntarão me tirarão de algum modo o gosto.”	44-4v
Soror Úrsula Maria dos Anjos: 29.01.1744	“Dei a comonidade de seu jantar caldo doce e peixe e ovos, sua bandeja de fruta com sua talhada de queijo fresco e hum pam, hum prato fino com tres arrates de asucar e hum de amendoa, hum rolo branco de arratel a cada huma hum sestinho piquenino com hum bolo de ovos e huma talhada de sidram. <Tãobem dei o papel.> Dezejai fazer muito mais porem são os gastos tantos e a carestia de tudo que não pude chegar ao que dizejava.”	45-46
Soror Eufrásia Jacinta de Santa Rosa: 11.03.1747	“No dia da sahida dei de jantar a toda a comonidade cuscus dose, huma posta de pescada, hum pão de vintem, huma talhada de queijo flamengo e huma de melancia, as bandeijas com a fruta que deu o tempo, e ovos, hum prato fino com coatro arrates de asucar, hum toucado a cada huma, hum bollo de meio arratel branco, hum tareco de ovo e huma talhada de sidrão e hum bollo rial.”	11-12
Soror Luísa Isabel de Santa Rosa: 30.01.1750	“O dia que acabei, dei de jantar a comonidade aletria dosse, ovos e pescada, a sua bandeja com fruta conforme o tempo, huma talhada de queijos, hum pam de vintem, hum bolo	13v-14v

ABADESSAS E DATAS DAS SAÍDAS DA OBRIGAÇÃO	JANTARES OFERECIDOS NO ÚLTIMO DIA DO MANDATO	FÓLIOS
Soror Luísa Isabel de Santa Rosa: 30.01.1750 (cont.)	dos que vem de São João de amendoa, huma bandeja de Estremos com seu dose que foi huma talhada de sidrão e outra de abóbora e huma ferradura. Quatro arrates de asucar, dois arrates de amendoa, hum rolo de meio arratel branco, quatro quadernos de papel, hum toucado, huma coifa, huma colherinha de pao. A jente de fora tãobem se lhe deu de jantar sua <u>posta de peixe e sua sobremenza de figos, e laranjas e limois.</u> ”	
Soror Isabel Maria da Visitação: 13.01.1753	“No dia que acabei dei de jantar arros com nabos, huma empada e dois ovos, huma bandeja com limois e frutas e nozes e figos [riscado: e passas] e huma talhada de queijo e hum pão de vintem. Dei hum pives pintado com coatro peças de dose, duas talhadas de melão e hum masapão, e hum genete acresento huma talhada de melão. Huma condesa com quoattro arrates de asucar, hum rolo de meio arrate e hum toucado fino. Nestas quoattro adiçois não forão con dispendio da comonidade por não estar para estes gastos. A gente de fora tãobem se deu de jantar, huma <u>posta de peixe e sobremenzas.</u> ”	15-15v
Soror Catarina Maria de S. José: 8.10.1755	“No dia em que findei esta obrigação dei a comonidade o seu jantar como se costuma com suas sobremenzas o que pude. E aos servos tãobem o seu jantar e sobremenza. Em demonstração de meu desejo dei a cada huma das relligiozas tres varas de panno para huma camiza e huma cabesa de linhas. E hum rollo de coarta.”	16-16v
Soror Bernarda Angélica da Anunciação: 14.10.1758	—	17
Soror Joana Teresa Evangelista: 13.10.1761	“O jantar que dei todas sabem o que foi pois a minha vontade e amor hera dar muito mais, mas consesão (?) so a tres varas de pano e condesa e cordão e os dous arrates de manteiga e tigela e prato e chã tudo foi comprado da nosa esmola e de quem me ajudou, os mais foi por conta da communidade.”	18
Soror Joana Madalena de Santa Rosa: 13.10.1764	—	19
Soror Luisa Maria do Rosário: 29.08.1770	—	20

Estas relações indicam que, à semelhança do que sucedia nas comemorações dos dias de festas religiosas, as mesas eram dominadas por comida agri-doce, as frutas da época e, muito em especial, pela abundância e excesso de mimos e confeitos açucarados. Da fruta servida, os róis aludem expressamente a uvas, pêras, maçãs, melancias e melões, quando os havia ou o seu preço, geralmente alto, o permitia. Comparecem ainda talhadas de cidra e de abóbora. A “gente de fora” era quase sempre brindada com jantar de peixe e sobremesa de figos, laranjas e limões.

Mas são os doces e confeitos de açúcar que mais vistosos se tornam na leitura das ementas. Referem-se “*bocados de doce*” e muitas peças de doce, numa ocasião, até, “*huma bandeja de Estremos com seu doce*” (1750), genericamente, açúcar avulso, mais raramente se enunciando amêndoas ou manteiga, servidos, estes produtos, para exercício culinário individual das monjas, em coifas, em “*palanganas*”, “*palangana castelhana*” e “*palanganinhas*”, em “*condesas*” ou em pratos finos.

Não faltavam, claro, os bolos. Destes, menciona-se um bolo de ovos (1744), um bolo de meio arrátel e um “*bollo rial*” (1747), um “*bole dos que vem de São João de amendoa*”, mesmo um “*massapão*” e uma “*ferradura*” (1750), iguarias levadas à mesa, certas ocasiões, dentro de “*sestinhos*”. Nalguns jantares foram oferecidos “*rolos*”, assim como talhadas de cidrão e de abóbora (1750), certamente bem adoçadas. No jantar de Soror Joana Teresa Evangelista (1761) alude-se a “*dous arrates de manteiga e tigela e prato e chá*”, devendo valorizar-se, de facto, a presença desta infusão tão propícia ao acompanhamento da doçaria e adequada a actos de convívio cortês.

Entre as demais dádivas de recordação entregues pelas abadessas encontravam-se outros tipos de mimos, nomeadamente coifas, toucados, pivetes de aromas, varas de pano para véus, papel para escrever, cera e alguns tostões ou mesmo cruzados novos.

12

Cumpria às abadessas dirigir a administração corrente da comunidade. Faziam-no melhor que podiam. As despesas, como se pode observar, a título de exemplo, com o abadessado de Soror Eufrásia Jacinta de Santa Rosa (1744-1747), incidiam sobre a compra de cereais, especialmente o trigo,

e de azeite. Gastava-se, ainda, bastante dinheiro com a vestiaria das monjas, com a botica, com o pagamento aos oficiais do Convento (médico, cirurgião, sangrador, barbeiro), com os “servos e servas”, que se designavam criadas e criados. Estas eram, em geral, as despesas mais constantes. Havia ainda um conjunto de gastos mais esporádicos mas necessários. No abadessado que vimos seguindo, este tipo de despesas manifestou-se na compra de uma junta de bois, de um burro para a nora, de talhas para azeite, de serras e de machados para a lenha, de trempes, grelhas e caldeirões para a cozinha, de armários e de cabides, como, também, de bacias para a comunidade e para o forno, de alguidares para a amassaria, de uma ciranda, de um rolão, de um carro novo para serviço e, até, de um tachinho de arrátei para fazer caramelo. Na cozinha se consumia bastante lenha (avaliada em “barcadas”) e carvão. Fizeram-se gastos no conserto das janelas e dos caixilhos do dormitório, no lajeamento das entradas de algumas portas, em esteiras para os altares colaterais, no coro e no estrado detrás do cadeiral, e, até, para a casa das madres abadessas, de um prato de estanho grande e três pequenos.

O exercício da “obrigação” de Soror Eufrásia não foi deficitário porquanto, das contas que deixou validadas, conta um saldo positivo a transferir para o abadessado que lhe sucedia de bastantes legumes, duas arrobas de arroz, três alqueires de castanhas, 16 arrobas de cera, seis arráteis de cera para o refeitório, oito arráteis de incenso e o provimento do costume em todas as oficinas¹¹⁵.

Obras de maior vulto no edifício ou alguma encomenda de imaginária religiosa, naturalmente, pesavam no exercício económico¹¹⁶. O terramoto de 1 de Novembro de 1755, por exemplo, afectou o edifício conventual e obrigou a reparações de vulto cujos custos, as preladas que governaram

¹¹⁵ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), fl. 11-12 e 30.

¹¹⁶ A título de exemplo, citem-se gastos com o conserto do celeiro “que estava a cair” e da rouparia nova e remoção do cano da água (1716), conserto do telhado da sacristia “que chovia muito nela” e vidraças novas na casa da comunidade (1719), consertos na enfermaria e no seu mobiliário (1722), remendos em várias janelas e limpeza do telhado da igreja (1731), consertos nos telhados, nas varandas e no corredor do dormitório (1734); compra de casulas novas, limpeza dos canos e casas secretas, fabrico de uma roda nova, um nicho para S. Francisco na casa das madres (1737), arranjos no dormitório, o conserto do sino, uma imagem de Santo António para o coro (1750), arranjo dos canos de água e de esgotos (1753), conserto da varanda da enfermaria e lajeamento nalgumas partes (1755), ver ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), fl. 11-44v.

a comunidade nos anos imediatos não explicitam com pormenor. Todas procuravam, contudo, solver dívidas e deixar alguma folga de tesouraria para os mandatos subsequentes, como se comprova, por exemplo, no balanço trienal da autoria de Soror Bernarda Angélica da Anunciação (1755-1758):

“Entrei em esta obrigação em 19 de Outubro de 1756. Tudo o que diz o rol da caza da madre abbadessa fica; as obras que fiz em o Convento de todas são sabidas. E como tudo foi feito com o dinheiro desta comonidade só me ficou a penna de não ficarem muito prefeitas as obras do meu tempo; ficarão mais de tres mil cruzados. Provera a Deus fosse muito mais para reparar tantas ruinas que ahinda ficarão. Os rilligiozos e rilligiozas ficarão satisfeitos de tudo que he obrigação. Da mesma sorte os offissiais e servos do Convento. As ofessinas se proverão de tudo o que foi preciso, que pello estrago que ouve no terremotu se achavão bem nesecitadas de tudo. Não deicho nenhuma divida e confeço as muitas que devo. A Deus suposto forão grandes as afliçois que tive nunca me faltou com o que he tão pressizo para o governo; muitas faltas achará a madre abbadessa de que pesso perdão e de alguma sorte me desculpará pois nem senpre se pode tudo que a vontade dezeja, que não faltarão contratenpos. O Senhor de-me da sua grassa para chorar a má conta que lhe dei do que me emtregou. E sahi desta obrigação em 14 de Outubro de 1758. Advirto que as sobras depois de tudo liquidado forão hum conto cento oitenta e nove mil quatrocentos e cinco reis que o que está asima foi engano e esta he a conta verdadeira.”¹¹⁷

Sintético foi o balanço da Madre Luisa Maria do Rosário (1767-1770), que aponta o refazimento do dormitório e de outros cômodos, como o hospício dos padres e a varanda dos “emtrantes”, e “mais fizera se pudera”¹¹⁸. Mas por mais prolixos ou sintéticos, estes balanços das abadessas de Jesus de Setúbal são testemunho da capacidade intelectual e de exercício das obrigações abaciais maiores das suas autoras. Sem uma elevada auto-estima e confiança próprias, dificilmente teríamos acesso a um conhecimento tão profundo do legado e significados históricos deixados por elas.

¹¹⁷ ADL - Mosteiro de Jesus de Setúbal (VI-25-A-4), fl. 17.

¹¹⁸ *Idem*, fl. 20.

Os exercícios de poder na história do Mosteiro de Jesus de Setúbal revelavam-se fiéis aos princípios fundamentais da espiritualidade franciscana tal como a entendiam as religiosas observantes. Será discutível, neste ponto, reconhecer que a comunidade observante que nos ocupou neste estudo foi um exemplo de devoção e de prática religiosa católica e tridentina irrepreensível. Mas há que reconhecer que a utopia do *opus Dei*, nesta comunidade, como seguramente em numerosos outros mosteiros portugueses activos nos séculos modernos, constituiu, ao fim e ao cabo, o objectivo essencial, coerente e unificador, desde o momento da fundação aos dias da extinção, que orientou as vidas de sucessivas gerações de mulheres piedosas, as quais não deixaram nunca de ser filhas do tempo em que nasciam e de manifestarem nos seus dias, trabalhos e “obrigações”, a complexa realidade histórica que só elas, por vezes com alguns momentos de doçura, puderam viver.

O complexo totalizante simbólico: religião popular, xamanismo e psicanálise nos arquivos da Inquisição portuguesa

António Vitor Sanches Ferreira Ribeiro

Doutorando na Universidade de Coimbra

avs.ribeiro@gmail.com

Texto entregue em/Text submitted on: 10/05/2009

Resumo/Abstract:

Este trabalho pretende desenvolver uma hipótese colocada na dissertação de doutoramento intitulada *O Auto dos místicos*, na qual se evidenciaram os aspectos ligados a uma mitologia astral dualista, de fundo xamânico, existentes no imaginário místico português. Esta cosmovisão assentava num movimento triádico dialéctico, cujo funcionamento é generalizável ao universo físico e metafísico. Assim, todos os aspectos da vida, principalmente os que estão ligados à relação entre mortos e vivos, se materializavam em figuras simbólicas. Estes símbolos, presentes numa área que extravasa o contexto português e europeu, determinaram comportamentos, rituais ou sonhos, presentes na cultura e religiosidade populares, como a licantropia e o transe. A não consideração ou desvalorização dos aspectos referidos levou a que autores ligados à psicanálise e à antropologia, como Lévi-Strauss, Freud ou Jung, tivessem uma visão distorcida ou reduzida dessas manifestações.

This study envisages developing further the hypothesis introduced in the Phd dissertation *O Auto dos místicos*, which outlined the features of a dualist astral mythology, of shaman provenance, prevailing in Portuguese mythical imagery. This cosmic vision was based on a triadic dialectic movement, which applies to both the physical and metaphysical universe. Therefore, all aspects of life, particularly those concerned with the relations between the living and the dead, were materialised in symbolic figures. Such symbols, which were not peculiar to Portugal or even Europe, influenced behaviours, rituals and dreams, present in the culture and religiousness of the people, such as lycanthropy and trance. By disregarding or underestimating this, authors like Lévi-Strauss, Freud or Jung, who were linked to psychoanalysis and anthropology, adopted distorted or narrow views of such manifestations.

Palavras chave/Key words:

Religião popular; Inquisição; Licantropia; Xamanismo, Psicanálise.

Popular religion; Inquisition; Lycanthropy; Shamanism, Psychoanalysis

Introdução

Num trabalho recente sobre as fontes do imaginário místico português na Época Moderna, tive a oportunidade de ensaiar uma perspectiva sistematizadora do universo mental que subjaz à religiosidade popular em Portugal¹. Este artigo, de algum modo pretende ser a continuação dessa pesquisa. De forma sucinta, e para o que aqui interessa, as ideias expostas nesse texto foram:

- O misticismo português, cujo período de gestação atravessou todo o século XVI, construiu-se a partir da influência de duas tradições distintas. Uma, mais recente, resultante da emergência de uma sensibilidade religiosa centrada no interiorismo místico, um paradigma que se impôs de forma categórica na Espanha dos séculos XV e XVI. A outra, sobre a qual me irei deter neste artigo, corporizava uma cosmovisão ancestral, pré-cristã, que tinha como matriz uma perspectiva dualista, moldada à imagem dos movimentos astrais do Sol e da Lua.

- Esse dualismo implicava uma forma dialéctica de pensar a realidade, em termos muito semelhantes à que Hegel utilizou. A relação entre os opostos supunha três termos, dois antitéticos e um terceiro, a síntese, que estabelecia a mediação entre os outros dois. De forma concreta, e em relação à religiosidade popular, referi a oposição entre o Céu e a Terra e a forma como estes dois termos continham, por sua vez, uma luta de opostos no interior de cada um deles.

- Na Terra essa oposição manifestava-se sob a forma de aparições de *moiras*, divindades subterrâneas herdadas de um passado pré-cristão. A mitologia concebia-as em forma de tríades: uma anunciaava a fortuna, outra a desgraça e a terceira fiava no seu tear, incessantemente, o destino. Foi ainda visto que estas divindades, frequentemente referidas como “senhoras”, surgiam vestidas de branco ou negro, consoante anunciassem fortuna ou desgraça. No Céu, por seu turno, a luta era entre astros ou animais,

¹ RIBEIRO, António Vitor - *O Auto dos místicos. "Alumbrados", profecias, aparições e inquisidores (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009 (dissertação de doutoramento em História Moderna, policopiada).

uns brancos outros negros. Ocasionalmente, o Sol surgia sob a forma de triade: três círculos solares no interior de outro círculo solar maior.

- A semelhança entre a filosofia hegeliana e estas manifestações parece-me pertinente. Hegel construiria as fundações da sua filosofia com base na mística alemã medieval, nomeadamente a partir das formulações de Eckhart². Estas, por sua vez, fundavam-se numa teologia negativa e dialéctica, em que a medida de Deus é dada pelo homem. Deus deve, portanto, alienar-se, transformar-se no seu oposto, encarnar, para depois voltar a si, auto-consciente da sua condição divina. Tive também a oportunidade de colocar em evidência os pontos de contacto entre a doutrina de Eckhart e o gnosticismo dos primeiros séculos do cristianismo. Foi ainda possível identificar vestígios desse gnosticismo, existentes numa profecia denunciada à Inquisição portuguesa. Na perspectiva gnóstica, havia um conjunto de partículas de luz, de origem divina, que ficavam aprisionadas na matéria. Por um impulso irresistível, elas teriam tendência a voltar à unidade luminosa original, escapando à diversidade da matéria. Uma outra forma de colocar a questão trata-se da passagem do uno original, indiferenciado e imaterial, para o seu oposto, a diversidade da matéria, regressando ao uno original, mas desta vez com um sentido de absoluto que lhe é conferido pela sua antítese. Em qualquer dos casos, estamos perante um percurso triádico que termina num processo unitivo³.

² Ver BENZ, Ernst - *Les sources mystiques de la philosophie romantique allemande*. Paris: J. Vrin, 1968. Também Kuno Francke afirmou, sobre a mística de Eckhart, que "é uma clara antecipação do princípio hegeliano do auto-desenvolvimento da Ideia", ver FRANCKE, Kuno - *Mediaeval German Mysticism. The Harvard Theological Review*, 5 (1912) 113.

³ Sobre uma certa homogeneidade da experiência unitiva, da multiplicidade para a indistinção, através de uma abordagem comparativa entre três textos de épocas diferentes, que vão do mundo Védico a Aldous Huxley, passando por Eckhart, será útil consultar MELCHERT, Norman - *Mystical Experience and Ontological Claims. Philosophy and Phenomenological Research*, 37 (1977) 445-463. O esquema ternário aparece formulado de forma clara por Eckhart num dos seus sermões: "é necessário que todas as coisas sejam banhadas no sangue de Cristo e voltem ao Pai através da mediação do Filho, da mesma forma que o Pai faz todas as coisas pela mediação do Filho", citado em COLLEDGE, Edmund; McGINN, Bernard (trad. e introd.) - *Meister Eckhart: the Essential Sermons, Commentaries, Treatises and Defense*. Mahwah: Paulist Press, 1981, p. 30. A Santíssima Trindade é um dos símbolos mais fortes deste processo triádico, o que talvez explique a centralidade que o dogma da Trindade assume no gnosticismo cristão, ver o capítulo "Les voies de la Gnose" em DECRET, François - *L'Afrique Manichéenne (IVe-Ve siècles). Étude historique et doctrinale*. Paris: Études Augustiniennes, 1978, em particular as p. 261-262; DECRET, François - *Aspects*

- O misticismo espanhol, forjado no século XVI, tem as suas raízes na mística medieval, nomeadamente alemã e flamenga⁴. O autor que inaugurou a literatura mística em Espanha, Francisco de Osuna, fala do mesmo processo unitivo, através da prática do *recogimiento*, no qual o objectivo era “unir o que estava disperso”. Ou seja, passar da diversidade desconcertante da matéria para a unidade da alma com Deus. No seu *Abecedario espiritual*, Osuna utiliza a metáfora uterina para definir o processo de morte e renascimento que permitirá o referido processo⁵. No meu texto tive a oportunidade de demonstrar que o processo de Osuna era uma cristianização de um conjunto de práticas derivadas do xamanismo eurasiático, e que a metáfora uterina estava ligada a uma sexualização (feminilização) da Terra, em que esta funcionava como polo oposto do Céu (masculinizado). Por esta via pode-se, por um lado, estabelecer uma ligação entre o “complexo arcaico” e o misticismo moderno, e, por outro, verificar que o terreno comum entre todos os aspectos referidos assenta nesta perspectiva tríplice de pensar a realidade.

Nas páginas que se seguem tentarei demonstrar três propostas:

- a) a visão triádica da realidade é absoluta, não serve apenas para a oposição entre Céu e Terra, matéria e espírito, etc., mas para todas as facetas do universo, entendido no seu sentido mais amplo, físico e metafísico;
- b) esta visão dialéctica é inerente ao real, impõe-se ao espírito humano e este, por sua vez, aplica-o novamente através da utilização de símbolos,

du Manichéisme dans l'Afrique Romaine. Les controverses de Fortunatus, Faustus et Felix avec saint Augustin. Paris: Études Augustiniennes, 1970, p. 225. Ainda sobre a centralidade do pensamento triádico em grupos gnósticos ver GARDNER, Iain; LIEU, Samuel N. C. (eds.) - *Manichaean Texts from the Roman Empire*. Cambridge: University Press, 2004, p. 12-13.

⁴ Osuna bebeu as suas influências, em grande medida, na literatura mística flamenga, ver GROULT, Pierre - *Les Mystiques des Pays-Bas et la Littérature Espagnole du Seizième Siècle*. Louvain: Librairie Universitaire, 1927, em especial o capítulo “La littérature des Pays-Bas et les origines du mysticisme espagnol 1475-1550”, p. 80-91. Por seu lado, Menendez Pelayo afirmou que “quem trabalhe para a história da nossa mística terá de fixar, antes de mais, o seu olhar na remota época da influência alemã”, citado em MARTÍN, Teodoro - Enrique Herp (Harpadius) en las letras españolas. *Verdad y Vida*. 117 (1972) 427. Esta influência do Norte no misticismo espanhol é, contudo, contestada por NIETO, José - El carácter no místico de los Alumbrados de Toledo, 1509(?) - 1524 in ALCALÁ, Ángel - *Inquisición Española e mentalidad inquisitorial*. Barcelona: Ariel, 1984, p. 410-423.

⁵ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 363-364.

num conjunto coerente, a que darei o nome de “complexo totalizante simbólico”;

c) o “complexo totalizante simbólico” deixou traços na obra de autores como Lévi-Strauss, Freud, Jung, embora estes (talvez à excepção do último), não lhe tenham entendido verdadeiramente o alcance.

1. Oposições e sínteses: uma visão simbólica e totalizante

A primeira oposição a considerar é a oposição Céu/Terra. O Céu desempenha o papel masculino, fecundando a Terra com a sua semente (chuva). Mas a chuva só cai depois de um movimento dialéctico operado no Céu. Na mitologia védica, de raiz indo-europeia, é Indra que arranca, através da batalha, a chuva ao dragão, o demónio avaro da seca, e fá-lo num movimento também triádico⁶. Este processo celeste vai desencadear a fecundação do solo e, por sua vez, um processo dialéctico na Terra. O funcionamento dá-se num duplo sentido: efectivo e metafórico. O que é que faz com um tal processo seja assimilado à oposição masculino/feminino, levando à “uterinização” da terra? O facto de todas as facetas da realidade partilharem um aspecto comum: só são inteligíveis em termos absolutos quando submetidos a esta leitura triádica da oposição e síntese. Desta forma, a oposição Céu/Terra torna-se o arquétipo de todas as oposições. Como tal, se o Céu é a morada dos deuses, a Terra torna-se a morada dos mortos. O facto de se colocar a morada dos mortos no mundo subterrâneo, de forma indiferenciada, colocando lado a lado justos e condenados, foi a principal razão para a assimilação original do inferno e do purgatório às profundezas subterrâneas. Esta tradição permaneceu inalterada até ao século XIV, altura em que Dante subverteu a tradição, colocando o Purgatório numa montanha junto ao Paraíso⁷. A oposição urântica-ctónica será, como foi dito, a matriz

⁶ Ver WIDENGREN, Geo - *Fenomenología de la Religion*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1976, p. 55 e DUMÉZIL, Georges - *L'idéologie tripartie des Indo-Européens*. Bruxelles: Latomus, 1958, p. 46-47.

⁷ Teólogos como S. Tomás de Aquino ou S. Boaventura sugeriram que o Purgatório se localizava no centro da Terra, perto do Inferno, embora a relação e distância entre os dois permanecesse incerta, ver MORGAN, Alison - *Dante and the Medieval Other World*. Cambridge: University Press, 1990, p. 148. Sobre a aproximação topográfica do Purgatório

de uma série de outras: masculino/feminino; Sol/Lua; Verão/Inverno; dia/noite; branco/negro; luz/trevas. Todos os pólos que se encontram do lado “luminoso” (céu, masculino, Sol, Verão, dia, branco, luz, etc.) partilham idêntica natureza, o mesmo se passando com os do lado das “trevas” (Terra, feminino, Lua, Inverno, noite, negro, trevas).

O gnosticismo, composto por grupos heterodoxos cristãos, florescentes nos primeiros séculos do cristianismo, explorou bastante estas oposições. Na mesma medida em que fazia funcionar a sua teologia, em função da luta entre a luz e as trevas, acabava por fazer dessa oposição o arquétipo de todos os restantes antagonismos. É interessante verificar que em algumas heresias medievais de raiz gnóstica, como os albigenses ou os Irmãos do Livre Espírito, se postulava que todas as acções cometidas com qualquer parte do corpo abaixo do umbigo não eram pecado⁸. No mundo grego antigo, influenciado, tal como os gnósticos, pelo dualismo indo-iraniano⁹, os oráculos, nos quais se consultavam os espíritos das profundezas, tinham sempre uma pedra que se acreditava ser o ponto de ligação entre o mundo urânico e ctónico. O nome que a designava era *omphalos*, ou seja, umbigo¹⁰. Aquilo que está por detrás da proposição referida é apenas o prolongamento da cosmovisão dualista, assente na oposição entre o Céu e a Terra, aplicada ao corpo humano. A parte do corpo abaixo do umbigo partilha de uma natureza demoníaca, “escura”, subterrânea, por oposição às partes superiores do corpo, identificadas com o Sol, Deus, a luz, o dia, etc. As zonas inferiores do corpo estavam, pela sua própria natureza, inclinadas necessariamente ao pecado. Uma constatação interessante é a de que uma formulação muito

ao Paraíso, operada por Dante, ver Le GOFF, Jacques - *La naissance du Purgatoire*. Paris: Gallimard, 1981, p. 17.

⁸ Para os albigenses ver RUNCIMAN, Steven - *The Medieval Manichee. A Study of the Christian Dualist Heresy*. Cambridge: University Press, 1984, p. 177; para os Irmãos do Livre Espírito ver McGINN, Bernard - *The Harvest of Mysticism in Medieval Germany (1300-1500)*. New York: Herder & Herder, 2005, p. 59.

⁹ A influência começou a dar-se por volta dos séculos VIII e VII a.C. através das colónias do Mar Negro, as quais entraram em contacto com os Citas, um povo de origem iraniana, cuja cosmovisão era essencialmente dualista e que transmitiu aos gregos o xamanismo trazido das estepes da Ásia Central, ver MEULI, Karl - *Scythica. Hermes* (1935) 121-176.

¹⁰ Sobre a função do *omphalos* como ponto de intersecção entre os diferentes planos cósmicos ver KOROM, Frank J. - *Of Navels and Mountains: A further inquiry in the History of an Idea. Asian Folklore Studies*. 51 (1992) 103-125 e HARRISON, Jane E. - *Delphika* - a) *The Erinyes* b) *The Omphalos. The Journal of Hellenic Studies*. 19 (1899) 205-251.

semelhante surge num autor místico condenado nos finais do século XVII, Miguel de Molinos, que defendia que quando a alma estava enlevada em contemplação, as acções cometidas com o corpo (parte inferior do ser humano enquanto totalidade) não eram pecado¹¹. Aqui, a oposição urânicatoctónica é aplicada á dualidade corpo/alma e já não apenas ao corpo. Mas, como se disse, a metáfora é totalizante, aplica-se universalmente.

Um outro exemplo é o da organização social trifuncional, apresentada por Georges Dumézil como sendo exclusiva das sociedades indo-europeias¹². No meu texto expus a forma como Dumézil deduziu a tripartição de funções na hierarquização social no mundo indo-europeu (no caso em questão tratava-se da sociedade romana) a partir da oposição Céu/Terra¹³. Defendi também que, de forma algo paradoxal, teria sido esta dedução, conjugada com a sua formação durkheimiana, que o impediu de ver a importância desempenhada pelo processo dialético, bem como de alargar essa perspectiva a toda a realidade.

Em suma, uma dada oposição de contrários funcionava como um microcosmos de todas as outras, sendo este aspecto que lhe conferia o seu carácter totalizante. Esta forma de inteligir o mundo possui dois grandes eixos arquetípicos: a já referida oposição Céu/Terra e o movimento dos astros, a alternância entre o Sol e a Lua, o Verão e o Inverno.

Como foi visto, esta cosmovisão implica um conjunto de analogias e associações, lua, mulher, noite, etc. (por um lado) e Sol, homem, dia, etc. (por outro). Uma das mais importantes que daqui resultam foi a já referida associação simultânea da Terra ao útero materno, por um lado, e ao mundo dos mortos, por outro. Uma tal associação implicou a homologia entre útero e mundo dos mortos. Nos oráculos da Grécia Antiga, a prática dos sonhos incubatórios implicava que o indivíduo que procurava contactar com o mundo subterrâneo deveria efectuar um conjunto de rituais purificatórios e

¹¹ Sobre a doutrina de Miguel de Molinos ver PELAYO, Menendez - *Historia de los heterodoxos españoles*, Madrid: Editorial Católica, 1956, vol. II, p. 206-214 e TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: CIUHE, 2005, p. 83-97.

¹² Diz Dumézil que “no mundo antigo (...) nenhum povo não indo-europeu explicitou, na prática ou idealmente uma tal estrutura”, DUMÉZIL, Georges - *L'idéologie tripartie des Indo-Européens*. Bruxelles: Latomus, 1958, p. 11.

¹³ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 419-424.

envolver-se numa pele de carneiro¹⁴. O facto de esta prática se denominar incubação e implicar o envolvimento numa pele de animal, como se de uma membrana amniótica se tratasse, demonstra bem até que ponto a metáfora uterina está presente. A pele de carneiro desempenha a função de símbolo: para contactar os mortos é necessário renascer, fazer como eles, voltar ao útero materno. Para Richard Noll, num estudo sobre práticas xamânicas equivalentes, a função da pele animal vai um pouco além da dimensão simbólica, desempenhando um papel essencial na concentração e alheamento do mundo exterior ao praticante da incubação¹⁵.

Num estudo sobre um grupo friulano de contornos xamânicos, os *benandanti*, Carlo Ginzburg fez notar que o seu elemento distintivo era o facto de terem nascido envolvidos na membrana amniótica¹⁶. Em Portugal, aqueles que nasciam com uma ligação ao mundo dos mortos apresentavam algumas diferenças, mas o simbolismo é exactamente o mesmo: afirmavam ter um período anormalmente longo de gestação (vinte meses, cinco anos, etc.) ou ter a capacidade de falar ainda no ventre materno¹⁷. No primeiro caso trata-se de demonstrar um vínculo profundo e incomum ao ventre materno, tal como acontecia com os *benandanti*, que prolongavam a sua ligação trazendo consigo a coifa. No segundo caso, o indivíduo alega ter tido a capacidade de desempenhar funções cognitivas no útero, e de falar com a mãe, o que realça a sua função de mediador entre o mundo dos mortos e o dos vivos.

O ventre materno é, portanto, o símbolo do mundo dos mortos. É invocado através de uma representação da membrana amniótica. Uma pele de carneiro na Antiguidade. Através da utilização de uma capa, ou véu, no Portugal da Época Moderna. Era assim que a maior parte dos visionários

¹⁴ FARRELL, Lewis Richard - *Greek Hero cults and ideas of immortality*. Oxford: Clarendon Press, 1921, p. 60.

¹⁵ Para Noll, “o xamã neófito é treinado para aumentar a vividez da sua imagética visual mental através de técnicas psicológicas e fisiológicas. O objectivo é bloquear o ruído produzido pelos estímulos externos e debruçar-se em exclusivo sobre os processos de imagética internos”. Trata-se, em suma, de “esquecer” o mundo exterior e voltar-se para o imaginário interior, ver NOLL, Richard - Mental Imagery cultivation as a Cultural Phenomenon: The Role of Visions in Shamanism. *Current Anthropology*. 26 (1985) 445.

¹⁶ Ver GINZBURG, Carlo - *Les Batailles Nocturnes. Sorcellerie et rituels agraires aux XVI et XVII siècles*. Paris: Flammarion, 1984, p. 101-102 e GINZBURG, Carlo - *História Noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 150.

¹⁷ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 376-377.

e extáticos portugueses, tanto quanto os documentos o permitem aferir, entravam em contacto com o mundo dos mortos. Nos meios populares era frequente a utilização de uma manta, ou, mais raramente, cobrindo-se de palha ou de terra¹⁸.

A Terra feminiliza-se. Torna-se símbolo. A capa ou véu uterinizam-se. Tornam-se igualmente símbolos. A questão que se coloca é a de saber em que medida esse simbolismo é interiorizado como mera metáfora ou é percebido como tendo um poder efectivo.

Como foi mencionado, Richard Noll colocou em evidência o facto de o uso de peles na prática incubatória não ser apenas simbólica, mas ter uma função psico-fisiológica de alheamento do mundo exterior. No fundo, uma dimensão semelhante à que Francisco de Osuna referia para a prática do *recogimiento*: esquecer as imagens e “recolher o que estava disperso”. A Terra, por seu turno, tem também uma função que vai para além dos aspectos simbólicos. Ela é o símbolo da terra dos mortos, mas recolhe efectivamente os mortos no seu seio. Neste sistema simbólico, como foi visto atrás, a dialéctica, a superação de contradições e a ideia de morte e renascimento têm uma função fundamental. Olhada sob esta perspectiva, a Terra é um exemplo perfeito. Dela nasce a vida e para ela se retorna no momento da morte. Surpreendentemente, da Terra nascem, como demonstrei no meu texto, anúncios de fortuna e de morte, pontuados pelo incessante devir do tear da *moira*¹⁹. Daí o carácter ambíguo que a figura da mãe apresenta, aspecto que será retomado mais à frente, quando se abordar a questão da psicanálise.

O símbolo tem, assim, um duplo aspecto: metafórico e efectivo. A ideia poderá ser utilmente aprofundada recorrendo à observação de um conjunto de manifestações que designei como “parto místico”²⁰. Normalmente trata-se de uma mulher que afirma estar prenhe de um ser extraordinário, uma figura de contornos fantásticos, destinada a salvar ou reformar o mundo. Em poucas palavras, um messias. A forma como esta “fecundação” se efectua dá uma

¹⁸ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 364.

¹⁹ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 347-350.

²⁰ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 396-400.

perspectiva interessante da função mediadora do símbolo entre a metáfora e a acção efectiva.

Antónia Rodrigues (1675), moradora em Abrantes, era frequentemente visitada por uma mulher, uma *moira*, que “metendosse outra dentro nella confitente, e quando entrava nella sentia a modo de huma cobra que lhe fazia inchar o estomago com tal aperto e ancia que pegando nella confitente quatro ou cinco pessoas a não podião sigurar, e neste tempo dezeljava ella confitente sair se de caza, e ir se afogar no Tejo”²¹. Num outro caso, Maria da Nazaré (1714), moradora na Pederneira, junto à Nazaré, afirmou a dada altura “que tivera hua cobra enroscada em si e que estando em extazi ficou aliviada”²². É óbvio que do que aqui se trata é de casos de possessão por um espírito, frequentemente reportados nos arquivos inquisitoriais, nos quais a cobra funciona como símbolo.

No seu clássico *Tratado de História das Religiões*, Mircea Eliade refere a dada altura que “na Alemanha, em França, em Portugal e em outras regiões, as mulheres temem que uma serpente lhes entre na boca durante o sono e as fecunde, em especial no período menstrual”²³. Estas palavras podem ser corroboradas por factos. Isabel de Jesus, uma visionária denunciada à Inquisição portuguesa, em 1562, relatou à mulher que a denunciou “que emprenhara de hua cobra e andara quatorze meses prenhe”²⁴. Foi já visto que uma gestação anormalmente longa era expressão de uma ligação ao mundo uterino, o mundo dos mortos, algo que atribuía dons excepcionais ao indivíduo que deveria nascer. Articulando este facto com a ideia de que a entrada da cobra no corpo da mulher implica uma forma de possessão, forçoso será concluir que a mesma possessão, elemento espiritual e psíquico, podia determinar uma acção efectiva, física, uma gravidez.

Porquê a serpente? Como procurei demonstrar a serpente é a parte luminosa do mundo ctónico, do mundo dos mortos²⁵. A razão é facilmente explicável: ela vive debaixo da terra, na companhia dos mortos, durante os

²¹ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT) - Inquisição de Lisboa, processo nº 9577, fl. 49.

²² Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, Livro 275, fl. 194.

²³ ELIADE, Mircea - *Tratado de História das Religiões*. Porto: Edições Asa, 1994, p. 218 (a edição original francesa é de 1953).

²⁴ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, Livro 193, fl. 206.

²⁵ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 352 e ss.

seis meses “escuros” de Outono e Inverno, mas acompanha o ritmo do Sol, regressando à superfície durante os seis meses de Primavera e Verão. Importa recordar que os dois eixos nos quais se estrutura toda esta mitologia são, por um lado, a oposição Céu/Terra, por outro, a alternância dos astros, do Sol e da Lua. Enquanto símbolo do mundo dos mortos a serpente encarna a dupla vertente metafórico-efectiva, ela vive “efectivamente” debaixo da terra. No entanto, ao acompanhar os ritmos do Sol, ela torna-se o seu símbolo. É um exemplo acabado desta intrincada teia de contradições e antíteses, é a luz do Sol no mundo das trevas. Eliade refere ainda alguns indivíduos da Antiguidade, como Alexandre Magno ou Augusto, de quem se dizia que tinham sido concebidos através da cópula da mãe com uma serpente.

Na psicanálise, como se verá, este conjunto de mitos foi encarado como uma manifestação de desejos recalcados, conclusão atribuída, em grande medida, à forma fálica da serpente. Em face do que até aqui foi exposto será legítimo questionar se a cópula não será mais metafórica do que efectiva, ou se não será uma mediação entre as duas. Tanto mais que a fecundação pela boca, recorrente nestes casos de “parto místico”, ocorria com outros animais simbólicos, cuja forma não é, manifestamente, fálica, (uma pomba, por exemplo), ou podia ocorrer ainda através de um feixe de luz (o Espírito Santo)²⁶.

Como foi dito, a serpente simboliza o Sol. E ao Sol, bem como à luz, eram atribuídas qualidades progenitoras. Como bem notou Eliade, no contexto eurasiático o *semen virile* era considerado como uma epifania solar²⁷. Atente-se num caso ocorrido em Lisboa, no ano de 1721, de uma mulher “natural de Arcos de Vadeves, e que ao prezente asiste em a Guarda da Raynha Nossa Senhora”, a qual afirmou que fora “gerada no Ceo e creada na terra porquanto a sua may a concebera sem ser por obra de varão e so por vertude de hua reliquia que lhe viera do Ceo a terra no olho do Sol, e que andara hum anno em o ventre de sua may”²⁸. Num outro caso, ocorrido em 1754, uma mulher, de nome Madalena, declarou ter sido questionada pelo rei (presumivelmente D. José I), o qual pretendia saber “do conhecimento

²⁶ Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p 397-398.

²⁷ Ver ELIADE, Mircea - *Spirit, Light, and Seed. History of Religions*. 11 (1971) 1-30.

²⁸ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, Livro 282, fl. 603-604.

que se diz della ter do Sol”, ao que ela respondeu que “o Sol tem varios Rayos de diversas cores; e que ou certo rayo do Sol ou certa estrela ou rayo de estrela significa hum parto secco que a Virgem Nossa Senhora tivera”²⁹. Ainda noutro episódio, em 1691, um eremita de Mogadouro, o “irmão António”, terá afirmado que “lhe he comunicado como se governa o mundo pelos Astros, e que somos concebidos nos ventres de nossas maes por feitiçaria, e chama feitiçaria a influencia dos Astros”³⁰. Revela-se assim, em suma, um intrincado complexo simbólico, com a serpente a assumir as qualidades progenitoras atribuídas ao Sol, o astro que ela simboliza. A serpente simboliza também os espíritos dos mortos e, assim, operando uma síntese a partir do carácter ambíguo da serpente, dá-se a gestação de uma criança excepcional, gerada pelas propriedades fecundadoras do Sol, em íntima ligação com o mundo dos mortos.

Estas propriedades resultam do facto de, na cosmovisão dualista de funcionamento triádico, referida no início deste texto, o Sol equivaler ao Céu, e este, por sua vez, equivaler ao princípio masculino, ao primeiro termo do processo fecundante triádico. Mas a ligação entre a serpente, o Sol e o simbolismo ginecológico da Terra pode ser ainda mais aprofundada, se nos debruçarmos sobre as lendas de mouras encantadas, existentes no folclore português. Estas eram, por norma, figuras híbridas, meio mulher, meio serpente, que apareciam no dia do solstício de Verão exibindo um tesouro. O facto de surgirem nesse dia em particular, o dia que tem mais horas de Sol no ano, confirma o que foi dito acima. Por outro lado, a hibridez entre o mundo humano e animal reflecte o pensamento impregnado de contradições, opostos e sínteses que subjaz a todo este complexo simbólico. Finalmente, a questão do ouro deriva directamente da sexualização e “uterinização” da Terra. Neste complexo simbólico arcaico, os metais são vistos sob uma perspectiva embriológica, ou seja, acreditava-se que os metais obedeciam a uma maturação, como se de um feto se tratasse. O ouro, pensava-se, era formado por fecundação do Sol, desenvolvendo-se a partir do bronze,

²⁹ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, livro 305, fl. 283.

³⁰ Cf. ANTT - Inquisição de Coimbra, Livro 315, fl. 127 e seguintes.

passando por uma prolongada gestação no interior da Terra³¹. Novamente o cosmos como arquétipo do homem.

Como tentei demonstrar no *Auto dos místicos*, a contrapartida “escura” da serpente é o lobo³². Se a serpente se identifica com o Sol, por uma analogia facilmente comprehensível, o mesmo se passa com o lobo em relação à Lua.

Os arquivos da Inquisição portuguesa estão repletos de vestígios de comportamentos que apontam no sentido da licantropia. Estes, tal como a prática da incubação, simbolizam a ligação ao mundo dos mortos. Em certo sentido, a incubação e a licantropia são duas faces da mesma moeda. Com uma diferença, porém. A incubação resulta de um acto voluntário do indivíduo que pretende ser iniciado no contacto com o mundo dos mortos. No caso da licantropia, são os mortos que efectuam um “chamamento”, os mortos fazem do iniciado “um dos seus”. Chamamento que aparece noutras contextos, ligado, tal como Portugal, ao xamanismo³³.

Como tive a oportunidade de demonstrar, esse acontecimento dava-se, no caso português, aos sete anos de idade. Era uma altura em que o neófito sentia uma brusca mudança de comportamento³⁴. Foi ainda possível apurar que esses elementos xamânicos, nos quais se inclui, obviamente, o chamamento, foram assimilados pela hagiografia oficial da Igreja. Desses mudanças bruscas de comportamento, a mais desconcertante tem a ver com a fuga nocturna do iniciado para zonas ermas, montes e florestas. No que diz respeito aos arquivos inquisitoriais, numa busca não exaustiva, os casos surgem em abundância. Luísa João (1753), de Coimbrão de Cima, perto de Leiria, fugia de noite para o mato, onde dava “gritos e voziarias espantosas”, que as testemunhas definiam como “rosnaduras”³⁵.

³¹ ELIADE, Mircea - *Forgerons et alchimistes*. Paris: Flammarion, 1977, p. 41.

³² Ver RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 382.

³³ Ver PÓCS, Éva - Possession phenomena, possession-systems. Some East-Central european examples in KLANICZAY, Gabor; PÓCS, Éva (ed.) - *Communicating with the Spirits*. Budapest; New York: Central European University Press, 2005, p. 95. No contexto siberiano este chamamento não era feito por um morto qualquer, ou por um demónio, mas era efectuado pelo espírito de um antepassado, ver ELIADE, Mircea - *Le chamanisme et les techniques archaïques de l'extase*. Paris: Payot, 1978, p. 76.

³⁴ Ver RIBEIRO, António- *O Auto dos místicos...*, cit., p. 377-382.

³⁵ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, processo nº 5183, fl. 9.

Uma testemunha afirmou que “por duas vezes tem ouvido fora de horas huns eccos horrendos mas que não sabe que he e dizem algumas pessoas a tem encontrado fora de caza depois dos galos cantarem e que tão bem lhe tem ouvido dizer que ella tem aquellas inquietaçōins porque seo marido a vem inquietar”³⁶. Catarina Rodrigues (1713), de São Vicente da Beira, dizia que o demónio “lhe aparecia em figura de lobo, e que de noite a tirava da sua cama, e a levava a serra, e despindoa a deichava ahi”³⁷. Sebastiana de Jesus (1710), utilizava um cordão de S. Francisco como protecção “o qual a havia de livrar que a não matase hum demonio que de noite a vinha buscar”³⁸. À já referida Maria da Nazaré (1714), moradora na Pederneira, acontecia que em “algumas ocaziens de luas foge de caza de sua may, e se vay pellos mattos, quer seja de noute, quer seja de dia, e dá grande cuidado a sua may e a seus irmãos pera a hirem buscar”³⁹. Refiram-se ainda os casos de Águeda, uma “mulher do campo, assistente nas partes de cima do Douro”, frequentadora do Convento da Madre de Deus de Monchique, no Porto, a qual saía de noite para “huma cova que estava em hum monte oculta cheia de ortigas sobre as quais ella despida nua se lansava”⁴⁰, ou de Soror Maria Eugénia da Trindade (1745), moradora num convento em Évora, a qual “queria pregar de missão que assim lho ordenava hum menino que tinha dentro em si que era Deos” e que, segundo a denúncia de Soror Catarina Micaela, “inquieta as comunidades e rindo dá uivos como cão”⁴¹.

Há três elementos que definem estes comportamentos como licantrópicos: a) a fuga para locais ermos; b) a nudez ritual, que aparece duas vezes⁴²; c) um comportamento similar ao de cães ou lobos. De referir ainda o aspecto do “chamamento”, que aparece referido expressamente três vezes, e a significativa referência às “ocasiões de luas”, filiando este comportamento na

³⁶ Cf. *idem*, fl. 19.

³⁷ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, Livro 272, fl. 291.

³⁸ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, processo 11488, fls. não numerados.

³⁹ Cf. ANTT - Inquisição de Lisboa, Livro 275, fl. 236.

⁴⁰ Cf. ANTT - Inquisição de Coimbra, Livro 362, fl. 93.

⁴¹ Cf. ANTT - Inquisição de Évora, Livro 273, fl. 204.

⁴² Compare-se com o caso dos *Lupercus*, os homens que, durante o festival romano de Inverno das *Lupercalia*, corriam “sem vestimentas humanas, com ou sem vestimentas animais” pelo antigo cemitério de Roma, imitando o comportamento dos lobos, ver DUMÉZIL, Georges - *Le problème des Centaures*. Paris: Geuthner, 1929, p. 213.

mitologia solar e no complexo simbólico que tem vindo a ser estudado ao longo deste artigo. Não irei retomar a longa genealogia da licantropia. Basta, para o que aqui interessa, relembrar que, segundo o folclore vigente em vários pontos da Europa, os lobisomens vagueavam pela terra durante o período que vai do Natal até à Páscoa, ou seja, de uma forma geral, entre o solstício de Inverno e o equinócio da Primavera⁴³. Em termos ainda mais gerais: o Inverno. Marcelo de Side, autor que viveu no século II d.C. comentou que a incidência de licantropia, o hábito de sair de noite para os ermos e cemitérios, imitando cães e lobos, era ainda mais notada em Fevereiro, a meio do Inverno⁴⁴.

O lobo, o Inverno, a noite, a Lua. À excepção do Inverno, todos os outros elementos aparecem referidos nos casos mencionados acima. Há a juntar ainda o elemento terra, presente na cova onde Águeda se lançava nua. As covas eram os locais onde se encontravam os oráculos com as suas pedras umbilicais, eram portas para o mundo uterino (*delph*, o mais famoso dos oráculos, significa precisamente útero). Todos estes elementos são “sombrios” e homólogos da mitologia solar.

O caso não era exclusivo de Portugal. Nos *alumbrados* espanhóis registam-se referências semelhantes⁴⁵. Certamente que não será sequer um exclusivo ibérico. Há ainda um elemento que, apesar de algo especulativo, se adequa de forma perfeita a todo este complexo simbólico. Se a contrapartida da serpente é o lobo, e o homólogo da serpente, no que diz respeito ao mundo dos metais, é o ouro, qual seria o correspondente ao lobo? É especulativo, repito, mas perfeitamente lógico. Segundo um mito extremamente difundido, os lobisomens só morrem com balas de prata. O lobo é, tal como a serpente, um símbolo do mundo dos mortos. É a contrapartida escura de um mundo já

⁴³ SENN, Harry - Romanian Werewolves: Seasons, Ritual, Cycles. *Folklore*. 93 (1982) 206-215.

⁴⁴ Ver MICHELS, Agnes Kir sop - The Topography and Interpretation of the Lupercalia. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. 84 (1953) 53.

⁴⁵ Alguns *alumbrados* da Estremadura espanhola afirmaram que “les daba um espíritu violento y las hacia caminar a la posta”. Num caso, referido por Álvaro Huerga, “una doncela “alumbrada” se marchó impelida por el espíritu diabólico, por veredas y montes sin poderlo resistir”, ver HUERGA, Alvaro - *Los Alumbrados de Extremadura (1570-1582)*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1986, p. 132.

de si escuro. É o paroxismo da escuridão. Assim, o lobo é o correspondente à prata no universo dos metais.

Para finalizar esta exposição sobre o “complexo totalizante simbólico” importa referir ainda dois símbolos que são, ao contrário dos que foram referidos até aqui, sintéticos. A noite, a Lua, o Céu, etc., são elementos “antitéticos”, ou seja, pertencem a um dos pólos de opostos. Contudo, como referi acima, a perspectiva dualista adquire a sua dimensão absoluta através da introdução de um terceiro termo, que faz a síntese entre os outros dois. Os símbolos a que me refiro são a árvore e o tear.

O tema da árvore foi já exposto no *Auto dos Místicos*. A sua dimensão de símbolo sintético, de mediador entre o alto e o baixo, resulta do facto de ter as raízes mergulhadas na Terra e de projectar os seus ramos para o Céu⁴⁶. A árvore torna-se assim um *axis mundi*, um eixo no qual se estruturam os diferentes níveis cósmicos⁴⁷. A sua presença é recorrente em várias aparições registadas na Inquisição.

Muito mais discreta é a presença do tear enquanto símbolo de síntese. A tríade ctónica, por excelência, é a das *moirai*, divindades do mundo grego antigo, cuja existência, mantendo precisamente a designação grega (*moira*), é facilmente detectável no folclore português. As *moirai* são três: Kloto (a fiandeira), Lachesis (a distribuidora) e Atropos (a fatalista). A distribuidora e a fatalista, anunciadora da morte, estão amplamente documentadas nos arquivos inquisitoriais. Mas entre estes dois pólos opostos, entre a distribuidora da fortuna e a anunciadora da morte, há um terceiro, a *moira* fiandeira, a que faz girar o seu tear de um ponto para o outro, incessantemente. A *moira fiandeira*, tal como o som do seu tear, que alguns julgavam ouvir

⁴⁶ Ver o capítulo “As entradas da Terra e os quatro sonhos do escravo” in RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 309-327.

⁴⁷ A análise de Simo Parpola acerca do tema da árvore, tendo como exemplo o mundo semita (assírio, hebraico), mas sem esquecer influências e relações com o mundo indo-europeu (grego), acaba por confirmar a perspectiva que tenho vindo a expor. Vejam-se as seguintes passagens: “tal como a árvore assíria, a árvore sefirótica tem uma dupla função. Por um lado, é a figura do macrocosmos, (...) [por outro] ela representa a harmonia cósmica do universo suportada pelo Sefirot sob a influência coerciva do sistema polar de opostos”, ver PARPOLA, Simo - The Assyrian Tree of Life: tracing the origins of jewish monotheism and greek philosophy. *Journal of Near Eastern Studies*. 52 (1993) 171-172. *Sefirot* é um termo hebraico, ligado à cabala, que significa literalmente “números” ou “contagens”. Tem um sentido esotérico.

vindo do chão, faz parte do folclore português⁴⁸. Já a sua função mediadora, de devir, a sua função simbólica, tem sido ignorada.

Mircea Eliade colocou em evidência a importância que termos como “rodar”, “fuso” ou “roca” tiveram, em algumas línguas indo-europeias, para designar a palavra destino⁴⁹. O destino é feito de múltiplas situações contraditórias. Veja-se, a propósito, o comportamento de um heresiárca de Mondim de Basto, João Pinto, numa sessão de exorcismo, em 1759. No momento em que uma sua acólita caía por terra, possuída por um espírito, João Pinto disse: “fia na tua roca, que eu não bulo contigo”⁵⁰. Estava a dirigir-se ao espírito, que viera do mundo dos mortos. O simbolismo do tear, estando ligado às regiões subterrâneas, acabaria por se conotar com o demónio. Isso é evidente em dois casos surgidos na Inquisição, um de Bragança (1712) e outro de Lisboa (1663). O primeiro é um extenso relato das visões de João Rodrigues do Canto, um homem do campo, vexado pelos demónios, a quem, a dada altura, foi “mostrada huma caza com hum enredo tear toda coberta de varios fios a maneira de laços e dela sahia hum procissão de demonios vestidos de diversas cores”⁵¹. No caso de Brites da Mota, servente do convento de Santa Mónica, de Lisboa, foi uma visão, estando na cama a padecer uma enfermidade, “olhando casualmente para o tecto da casa, vio com os olhos corporaes hum tear de ferro, e nelle hum rostro negro e disforme e humas mãos tecendo no ditto tear”⁵². À semelhança do que aconteceu com a serpente, com o lobo ou com o véu, também o estatuto simbólico do tear, enquanto símbolo da dialéctica e do devir, foi desaparecendo, vendo a sua carga simbólica substituída pela sua presença efectiva. Neste caso nem sequer se verifica, como naquelas situações, uma identificação entre símbolo e conceito simbolizado. Em relação ao tear

⁴⁸ Ver VASCONCELOS, José Leite - *Opúsculos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1938, p. 501. As referências ao som do tear aparecem já no mundo grego, ver COULTER, Cornelia C. - The Hapy Otherworld and Fairy Mistress Themes in the Odissey. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. 56 (1925) 44-45.

⁴⁹ ELIADE, Mircea - *Tratado...*, cit., p. 236.

⁵⁰ RIBEIRO, António - *Um buraco no Inferno: João Pinto, o lavrador heresiárca e a Inquisição*. Viseu: Palimage, 2006, p. 152-153.

⁵¹ ANTT - Inquisição de Coimbra, Livro 332.

⁵² ANTT - Inquisição de Lisboa, processo nº 3477, fl. 4-5.

há uma “demonização” do objecto, uma conotação ao mundo dos mortos, o que não corresponde ao seu conceito inicial.

2. O complexo, a antropologia e a psicanálise

Após a exposição sucinta deste “complexo totalizante simbólico”, que sendo “totalizante” é composto por um número infinito de outros símbolos não abordados aqui, importa tentar compreender de que forma é que esta cosmovisão colectiva se manifestou objectivamente, nomeadamente em vertentes como a religião e o mito. Para tal, seleccionei um conjunto de textos de Lévi-Strauss, Freud e Jung, ou de autores que gravitam na órbita destes, no sentido de os analisar à luz do que atrás foi exposto.

Oscilar entre Lévi-Strauss, por um lado, e Freud e Jung, por outro, é polarizar a análise entre as disciplinas que estes autores representam, a antropologia e a psicanálise. Para articular o “complexo totalizante simbólico” com estas duas áreas é adequado começar por dois textos publicados por Lévi-Strauss na sua *Anthropologie structurale*. No primeiro, *L'efficacité symbolique*, é abordado um assunto central ao longo deste estudo: a eficácia e a acção efectiva do símbolo⁵³. Ali, o objecto de análise é uma cerimónia xamânica efectuada sobre uma parturiente. O cenário é o Panamá, e desenrola-se no seio dos *cuna*, uma tribo indígena. O autor sugere que a acção do xamã é, em grande medida, análoga à do psicanalista. O tratamento que é efectuado não implica qualquer contacto físico. O xamã cria um mundo simbólico para representar o útero dorido da parturiente. E, surpreendentemente, o símbolo que é criado é o do mundo infernal, povoado por demónios (as dores). Este é o primeiro aspecto curioso. O símbolo é o mesmo que aparece no complexo xamânico eurasiático, o qual, como tentei demonstrar no *Auto dos místicos*, esteve na origem remota da formação da cosmovisão religiosa portuguesa e europeia. Mas regresse-se à cerimónia *cuna*. Segundo o xamã, a mulher sofre porque perdeu o seu duplo, (que se poderia traduzir por alma), aprisionado pelos espíritos malignos nas profundezas infernais. O xamã enceta então uma viagem espiritual ao

⁵³ LÉVI-STRAUSS, Claude - *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1974, p. 213-234.

mundo demoníaco, simbolizado, como já foi dito, pelo útero. Segundo Lévi-Strauss, é o canto, a ladainha que é recitada de forma monocórdica durante a cerimónia, que começa a conferir autenticidade à metáfora, principiando, de alguma forma, a fundir o símbolo com o conceito simbolizado. O xamã inicia a sua viagem de uma forma simbólica mas, a pouco e pouco, segundo as palavras do autor “a penetração da vagina, por mais mítica que ela seja, é proposta à doente em termos concretos e conhecidos”⁵⁴. Um pouco mais á frente o autor reforça a ideia: “trata-se de uma relação do símbolo com a coisa simbolizada, ou, para utilizar o vocabulário dos linguistas, do significado com o significante. O xamã fornece à sua doente uma linguagem na qual se podem exprimir estados informulados e formuláveis. É a passagem a esta expressão verbal (...) que provoca o desbloqueamento do processo fisiológico”⁵⁵. Para o antropólogo francês este processo é análogo à psicanálise, uma vez que se propõe “transmitir à consciência os conflitos e resistências que estavam, até então, inconscientes, seja em razão do seu recalcamento por outras forças psicológicas, seja – como no caso do parto – por causa da sua própria natureza, que não é psíquica mas orgânica, ou mesmo simplesmente mecânica”⁵⁶. Contudo, há diferenças – continuando a seguir Lévi-Strauss – e uma delas é que na psicanálise o mito que se faz reviver é individual, enquanto que o mito que o xamã faz reviver à sua paciente é um “mito social”⁵⁷. E é por esta expressão que se pode constatar que o verdadeiro alcance do simbolismo da cerimónia descrita escapou, em grande medida ao antropólogo. O simbolismo terra-útero é mais do que um “mito social”, é um fragmento de uma cosmovisão totalizante. É um dos inúmeros signos utilizados pela mente humana para pensar o absoluto.

⁵⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude - *Anthropologie...*, cit., p. 222.

⁵⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude - *Anthropologie...*, cit., p. 226.

⁵⁶ Esta semelhança entre psicanálise e xamanismo, nos mesmos termos em que a questão é colocada por Lévi-Strauss, aparece bem desenvolvida em DOW, James - Universal Aspects of Symbolic Healing: a Theoretical Synthesis. *American Anthropologist*. 88 (1986) 56-69. Segundo Dow, “a cura é frequentemente baseada na restruturação de uma desordem modelada num mundo mítico”. Mais à frente afirma que “no processo de cura o curandeiro particulariza uma parte do mundo mítico geral para o paciente e interpreta o problema do paciente em termos de uma desordem no segmento particularizado”, ver p. 59-60.

⁵⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude - *Anthropologie...*, cit., p. 228.

É este “complexo totalizante simbólico” que permite ainda estabelecer uma relação subtil com o texto que, na *Anthropologie structurale*, sucede imediatamente ao da cerimónia xamânica. Falo de *La structure des mythes*⁵⁸.

Aqui, o antropólogo ataca a perspectiva de Jung acerca dos mitos, a qual vê sempre um significado por detrás de cada padrão mitológico. Isto é, para Lévi-Strauss, “comparável com o erro sustentado desde há muito de que um determinado som possui uma certa afinidade com um significado”⁵⁹. O autor tenta, portanto, uma abordagem ao mito pela via metodológica da linguística. Assim, como os linguistas desconstroem as frases e palavras, dividindo-as em fonemas, Lévi-Strauss estudou o mito de Édipo dividindo-o em “mitemas”. Não irei abordar em detalhe a análise, bastante complexa aliás, feita pelo autor. Basta registar a ideia de que os padrões mitológicos (por exemplo o incesto, um tema recorrente na mitologia grega e não só) não têm um significado, e que os mitos devem ser desconstruídos e dissecados para se chegar à sua estrutura, a qual deve ser, defende o estruturalista, universal.

Através da sua interpretação, contudo, chega a algumas conclusões em sintonia com a perspectiva do “complexo totalizante simbólico”. Nomeadamente a ideia de que a base estrutural dos mitos tem uma natureza dialéctica assente na luta de opostos. O problema fundamental do mito era “como é que o um pode nascer de dois”⁶⁰. Édipo mata o pai. Ultrapassa-o. É uma síntese de dois opostos que se juntaram. Nisso, o “complexo totalizante simbólico” coincide com a tese de Lévi-Strauss, o qual vê em Édipo o terceiro elemento de uma tríade. Mas, como terceiro elemento, Édipo representa o devir, o movimento, o tempo. E o tempo mata. Mas atente-se no papel do pólo oposto ao pai, Jocasta, a mãe de Édipo, e relembre-se o estatuto ambíguo de mãe e de receptora dos mortos, que é desempenhado pela Terra, explicitado no início deste estudo. Édipo nasceu de Jocasta e a ela regressou, e o seu regresso gerou a sua morte. Esta ideia ganha ainda

⁵⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude - *Anthropologie...*, cit., p. 235-275. A edição original do texto, e que será a utilizada aqui, é de 1955, ver LÉVI-STRAUSS, Claude - *The Structural Study of Myth. The Journal of American Folklore*. 68 (1955) 428-444.

⁵⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude - *The Structural Study...* cit., p. 429.

⁶⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude - *The Structural Study...* cit., p. 435.

mais força num pormenor que o antropólogo francês reconheceu. A íntima ligação entre Édipo e o mundo subterrâno, patente no facto de Édipo ser manco. Diz o autor que “na mitologia, um aspecto universal dos homens que nascem da terra é que, no momento em que emergem das profundezas, eles não conseguem andar, ou fazem-no de forma desastrada”⁶¹. O padrão mítico do incesto tem, ao contrário do que pretendia Lévi-Strauss ao criticar Jung, um significado: é um símbolo do devir inexorável, do princípio xamânico de morte e renovação. É o equivalente, num plano diferente da realidade, ao tear da *moira*.

O mito de Édipo e a ideia de incesto foi igualmente alvo da atenção de Sigmund Freud. A sua perspectiva era a de que este mito constituía a expressão de um conjunto de desejos e impulsos irracionais e antisociais⁶². A atracção sexual do filho pela mãe e a revolta contra o pai, defende Freud, são elementos que surgem em estádios precoces da existência masculina e que vão sendo sublimados (substituídos) com a idade. O mito de Édipo é, assim, a tradução literal, não mediada pelo símbolo, do instinto humano básico, tal como o entendia o pai da psicanálise. Neste caso, curiosamente, o mito nem sequer surge coberto pelo véu da censura que Freud afirmava existir em todos os sonhos humanos, uma censura que, segundo defendia, se destinava a mascarar os instintos que a consciência se recusava a reconhecer existirem em cada um de nós. Um dos mais dedicados discípulos de Freud, Karl Abraham, nota esta contradição na interpretação do seu mestre sem, contudo, colocar em causa a sua validade: “os sonhos de morte do pai e de trato sexual com a mãe (...) constituem uma excepção notável, na medida em que um desejo que nos assustaria em estado de vigília, é apresentado sem qualquer disfarce simbólico”⁶³. Na verdade, em face do exposto, o mito de Édipo constitui um disfarce simbólico, não de instintos irracionais ou antisociais, mas da inevitabilidade do destino humano, quando confrontado com a marcha irreversível do tempo. De resto, a mitologia grega apresenta uma série de outros elementos que o reforçam. Veja-se o caso da teogonia

⁶¹ LÉVI-STRAUSS, Claude - *The Structural Study...*, cit., p. 434.

⁶² FROMM, Erich - *The forgotten language. An introduction to the understanding of dreams, fairy tales and myths*. New York: Grove Press, 1951, p. 196 e ABRAHAM, Karl - *Psychanalyse et culture*. Paris: Payot, 1969, p. 13.

⁶³ ABRAHAM, Karl - *Psychanalyse...*, cit., p. 14.

de Zeus, ao qual o pai, Cronos, tenta devorar quando ele nasce. Zeus é colocado numa gruta para ficar a salvo da acção do seu pai. Cronos é o tempo, o devir, a multiplicidade, a luta de opostos. A colocação de Zeus na gruta constitui um regresso, um superação de opostos, um momento unitivo. Zeus é colocado num plano superior.

A ênfase colocada por Freud na questão sexual impede-o de ver a natureza simbólica e dialéctica do mito. Isso é, talvez, ainda mais nítido num outro texto do vienense. Em *The theme of the three caskets*, Freud debruça-se sobre um momento do *Mercador de Veneza*, de Shakespeare, em que três personagens, o príncipe de Marrocos, o príncipe de Aragão e um terceiro, Bassanio, devem optar por um de três cofres, cada um dos quais é feito de um material diferente: ouro, prata e chumbo⁶⁴. Bassanio escolhe o terceiro, desvalorizando o ouro como enganador e a prata como vulgar. O chumbo parece ser, aos olhos de Bassanio, o mais verdadeiro. O tema pertence, como bem viu Freud, a uma compilação de lendas medievais, a *Gesta Romanorum*. Através de um estudo de Eduard Stucken, Freud reconheceu que a identidade dos três personagens tinha uma correspondência astral: o príncipe de Marrocos era o Sol, o de Aragão era a Lua e Bassanio era “o filho da estrela”. Mais uma vez se nos depara o “complexo totalizante simbólico”. Freud afirma, aparentemente surpreendido: “o nosso pequeno problema levou-nos a um mito astral!” Mas, para o vienense, os mitos são projecções astrais de problemas bem humanos. O que verdadeiramente está em causa neste tema shakespereano é, afirma, a escolha entre três mulheres. O cofre é o disfarce simbólico sob o qual o “censor” do inconsciente esconde a figura da mulher. O pai da psicanálise socorre-se de outros exemplos para ilustrar esta ideia. No *Rei Lear*, a escolha entre as três filhas esconde a opção de um homem velho a escolher mulheres mais novas, das quais a terceira é a mais excelente, a mais nova, a mais bela.

Mas Freud reconhece um facto: “deve surpreender-nos que esta excelente terceira mulher tem, em vários aspectos, certas qualidades particulares para além da sua beleza. São qualidades que parecem tender para uma qualquer

⁶⁴ FREUD, Sigmund - The theme of the three caskets in *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. London: Hogarth Press, 1973, vol. XII (1911-1913), p. 291-301.

espécie de unidade". Até aqui, a análise parece convergir com a que é proposta pelo "complexo totalizante simbólico". Mas, imediatamente a seguir, Freud ignora completamente esta ideia de unidade, para se debruçar sobre um outro aspecto desta terceira mulher: a sua discrição. Ela é quase imperceptível, é a "que se esconde". E este aspecto conduziu-o a uma interpretação, a meu ver, incorrecta: a identificação da terceira mulher como sendo a deusa da morte, o que, na tríade das *moirai* gregas, faria com que a terceira fosse *Atropos*, a anunciadora fatal. Ora, foi já visto, o terceiro termo desta tríade dialéctica é *Kloto*, a fianneira, a que faz a síntese entre as outras duas. Ela é também a mais discreta, a "que se esconde" (como foi possível ver pelos registos inquisitoriais e pelo folclore portugueses, bem como na mitologia vigente no resto da Europa), ela é a única que nunca se mostra aos mortais para lhe anunciar a sorte ou o infortúnio. Ela é, podia dizer-se, um puro conceito filosófico.

Mas o erro de Freud tem uma razão de ser. Com o devir, com o tempo, vem a morte. Sendo um termo sintético, a terceira *moira* engloba as outras duas dentro de si. Esta contradição reflecte-se na proposta do psicanalista, que afirma que "na nossa suposição, a terceira das irmãs é a deusa da morte, a própria morte. Mas no julgamento de Páris ela é a deusa do amor, no conto de Apuleio ela é alguém comparável à deusa pela sua beleza, no *Mercador de Veneza* ela é a mais justa e sábia das mulheres, no *Rei Lear* ela é a única filha leal". O autor concilia o amor e a morte, e justifica-se: "contradições de um certo tipo – substituições pelo oposto – não oferecem dificuldades ao trabalho de interpretação analítica. Não iremos invocar aqui o facto de os contrários serem tão frequentemente representados por um só elemento nos modos de expressão usados pelo inconsciente, por exemplo nos sonhos. Mas convém lembrar que há forças motivadoras na vida mental que recorrem á substituição pelo oposto num processo que é conhecido como reacção-formação". Segundo o austríaco, este processo é uma forma de a mente humana exorcizar o medo da morte: "O homem, como sabemos, faz uso da sua actividade imaginativa, no sentido de satisfazer os desejos que a realidade não satisfaz. Assim, a sua imaginação rebela-se contra o reconhecimento da verdade corporizado no mito das *moirai*, e construiu em seu lugar uma derivação, na qual a deusa da morte foi substituída pela deusa do amor".

Em suma, ao ignorar o papel simbólico da fianeira, a mulher que constitui verdadeiramente o terceiro termo, Freud não conseguiu ver nas tríades referidas uma pura representação do movimento dialéctico, entregando o lugar da fianeira à deusa da morte e, depois, identificando os dois opostos, amor (fortuna) e morte, atribuindo essa identificação a um processo de negação e substituição da realidade por parte da imaginação humana. Por outro lado, a insistência nos aspectos sexuais impedi-o de ver que a escolha entre três elementos, existentes em tantos contos e temas folclóricos, é muito mais do que a mera escolha de uma mulher, de um objecto de desejo. É a representação simbólica do destino humano.

Sobre esta hiper-accentuação do aspecto sexual, interessa voltar a um dos discípulos de Freud, Karl Abraham, para uma confrontação de um pequeno trecho seu com elementos retirados da pesquisa nos arquivos da Inquisição portuguesa. Refiro-me aos casos do parto místico e do elemento de possessão a eles associado. Escreveu Abraham que “desde tempos imemoriais, um certo número de objectos e de actividades parece ter sido colocada ao serviço da simbolização sexual. Encontramo-los, dotados desta significação, na Bíblia, nos Védas, nos mitos gregos e nórdicos, nos poemas de tempos históricos, nos sonhos. É assim com a serpente, como símbolo do membro viril”⁶⁵. Primeiro ponto a reter: os diversos ambientes culturais referidos podem ser agrupados em apenas dois: mundo semita (Bíblia) e mundo indo-europeu (Védas, Grécia, Escandinávia). Segundo ponto a reter: o primeiro existiu em íntima vizinhança com o segundo e foi por ele influenciado⁶⁶.

Portugal pertence ao contexto indo-europeu e, como tal, partilha os seus símbolos. Atente-se no que é dito, ainda sobre o simbolismo da serpente, por Karl Abraham: “a serpente desempenha um papel importante nos sonhos das mulheres; a significação do símbolo é geralmente clara. O medo supersticioso das serpentes aparece ligado à mesma representação. Nós deparamo-nos frequentemente com doentes mentais, os quais alegam ser atacados por serpentes que se introduzem no seu sexo ou na sua boca.

⁶⁵ ABRAHAM, Karl - *Psychanalyse...*, cit., p. 21.

⁶⁶ Vejam-se, a título de exemplo, as pesquisas de mitologia comparada do assiriologista e egiptologista Robert Brown Junior, ainda no século XIX, referidas por DORSON, Richard M. - *The eclipse of Solar Mythology. The Journal of American Folklore*. 68 (1955) 408.

Nós sabemos que, a este respeito, a boca não é mais do que um substituto da vulva (o “deslocamento para o alto” de Freud (...)⁶⁷.

Referi acima o papel da serpente enquanto agente do mundo dos mortos e a forma como várias mulheres alegavam ser possuídas por uma cobra que lhes entrava pelo corpo, frequentemente pela boca. Num dos casos, uma ficou aliviada através do estado de êxtase, num outro revelou comportamentos de possessão e tinha que ser exorcizada depois de a cobra ter entrado no seu interior. Tudo isto é indicativo do carácter sobrenatural e espiritual da cobra. Acresce a tudo o simbolismo que o complexo xamânico eurasiático atribuía à serpente, como símbolo da alma. Veja-se, a propósito, o sonho, referido no *Auto dos místicos*, do rei burgundo Guntram, em que a alma sai do corpo do rei durante o sono (o êxtase), sob a forma de um pequeno réptil⁶⁸. Por outro lado, nalguns casos de parto místico estudados, o animal que entra no corpo da mulher fecundada trata-se de uma pomba, não de uma serpente. É difícil ver na pomba um animal fálico. Num caso, ainda, trata-se de um feixe de luz que entra pela boca. Como tal, e não conhecendo em pormenor os casos referidos por Abraham, aquilo que este autor refere acerca de alguns “doentes mentais” parece apontar para um simbolismo ligado à possessão por espíritos de mortos, um aspecto homólogo dos casos de licantropia referidos acima, ou dos sonhos incubatórios. Três símbolos do “complexo totalizante simbólico”: membrana amniótica, serpente, lobo. Lembre-se, a propósito, uma carta de Freud ao seu amigo Wilhelm Fliess, citada por Carlo Ginzburg, na qual o “pai da psicanálise” se confessa desconcertado ao referir as confissões obtidas pelos juízes da Inquisição: “porque é que as confissões extorquidas através de tortura são tão semelhantes ao que me dizem os pacientes em tratamento psicológico?”⁶⁹. Na carta seguinte, enviada uma semana depois (24 de Janeiro de 1897), Freud nota que os comportamentos e confissões descritos obedecem a um padrão. As danças e o vôo das bruxas, os contactos com o diabo, todos estes elementos

⁶⁷ ABRAHAM, Karl - *Psychanalyse...*, cit., p. 21.

⁶⁸ RIBEIRO, António - *O Auto dos místicos...*, cit., p. 391.

⁶⁹ Ver FREUD, Sigmund - *The origins of Psycho-analysis. Letters to Wilhelm Fliess, Drafts and Notes: 1887-1902*. London: Imago, 1954, p. 188; a citação feita por Carlo Ginzburg aparece em GINZBURG, Carlo - Freud, o homem dos lobos e os lobisomens in GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 212.

apresentam uma estrutura comum. Onde Jung viu uma manifestação do inconsciente colectivo, Freud sugeriu, nessa mesma carta, “sobrevivências de um culto sexual primitivo, que no oriente semita pode ter sido, em tempos, uma religião”. E desenvolve a ideia, levando a imaginação ao limite: “os actos de perversão sexual são sempre semelhantes, têm sempre um significado e são baseados num padrão que pode ser compreendido. Eu começo a sonhar com uma religião demoníaca extremamente primitiva cujos ritos continuam a ser executados secretamente (...), os indícios são abundantes”⁷⁰. Muito provavelmente, Freud estava, sem o saber, a falar do “complexo totalizante simbólico”.

Uma última referência aos desvios provocados por este pan-sexualismo freudiano tem a ver com um dos mais famosos pacientes de Freud, o *homem dos lobos*. O texto sobre o caso, *História de uma neurose infantil*, foi brilhantemente dissecado por Carlo Ginzburg, mas um olhar à luz do “complexo totalizante simbólico” permitirá aprofundar um pouco mais o caso⁷¹.

O paciente, um russo pertencente a uma família abastada, tinha uma característica que o tornava especial: ter nascido no dia de Natal, envolto na membrana amniótica. Entre os três e cinco anos de idade, teve um sonho: “Sonhei que era de noite e que estava na minha cama. (A minha cama estava com os pés virados para uma janela; em frente da janela estava uma fila de velhas nogueiras. Eu sei que era Inverno quando tive o sonho, e era de noite). De repente, a janela abriu-se e eu fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande nogueira em frente à janela. Eram seis ou sete. Os lobos eram muito brancos e assemelhavam-se mais a raposas ou cães pastores, porque tinham grandes caudas como as raposas e as orelhas levantadas como os cães quando estão atentos a alguma coisa. Aterrorizado, evidentemente com receio de ser comido pelos lobos, gritei e acordei”⁷².

⁷⁰ Ver FREUD, Sigmund - *The origins of Psycho-analysis...*, cit., p. 189.

⁷¹ Ver respectivamente FREUD, Sigmund - *From the history of an infantile neurosis in The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Hogarth Press, 1973, vol. XVII (1917-1919). p. 7-103 e GINZBURG, Carlo - Freud, o homem dos lobos..., cit, p. 207-217.

⁷² FREUD, Sigmund - *From the history...*, cit., p. 29.

Ao estudar a abordagem do vienense ao caso do *homem dos lobos*, Ginzburg faz notar a forma como a vertente folclórica escapou a Freud, nomeadamente os aspectos ligados ao nascimento do paciente. A circunstância de ter nascido na noite de Natal e envolto na membrana amniótica ligava-o ao mundo dos mortos. Assim, o historiador italiano pretendeu ver, correctamente do meu ponto de vista, “um sonho de carácter iniciático, induzido pelo ambiente cultural circundante”⁷³. Mas, articulando o caso do paciente de Freud com o “complexo totalizante simbólico”, temos uma correspondência perfeita. Atente-se num pormenor do sonho: “sei que era Inverno quando tive o sonho, e era de noite”. Inverno e noite são facetas homólogas de toda esta mitologia dualista. Os elementos que lhe aparecem no sonho são lobos, que estão em cima de uma árvore. A árvore é um símbolo sintético, como já referi atrás, faz a ligação entre o “alto” e o “baixo”. É um veículo dos agentes do outro mundo para se manifestarem neste. Estes agentes têm também uma carga simbólica forte, são lobos. Finalmente, a questão da membrana amniótica, símbolo de ligação ao mundo subterrâneo e o facto de ter nascido na noite de Natal, coincidindo, de forma geral, com o solstício de Inverno. O paciente referiu que por causa de ter nascido envolto no âmnio se via a si próprio como especial e indestrutível⁷⁴. Freud, todavia, interpretou, tal como já fizera para o tema das três *moirai*, como um processo de negação e substituição. Disse o pai da psicanálise que “tal pode ser traduzido da seguinte maneira: “a vida faz-me tão infeliz! Tenho que voltar para o útero!”⁷⁵.

Sobre os símbolos referidos há duas questões pertinentes: qual a relação desses símbolos com a mente humana e qual o grau de universalidade dos mesmos? Que valor atribuir à partilha simbólica, à aceitação generalizada dos símbolos do “complexo totalizante simbólico”? Se se admitir que este complexo está na génese de comportamentos como a licantropia, que está disseminada por vastas regiões do globo, então teremos que nos interrogar sobre as razões que levaram a uma tal difusão. E aqui aproximamo-nos do conceito, desenvolvido por Jung, de “inconsciente colectivo”. Por outro lado,

⁷³ GINZBURG, Carlo - Freud, o homem dos lobos..., *cit.*, p. 210.

⁷⁴ FREUD, Sigmund - From the history..., *cit.*, p. 99.

⁷⁵ FREUD, Sigmund - From the history..., *cit.*, p. 100.

há símbolos que parecem ter uma expansão mais alargada do que outros. A serpente, por exemplo, está muito mais difundida do que o tear. E que significado atribuir à persistência de esquemas ternários?

Importa ver para além dos símbolos. Em toda esta semiótica, assente na metáfora e na alegoria, existe uma forma de pensar polarizada em termos dualistas e cujo funcionamento se faz a três tempos. Ao expôr a sua *Interpretação psicológica sobre o dogma da Trindade*, Carl Gustav Jung demonstra que a génesis do pensamento triádico sobre o qual se funda o dogma da Trindade tem antecedentes pré-cristãos⁷⁶. Mais importante ainda: está disseminado por diferentes quadrantes geográficos e cronológicos, convidando a colocar a hipótese de uma homogeneidade de funcionamento do cérebro humano. Uma hipótese estruturalista que teria agradado a Lévi-Strauss. Falando do *Timeu*, a obra de Platão que Jung considera “a fonte imediata das concepções trinitárias do pensamento grego”, o investigador suíço afirma que “embora seja sumamente improvável que a Trindade cristã provenha da trindade do *Timeu*, trata-se do mesmo arquétipo”⁷⁷. Jung explica esta pulverização recorrendo aos arquétipos existentes na psique humana. E o conceito de arquétipo não foi algo estático, tem uma história no interior do pensamento de Jung.

Jung terá ficado surpreendido quando começou a detectar nos seus pacientes resíduos de imagens de religiões e mitos arcaicos, os quais estes não teriam qualquer possibilidade de conhecer conscientemente⁷⁸. Ao desenvolver esta ideia, Jung criou a figura das *imagens arcaicas*, as quais, à medida que a sua pesquisa evoluía, começou a substituir pela figura do *arquétipo*. A diferença entre as duas, como referiu Raymond Hostie, é que “a imagem arcaica é a forma simbólica sob a qual o arquétipo aflora a consciência; o arquétipo, ele próprio, é a disposição inconsciente e colectiva como tal”⁷⁹. E que disposição é essa? Se a *imagem arcaica* se objectiva em imagens e símbolos, o arquétipo é “um elemento puramente formal,

⁷⁶ JUNG, Carl G. - *Interpretação psicológica do dogma da Trindade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁷⁷ JUNG, Carl G. - *Interpretação....*, cit., p. 8 e 75 respectivamente.

⁷⁸ HOSTIE, Raymond - *Du Mythe a la Religion. La Psychologie Analytique de C. G. Jung*. Bruges: Desclée de Brouwer, 1955, p. 51

⁷⁹ HOSTIE, Raymond - *Du Mythe....*, cit., p. 57.

uma *facultas praeformandi*, uma possibilidade de representações dadas à priori”⁸⁰. Aproximamo-nos aqui bastante da ideia exposta no complexo totalizante simbólico, dissecado ao longo deste texto. O pensamento triádico que expus é, também ele, puramente formal, e também ele não é percebido de forma consciente. A forma como ele se objectiva é através de símbolos. Só que, neste ponto, Jung não fala num arquétipo mas em “arquétipos”. Ele não reconhece a estrutura triádica como sendo “o arquétipo”, mas fala de uma multiplicidade. Na religião, como afirmou Luis Maldonado, aplicando a perspectiva do investigador suíço à religiosidade popular, “temas como a terra-mãe, a vida a nascer da morte, a regeneração pela volta às origens, a união de contrários, o Deus-criança, podem parecer “arquétipos”, ou seja, constantes de tipo simbólico que subjazem impressas em todos os homens de qualquer época”⁸¹. Mas, vendo com atenção, todas estas formas “simbólicas” se podem reduzir à luta dialéctica dos opositos. Maldonado parece estar a falar mais de *imagens arcaicas*, da objectivação através do símbolo, do que propriamente, de um conceito formal. Acerca da teoria do incesto, no qual Jung recolheu, apesar de tudo, imensos elementos formulados por Freud, afirma aquele que “o problema psico-patológico do incesto é a forma natural mal-entendida da união dos opositos, a qual como problema psíquico ainda nunca se tornou consciente, ou se já esteve consciente alguma vez, tornou a escapar do alcance da consciência”⁸². Jung reconhece que há um fundo dialéctico e até simbólico na questão do incesto, mas coloca o assunto ainda em termos de recalcamento e de patologia, adoptando a perspectiva de Freud. Este, por sua vez, baseou a sua teoria no mito de Édipo e no facto de haver tantos mitos baseados no assunto, descartando o aspecto simbólico e remetendo todo o assunto para o desejo sexual reprimido.

Em síntese, o conceito jungiano de arquétipo parece convergir para a proposta deste texto acerca do “complexo totalizante simbólico”. Contudo, na perspectiva do psicólogo suíço, este complexo surge pulverizado e composto por “pequenos arquétipos” que são, na minha perspectiva, apenas

⁸⁰ HOSTIE, Raymond - *Du Mythe.... cit.*, p. 59.

⁸¹ MALDONADO. Luis - *Religiosidad Popular. Nostalgia de lo magico*. Madrid: Ediciones Cristianidad, 1975, p. 116.

⁸² JUNG, Karl. G. - “*Mysterium Conjunctionis*”. *Pesquisas sobre a separação dos opositos psíquicos na alquimia*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 88.

expressões fragmentárias do “complexo totalizante simbólico” objectivadas através de símbolos. Jung definiu, a meu ver correctamente, o símbolo como um “mediador”, que faz a ligação do indivíduo consigo próprio, com a colectividade e com o cosmos⁸³. Se Freud via no símbolo apenas um disfarce com que os desejos reprimidos surgiam perante a consciência, em que apenas o que estava escondido por detrás do símbolo interessava, Jung vai afirmar a importância dos símbolos como reveladores de uma dialéctica entre o consciente e o inconsciente⁸⁴.

De alguma forma isto reflecte o que tem sido dito acerca do complexo totalizante simbólico. Uma forma dialéctica de pensar o real que, enquanto elemento puramente formal, reside apenas no inconsciente e que, para que se possa concretizar, necessita de tomar como símbolos elementos do mundo físico. Surgem assim o lobo, a serpente, a árvore, o tear, etc. Há a considerar, ainda, um espinhoso problema de cariz epistemológico. A divisão tripartida de matriz dialética é a única forma de pensar o absoluto. Mas ela está na natureza íntima das coisas ou é apenas uma forma de pensar? A dialéctica está na natureza íntima do real, físico e metafísico. O cérebro humano apreende essa realidade mas, não o conseguindo exprimir pela linguagem, projecta essa realidade em objectos familiares. Nasce assim o símbolo. E assim, tal como na cura xamânica ou na psicanálise, o homem interage com o mundo simbólico como representação da sua inter-acção com realidades inenarráveis⁸⁵.

Um último aspecto. A questão da universalidade destes símbolos. Quer Lévi-Strauss quer Jung adoptaram uma perspectiva estruturalista, postulando que as semelhanças entre espaços geográficos e culturais homogéneos se devem a uma estrutura universal do cérebro humano. Sobre o assunto irei apenas aludir a um conjunto de dados que expus na minha dissertação e que poderão ser um contributo para a compreensão do assunto.

⁸³ STAUDE, John Raphael - From Depth Psychology to Depth Sociology: Freud, Jung and Lévi-Strauss. *Theory and Society*. 3 (1976) 318.

⁸⁴ HOSTIE, Raymond - *Du Mythe...*, cit., p. 37-48.

⁸⁵ Como referiu Cassirer, “nenhum processo mental chega a captar a realidade em si, já que, para poder representá-la, para poder, de algum modo, retê-la, tem de socorrer-se do signo, do símbolo. E todo o simbolismo esconde em si o estigma da mediatez, o que o obriga a encobrir quanto pretende manifestar”, ver CASSIRER, Ernst - *Linguagem, mito e religião*. Porto: Edições RES, 1976, p. 14.

Não deixará, contudo, de ser uma abordagem superficial. A questão necessita de uma longa e árdua pesquisa futura.

No *Auto dos místicos* tive a oportunidade de estabelecer um paralelismo entre a religiosidade popular portuguesa e um conceito que, devo reconhecer, permaneceu sempre algo vago e difuso ao longo do meu trabalho e que fui definindo alternadamente como “mundo indo-europeu” ou “xamanismo eurasiático”. Parece-me que esta última definição se adequa melhor. Os dois conceitos têm, apesar de tudo, pontos de contacto que não irei explorar em detalhe. Dou apenas um exemplo. No xamanismo há uma clara vertente dialéctica e de luta de opostos. No mundo indo-europeu há uma divisão tripartida da sociedade que, tentei demonstrar na minha tese, se baseia na luta de opostos, uma perspectiva que terá escapado a Georges Dumézil. Outro elemento: o gnosticismo e maniqueísmo tiveram o seu berço no mundo indo-iraniano e na vizinhança do mundo semita, contaminando-o⁸⁶. Mais ainda, o xamanismo e a visão tripartida aparecem em contextos não indo-europeus, mas onde é admissível uma influência directa em face da proximidade territorial, como a China por exemplo⁸⁷. Sintetizando tudo isto, toda esta cosmovisão surge entre os povos indo-europeus mas não se esgota, longe disso, neles. Por outro lado, embora o assunto não seja pacífico, há uma região que parece ligada ao seu aparecimento, e ela coincide, de forma geral, com a estepe da Ásia Central. Esta funciona como uma ponte entre a Europa e a América.

Como já referi, o assunto necessita de uma pesquisa mais profunda. No entanto, a possibilidade de difusão geográfica desta cosmovisão, ao longo de períodos muito extensos, a partir de um ponto original – uma visão histórica, portanto – pode ser uma boa alternativa à visão estruturalista, para a qual o ponto original é sempre a universalidade do funcionamento do cérebro. Mas esta, reafirme-se, é ainda uma mera hipótese.

⁸⁶ Veja-se a propósito as palavras de Geo Widengren: “as concepções gnósticas que aparecem no maniqueísmo têm um fundo não apenas iraniano, mas também indo-iraniano. Isto é o que sempre afirmou Reitzenstein e as suas ideias vão-se confirmado cada vez mais”, WIDENGREN, Geo – *Fenomenologia...*, cit., p. 448.

⁸⁷ Ver HARRELL, Stevan - The Concept of Soul in Chinese Folk Religion. *The Journal of Asian Studies*. 38 (1979) 519-528.

O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de inquisição pastoral?

Giuseppe Marcocci

Scuola Normale Superiore, Pisa

g.marcocci@sns.it

Texto entregue em/Text submitted on: 06/04/2009

Resumo/Abstract:

As relações entre os bispos e os inquisidores têm sido um assunto central na recente historiografia sobre a justiça eclesiástica no mundo católico da Idade Moderna. A correcta imagem de uma geral colaboração entre os dois poderes em Portugal não deve obliterar o conhecimento histórico dos percursos concretos que produziram esse equilíbrio. Na altura em que D. frei Bartolomeu dos Mártires era arcebispo de Braga (1559-82), a Inquisição portuguesa actuou de forma extremamente limitada no território da arquidiocese, sobretudo em comparação com outras dioceses do Norte. O presente estudo de caso pretende oferecer uma hipótese explicativa para esta situação, à luz da cultura teológica do arcebispo bracarense, da sua posição na hierarquia política e religiosa do Reino e dos poucos vestígios do uso de um modelo de vigilância sobre a heresia capilar e eficaz, mas alternativo ao do Santo Ofício: a “inquisição pastoral”.

Relations between bishops and the Inquisition have been the subject-matter of recent historiography on ecclesiastical justice in the Early Modern Catholic world. The exact image of a general cooperation between these two powers in Portugal may not obliterate the historical knowledge of the concrete tracks that produced such a balance. When Friar Bartolomeu dos Mártires was Archbishop of Braga (1559-82), the Portuguese Inquisition enjoyed limited power in this archdiocese, particularly when compared to the other dioceses in the North of Portugal. The present case study attempts to provide an explanation for this, in the light of the theological culture of the Archbishop of Braga, of his position in the Kingdom's political and religious hierarchy and of the few traces of an efficient model to track heresy, in place of the Holy Office: the “pastoral inquisition”.

Palavras chave/Key words:

Confissão; Inquisição; Justiça episcopal; Teologia; Bartolomeu dos Mártires.

Confession; Inquisition; Episcopal justice; Theology; *Bartolomeu dos Mártires*

O frade dominicano Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga entre 1559 e 1582, foi beatificado pelo papa João Paulo II, no dia 4 de Novembro de 2001¹. Objecto de escritos hagiográficos, a imagem que dele se procurou transmitir à posteridade sofre, ainda hoje, de profundas distorções em relação ao que foi a sua acção efectiva. É prova disso a substancial continuidade interpretativa entre os seus dois principais biógrafos, ambos dominicanos: o cronista seiscentista D. Frei Luís de Sousa e o historiador contemporâneo Raul de Almeida Rolo². Esta linha confessional não será aqui seguida. O que se pretende é aprofundar o estudo das relações entre a preparação teológica de Bartolomeu dos Mártires e a sua obra como arcebispo, com especial atenção à administração da justiça eclesiástica e à controversa relação que manteve com o Tribunal do Santo Ofício.

Um teólogo num Reino intolerante

Durante a Idade Moderna, Portugal foi um país rigidamente católico. A religião teve um papel essencial na definição da justificação do poder da Coroa, assim como na construção de um sentimento de identidade comum entre a maioria da população. O acto fundador desta nova época foi o

¹ Indico o ano de 1582 como termo do governo da arquidiocese de Braga por D. frei Bartolomeu dos Mártires, porque o prelado largou a sua posse no dia 23 de Fevereiro desse ano, segundo consta em libelo autógrafo apresentado contra o seu sucessor, D. João Afonso de Meneses, relativo ao vencimento das rendas do arcebispado, ver Arquivo Distrital de Braga (a partir daqui ADB) - Gaveta dos Arcebispos de Braga, doc. 68. Contudo, também é correcto referir o ano antecedente, porque data de 6 de Novembro de 1581 a renúncia de D. frei Bartolomeu e a preconização do seu sucessor, ver PAIVA, José Pedro - *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 578.

² SOUSA, Luís de - *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: INCM - Movimento Bartolomeano, 1984 (para uma leitura crítica ver RICARD, Robert - Barthélémy des Martyrs d'après Luís de Sousa. Essai d'interprétation in RICARD, Robert - *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1970); ROLO, Raul de Almeida - *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano, 1964; ROLO, Raul de Almeida - *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano, 1977; ROLO, Raul de Almeida - *Bartolomeu dos Mártires. Obra social e educativa*. Porto: Movimento Bartolomeano, 1979.

baptismo forçado de milhares de judeus presentes no Reino, em 1497³. A partir daquela data, o alarme contra a ameaça de uma contaminação da pureza da fé dos antigos cristãos por parte dos judeus convertidos, julgados portadores de uma mácula indelével no seu próprio sangue, impôs-se como um dos mais eficazes e duradouros instrumentos de coesão e identificação social.

Durante as primeiras décadas do século XVI, os poderes oficiais tiveram posições diferentes em relação à sinceridade da conversão dos judeus, os quais passaram a ser chamados cristãos-novos. O quadro foi complexo e está ainda insuficientemente conhecido pelos historiadores. Contudo, pode-se afirmar que, enquanto a Coroa seguiu uma linha de oscilação entre limitações e privilégios, a Igreja esteve dividida: entre as várias correntes, sobressaem, de um lado, os bispos contrários à forma violenta dos baptismos e inclinados a negar que aqueles tivessem validade; de outro, os dominicanos intransigentes, prontos a atiçar o fogo da intolerância popular anti-judaica, como foi evidente no episódio do massacre de Lisboa (1506)⁴. Nesse contexto, os cristãos-novos obtiveram a garantia régia de não virem a ser inquiridos por delitos de fé e – segundo a tese de Y.H. Yerushalmi – muitos deles conseguiram preservar a antiga religião judaica, apesar de viverem publicamente como católicos⁵. A distância entre a imagem oficial de um Reino monoconfessional e a realidade da permanência de uma pluralidade religiosa e da separação social entre a maioria cristã e a minoria de origem judaica convertida, acabou por ser o alvo principal do Tribunal do Santo Ofício, criado em 1536⁶. A sua fundação foi o resultado das pressões conjuntas da Inquisição espanhola, que pretendia o castigo para

³ SOYER, François - *The Persecution of the Jews and Muslims of Portugal. King Manuel and the End of Religious Tolerance (1496-7)*. Leiden; Boston: Brill, 2007.

⁴ MARCOCCI, Giuseppe - "... per capillos adductos ad pillam". Il dibattito cinquecentesco sulla validità del battesimo forzato degli ebrei in Portogallo (1496-1497) in PROSPERI, Adriano (ed.) - *Salvezza delle anime, disciplina dei corpi. Un seminario sulla storia del battesimo*. Pisa: Edizioni della Normale, 2006, p. 362-381.

⁵ Esta ideia, já formulada por C. Roth e I.-S. Révah, é apresentada de forma mais sistemática em YERUSHALMI, Yosef Hayim - *From Spanish Court to Italian Ghetto. Isaac Cardoso: A Study in Seventeenth-Century Marranism and Jewish Apologetics*. Seattle; London: University of Washington Press, 1981, p. 3-8.

⁶ TAVARES, Maria José Ferro - *Judaísmo e Inquisição. Estudos*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

os judaizantes castelhanos que residiam em Portugal, de um novo grupo de conselheiros religiosos intransigentes de que o rei D. João III começou a rodear-se, entre o final das décadas de 20 e 30, tal como das necessidades económicas do império colonial português, que se esperava pudessem ser em parte saldadas através do confisco dos bens dos condenados⁷.

O Santo Ofício lusitano teve que vencer muitos obstáculos no início da sua existência. De qualquer maneira, desde 1540 começou a ter lugar nas praças das principais cidades do Reino (onde havia tribunais distritais) o rito dos autos-da-fé, o qual costumava terminar com a execução na fogueira de hereges condenados à morte. Aquela cerimónia, durante dois séculos, tornou-se um espectáculo terrificante, capaz de exprimir uma das facetas fundamentais do catolicismo português na Idade Moderna⁸. Era a religião intolerante de uma sociedade que tinha entre os seus valores dominantes a catequização pelo medo, a segregação das minorias (apesar de convertidas), a censura intelectual. A sua afirmação foi acompanhada pela progressiva redução da autonomia dos outros poderes eclesiásticos que tinham jurisdição sobre a heresia, nomeadamente os bispos e as ordens religiosas⁹. Foi nesse clima de dureza crescente que emergiu a figura de Bartolomeu dos Mártires (1514-90). De origem social humilde, formou-se no Mosteiro de São Domingos de Lisboa, a sua cidade natal, onde professou e acabou os estudos de teologia. O jovem frade cruzou as evoluções do cenário ibérico da sua Ordem. Aderiu às posições dos dominicanos reformadores, inspirados por frei Juan de Hurtado, cujos ideais foram difundidos em Portugal nos finais dos anos 30 por um grupo de frades castelhanos liderados por Jerónimo Padilla. Nessa altura, o ainda jovem, mas já brilhante teólogo começou a

⁷ MARCOCCI, Giuseppe - *La coscienza di un impero. Politica, teologia e diritto nel Portogallo del Cinquecento*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 2008 (Tese de doutoramento, policopiada), p. 71-74.

⁸ BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 195-257.

⁹ MARCOCCI, Giuseppe - "Catequização pelo medo"? Inquisitori, vescovi e confessori di fronte ai nuovi cristiani nel Portogallo del Cinquecento in *Le inquisizioni cristiane e gli Ebrei*. Roma: Atti dei Convegni Lincei, 2003, p. 123-193; MARCOCCI, Giuseppe - *custodi dell'ortodossia. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004, p. 45-48; 74-77; 97-99.

lecionar no Mosteiro da Batalha, o principal *studium* dominicano existente em Portugal.

Em 1542, com menos de trinta anos, obteve a cátedra de teologia. Explicava as *Sentenças* de Pedro Lombardo e a *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino aos mais promissores jovens da sua Ordem, dividida então entre facções opostas, e com alguns dos seus mais prestigiados membros a oferecerem o seu serviço ao Santo Ofício¹⁰. Leitor atento dos principais teólogos da sua época, em 1548 Bartolomeu dos Mártires principiou os comentários à secção mais delicada da *Summa* de Tomás, a *Secunda Secundae*, onde se encontram as páginas que o doutor angélico dedicou à heresia e às maneiras de a combater. Nas suas aulas, o frade dominicano encontrou o espaço para expor uma visão alternativa, em comparação com a defendida então pelos inquisidores e pelas personalidades mais severas e intolerantes da Igreja portuguesa (tal como o cardeal infante D. Henrique, inquisidor geral; D. João de Melo e Castro, bispo do Algarve e inquisidor de Lisboa; ou o frade dominicano Jerónimo de Azambuja, censor e deputado do Santo Ofício). A sobrevivência dos cadernos dos apontamentos de frei Bartolomeu consente uma aproximação muito detalhada ao conteúdo das suas palavras e ao seu pensamento neste domínio¹¹.

Era ao perigo luterano que ele se referia quando proclamava que contra os hereges manifestos e conscientes, “malfeitos danosos à república”, “não se deve disputar, mas actuar com a fogueira”¹². Apesar de o luteranismo ter afectado Portugal numa pequena escala (de qualquer maneira, mais do que a historiografia tem tradicionalmente admitido), o medo da infiltração protestante tocou os que circundavam Bartolomeu dos Mártires, e este reconhecia àquela heresia a potencialidade de subverter a ordem da sociedade cristã. Por isso, considerava ser necessário castigar sem demora os culpados, com penas duras, públicas e infamantes. O dominicano, porém, preocupava-

¹⁰ PAIVA, José Pedro - Os Dominicanos e a Inquisição em Portugal (1536-1614) in BERNAL PALACIOS, Artur (ed.), *Los Dominicanos y la Inquisición en el mundo ibérico e ispanoamericano*. Roma: Istituto Storico Domenicano, 2006, p. 505-573.

¹¹ Os manuscritos teológicos foram descobertos e publicados por R. de Almeida Rolo, cuja edição seguirei, MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Theologica Scripta*, 6 vols. Braga: Movimento Bartolomeano, 1973-77. As traduções do latim são da minha autoria.

¹² MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Theologica Scripta...*, cit., vol. 3, p. 90 (q.11); 66 (q. 10).

-se em distinguir. Nem todos os hereges eram iguais. O cristianismo era, no seu entendimento, uma religião de amor e caridade. Portanto, conforme a uma tradição acolhida por teólogos e canonistas, ao irmão que errava era preciso oferecer a oportunidade de se arrepender e de voltar à verdade.

Era no rosto misericordioso da Igreja que frei Bartolomeu pensava. E não se tratava de uma fórmula retórica, como acabava por parecer a misericórdia que os inquisidores prometiam aos imputados durante os processos. De facto, no caso do Santo Ofício, a oferta estava condicionada à admissão das culpas. Quando a acusação de heresia chegava ao foro externo do Tribunal era quase impossível tentar uma defesa, e cessava a esperança de evitar a saída pública e ignominiosa em auto-da-fé. Assim, confessar e receber misericórdia significava somente atenuar o rigor da justiça. Mas na tradição da Igreja existiam também outras vias. Num passo do *Evangelho de Mateus* (18, 15) encontrava-se a origem de uma prática muito observada, sobretudo pelas ordens religiosas. De acordo com ela, quem soubesse de uma pessoa que andava enganada em matéria de fé, devia primeiro tentar redimi-la em segredo. Se não tivesse êxito, devia repetir a operação perante duas ou três pessoas. Somente se esta segunda tentativa também falhasse, se tornava inevitável denunciar publicamente o irmão que errava. O sistema da correcção fraterna era radicalmente oposto ao modo de proceder da Inquisição. Ou, pelo menos, assim foi entendido durante o século XVI, quando na Península Ibérica a sua aplicação aos hereges foi longamente debatida¹³.

O problema era o do segredo, da protecção da fama, que constituía um valor fundamental nas sociedades católicas modernas, segundo explicou Vincenzo Lavenia¹⁴. A intervenção da Inquisição acabava muitas vezes por ser devastante, quebrando os equilíbrios e os compromissos tácitos em que assentava a estabilidade das comunidades. Nos éditos da fé, lidos periodicamente ao povo, os inquisidores mandavam, sem nenhum escrúpulo, que “todos os que soubrem algumas cousas contra alguma ou algumas pessoas, de qualquer estado e qualidade sejam, que tenham feito ou

¹³ PASTORE, Stefania - A proposito di Matteo 18, 15. ‘Correctio fraterna’ e Inquisizione nella Spagna del Cinquecento. *Rivista Storica Italiana*. 113 (2001) 323-368.

¹⁴ LAVENIA, Vincenzo - *L'infamia e il perdono. Tributi, pene e confessione nella teologia morale della prima età moderna*. Bologna: il Mulino, 2004.

dito contra a nosa santa fé católica e Santo Oficio da Inquisiçam, o venhão notificar e denunciar ao inquisidor". Nesse esquema não somente desaparecia a discrição garantida pela correcção fraterna, mas também a substância do sigilo da confissão sacramental, que no Regimento do Santo Oficio de 1552 já estava sujeita às exigências judiciárias do Tribunal. De facto, encomendava-se aos delatores que "o que assi souberem tocando à Santa Inquisiçam, nam o diguam, nem descubram a alguma pessoa, de quallquer qualidade que seja, salvo a seus confessores, sendo taes pessoas que lhes possam bem aconselhar o que sam niso obriguados a fazer, e os confessores lhe mandaram que o venham loguo denunciar aos inquisidores"¹⁵. Assim, o sistema da recusa da absolvição aos fiéis foi aumentando a vigilância do Santo Oficio sobre os confessores, chegando a favorecer, no limite, casos de aberta violação do sigilo por parte de sacerdotes demasiado zelosos¹⁶.

Ao contrário, nas suas lições, Bartolomeu dos Mártires defendeu vigorosamente o carácter inviolável do sacramento da penitência. O dominicano respeitava a interpretação comum dos doutores da Igreja, segundo a qual o percurso protegido da correcção fraterna estava reservado aos hereges ocultos. Assim se criava uma conexão directa entre os pecados apreendidos pelo confessor e a prática da correcção de um herege: um herege oculto, como esclarecia frei Bartolomeu, recuperando uma distinção própria do direito canónico. Contudo, as esferas da heresia pública, também dita manifesta, e da secreta, igualmente designada oculta, tendiam a confundir-se, não sendo claramente delimitadas. Um adágio corrente sustentava: "a Igreja não julga as culpas ocultas", o que significava que nos tribunais eclesiásticos não se podiam processar os fiéis por culpas não públicas¹⁷. Mas quando é que uma culpa era pública? A resposta não era unívoca. Bartolomeu dos

¹⁵ As duas citações são tiradas do *Regimento do Santo Oficio* in BAIÃO, António - *A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Edição do Arquivo Histórico Português, 1920, doc. 31 (cap. 4). Sobre a ligação entre a Inquisição e o sacramento da confissão ver PROSPERI, Adriano - *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*. Torino: Einaudi, 1996, p. 19-257. Para o caso português ver MARCOCCI, Giuseppe - *I custodi...*, cit., p. 237-335.

¹⁶ Exemplos concretos são apresentados em MARCOCCI, Giuseppe - *I custodi...*, cit., p. 256-266.

¹⁷ CHIFFOLEAU, Jacques - "Ecclesia de occultis non iudicat"? L'Eglise, le secret, l'occulte du XIIe au XVe siècle. *Micrologus*. 14 (2006) 359-481.

Mártires tinha uma opinião firme, que se situava na linha do afamado teólogo dominicano quinhentista Tommaso de Vio, o cardeal Caietano. Não era suficiente que a culpa tivesse sido cometida perante outras pessoas, ou que fosse conhecida por alguém. Era necessário que o pecador fosse “infamado na comunidade”¹⁸. A distância desta doutrina em relação ao modelo do Santo Ofício era evidente.

A interpretação social da culpa, defendida por frei Bartolomeu, tinha como consequência uma maior sensibilidade para a consciência individual. O prelado honesto devia zelar pela preservação de uma esfera protegida, onde a correcção fraterna pudesse actuar para recuperar a alma do pecador, mesmo que se tratasse de um herege. Aqui adquiria significado especial a distinção proposta pelo teólogo dominicano entre um tipo de prelado “espiritual, pio, discreto, cuidadoso com a consciência e a fama do próximo” e o padrão oposto, “rancoroso, pronto para tornar públicos e punir os pecados ocultos dos seus súbditos”. Nesta categoria, que correspondia ao ideal de bispo pretendido quer pelos inquisidores, quer pelas figuras mais intransigentes na hierarquia do Reino, entravam “os juízes das culpas ocultas”. De forma explícita, Bartolomeu dos Mártires sublinhava que “erram aqueles prelados que logo difamam e castigam os pecados deste género”¹⁹. Contudo, dado o clima vigente em Portugal, não deixou de ponderar com cuidado os casos em que um herege oculto devia gozar da correcção fraterna. “Se for tal”, ensinava o dominicano, “de que esteja certo que só prejudica a si mesmo, e não haja medo que engane ou favoreça outros hereges, então não deve ser denunciado antes da admoestação secreta, se houver esperança de o emendar”. Se a tentativa tivesse sucesso, eram desnecessárias posteriores providências²⁰. Esta solução tendia a evitar o julgamento público num tribunal. Ou melhor, permitia que um caso de heresia não grave fosse resolvido no foro interior, isto é, no momento reservado do sacramento da confissão, ou perante um delegado do bispo – por norma, o penitenciário

¹⁸ MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Theologica Scripta...*, cit., vol. 3, p. 287 (q. 33).

¹⁹ *Ibid.*, p. 281; 291; 299 (q. 33).

²⁰ *Ibid.*, p. 293 (q. 33).

da Sé – que tivesse faculdade de absolver o delito de heresia no foro da consciência, segundo a expressão usada por canonistas e teólogos²¹.

O problema principal em Portugal era representado pelos cristãos-novos suspeitos de criptojudaísmo, muitas vezes por causa de pequenos detalhes que um processo da Inquisição era capaz de transformar em provas irrefutáveis. É natural que Bartolomeu dos Mártires pensasse neles quando definia como sendo “oculto” até um pecado cometido conjuntamente por dez pessoas, como era usual no caso das práticas judaicas, que na maioria se reportavam a ritos e costumes antigos observados no seio da família²². A densidade da noção de pecado público como acto pelo qual o responsável estava infamado na comunidade inteira ressalta com toda evidência. Mas a crítica indireta de frei Bartolomeu contra os métodos do Santo Ofício chegava até ao ponto de sustentar que se um convertido não tinha ainda uma fé tão firme que soubesse distinguir a verdade dos erros, então não podia ser culpado, em razão da sua “ignorância invencível”²³. Tratava-se de um princípio tomista, que tendo sido aceite em relação aos cristãos-novos, teria minado a base de intervenção da Inquisição.

Do claustro à vida activa

Em 1551 Bartolomeu dos Mártires obteve o prestigiado título de mestre em teologia pela congregação geral dos dominicanos, reunida em Salamanca. No ano seguinte trocou a Batalha por Évora, onde se tornou preceptor de D. António, o futuro prior do Crato. Numa cidade que era um dos maiores

²¹ Sobre a longa história do sistema de absolvição secreta da heresia ver BRAMBILLA, Elena - *Alle origini del Sant'Uffizio. Penitenza, confessione e giustizia dal medioevo al XVI secolo*. Bologna: il Mulino, 2000.

²² MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Theologica Scripta...*, cit., vol. 3, p. 304 (q. 33).

²³ *Ibid.*, p. 268 (q. 33). Naquela altura, a noção era aplicada também aos convertidos do Novo Mundo, ver PAGDEN, Anthony - *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 67. Bartolomeu dos Mártires parece manter de propósito alguma ambiguidade entre nível europeu e nível colonial, seguindo uma linha que ia em sinal contrário à estratégia observada no Império pelas autoridades portuguesas, ver XAVIER, Ângela Barreto - *De converso a novamente convertido. Identidade política e alteridade no Reino e no Império*. *Cultura. Revista de Teoria e História das Ideias*. 22 (2006) 245-275.

focos da espiritualidade mística da Península Ibérica, teve a oportunidade de contactar não somente com a principal figura da hierarquia eclesiástica portuguesa, o cardeal infante D. Henrique, arcebispo local e inquisidor geral, mas sobretudo com um novo instituto religioso, a Companhia de Jesus, e com o dominicano castelhano frei Luis de Granada, o homem que tinha facilitado a chegada dos discípulos de Inácio de Loyola à cidade alentejana²⁴.

Até então homem de vida contemplativa, em Évora frei Bartolomeu pôde assistir ao exemplo contagioso de uma espiritualidade que parecia tornar-se acção pastoral, através das missões no interior, da palavra dos sermões, da experiência cada vez mais difundida do diálogo com a consciência individual no espaço íntimo da confissão²⁵. Na obra dos jesuítas que, com licença do arcebispo D. Henrique, reconciliavam os litigantes nas aldeias, ensinavam os rudimentos da fé aos meninos e aos simples, administravam os sacramentos, assim como no percurso de meditação interior em que teve como guia espiritual Granada, Bartolomeu dos Mártires encontrou uma aplicação concreta do ideal de prelado que tinha esboçado nas suas aulas de teologia. Na primeira metade dos anos 50 foi eleito prior do Convento de Benfica e teve a primeira experiência na administração de uma instituição eclesiástica. Contudo, a sua fama estava ligada sobretudo à ampla cultura teológica e à frequentação dos círculos espirituais de Lisboa, onde abundavam os grandes vultos da cena política, quando, em 1558, foi nomeado arcebispo de Braga, em substituição do defunto carmelita D. frei Baltasar Limpo. Foi assim que um humilde dominicano de origens obscuras foi criado, por vontade da regente D. Catarina, titular da mais ilustre Sé de Portugal²⁶. Nos anos seguintes, frei Bartolomeu iria confirmar

²⁴ BATAILLON, Marcel - *L'implantation de la Compagnie de Jésus au Portugal* in BATAILLON, Marcel - *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1975, p. 221-224.

²⁵ O'MALLEY, John - *The First Jesuits*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1994, p. 91-157; para o caso português ver PALOMO, Federico - *Fazer dos campos escolas excelentes. Os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

²⁶ PAIVA, José Pedro - *Os bispos...*, cit., p. 331-332, interpreta a escolha de Bartolomeu dos Mártires como uma solução de compromisso, numa conjuntura política instável.

a sua fidelidade à rainha, da qual foi um precioso conselheiro nos anos atormentados da regência na menoridade de D. Sebastião²⁷.

Bartolomeu dos Mártires tomou posse da arquidiocese em 1559. Tratava-se da maior do Reino, com um território vasto e irregular, que abrangia o Entre-Douro-e-Minho e uma grande parte do Trás-os-Montes, contando mais de mil e duzentos freguesias. Além disso, o arcebispo de Braga era também senhor temporal da cidade e dos seus coutos²⁸. D. frei Bartolomeu procurou sempre proteger a especial autonomia jurisdicional de que tradicionalmente gozava o cargo que ele exercia. De facto, a estratificação de antigos privilégios e direitos tornava muito complexa a rede de poderes em Braga e nos seus arredores, mas o novo arcebispo conseguiu consolidar e aumentar a sua própria autoridade²⁹. Logo em Setembro de 1559 a Rainha concedeu-lhe novas faculdades de visitação³⁰. E numa evidente estratégia de centralização, Bartolomeu dos Mártires actuou para eliminar qualquer resistência por parte do Cabido da Sé, o qual, como no resto da Europa católica, era o maior rival à afirmação da autoridade episcopal. O dominicano era um prelado enérgico. Contudo, em primeiro lugar, era um pastor, isto é um religioso que aspirava a uma radical reforma da sociedade a partir de um primado autêntico dos valores cristãos. As visitas, o catecismo e a pregação foram as suas principais armas. Os documentos parecem confirmar a imagem de um arcebispo zeloso, que tomou sobre si a tarefa de transformar uma área de profunda ignorância a respeito da doutrina e da moral católica, numa terra onde cada ovelha podia ser conduzida pelo seu pastor ao longo de um caminho seguro até a salvação³¹. Desde 1560, D. frei Bartolomeu

²⁷ CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo - *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*. Lisboa: INCM, 1992, vol. 1, p. 204.

²⁸ MARQUES, José - Senhorio de Braga e Arcebispos da Independência. *Bracara Augusta*. 49 (2000) 127-174.

²⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da - Senhorio e municipalismo em Braga ao tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires in *IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Actas do congresso internacional*. Braga: UCP; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, vol. 2/2, p. 7-27.

³⁰ SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - *A arquidiocese de Braga no século XVI: visitas pastorais e livros de visitações*. Porto: Universidade do Porto, 1972, p. 124-125 (tese de licenciatura policopiada).

³¹ Para as fontes sobre a vida de Bartolomeu dos Mártires ver ROLO, Raúl de Almeida - *Itinerário documental de uma vida. Bracara Augusta*. 42 (1990) 525-726.

empenhou-se em percorrer incessantemente as localidades da arquidiocese, escolhendo auxiliares de confiança absoluta, como o confrade João de Leiria, nomeado vigário geral, e os padres da Companhia de Jesus, que logo naquele ano abriram um colégio em Braga³².

A presença do novo arcebispo foi sentida como uma profunda mudança pelos habitantes da cidade. O predecessor, D. frei Baltasar Limpo, um prelado intransigente, cuja antiga ligação à Inquisição tinha favorecido a sua promoção à dignidade episcopal, tinha governado com dureza. Na Braga onde ingressou Bartolomeu dos Mártires estava ainda aberta a ferida das capturas e dos numerosos processos (vinte e três) celebrados pelo Santo Ofício, em Lisboa, contra membros da relevante comunidade urbana de cristãos-novos. O carmelita Limpo estava na origem daquelas prisões, que remontavam ao ano de 1558³³. Foi exactamente para o despacho daquelas causas que, logo depois da sua entrada, o novo arcebispo dominicano delegou o seu voto de ordinário colaborando com os inquisidores de Lisboa³⁴. A repercussão das condenações decorrentes destes processos manteve dividida a cidade durante anos³⁵. No entanto, neste quadro, D. frei Bartolomeu não se resignou a ser o senhor poderoso de uma sociedade em conflito. O seu foi um projecto de reconciliação dentro de um modelo de vigilância rigoroso. Os instrumentos mais eficazes de que se serviu para realizar o seu modelo de governo pastoral foram o conhecimento directo da realidade que administrava, a inspecção de faltas e erros dos fiéis mediante as visitas, a procura de uma sincera conversão à fé através da catequese, da pregação e do arrependimento, este gerido no segredo da confissão, um

³² Sobre as primeiras visitas ver SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - Visitações e Itinerários Pastorais de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. *Bracara Augusta*. 42 (1990), 171-213, especialmente p. 186-195. Acerca da chegada dos jesuítas ver RODRIGUES, Manuel Augusto - D. frei Bartolomeu dos Mártires e o Colégio de S. Paulo de Braga. *Lusitania Sacra*. 10 (1978) 101-133.

³³ MEA, Elvira Cunha de Azevedo - O procedimento inquisitorial garante da depuração das visitas pastorais de Braga (Século XVI) in *IX Centenário...*, cit., vol. 2/2, p. 67-95, em especial p. 70-71.

³⁴ Carta de 19 de Setembro de 1559, publicada em PEREIRA, Isaías da Rosa - *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (Século XVI)*. Lisboa: Cáritas Portuguesa, 1987, p. 81.

³⁵ SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - A freguesia de Sant'Iago da Sé na visitação capitular de 1562: a mulher que matava crianças. *Bracara Augusta*. 40 (1989-90) 205-263, sobretudo p. 223-224.

lugar privilegiado para resolver tanto as crises pessoais, como os contrastes sociais quotidianos.

Governo pastoral, “poder pastoral”. Estamos próximos do núcleo da personalidade eclesiástica e política de um homem que regeu a mais titulada e extensa diocese do Reino durante mais de vinte anos. Bartolomeu dos Mártires foi também um grande impulsionador de reformas institucionais e de estruturas educativas e judiciais. Não há dúvida que geriu um extraordinário poder. Mas qual era a natureza deste poder? Havia alguma diferença em comparação com a outra figura cimeira da Igreja portuguesa da altura, o cardeal infante D. Henrique, cuja autoridade estava ligada sobretudo à temida ameaça da Inquisição, um Tribunal alicerçado na infâmia e na publicidade de castigos violentos?

Um possível indício é fornecido por um ilustre e próximo biógrafo de ambos. Da figura de D. Henrique, frei Luis de Granada iria distinguir entre o “pastor”, por um lado, e o “inquisidor” por outro; pelo contrário, no caso de D. frei Bartolomeu, seria possível manter uma representação unitária da sua acção, sob a etiqueta de um “solícito e vigilante pastor”³⁶. Apesar de este último ser um prelado determinado, também ele pronto a usar penas exemplares contra clérigos e leigos prevaricadores, era grande a distância entre as vias propostas por um inquisidor como o cardeal infante, que fundava a sua estratégia no medo da fogueira, e os caminhos de um arcebispo que no máximo, chegou a impor penitências (às vezes severas) em praças da cidade ou dentro de uma igreja.

O sistema de poder criado por Bartolomeu dos Mártires na arquidiocese de Braga aproxima-se de uma dimensão específica, sobre a qual chamou a atenção Michel Foucault. O ponto de partida é a recusa da ideia segundo a qual “as relações de poder se limitam a constranger e forçar”. A intuição de Foucault partia da análise da sociedade contemporânea, na qual ele via permanências de uma técnica de poder cujos efeitos se notariam sobretudo a um nível difuso. Um “poder”, explicava, “que no Ocidente existe desde

³⁶ GRANADA, Luis de - *História de las virtudes y oficio pastoral del Sereníssimo Cardenal don Henrique, Arzobispo de Évora, que después fué gloriosísimo Rey de Portugal* in GRANADA, Luis de - *Obras Completas*, (ed. por A. Huerga). Madrid: Fundación Universitaria Española; Dominicos de Andalucía, 1997, vol. 16, p. 135; GRANADA, Luis de - *Vida de don fray Bartolomé de los Mártires, Arzobispo de Braga*, *ibid.*, p. 165.

a Idade Média uma forma de poder que não é político, nem jurídico, nem sequer económico, ou de dominação étnica, mas que, contudo, estruturou em profundidade as nossas sociedades. Este poder tem uma origem religiosa, pretende guiar e dirigir os homens durante a vida inteira e em qualquer circunstância, quer tomar a seu cargo a existência de cada homem do nascimento até à morte, para o constranger a se comportar numa certa maneira, para obter a salvação. É aquilo que poderíamos chamar poder pastoral". Isto é, literalmente, "o poder que o pastor exerce sobre a grei". Foucault articulava este poder directamente com a Igreja e a ordem da sociedade cristã, sublinhando como este processo tivesse tido no século XVI, "com a Reforma e a Contra-Reforma", um pico de intensidade. A noção de "poder pastoral" mostra correspondências significativas com a estratégia de administração eclesiástica seguida por D. frei Bartolomeu, um símbolo europeu da Contra-Reforma: "preocupa-se e cuida essencialmente com vigiar sobre a salvação de todos", prosseguia Foucault, "tomando a seu cargo cada aspecto particular, cada ovelha da grei: além de constranger o indivíduo a actuar de uma certa maneira, tenta conhecê-lo, descobri-lo, perceber a sua subjectividade e organizar a relação que este tem consigo e com a sua consciência". Assim, na construção daquele poder teve um papel decisivo o sacramento da confissão. Existia uma profunda relação entre a verdade interior e o poder pastoral, "que o torna um poder individualizador"³⁷.

Sem nenhuma pretensão de coincidência entre os modelos teóricos e a complexidade dos processos históricos, nas próximas páginas tentarei reflectir, com base no esquema de Foucault, acerca dos poucos dados concretos relativos ao controlo da ortodoxia que as fontes conservam do período de Bartolomeu dos Mártires. Este foi uma figura cuja modernidade vincada na tradição parece tornar o seu caso comparável com os coevos de Pedro Guerrero, arcebispo de Granada, e do cardeal Carlo Borromeo,

³⁷ O texto de referência sobre o "poder pastoral" é M. FOUCAULT - *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978*, ed. par M. Senellart sous la dir. de F. Ewald - A. Fontana. Paris: Gallimard; Seuil, 2004. Ver também M. FOUCAULT - *La philosophie analytique de la politique [1978]* in M. FOUCAULT - *Dits et écrits, 1954-1988*, ed. sous la dir. de D. Defert - F. Ewald. Paris: Gallimard, 1994, vol. 3, p. 534-551 (onde são tiradas as citações). Uma reflexão recente em PH. BÜTTGEN - *Théologie politique et pouvoir pastoral. Annales. Histoire, Sciences sociales*. 62 (2007) 1129-1154.

arcebispo de Milão³⁸. As relações estreitas que o prelado português manteve com ambos, durante a primeira metade dos anos 60, representam uma via privilegiada para penetrar no complexo universo da “inquisição pastoral” de D. frei Bartolomeu³⁹.

Uma outra inquisição

Durante os vinte e três anos em que Bartolomeu dos Mártires administrou a arquidiocese de Braga, os seus súbditos que chegaram a ser processados pelo Santo Ofício foram muito poucos. Pouquíssimos, se confrontados com os fiéis de outras dioceses que foram julgados, na mesma altura, pela Inquisição (desde 1565 o Tribunal de Coimbra passou a ter competência sobre o território governado pelo arcebispo dominicano)⁴⁰. Os números por si só não resolvem a compreensão do problema⁴¹. A perda quase integral dos fundos judiciais do arquivo do Auditório Eclesiástico de Braga impede que se conheça cabalmente o que aconteceu então na arquidiocese. Contudo, é possível levantar questões relevantes acerca do modelo de vigilância sobre

³⁸ PASTORE, Stefania - *Il Vangelo e la spada. L’Inquisizione di Castiglia e i suoi critici (1460-1598)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2003, p. 369-383; A. BORROMEO - L’arcivescovo Carlo Borromeo e la lotta contro l’eresia in F. BUZZI-D. ZARDIN (eds.) - *Carlo Borromeo e l’opera della “grande riforma”*. Cultura, religione e arti del governo nella Milano del pieno Cinquecento. Milano: Silvana, 1997, p. 303-322.

³⁹ A expressão “Inquisição “pastoral”” encontra-se já em PROSPERI - *Tribunal... cit.*, p. 412-417, para significar os métodos moderados e pedagógicos em relação à perseguição da magia popular e superstição, adoptados pelo Santo Oficio romano, a partir do século XVII.

⁴⁰ Ver os valores propostos por MEA, Elvira Cunha de Azevedo (ed.) - *Sentenças da Inquisição de Coimbra em metropolitanos de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1567-1582)*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português; Movimento Bartolomeano, 1982, p. LXVII-LXIX (os habitantes da arquidiocese de Braga processados foram apenas 52, num total de cerca de 600 processos instaurados por este Tribunal distrital; como elemento de comparação considere-se que, na mesma altura, os da diocese de Coimbra foram 226, de Lamego 180, de Viseu 85).

⁴¹ Chama a atenção para os limites da historiografia sobre os dados quantitativos do Santo Ofício português DEL COL, Andrea - *L’Inquisizione in Italia dal XII al XXI secolo*. Milano: Mondadori, 2006, p. 255.

a ortodoxia vigente na região, no tempo de D. frei Bartolomeu⁴². Durante o seu arcebispado houve, na maior parte do Norte de Portugal, um sistema de justiça religiosa alternativo à Inquisição? Seja qual for a resposta, pergunta-se qual foi a relação entre a peculiar dimensão jurisdicional do território bracarense e as autoridades políticas e eclesiásticas do Reino?

Apesar de limitar a análise à matéria da heresia, quero deixar claro que o projecto global de reforma da sociedade empreendido pelo arcebispo de Braga foi, em simultâneo, alimentado por iniciativas no campo da formação do clero, da catequização do povo, dos estímulos a novos cultos e devoções. No contexto do Portugal da Contra-Reforma, foi um dos exemplos mais avançados de aplicação dos decretos do Concílio de Trento e de reafirmação da autoridade da Igreja⁴³. A defesa da fé era a arquitrave do edifício que Bartolomeu dos Mártires tentou construir. Isto ficou manifesto logo nas sessões da terceira fase do Concílio de Trento (1561-63), na qual o dominicano tomou parte activa. Juntamente com o arcebispo Guerrero e outros prelados, na maioria ibéricos, lutou para que fosse reconhecida aos bispos a faculdade de absolver a heresia oculta no foro da consciência⁴⁴. O diário tridentino do arcebispo português comprova que a sua intenção original era até mais ampla. De facto, o que ele pretendia era que os bispos pudesse resolver qualquer delito contra a fé, “desde que o Santo Ofício da Inquisição não procedesse já contra ele”⁴⁵. A noção de heresia oculta, portanto, alargava-se até coincidir com qualquer caso que não tivesse chegado ao foro externo, ou seja, ao conhecimento de um tribunal. No fundo, é na reivindicação deste poder autónomo sobre a esfera da consciência que reside a distância entre

⁴² Problema já levantado em MEA, Elvira Cunha de Azevedo - *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1997, p. 212.

⁴³ Uma panorâmica geral desta época em Portugal pode ver-se em PALOMO, Federico - *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

⁴⁴ PASTORE, Stefania - Roma, il concilio di Trento, la nuova Inquisizione: alcune considerazioni sui rapporti tra vescovi e inquisitori nella Spagna del Cinquecento in *Le inquisizioni cristiane...*, cit., p. 109-146; MARCOCCI, Giuseppe - Il governo dell'arcidiocesi di Braga al tempo di Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). *Archivio Italiano per la Storia della Pietà*, 15 (2003) 81-150, em especial p. 93-108.

⁴⁵ MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Collecta in Concilio Tridentino circa decreta discutienda* [xeroc. do orig.], in Arquivo Histórico Dominicano Português (Porto), cx. 44, IV, 1, fl. 197.

a inquisição pastoral de D. frei Bartolomeu e a verdadeira Inquisição de D. Henrique, a qual prosseguia, inexoravelmente, queimando cristãos-novos em número crescente. A dura reacção do embaixador português no Concílio de Trento, D. Fernão Martins Mascarenhas, quando foi aprovado o cânone sustentado por Guerrero e Bartolomeu dos Mártires (o qual não escondeu a sua própria satisfação ao cardeal Borromeo), confirma que, na óptica da Coroa – era então regente o cardeal infante D. Henrique –, aquele resultado foi tomado como uma derrota⁴⁶.

O problema não era abstracto. No quadro da perda quase completa de fontes sobre a actividade judiciária dos tribunais diocesanos em Portugal, e apesar da carência de documentos acerca das relações directas entre bispos e inquisidores, os historiadores concordam em que estas, em geral, foram de estreita colaboração⁴⁷. Contudo, na minha opinião, o equilíbrio entre as duas autoridades eclesiásticas não foi alcançado imediatamente após a criação da Inquisição, sendo antes o resultado de um processo de progressiva expansão da capacidade hegemónica do Santo Ofício nas estruturas da Igreja lusitana. Estudos de caso, como aquele proposto aqui sobre a arquidiocese de Braga, procuram precaver os riscos de uma visão uniformizadora, a qual pode derivar de um uso excessivo das sugestões da historiografia do “disciplinamento social”⁴⁸. O que parece certo é que, não obstante as pretensões dos inquisidores, houve bispos que continuaram a gerir casos de heresia em total autonomia. Foi contra estes prelados que o cardeal infante tinha pedido e obtido o breve *Cum audiamus* (1561), cujo texto denunciava de forma explícita a existência do fenómeno, concedendo, por consequência,

⁴⁶ Carta de Fernão Martins Mascarenhas ao rei D. Sebastião, Trento, 15 de Novembro de 1563, publicada em *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862-1959, vol. 10, p. 139-140; carta de Bartolomeu dos Mártires ao cardeal Carlo Borromeo, Trento, 15 de Novembro de 1563, publicada em ROLO, Raúl de Almeida - O “Bracarense” padre conciliar in *IV Centenário da morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Actas do congresso internacional*. Fátima, Movimento Bartolomeano, 1994, p. 299.

⁴⁷ PAIVA, José Pedro - Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613). *Lusitania Sacra*. 2^a série, 15 (2003) 43-76.

⁴⁸ Sobre as diferentes perspectivas entre micro-história e disciplinamento social ver a reflexão dedicada ao caso da historiografia italiana por BOER, Wietse de - Social Discipline in Italy: Peregrinations of a Historical Paradigm. *Archiv für Reformationsgeschichte*, 94 (2003) 294-307.

ao inquisidor geral a faculdade de avocar a si qualquer processo por crimes contra a fé pendente num auditório eclesiástico e de subdelegar tal faculdade a pessoas de sua confiança⁴⁹. Acerca desta grande concentração de poderes na pessoa de D. Henrique manteve uma atitude crítica, entre outros, também o arcebispo de Braga, o qual, consultado pouco antes pela rainha D. Catarina acerca da passagem da regência a D. Henrique, tinha objectado que havia o perigo de que “não tenhamos nem cardial, nem governador”⁵⁰. Em seguida, o descontentamento dos bispos pela humilhação do breve *Cum audiamus* deixou rasto também nos apontamentos apresentados pelo estado do clero nas Cortes (1562-63) que proclamaram regente o príncipe inquisidor⁵¹. Foi neste movimentado contexto que Bartolomeu dos Mártires lutou em Trento para a conservação das faculdades episcopais, voltando a Portugal, em 1564, com a firme intenção de impôr o respeito dos decretos conciliares.

Na pátria as relações de força estavam diferentes. Ao arcebispo de Braga não convinha ser protagonista de uma outra batalha aberta. A falta de um autêntico debate no Reino sobre assuntos delicados, como era a erradicação da heresia, aconselhava cautela. D. frei Bartolomeu evitou um choque frontal com a Inquisição, e até recorreu à sua temida autoridade depois do sínodo diocesano (1564), onde explodiram conflitos com os cónegos da Sé para os aplacar⁵². Foi exactamente para os reduzir à obediência que o prelado dominicano pediu ao Santo Ofício para realizar uma visita na cidade e nos seus arredores⁵³. A presença do inquisidor Pedro Alvarez de Paredes, no Porto, Braga e noutras importantes localidades da arquidiocese, entre 1564 e 1565, despertou antigas inimizades, e conduziu algumas testemunhas

⁴⁹ Publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez...*, *cit.*, vol. 9, p. 233.

⁵⁰ Carta de Bartolomeu dos Mártires à rainha D. Catarina, Braga, 7 de Janeiro de 1561, publicada em ROLO, Raúl de Almeida - *Itinerário documental...*, *cit.*, p. 559-560.

⁵¹ CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo - *As regências...*, *cit.*, vol. 1, p. 361-363; MARCOCCI, Giuseppe - *I custodi dell'ortodossia...*, *cit.*, p. 165-170.

⁵² ROLO, Raúl de Almeida - *L'application de la réforme du Concile de Trente à Braga in Il Concilio di Trento e la riforma tridentina. Atti del convegno storico internazionale.* Roma: Herder, 1965, vol. 2, p. 555-576; SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - A “tridentinização” da Arquidiocese de Braga. Os Sínodos Bartolomeanos. *Theologica*. 33 (1998) 433-489, sobremeneira p. 461-489.

⁵³ Protesto dos cónegos da Sé de Braga apresentado no IV Concílio provincial bracarense (1566), in ADB - *Gaveta de Concílios e Sínodos*, doc. 15, fl. 8v-9.

a denunciarem ao visitador as dúvidas que tinham acerca de pecados alheios, os quais era mais usual que se confidenciassem ao confessor. Mas o objectivo principal da devassa de Alvarez de Paredes eram os cónegos⁵⁴. Contra o capitular mais destacado, o cónego cristão-novo João Afonso, a Inquisição abriu um processo, sem emitir qualquer sentença⁵⁵. Pelo contrário, entre as pessoas denunciadas por outras heresias, muito poucas foram processadas. Aliás, o registo das confissões e das acusações do visitador inquisitorial não fornece somente numerosas provas da actividade do sistema de justiça pastoral de Bartolomeu dos Mártires, mas confirma também como, na arquidiocese, a coesão social não se realizava principalmente a partir do medo dos cristãos-novos. Foram escassos os delitos de criptojudaísmo levados ao conhecimento do inquisidor. E entre os processos que o Santo Ofício de Lisboa chegou a celebrar, ressalta o caso de Graça Dias, que nem sequer era cristã-nova, como demonstrou perante os juízes, acabando por ser solta, em Abril de 1566⁵⁶.

De facto, nos anos seguintes, a Inquisição não conseguiu entrar realmente no território da arquidiocese, cuja jurisdição, segundo o costume dos prelados bracarenses, foi defendida com determinação também contra representantes do poder régio (ver os casos de Francisco de Lima em 1567 e de Pedro da Cunha em 1570)⁵⁷. Neste espaço de autonomia D. frei Bartolomeu experimentou as suas ideias de reforma: uma reforma centrada, em primeiro lugar, num minucioso sistema de visitadores diocesanos, que inquiriam sobre os delitos de fé, e aos quais foram concedidas as faculdades de absolvição

⁵⁴ Ver o *Livro da Visitação que se [a Inquisição] fez na Cydade de Braga e seu Arcebispado [1565]* (ed. por A. do Rosário). Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português; Movimento Bartolomeano, 1974. O objectivo desta visita escapou a BRAGA, Isabel M.R.M. Drumond - A visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565. *Revista de la Inquisición*. 3 (1994) 29-67.

⁵⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) (a partir daqui ANTT) - Inquisição de Coimbra, proc. 9774.

⁵⁶ ANTT - Inquisição de Lisboa, proc. 5794.

⁵⁷ MACHADO, Diogo Barbosa - *Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião* Lisboa: José António da Silva, 1736-51, vol. 2, p. 638-639 (ao delegado régio Lima foi impedido aprovar e assinar as actas finais do Concílio provincial bracarense); FERREIRA, José Augusto - *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Sec. III - Sec. XX)*. Braga: Mitra Bracarense, 1928-34, vol. 3, p. 48-52 (ao juiz Cunha, que estava a conduzir uma visitação judicial régia, foi vedado o ingresso nos territórios sob a jurisdição de Bartolomeu dos Mártires).

previstas pelo Concílio de Trento⁵⁸. Ao lado deles, em contacto com a rede dos vigários, actuavam os missionários jesuítas (eles também providos de poderes especiais na remissão da heresia)⁵⁹. Os padres andavam pelas inúmeras aldeias da arquidiocese, na tentativa de catequizar camponeses, montanheses e outros rústicos. Foi para a instrução religiosa deles que Bartolomeu dos Mártires publicou o seu *Catecismo ou Doutrina Cristã e Práticas Espirituaes* (1564), cujas edições se repetiram durante anos.

O pecado, o erro, até a heresia – a não ser clamorosa –, deviam primeiro encontrar o rosto misericordioso da Igreja, os agentes da correção fraterna, a possibilidade de se redimir sem consequências no plano exterior. O poder pastoral do arcebispo exercia-se no interior das consciências. Foi para reforçar este modelo de “conquista da alma” – para retomar o título de um livro de Wietse De Boer sobre a Milão de Carlo Borromeo – que um lugar central no sistema de justiça elaborado por Bartolomeu dos Mártires foi conferido ao penitenciário mor, figura delegada para resolver os casos reservados, incluindo a heresia, no foro da consciência⁶⁰. Apesar do seu carácter eminentemente oral, existem vestígios de que alguns gozaram desta

⁵⁸ *Memoriaes para o S. Concil. Bracarense Provincial, que publicou o R.mo sôr Dom frey Bartholomeu dos Martires* (1566), (ed. por A. do Rosário). Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português; Movimento Bartolomeano, 1972, p. 2 (1^a pt., cap. 7).

⁵⁹ Acerca dos privilégios de absolvção dos padres da Companhia ver MARCOCCI, Giuseppe - Inquisição, jesuítas e cristãos-novos em Portugal no século XVI. *Revista de História das Ideias*. 25 (2004) 247-326, sobretudo p. 256-259.

⁶⁰ Sobre a figura do penitenciário mor ver *Concilium Provinciale Braccaren. IIII*. Braccarae: Apud Antonium à Maris, 1567, fl. 49 (act. 2, caps. 19-20). Os casos reservados na arquidiocese permaneceram os catorze (o primeiro era a heresia) fixados pelas *Constituições do arcebispado de Braga*. Lisboa: por Germão Galharde, 1538, fl. 9rv. Em continuidade com uma posição já expressa em Trento (ver *Concilium Tridentinum. Diariorum, Actorum, Epistolarum Nova Collectio*. Friburgi Brisgoviae: Societas Görresiana, 1901, vol. 3, p. 539-550, cap. 4, §. 28), Bartolomeu dos Mártires opôs-se ao aumento dos casos reservados (*Memoriaes...*, cit., p. 32-33, 2^a pt., cap. 48). Trata-se de uma diferença substancial em relação ao cardeal Carlo Borromeo (ver BRAMBILLA, Elena - *Alle origini...*, cit., p. 501, n. 16). Encaram o sistema judiciário da confissão, no contexto de Milão, BOSSY, John - *The social history of confession in the age of the Reformation* [1975] (cito da tradução italiana in BOSSY, John - *Dalla comunità all'individuo. Per una storia sociale dei sacramenti nell'Europa moderna*. Torino: Einaudi, 1998, p. 59-85: 70-72) e BOER, Wietse de - *The Conquest of the Soul. Confession, discipline, and Public Order in Counter-Reformation Milan*. Leiden: Brill, 2001, p. 212-257.

solução doce, como deixam intuir os casos do suposto luterano Bartolomeu dos Banhos, ou do pregador diocesano Manuel Fernandes⁶¹.

Isto não significa que em Braga se desconfiasse do foro exterior. Pelo contrário. Nos primeiros anos pós-tridentinos, em que se registou, no Reino, um notável aumento do poder dos bispos em virtude do auxílio que o braço secular estaria obrigado a prestar-lhes (1564-69), houve um recurso intenso a inquéritos judiciais e processos, que se celebraram no Auditório Eclesiástico da cidade, um dos tribunais mais poderosos e menos estudados do Portugal moderno⁶². Entre 1565 e 1566 foi mesmo reforçada a capacidade do Auditório, com recurso a leigos, uma vez que os clérigos que havia já não eram suficientes para acudir às necessidades⁶³. A perda das fontes judiciais limita o nosso conhecimento dos factos, mas há indícios que, além de se ocupar de graves pecados públicos, os magistrados da arquidiocese celebraram causas por bigamia, por sodomia, até por bruxaria (tema ao qual D. frei Bartolomeu dedicou um tratado, hoje perdido) e, talvez, por criptojudauismo, sem nenhuma coordenação com o Santo Ofício. Entre os castigos aparecem o açoite, a prisão e a pena de sair em público com uma vela acesa na mão⁶⁴. O que o arcebispo dominicano procurava era um espectáculo edificante de arrependimento e misericórdia, deixando entrever a futura recuperação do réu. No centro do poder eclesiástico dominava sempre a religião, mas ficava evidente a distância entre a justiça pastoral e a justiça das fogueiras.

Bartolomeu dos Mártires delineou o seu modelo de administração eclesiástica no quarto Concílio provincial (1566-67): de um lado, o domí-

⁶¹ *Livro da Visitação...*, cit., p. 49-51.

⁶² CAETANO, Marcelo - Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*. 19 (1965) 7-87.

⁶³ Breve *Exponi nobis*, 6 de Agosto de 1565, in ADB - Caixa das Bulas, n. 7, doc. 194; provisão de Bartolomeu dos Mártires, 21 de Outubro de 1566, in ADB - Registo Geral, 390, fls. 90 ss., citado por CAPELA, José V. - A Relação Bracarense (séc. XV-1790). Apogeu e crise de uma singular instituição judiciária portuguesa. *Bracara Augusta*. 49 (2000) 175-214, principalmente p. 187.

⁶⁴ Sobre a extirpação da superstição ver também *Concilium Provinciale...*, cit., fl. 121rv (act. 5, cap. 11). Exemplos de penitências públicas em SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitações pastorais (1550-1700)*. Braga: [s.n.], 1997, p. 644; *Livro da Visitação...*, cit., *passim*.

nio capilar do território, através da coordenação entre agentes locais, chamados “síndicos” e “inquisidores”, e os visitadores diocesanos, cujas funções foram esclarecidas nos decretos conciliares, concretizando-se num mecanismo que se acha magistralmente descrito numa página da biografia de D. frei Bartolomeu, redigida pelo confrade Luis de Granada; de outro lado, a penetração das consciências individuais, mediante o grande impulso dado aos confessores⁶⁵. Se a visita devia ser a “alma do governo pastoral”, como escreveu o arcebispo dominicano no seu *Stimulus Pastorum* (1565), no sacramento da penitência os fiéis podiam encontrar os remédios para as doenças do espírito, tal como recomendara frei Henrique de Távora, autor de um *Tratado de Avisos de confessores* (1560), escrito por mandado de Bartolomeu dos Mártires⁶⁶.

Nesse sistema não se previu qualquer repressão indiscriminada dos cristãos-novos. A impressão que fica é que o arcebispo de Braga não teria uma oposição ideológica total contra os descendentes dos judeus⁶⁷. Por exemplo, durante os anos 70, manteve uma estreita relação com o reitor do Colégio dos jesuítas, Cipriano Suárez, o qual, por ser cristão-novo, foi duramente contestado por outros padres da Companhia; da mesma maneira, quando o Conselho Geral do Santo Ofício pediu a D. frei Bartolomeu que nomeasse um visitador das naus em Viana do Castelo, ele escolheu um confrade que tinha origem judaica⁶⁸. Por outro lado, entre os anos 70 e o início dos 80, como já

⁶⁵ Sobre a rede territorial ver *Concilium Provinciale...*, *cit.*, fl. 34v-39v (act. 2, *De Provisoribus & Vicariis Praelatorum*); acerca do sistema da visitação, ver *ibid.*, fs. 25v-31 (act. 2, *De visitatione*); 59v-60 (act. 3, *De inquisitione morum & examine assumendorum ad parrochiales ecclesias*, cap. 1); GRANADA, Luis de - Vida de don fray Bartolomé de los Mártires..., *cit.*, p. 183-184.

⁶⁶ MÁRTIRES, Bartolomeu dos - *Stimulus Pastorum ex sanctorum floribus ardoribusque verbis praecipue concitatus*, (ed. por R. de Almeida Rolo). Braga: [s. n.], 1963, p. 139; TÁVORA, Henrique de, *Tratado de Avisos de confessores...* Coimbra: João de Barreira, 1560, cap. 11, *Do confessor enquanto médico*.

⁶⁷ Contudo, o empenho na procura de judaizantes nas visitas pastorais levou D. frei Bartolomeu a proibir visitadores cristãos-novos (ver *Concilium Provinciale...*, *cit.*, fl. 30v).

⁶⁸ Sobre o jesuíta Suárez ver MARCOCCI, Giuseppe - *Inquisição, jesuítas...*, *cit.*, p. 285-286. A verdadeira condição do dominicano cristão-novo Francisco do Espírito Santo, nomeado visitador das naus por Bartolomeu dos Mártires em 1575 (ver ANTT - Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 442, fl. 40v), foi denunciada em 1583 pelo arcebispo D. João Afonso de Meneses aos deputados do Conselho Geral (carta publicada em *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI* (ed. por A. Moreira de Sá). Lisboa: INIC, 1983, doc. 40).

foi assinalado acima, houve muito poucos súbditos da grande arquidiocese de Braga processados por criptojudaísmo na Inquisição de Coimbra⁶⁹. De facto, o arcebispo não remetia de sua espontânea vontade aqueles casos para o Santo Ofício. E quando isto aconteceu, como no caso do castelhano Pedro de Villa Rubia, as autoridades episcopais actuaram com tal lentidão, que se fica na dúvida se nunca houve notícia no Auditório bracarense das denúncias contra o cristão-novo que os vigários de Chaves receberam durante anos (1563-70)⁷⁰. Se este foi um caso exemplar da colaboração existente entre os agentes da justiça episcopal e a Inquisição, trata-se de um resultado modesto e bem diferente do que o Santo Ofício costumava então esperar da maioria dos bispos.

Talvez fosse por esta razão, que por volta da metade dos anos 70, com um procedimento absolutamente invulgar, o licenciado Jerónimo de Sousa, inquisidor de Évora desde 1571, foi transferido para Vila Flor, onde tinha tomado posse de abade da igreja de São Bartolomeu. À escolha não terá sido estranho o inquisidor geral D. Henrique, do qual o licenciado Sousa era criatura. Daquela posição encoberta, iniciou a manobrar contra a numerosa e irrequieta comunidade local de cristãos-novos, organizando inquéritos e recolhendo testemunhos de denúncia, com comissão do Santo Ofício de Coimbra. Assim, quando na Primavera de 1577 Bartolomeu dos Mártires e os seus oficiais chegaram a Vila Flor para a periódica visitação pastoral, encontraram um terreno já preparado para um ataque directo da Inquisição. Perante as culpas já reunidas por Sousa, o arcebispo não pôde senão transmitir ao Santo Ofício as denúncias recebidas pelos seus visitadores (contra Manuel Lopes, Isabel Lopes e sua filha Maria Álvares)⁷¹. Contudo, é sintomático que tenha consultado primeiro os desembargadores do Auditório Eclesiástico de Braga sobre tão delicado assunto. Aliás, o tom frio da carta enviada aos inquisidores de Coimbra, a 19 de Junho de 1577,

⁶⁹ Os sentenciados foram quase uma trintena, na maioria de Vila Flor; nenhum era da cidade de Braga (dados tirados de MEA, Elvira Cunha de Azevedo - *Sentenças...*, cit.)

⁷⁰ ANTT - Inquisição de Coimbra, Livro 288, fl. 437-442v. O Santo Ofício não chegou a abrir o processo.

⁷¹ Assim consta pelas causas abertas contra Manuel Lopes (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 458) e Isabel Lopes (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 536). Maria Álvares tinha fugido para Castela. Agradeço a Maria Fernandes Guimarães a indicação destes processos.

na qual D. frei Bartolomeu informou o Tribunal daqueles casos de heresia, revela todo o mal-estar com aquela subterrânea intrusão do Santo Ofício nos seus territórios⁷². De facto, foi mediante uma tal estratégia que a Inquisição conseguiu prender um grupo circunscrito, mas relevante de cristãos-novos de Vila Flor. Por fim, as irregularidades e as falsidades em que assentavam as acusações acabaram por limitar os efeitos daqueles processos⁷³.

De qualquer maneira, não faltaram episódios de maior concerto, que ajudam a perceber a própria hierarquia de Bartolomeu dos Mártires no âmbito da vigilância sobre a ortodoxia. Em primeiro lugar estava a ameaça do luteranismo. Quando, em 1566, foi descoberto um herege flamengo em Chaves, o vigário geral da arquidiocese não hesitou em avisar imediatamente os inquisidores de Coimbra. Jan Rust veio a sair no auto da fé de 5 de

⁷² Pelo seu teor, a carta merece ser transcrita: “Muito Reverendos Senhores, *pax et vera consolatio*. Visitando aguora neste mes de mayo proximo pasado a parrochial igreja de Sam Brás de Samões desta comarqua da Torre de Moncorvo, achey culpas pertencentes ao Santo Oficio contra hum Manuel Lopez cristão novo de Villa Frol, polas quaes o mandey prender e mandey o treslado delas aa minha Relaçam a quem escrevy as visem e me mandasem dizer o que se devia fazer açerqua do livramento deste homem, e os desembarguadores me responderam que imviase as ditas culpas a Vosas Merçes pera que elles provessem açerqua disso como lhes parecese serviço de Noso Senhor, polo qual mandey tresladar as ditas culpas autenticamente e vam tresladadas na verdade e fielmente, o qual treslado imvio a Vosas Merçes pera que o vejão e provejam açerqua deste neguoceo como lhes parecer serviço de Noso Senhor, e me farão charidade mandarme loguo a resposta por este portador que nam vay a outra cousa. Tambem visitando no dito mes de mayo Villa Frol sairão na visitaçam culpas contra Isabel Lopez e sua filha Maria Alvarez cristãs novas da dita vila, o traslado das quais culpas tambem imvio a Vosas Merçes, pera que tambem açerqua disso provejam como lhes parecer serviço de Deos. Nam se ofereç mais senam que Noso Senhor os tenha sempre em sua guarda. Do lugar da Orta, aos 19 de Junho de 1577. Arcebispo Primaz”, ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 458, fl. 3. Preso na cadeia do Santo Oficio a 4 de Agosto de 1577, Manuel Lopes acabou por ser absolvido e solto a 3 de Setembro de 1581.

⁷³ Os cristãos-novos envolvidos nas causas inquisitoriais tinham ramificações familiares com outros notáveis grupos de ascendência judaica residentes em localidades vizinhas. No episódio teve um papel de destaque um cristão-novo de Alfândega da Fé, António Nunes, condenado como falsário, em 1582, ver ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 3870. Em 1578 foram absolvidos Fernão Rodrigues (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 4322) e Inês Lopes (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 4568), cristãos-novos, de Vila Flor, ambos acusados por Nunes. Ao contrário, Isabel Lopes não escapou à abjuração de *vehementi*, em 1583 (processo cit. na nota 71), apesar da condenação se basear nos testemunhos singulares da filha Violante Álvares, também sentenciada naquele ano (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 457), e do mesmo falsário Nunes. Além da mãe, Violante tinha acusado também a irmã Maria Álvares, ausente (ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 8765), actuando em colaboração com seu marido, o tabelião cristão-velho Gaspar da Rosa.

Outubro de 1567, onde abjurou publicamente⁷⁴. Mas nem sequer no caso de protestantismo a conduta de D. frei Bartolomeu foi marcada pela prontidão em transmitir os culpados ao Santo Ofício. Antes de ser condenado à morte pela Inquisição de Lisboa (1574), o francês Jean de Lyon trabalhou durante anos ao serviço de António de Mariz, tipógrafo oficial do arcebispo, e teve relações de estreita amizade com um familiar de Bartolomeu dos Mártires, o clérigo Fernão Gonçalves Malheiro, o qual estava bem informado das erróneas opiniões religiosas do estrangeiro. Contudo, nem o arcebispo, nem qualquer dos seus oficiais jamais escreveram uma só linha ao Santo Ofício para denunciar aquele caso escandaloso⁷⁵. Finalmente, também se olharmos para outros tipos de delitos, não se encontram provas significativas de um sistema judiciário pronto a reconhecer a superioridade da Inquisição. Por exemplo, o médico polígamo Gaspar de Faria teve que casar cinco vezes e encarar denúncias e processos no Auditório eclesiástico de Braga, antes que o seu caso fosse transferido para os juízes do Santo Ofício⁷⁶.

Notas conclusivas

A inquisição pastoral de Bartolomeu dos Mártires espera ainda um estudo aprofundado. O seu fundamento parece ter sido uma visão alternativa do modo de proceder para enfrentar a presença da heresia; a sua existência tornou-se possível pela defesa da autonomia jurisdicional de que o arcebispo e senhor de Braga gozava por tradição imemorial. Não houve um confronto aberto entre o Santo Ofício e D. frei Bartolomeu, o qual, em público, se manteve sempre respeitoso da autoridade formal da Inquisição⁷⁷. Isto não quer dizer que ele tenha concordado com os métodos dos inquisidores, nem que lhes tenha oferecido uma sistemática colaboração. É um facto que os agentes do Tribunal da Fé não entraram no vasto território bracarense, senão por pedido, ou com licença, do arcebispo.

⁷⁴ ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 934.

⁷⁵ ANTT - Inquisição de Lisboa, proc. 1366.

⁷⁶ ANTT - Inquisição de Coimbra, proc. 5005.

⁷⁷ *Memoriae..., cit.*, p. 12 (cap. 84).

Tudo parece apontar na direcção de que o sistema criado por Bartolomeu dos Mártires tenha sido um exemplo concreto do que Foucault chamou “poder pastoral”. Aquele modelo de justiça e de vigilância das ideias e dos comportamentos teve a sua eficácia. Além disso, pelo uso frequente de soluções inclinadas à misericórdia, o seu impacto na sociedade foi menos dilacerante do que a Inquisição, a qual, na mesma altura, perseguia com violência centenas de cristãos-novos no Reino⁷⁸. Está aqui, no meu ver, a razão de uma proposta só aparentemente contraditória, avançada pelo cardeal infante D. Henrique em 1574. Naquela altura, o ancião príncipe inquisidor era um homem politicamente bastante isolado. Tinha-se retirado para Alcobaça, onde meditava sobre a morte já próxima e sobre o que ia deixar em herança. Pensava também no seu sucessor na condução do Santo Ofício. Ao jovem rei D. Sebastião, que governava num clima cada dia mais tenso, em que dominavam os jesuítas da corrente mais intransigente e segregacionista, já adversos ao cardeal infante, este último propôs a figura de D. frei Bartolomeu como seu substituto. Tratava-se claramente de uma solução de compromisso. Mas das expressões do inquisidor geral emerge também a admiração face ao prelado dominicano: “tem feito já muito no arcebispado”; “de outra maneira não se poderá ter uma pessoa e de justiça destas qualidades”. Atente-se nas palavras. O “muito” eram os resultados conseguidos pelo arcebispo de Braga através de uma vigilância religiosa que não provocava fracturas. A “justiça” era o seu sistema de inquisição pastoral, que podia dar maior garantia de ordem social, numa época de ásperas controvérsias, que explodiriam na crise dinástica de 1580⁷⁹.

Como poderia ter mudado o Santo Ofício nas mãos de Bartolomeu dos Mártires é pergunta destinada a ficar sem resposta. Não se sabe se ele chegou a ter notícia da proposta do cardeal infante. O certo é que a evolução, nos anos seguintes, desaconselhou a manutenção daquela hipótese. Os acontecimentos que levaram à concessão de uma nova isenção do confisco dos bens para os cristãos-novos condenados pela Inquisição (1577) reafirmaram, na opinião

⁷⁸ Um estudo dos efeitos prolongados das prisões numa comunidade em PAIVA, José Pedro - As entradas da Inquisição, na vila de Melo, no século XVII: pânico, integração/segregação, crenças e desagregação social. *Revista de História das Ideias*. 25 (2004) 169-208.

⁷⁹ Carta do cardeal infante D. Henrique ao rei D. Sebastião, Alcobaça, 9 de Julho de 1574, publicada em PEREIRA, Isaías da Rosa - *Documentos...*, cit., p. 131-132.

de D. Henrique, a necessidade de uma acção dura e implacável contra os suspeitos judaizantes. A crise dinástica que se abriu no ano seguinte, pela morte em África de D. Sebastião, deixou evidente a exigência de um poder político sólido. O inquisidor geral tornou-se rei. Já não se podia presumir um sucessor no governo do Santo Ofício que não insistisse num modelo tradicional, o qual, nas décadas anteriores, tinha sido um essencial ponto de referência na definição da identidade católica do Reino.

Foi assim que, em 1579, tomou posse do cargo de inquisidor geral D. Jorge de Almeida, enquanto Bartolomeu dos Mártires permaneceu sentado na cadeira de arcebispo de Braga. Em Portugal já não havia espaço para uma inquisição pastoral. Não foi por acaso que, logo a seguir à renúncia do arcebispado por parte de D. frei Bartolomeu, em 1582, foi organizada uma visita inquisitorial nos territórios do Norte, confiada ao responsável das prisões de Vila Flor, o licenciado Jerónimo de Sousa⁸⁰. Mas quando o insidioso visitador começou a andar pelas localidades de Trás-os-Montes, encontrou a surda resistência dos cristãos-novos, acostumados a resolver os seus erros de outra forma, no espaço protegido da consciência. Era este o subentendido de uma petição que os habitantes de origem judaica de Torre de Moncorvo apresentaram ao Santo Ofício. Protestando contra a injustiça das capturas provocadas pelo licenciado Sousa, não acharam argumento mais válido para demonstrar a sua ortodoxia, do que a garantia oferecida pelas sistemáticas visitas pastorais do arcebispo Bartolomeu dos Mártires e dos seus agentes, que nunca tinham originado processos⁸¹. Mas aquela era uma outra inquisição: era a inquisição pastoral, que tinha vigorado na arquidiocese de Braga durante os vinte anos anteriores. Já pertencia ao passado. Contudo, a memória da desconfiança no estilo do Santo Ofício

⁸⁰ Os documentos relativos à visita inquisitorial encontram-se em ANTT - Inquisição de Coimbra, Livros 662; 286. A comparação entre as assinaturas confirma que se tratava da mesma pessoa que anteriormente tinha sido inquisidor de Évora e depois abade da igreja de São Bartolomeu de Vila Flor. Além disso, a identidade entre o antigo inquisidor e o visitador acha-se declarada num parecer do Conselho Geral, de 7 de Dezembro de 1591: “no anno de 82 visitou a comarca de Traslosmontes o licenciado Hieronymo de Sousa inquisidor que foi da cidade d’Evora”, ver ANTT - Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 92, fl. 36.

⁸¹ O memorial dos cristãos-novos acha-se publicado na íntegra em MEA, Elvira Cunha de Azevedo - *O procedimento inquisitorial...*, cit., p. 89-95. Toda a visita merece um novo estudo à luz do papel excepcional do licenciado Jerónimo de Sousa.

por parte do promotor deste modelo alternativo estava destinada a deixar rastros para o futuro⁸².

⁸² Encontra-se referência à desconfiança de Bartolomeu dos Mártires nos métodos do Santo Ofício nos três volumes do processo de beatificação, na Congregação dos Ritos, publicados em Roma, pela tipografia da Câmara Apostólica entre 1804 e 1840.

O Santo Ofício no tempo dos Filipes: transformações institucionais e relações de poder*

Ana Isabel López-Salazar Codes

Universidad de Castilla-La Mancha. Facultad de Letras.

CIDEHUS-Universidade de Évora

ailopezsalazar@hotmail.com

Texto entregue em/Text submitted on: 04/04/2009

Resumo/Abstract:

Durante o período filipino, o Santo Ofício sofreu diversas transformações institucionais e sociológicas que sobreviveram à ruptura de Dezembro de 1640. Neste artigo estudaremos a evolução do cargo de inquisidor-mor e do Conselho Geral, assim como os mecanismos de comunicação estabelecidos entre estes organismos centrais do governo do Santo Ofício, os quais permaneceram em Lisboa, e a Coroa, naquela altura quase sempre sediada em Madrid. Do mesmo modo, analisaremos os traços gerais das relações de poder entre o Santo Ofício e as restantes instituições eclesiásticas (bispos, cabidos e colector) e seculares (tribunais superiores e conselhos) do Portugal filipino. Por último, centrar-nos-emos na actuação política dos ministros do Tribunal da Fé durante as crises de 1580 e de 1640.

During the Philippine epoch the Holy Office underwent several institutional and sociological changes that survived the plot of December 1640. This paper will focus on the development of the office of the Grand Inquisitor and the General Council, as well as the communication mechanisms established between the governing bodies of the Holy Office (which remained in Lisbon) and the Crown, at the time mostly based in Madrid. In parallel, it analyses the general features of the power relationships between the Holy Office and the other ecclesiastical (bishops, chapter and collector) and secular institutions (high courts and councils). Finally, it describes the political actions of the ministers of the Inquisition during the crises of 1580 and 1640.

Palavras chave/Key words:

Governo filipino; Sistema polissinodal; Inquisição; Conselho Geral do Santo Ofício; Inquisidor-geral.

Philippine age; Multi-synodal system; Inquisition; General Council of the Holy Office; Grand inquisitor.

* Este trabalho integra-se no projecto de investigação *Inquirir da honra. Os comissários do Santo Ofício e das Ordens Militares em Portugal (1570-1773)*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAH/64160/2006). Agradecemos a Susana Mateus o auxílio na revisão da forma portuguesa do texto.

Introdução

Em 1987, no artigo intitulado “Em busca dos tempos da Inquisição”, Joaquim Romero Magalhães expôs duas ideias fundamentais que, em seu entender, deviam guiar as investigações sobre o Santo Ofício português¹. Assim, considerava imprescindível devolver o protagonismo à instituição inquisitorial, como forma de compreender a sua evolução ao longo dos quase três séculos de existência, e estudar as relações entre este Tribunal e os restantes poderes do Reino. No tocante ao devir político e institucional do Santo Ofício, a historiografia tem-lhe conferido ainda pouca atenção, devido, em parte, ao seu maior interesse por estudar a repressão às heresias, especialmente a judaizante. No entanto, dispomos do notável trabalho de Francisco Bethencourt sobre as Inquisições da Época Moderna, que também se debruça sobre alguns aspectos institucionais e sociológicos do Tribunal português². Por seu turno, as relações entre o Santo Ofício e outras instituições eclesiásticas, nomeadamente os bispos e as ordens religiosas (dominicanos e jesuítas), têm sido objecto de diversos estudos por parte de José Pedro Paiva e de Giuseppe Marcocci³.

A maior parte dos trabalhos sobre a Inquisição portuguesa têm privilegiado, devido ao seu inquestionável interesse, o tempo do estabelecimento do Tribunal e do seu governo pelo cardeal infante D. Henrique. Pelo contrário, apesar de no último quarto de século ter ocorrido um aumento das investigações sobre o Portugal dos Filipes, motivado, entre outras razões, pelo ressur-

¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero – Em busca dos “tempos” da Inquisição (1573-1615). *Revista de História das Ideias*. 9 (1987) 191-192.

² BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

³ PAIVA, José Pedro – Inquisição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 85-102. PAIVA, José Pedro – Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613). *Lusitania sacra*. 2^a série, XV (2003) 43-76. PAIVA, José Pedro – Os dominicanos e a Inquisição em Portugal (1536-1614). *NW noroeste, revista de história*. 1 (2005) 167-229. MARCOCCI, Giuseppe – *I custodi dell'ortodossia. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004. MARCOCCI, Giuseppe – «Catequização pelo medo»? Inquisitori, vescovi e confessori di fronte ai «nuovi cristiani» nel Portogallo del Cinquecento in *Le Inquisizioni cristiane e gli ebrei*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003, p. 123-193. MARCOCCI, Giuseppe – Inquisição, jesuítas e cristãos-novos em Portugal no século XVI. *Revista de História das Ideias*. 25 (2004) 247-326.

gimento e renovação da história político-institucional, temos ainda poucos estudos sobre o Tribunal durante a União Ibérica. No entanto, não podemos esquecer os recentes trabalhos de Ignacio Pulido Serrano sobre as relações entre a Monarquia Hispânica, os cristãos-novos e as Inquisições de Espanha e Portugal⁴.

De acordo com os pressupostos traçados por Romero Magalhães, e a fim de contribuir para o melhor conhecimento da Inquisição portuguesa no tempo dos Filipes, no presente artigo analisaremos, embora de forma muito sucinta, a evolução e as transformações político-institucionais, governativas e sociológicas que o Tribunal sofreu durante a União Ibérica, assim como a sua relação com as restantes instituições e poderes eclesiásticos e seculares do Reino⁵.

1. O inquisidor mor

Durante o tempo da União Ibérica, a transformação mais importante relativa ao cargo de inquisidor mor ou inquisidor geral foi o estabelecimento da obrigação de o eleito resignar ao bispado de que era titular para poder desempenhar o cargo no Tribunal da Fé. Até ao reinado de D. Filipe III, na realidade até 1599, o inquisidor geral era um prelado que, em simultâneo, mantinha e conservava o governo da sua diocese. O caso do cardeal D. Henrique é paradigmático, pois acumulou a chefia da Inquisição com a sua condição de arcebispo de Évora, primeiro, e de arcebispo de Lisboa, depois. Contudo, depois dele, também D. Jorge de Almeida e o cardeal arquiduque Alberto foram inquisidores gerais e arcebispos, respectivamente, de Lisboa e eleito – embora não consagrado – de Toledo. Finalmente,

⁴ PULIDO SERRANO, Juan Ignacio – *Injurias a Cristo. Religión, política y antijudaísmo en el siglo XVII*. Madrid: Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andaluces – Universidad de Alcalá, 2002. PULIDO SERRANO, Juan Ignacio – *Os Judeus e a Inquisição no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2007.

⁵ Este artigo retoma, sucintamente, as principais conclusões da nossa tese de doutoramento *Poder y ortodoxia. El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*, defendida na Facultad de Letras de Ciudad Real (Universidad de Castilla – La Mancha), em Maio de 2008. Para evitar erros e confusões, optámos por manter a designação castelhana dos reis da casa de Áustria e não a portuguesa.

D. António Matos de Noronha desempenhou o cargo ao mesmo tempo que era bispo de Elvas.

Em 1599, o papa Clemente VIII, a pedido de D. Filipe III, revogou todas as licenças concedidas aos bispos para poderem residir fora das suas dioceses⁶. Como consequência, D. António Matos de Noronha, inquisidor geral, e D. Pedro de Castilho, presidente do Desembargo do Paço, tiveram de renunciar aos seus cargos para conservarem os seus bispados, respectivamente de Elvas e de Leiria⁷. As razões destas mudanças foram tanto políticas como religiosas. Relacionavam-se com as transformações motivadas pelo início da privança do duque de Lerma e da sua política de *feituras* e com o contexto político português, isto é, com as pressões dos cristãos-novos para conseguirem um perdão geral das culpas de judaísmo. Mas, em nosso entender, o motivo principal e primeiro era de cariz religioso. D. Filipe III, como o resto dos monarcas da casa de Áustria, considerava que os prelados deviam residir nas suas igrejas⁸. Nesse momento, abriu-se um período de crise no cargo de inquisidor geral que não se resolveu até à chegada a Lisboa de D. Pedro de Castilho, em finais de 1604.

A partir de D. Pedro de Castilho, todos os inquisidores gerais tiveram que renunciar aos seus bispados para poderem exercer o cargo no Tribunal da Fé. Isso teve duas consequências. Por um lado, a Coroa deveria fornecer as bases económicas para a manutenção do inquisidor geral, mediante a atribuição de um ordenado fixo⁹. Além disso, todos os inquisidores gerais seguintes tiveram pensões impostas em diferentes bispados e nas rendas do fisco da Inquisição. Mas, por outro lado, a obrigação de deixarem o governo

⁶ *Bullarium Romannum*, Roma, Typ. Mainardi, 1735, tomo X, p. 478-481.

⁷ No dia 12 de Fevereiro de 1600, Clemente VIII destituíu D. António Matos de Noronha do cargo de inquisidor geral. Poucos dias antes, tinha nomeado D. Jorge de Ataíde para o substituir. Archivio Segreto Vaticano (ASV) - Segreteria dei Brevi (SB), vol. 292, fl. 62r-65r: Breve *Cum nos nuper* (7-II-1600). ASV - SB, vol. 359, fl. 98r-98v: Breve *Ecclesiarum praesulatus* (12-II-1600).

⁸ Cf. PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 390-391.

⁹ D. Pedro de Castilho foi o primeiro inquisidor geral português que teve um ordenado relativo ao exercício do cargo. A sua verba foi estabelecida em 2.500 cruzados durante toda a União Dinástica. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), liv. 88, Portarias, fl. 7, Carta de D. Filipe III ao Conselho Geral (8-VI-1604).

episcopal explica, entre outras razões, por que é que não houve nenhum arcebispo a desempenhar o lugar de inquisidor geral durante o tempo dos Áustrias¹⁰. O governo do Tribunal da Fé era, sem dúvida, prestigiante, mas não podia comparar-se à primazia do arcebispado de Braga, à riqueza do de Évora ou à relevância política do de Lisboa.

Durante a União Ibérica, os reis escolheram sempre para ocuparem os mais altos cargos da hierarquia da Igreja pessoas que deviam a sua carreira política e eclesiástica à fidelidade à Coroa. Para além do cardeal arquiduque Alberto e de D. Alexandre de Bragança, filho dos duques D. João e D. Catarina de Bragança, os três primeiros inquisidores gerais nomeados pelos Filipes tinham estabelecido os seus vínculos com a casa de Áustria durante o tempo da crise dinástica. D. António Matos de Noronha, D. Jorge de Ataíde e D. Pedro de Castilho tinham apoiado, sem hesitação, D. Filipe II durante o reinado do cardeal D. Henrique¹¹. E, embora D. Fernão Martins Mascarenhas fosse ainda relativamente novo nessa altura, a sua família tinha-se vinculado à causa filipina. O seu irmão D. João de Mascarenhas, mordomo-mor do cardeal-rei D. Henrique, colaborou com D. Cristóvão de Moura, a quem revelava o teor dos assuntos tratados no Conselho de Estado português. E, em 1593, D. Filipe II escolheu o seu tio D. Francisco Mascarenhas como um dos governadores do Reino. Só D. Francisco de Castro, um menino de seis anos quando teve lugar a União Ibérica, cujos pai e irmãos mais velhos tinham morrido em Alcácer-Quibir, desenvolveu toda a sua carreira político-eclesiástica já durante o governo filipino. Mas, se não tinha participado na crise de 1580, teve um papel fundamental na de 1640, como se verá adiante.

¹⁰ Em 1601, D. Cristóvão de Moura, vice-rei de Portugal, propôs D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, para o cargo de inquisidor geral, mas D. Filipe III rejeitou a proposta porque, embora o prelado continuasse a residir em Lisboa, não poderia cumprir com a obrigação da visita pastoral pelo distrito. Archivo Histórico Nacional (AHN) - Estado, lib. 81, fl. 86, Carta de D. Filipe III a D. Cristóvão de Moura (26-II-1602).

¹¹ Sobre a actividade de D. António Matos de Noronha para conseguir adeptos à causa filipina durante o reinado de D. Henrique remetemos para a nossa tese de doutoramento *Poder y ortodoxia...*, cit., p. 62-69. Sobre D. Jorge de Ataíde ver PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, cit., p. 176 e 373. Para o caso de D. Pedro de Castilho ver VEIGA, Carlos Margaça – D. Pedro de Castilho: esboço de uma carreira no Governo Espanhol de Portugal in *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989, p. 355-370.

2. O Conselho Geral

Embora existente quase desde o estabelecimento do Tribunal, o Conselho Geral do Santo Ofício foi instituído oficial e formalmente a 14 de Junho de 1569 pelo inquisidor mor D. Henrique. Segundo estabelecia o seu regimento, assinado pelo cardeal a 1 de Março de 1570, devia contar com três deputados, todos nomeados pelo inquisidor geral, e um secretário. Apesar do regimento ordenar apenas que esses deputados fossem eclesiásticos, rapidamente se impôs o costume de promover para o Conselho inquisidores e deputados dos tribunais de distrito¹². O motivo maior que justificava esta opção era evidente: tratava-se de pessoas com experiência nas questões inquisitoriais. Além disso, reforçava-se, deste modo, o poder do inquisidor geral, visto que este controlava toda a promoção na carreira inquisitorial, para além do facto de o Conselho ser uma excelente porta de acesso aos bispados do Reino.

Durante o tempo dos Filipes, o Conselho conheceu profundas e duradouras transformações tanto institucionais como sociológicas, algumas das quais causadas pela intervenção da Coroa e, num ou outro caso, pela influência do Santo Ofício espanhol. Do ponto de vista institucional, a actuação da Coroa sobre o Conselho manifestou-se em três questões. Em primeiro lugar, durante o reinado de D. Filipe III o número de deputados foi aumentado de três para seis. Nas duas juntas para a reforma do Santo Ofício que se reuniram em Valhadolid, em 1603 e 1604, acordou-se que o Conselho fosse constituído por cinco membros¹³. Mas, embora Felipe III tivesse ordenado o cumprimento dos capítulos destas juntas, a nomeação dos novos deputados

¹² Entre 1569 e 1642, dos trinta e nove deputados do Conselho, só oito procediam de fora do Tribunal da Fé. Destes, quatro foram nomeados antes da União Ibérica, três ocuparam o lugar reservado a partir de 1614 à ordem de São Domingos e um, D. António Matos de Noronha, bispo de Elvas e antigo conselheiro da Suprema em Espanha, foi escolhido pelo cardeal arquiduque Alberto para o cargo de presidente.

¹³ Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) - Fundo Geral (FG), cód. 1537, fl. 106r-115v, *Juntas que se fiserão por mandado de elrey Felipe 2º para reformar o Regimento do Santo Oficio*, capítulo 8. Os capítulos da primeira junta foram ajustados em 21 de Setembro de 1603 e os da segunda em 20 de Setembro de 1604. Sobre as juntas de Valhadolid e o contexto das relações entre o Santo Ofício e a Monarquia Hispânica em que se reuniram ver LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *Inquisição, cristãos novos e Monarquia Hispânica em tempos do perdão geral de 1605*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”, 2009 (no prelo).

não aconteceu, até Janeiro de 1610, por iniciativa do inquisidor geral D. Pedro de Castilho¹⁴. E, em 1614, também D. Filipe III fez mercê à Ordem de São Domingos de um assento perpétuo no Conselho¹⁵.

Em segundo lugar, durante o tempo dos Áustrias, projectou-se a criação do cargo de presidente do Conselho Geral. Quando o cardeal arquiduque Alberto voltou para Castela, deixou como presidente do Conselho D. António Matos de Noronha, bispo de Elvas e antigo conselheiro da *Suprema*, em Espanha. Em Agosto de 1595, quando o arquiduque foi nomeado capitão-geral do exército da Flandres, concedeu a Matos de Noronha todos os poderes associados ao cargo de inquisidor geral¹⁶. A ideia de nomear um presidente reapareceu em 1628, depois da morte do inquisidor geral D. Fernão Martins Mascarenhas. Numa altura em que as relações entre a coroa e o Santo Ofício eram especialmente complicadas, devido à questão dos cristãos novos, D. Filipe IV pensou na nomeação de um presidente que regesse o Santo Ofício até à designação de um novo inquisidor geral. Mas, tanto os governadores de Portugal como o Conselho opuseram-se, porque temiam que o rei escolhesse uma pessoa sem as qualidades necessárias e, eventualmente, até um castelhano. Além disso, consideravam que esta escolha podia atrasar a provisão do novo inquisidor geral¹⁷.

Por último, os Filipes tentaram introduzir em Portugal o sistema espanhol de eleição de deputados. Em Espanha, o inquisidor geral devia propor ao monarca três pessoas para cada lugar de conselheiro da *Suprema* que estivesse vago. Em 1610 e 1611, D. Filipe III ordenou a D. Pedro de Castilho que nomeasse três eclesiásticos para cada um dos dois lugares do Conselho vacantes pela morte de Marcos Teixeira e de Manuel Álvares Tavares.

¹⁴ Em Janeiro de 1610, o Conselho era constituído por Marcos Teixeira, Bartolomeu da Fonseca e Rui Pires da Veiga. Nessa altura, D. Pedro de Castilho informou D. Filipe III que, para aumentar o seu número para cinco, pensava promover Manuel Álvares Tavares e António Dias Cardoso. Biblioteca da Ajuda (BA) - Governo de Portugal (GP), cód. 51-VIII-17, fl. 130r, D. Pedro de Castilho a D. Filipe III (20-I-1610).

¹⁵ Sobre as relações entre o Santo Ofício e os dominicanos desde o estabelecimento do Tribunal até ao momento em que D. Filipe III outorgou à Ordem esta mercê é fundamental o trabalho de PAIVA, José Pedro – Os dominicanos e a Inquisição..., *cit.*

¹⁶ ANTT - CGSO, liv. 136, fl. 78r-78v e 79v-80r, Provisões do cardeal arquiduque Alberto (7-VIII-1593 e 5-VIII-1595).

¹⁷ ASV - Segreteria di Stato (SS), Portogallo, nº 17, fl. 359r-359v e 365r, cartas do colector Lorenzo Tramallo (2 e 16-IX-1628).

Apesar de nesta altura o inquisidor geral ter obedecido ao monarca e embora duas juntas reunidas em Madrid, em 1623 e 1634, tivessem recomendado a imposição em Portugal da prática espanhola, D. Filipe IV decidiu respeitar o sistema tradicional português¹⁸.

Não foram menos relevantes as transformações sociológicas do Conselho Geral. Até ao reinado de D. Filipe IV, foi integrado por juristas procedentes de grandes famílias de letrados, como Rui Pires da Viega ou António e Sebastião de Matos de Noronha, ou da chamada gente nobre da governança da terra, como João Álvares Brandão ou Gaspar Pereira. Mas, desde o governo do inquisidor geral D. Fernão Martins Mascarenhas, isto é, a partir de 1617, para além de sujeitos com o perfil assinalado, começaram a ingressar no Conselho membros da fidalgaria, como D. Francisco de Bragança, D. João da Silva, frei João de Portugal, D. Miguel de Castro ou D. Miguel de Portugal. Além disso, desde 1617 aumentou consideravelmente o número de deputados provenientes dos colégios maiores de São Pedro e São Paulo da Universidade de Coimbra. Não podemos esquecer que, tanto D. Fernão Martins Mascarenhas como D. Francisco de Castro tinham sido colegiais de São Paulo e de São Pedro, respectivamente, o que pode ajudar a perceber a situação. Assinale-se, para terminar, como durante este ciclo cresceu a percentagem dos deputados providos para bispos de dioceses.

3. O governo da Inquisição

A União Ibérica motivou a ausência quase contínua do rei do território de Portugal e, deste modo, a necessidade de estabelecer novos mecanismos de comunicação entre os organismos de governo do Santo Ofício, que ficaram em Lisboa, e a Coroa, agora em Valladolid e Madrid. Neste circuito intervieram diversas instituições, como o Conselho de Portugal, os vice-reis ou governadores e ainda diferentes juntas reunidas na corte. Mas, a despeito destas vias, o Santo Ofício tentou sempre criar um canal de acesso directo ao

¹⁸ BA - GP, cód. 51-VIII-17, fl. 159r-159v e 9r, cartas de D. Pedro de Castilho a Felipe III (10-XII-1610) e (26-VII-1611); AHN - Estado, leg. 728, nº 17, consultas de duas juntas (20-VIII-1623 e 9-IV-1624).

monarca, que evitasse a ingerência de intermediários. Para tal, experimentou três mecanismos diferentes.

Nos momentos de maior conflitualidade, o Santo Ofício recorreu ao envio de um inquisidor ou deputado do Conselho à corte, para impedir que a Coroa modificasse a estrutura ou o procedimento inquisitorial, interviesse na administração do fisco ou concedesse alguma mercê aos cristãos-novos. Foram essas as missões de Bartolomeu da Fonseca, em tempos de D. Filipe III, e de Sebastião de Matos de Noronha, D. Miguel de Castro e frei João de Vasconcelos, todos no reinado de D. Filipe IV.

Além do envio a Castela de deputados e inquisidores para fazer frente aos problemas que iam surgindo, o Santo Ofício recorreu à criação do cargo de agente da Inquisição na corte. Já em 1595 o Conselho Geral tinha exposto a necessidade de que em Madrid residisse uma pessoa encarregada das questões inquisitoriais, mas, nessa altura, o cardeal Alberto decidiu não introduzir novidades¹⁹. Como consequência dos intensos debates sobre o Santo Ofício dos anos anteriores ao perdão-geral de 1605, D. Pedro de Castilho nomeou o cônego Gonçalo Carreiro como agente do Santo Ofício na corte, em Fevereiro de 1606²⁰. Embora o cargo, desempenhado depois por Gaspar Borges de Azevedo e por D. Fernão de Castro, tivesse prevalecido até 1619, os inquisidores gerais cedo perceberam que não servia para impedir que as questões inquisitoriais fossem tratadas em diferentes conselhos e juntas.

Deste modo, foi preciso lançar mão de um outro expediente: a integração dos validos e dos secretários de Estado do Conselho de Portugal na própria instituição inquisitorial. Os inquisidores gerais e o Conselho sempre defenderam que os reis da casa de Áustria tinham reservado todos os negócios do Santo Ofício para o seu despacho pessoal, sem intervenção do Conselho de Portugal nem dos vice reis ou governadores²¹. E, mais uma vez, foi D. Pedro de Castilho quem consolidou as novidades na instituição que regia. Em 1608, propôs que o duque de Lerma, favorito de Felipe III,

¹⁹ ANTT - CGSO, liv. 129, fl. 221r-222v, consulta do Conselho Geral (5-VIII-1595).

²⁰ ANTT - Inq. Lisboa, liv. 104, fl. 101v, provisão de D. Pedro de Castilho (6-II-1605).

²¹ ANTT - CGSO, liv. 323, fl. 38r-38v, consulta do Conselho Geral (17-V-1600) e resposta do bispo de Elvas.

tratasse com o monarca os assuntos inquisitoriais²². Para tal contaria com a ajuda do secretário de Estado Fernão de Matos, nomeado também secretário da Inquisição, no ano de 1611. Depois do *interim* que constituiu o governo de D. Fernão Martins Mascarenhas (1616-1628), a partir de 1632, o novo inquisidor mor D. Francisco de Castro decidiu retomar o projecto de Castilho. Em Julho, proveu o secretário de Estado Diogo Soares como secretário da Inquisição em Madrid e, em Novembro, passou comissão ao conde-duque de Olivares para tratar, em seu nome, das questões inquisitoriais com D. Filipe IV. De acordo com o regimento para o secretário Soares, redigido por Castro, desde o regresso de D. Filipe II a Castela, em 1583, os sucessivos favoritos (o marquês de Castelo Rodrigo, o duque de Lerma e o conde-duque de Olivares) tinham-se encarregado de apresentar os negócios relativos ao Santo Ofício aos monarcas, e estes passaram a resolvê-los sem intervenção de nenhum outro ministro ou tribunal²³.

Mas, a despeito do discurso do Tribunal e destes três meios postos em prática pelos inquisidores gerais para acederem directamente ao monarca sem intermediários, salvo os próprios validos, sabemos que a Coroa sempre consultou e tratou das questões do Santo Ofício com diferentes instituições portuguesas, como o Conselho de Portugal, e do conjunto da monarquia, como o *Consejo de Estado* e as diferentes juntas reunidas na corte.

4. O Santo Ofício e os poderes do Portugal filipino

Como assinalou Romero Magalhães, é fundamental proceder-se ao estudo dos vínculos entre o Santo Ofício e o resto dos poderes institucionais e corporativos, tanto seculares como eclesiásticos, do reino. Durante o tempo da União Ibérica, a colaboração e o entendimento caracterizaram as relações entre o inquisidor mor e o Conselho Geral, de um lado, e, do outro, os vice-reis ou governadores e os tribunais portugueses, como o Desembargo do Paço, a Casa da Suplicação e a Relação do Porto. Em Janeiro de 1580, o cardeal-rei D. Henrique ordenou que, sempre que fosse necessário resolver dúvidas

²² ANTT - CGSO, liv. 92, fl. 136v, carta de D. Pedro de Castilho a Felipe III (12-V-1600).

²³ ANTT - CGSO, liv. 353, *Regimento e instrucção pera o secretario de estado e inquisiçam que assite na corte de Madrid pella coroa de Portugal*.

motivadas pelos privilégios dos ministros, oficiais e familiares do Santo Ofício, se reunissem dois deputados do Conselho e dois desembargadores do Paço²⁴. Em nosso entender, estas juntas, embora não sendo muito numerosas – apenas dez até 1640 –, constituíram um modo pacífico e consensual de solucionar os problemas de jurisdição entre instituições.

Os conflitos mais importantes relacionaram-se com as pretensões do Santo Ofício em mostrar um *status* superior ao das restantes instituições. Assim, por exemplo, os deputados do Conselho precederam desde sempre os desembargadores do Paço nas juntas, e este costume foi confirmado por D. Filipe IV em 1626²⁵. Por seu turno, os inquisidores consideravam que as justiças seculares tinham a obrigação de obedecer às suas ordens. Isto originou, em 1618, uma acesa altercação entre Sebastião de Matos de Noronha, que estava a realizar a visita inquisitorial ao distrito de Coimbra, e D. Diogo Lopes de Sousa, governador da Relação do Porto. Como corolário das disputas entre ambos, a Inquisição processou o juiz dos órfãos da cidade, o procurador da coroa na comarca e três oficiais da Relação. Mas, exceptuando este confronto, o Tribunal da Fé e os restantes tribunais do Reino mantiveram uma convivência pacífica durante todo o tempo dos Áustrias.

A colaboração ou, pelo menos, a ausência de conflito também caracterizaram as relações entre o Santo Ofício, de um lado, e os bispos e as ordens religiosas, do outro. Existem, é verdade, alguns episódios de desavenças entre o Santo Ofício e os prelados, motivados por questões de precedência nos autos públicos da fé. Mais importantes, em nosso entender, foram as disputas motivadas pela pretensão do Santo Ofício de ter jurisdição privativa sobre certos crimes *mixti fori*, como a bigamia, a feitiçaria, dizer missa ou ouvir em confissão sem ter ordens maiores, ou a solicitação. No entanto, estes choques, normais entre instituições eclesiásticas, não impediram a colaboração das autoridades episcopais e inquisitoriais na perseguição da heresia.

²⁴ Alvará de D. Henrique de 20 de Janeiro de 1580, publicado no *Traslado autentico de todos os privilegios concedidos pelos Reys destes Reynos, & senhorios de Portugal aos Officiaes, & Familiares do Santo Officio da Inquisição*. Lisboa: Miguel Manescal, 1685.

²⁵ ANTT - CGSO, liv. 88, *Portarias*, fl. 60, carta de D. Filipe IV (3-VI-1626).

Muito interessantes, embora muito menos estudadas, são as relações entre o Tribunal da Fé e os cabidos das sés do Reino, caracterizadas pela fricção motivada pelo privilégio de *non residendo*. Graças a indultos papais chamados quinquénios, os ministros do Santo Ofício podiam receber os frutos dos seus benefícios *sine cura* sem cumprir a obrigação de residência. Os cabidos não se opuseram ao privilégio em si, mas tentaram limitar a sua aplicação no caso dos deães e dos cónegos magistrais e doutorais. Isto gerou periódicos conflitos que tiveram de ser resolvidos em Roma e que perduraram durante o resto do século XVII e do XVIII.

Por último, em Portugal existia um outro tribunal apostólico, o do colector. Contrariamente ao que ocorreu na época do estabelecimento da Inquisição, ou seja, no tempo dos núncios Luigi Lippomano e Giovanni Ricci, no período dos Filipes a intervenção do colector em questões relativas ao Santo Ofício não foi provocada por pressões dos cristãos-novos, mas sim por motivos económicos e jurisdicionais. Por um lado, os colectores desejavam cobrar os quindénios das pensões e benefícios inquisitoriais, tal como os bens dos clérigos condenados pelo Santo Ofício. Por outro lado, pretendiam constituir-se como juízes de apelação das sentenças inquisitoriais nas causas que não fossem de fé, isto é, nas motivadas pelo foro inquisitorial e pelos benefícios *in absentia*. Mas, no final da União Ibérica, ainda não tinham conseguido nenhum destes dois objetivos.

5. O Tribunal da Fé perante o devir político

A instituição inquisitorial, assim como os seus membros, assistiram às duas grandes crises que assinalam o início e o fim do tempo dos Filipes. O Santo Ofício não reagiu como um bloco compacto e uniforme nem perante a agregação de Portugal à Monarquia Hispânica, nem perante a sua separação. Assim, depois da morte de D. Sebastião, tanto D. Jorge de Almeida, novo inquisidor geral, como Paulo Afonso, o jesuíta Jorge Serrão, e António de Mendonça, deputados do Conselho, mantiveram uma atitude de cautela e expectativa sem apoiar nenhum dos pretendentes ao trono até à vitória militar do duque de Alba, na batalha de Alcântara, a 25 de Agosto de 1580.

Também em 1640 a Inquisição não reagiu em bloco. Por isso, não faz sentido considerar o Santo Ofício como uma instituição pró-filipina ou pró-bragançista perante a Restauração, como têm feito alguns autores. Impõe-se uma maior precisão, isto é, analisar os vínculos e as decisões políticas de cada um dos seus membros. Deste modo, é possível comprovar que houve ministros do Tribunal que participaram na conspiração de 1640, como os inquisidores de Lisboa Pantaleão Rodrigues Pacheco e Diogo de Sousa, enquanto que outros tiveram de se exilar em Castela, como o inquisidor de Évora António da Silveira ou o de Lisboa D. Álvaro de Ataíde. Também no Conselho Geral existiram diversas opções políticas: Sebastião César de Meneses apoiou desde cedo o regime Bragança, D. Luis de Melo fugiu para Castela e frei João de Vasconcelos manteve uma atitude muito crítica com o novo governo. O próprio inquisidor geral, D. Francisco de Castro, participou na conjuração pró-filipina descoberta a 28 de Julho de 1641²⁶.

Entre 1580 e 1640, a actuação da Coroa sobre o Santo Ofício materializou-se nas tentativas de reformar o Tribunal, como consequência, na maior parte das vezes, das críticas dos cristãos-novos. Estes recorreram à tática de contrapor a justiça do procedimento inquisitorial espanhol à iniquidade do português e, em alguns casos, chegaram, inclusivamente, a propor a união dos dois tribunais ibéricos²⁷. Os debates sobre o procedimento inquisitorial português foram constantes nos reinados de D. Filipe III e D. Filipe IV e, no primeiro deles, discutiu-se, igualmente, o tema da reforma institucional do Santo Ofício. O Tribunal sempre temeu que destas discussões resultasse a sua submissão, ou até união, ao Santo Ofício espanhol. Por isso, opôs-se

²⁶ *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso rey Dom Ioão o IV*. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1641, p. 25.

²⁷ LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *Che si riduca al modo di procedere di Castiglia. El debate sobre el procedimiento inquisitorial portugués en tiempos de los Austrias. Hispania Sacra*. Vol. LIX, nº 119 (2007) 243-268. MARCOCCI, Giuseppe – A Inquisição portuguesa sob acusação: o protesto internacional de Gastão de Abrunhosa. *Cadernos de Estudos Sefarditas*. 7 (2007) 31-81. Também defenderam a existência de um só inquisidor geral aqueles que, como don Diego de Torquemada bispo de Tuy, estavam contra o modelo de agregação das coroas expresso nos artigos de Lisboa de 1499. Archivo General de Simancas, Estado, Portugal, leg. 412, fol. 61, cf. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1986, p. 229-230.

sempre aos projectos de reforma apresentados pela Coroa e consolidou a sua própria estrutura e o seu procedimento nos sucessivos regimentos de 1613 e de 1640.

Conclusão

Do exposto resulta que durante os sessenta anos da União Ibérica, o Santo Ofício experimentou transformações institucionais, governativas e sociológicas. Assim, naquela época, os inquisidores-gerais passaram a exercer o cargo em exclusividade, pois foram obrigados a renunciar aos bispados de que eram titulares até terem sido nomeados para a direcção do Tribunal da Fé. No Conselho Geral aumentou-se o número de deputados, passando de três, quantitativo que estabelecia o *Regimento* de 1570, do tempo de D. Henrique, a um máximo de seis, um dos quais seria sempre membro da Ordem de São Domingos. Além disso, devido à permanência da corte em Madrid, foi preciso criar novos canais de comunicação institucional entre o Santo Ofício e a Coroa. Por último, do ponto de vista social, verificou-se um incremento do estatuto dos inquisidores-gerais com D. Fernão Martins Mascarenhas e, sobretudo, com D. Francisco de Castro, por comparação com os que os precederam no final da década de noventa e nos inícios de Seicentos, a saber, D. António Matos de Noronha e Pedro de Castilho. Esta transformação foi acompanhada do ingresso no Conselho – anteriormente feudo de letrados – de personagens provenientes da fidalguia.

Este conjunto de alterações, todavia, não foi acompanhado por mudanças radicais no procedimento inquisitorial português, o qual tinha sido um dos aspectos mais debatidos na Corte durante a União Ibérica, em grande parte devido às pressões e súplicas que ali eram levadas pelos cristãos-novos. Assim, embora as Juntas reunidas em Valhadolid para a reforma do Santo Ofício, em 1603 e 1604, e as posteriormente convocadas por D. Filipe IV nos primeiros anos de seu reinado tivessem abordado diferentes questões judiciais – como o problema das testemunhas singulares ou o tipo de pena a aplicar aos reconciliados – o Santo Ofício lusitano conseguiu preservar incólume a sua própria prática, e evitar a intervenção da Coroa no modo de proceder no tocante às causas da fé. Em suma, apesar de alguma

agitação, a Inquisição portuguesa sempre manteve a sua autonomia. Como escreviam os deputados do Conselho Geral, em 1604, “he melhor gardarse o estillo de que ategora se usou que mudalo”²⁸. E assim foi, basicamente, até 1640.

²⁸ BNL - FG, cód. 1537, fl. 119r-125r, resposta do Conselho Geral aos capítulos da primeira junta

D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.): um jacobeu “confessa-se”. A desconhecida *Vida de huma illustre virgem*, do bispo de Olinda - Pernambuco (1738-1754)*

Maria Helena Cunha de Freitas Queirós

Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto
(CIUHE) e Centro de Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)
helena.queiros.mail@gmail.com

Texto entregue em/Text submitted on: 01/04/2009

Resumo/Abstract:

O presente artigo visa noticiar a descoberta de um manuscrito – a *Vida de huma illustre virgem* – da autoria de D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), bispo de Olinda (Pernambuco), entre 1738 e 1754, um mitrado assaz esquecido pela historiografia da Época Moderna. Facto bastante, por si só, este documento vem ainda colmatar uma lacuna num período da vida do carmelita – *grosso modo* os anos que medeiam 1730 e 1735 –, cujo rastro não era, até ao momento, possível seguir. Afloram-se alguns dos pontos mais soantes desse período passado em Braga, filtrados pelo próprio autor. Apontam-se aspectos da vivência monacal no convento de monjas beneditinas de S. Salvador, pesando a matriz jacobea do biógrafo, num contexto de sede vacante e de resistência aos caminhos afectivos da união com Deus, por assimilação molinosista.

The present paper announces the discovery of a manuscript – *Vida de huma illustre virgem* (The life of an illustrious virgin) – by Luís de Santa Teresa (O.C.D.) forgotten by historiography. Furthermore, this document bridges a gap in the life of the Carmelite monk – from around 1730 to 1735 –, a lost track which has now been found. The author raises some of the most relevant issues relating to this period of the friar's life in Braga, as filtered by the author. The paper highlights certain features of monastic life in the convent of Benedictine nuns of S. Salvador, notwithstanding the Jacobean profile of the biographer, in a context of vacant see and resistance to the affectionate paths of the union with God, inspired in Molinos's doctrine.

Palavras chave/Key words:

D. Fr. Luís de Santa Teresa; Biografia devota; Convento do Salvador (Braga); Jacobeia; Molinismo.

Friar Luís de Santa Teresa; Devout biography; Convent of the Saviour (Braga); Jacobeia; Molinos's doctrine.

* O artigo que agora publicamos é fruto do trabalho de investigação levado a cabo no âmbito da dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas, por nós apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2008. Tem por núcleo a *Vida de huma illustre virgem*, manuscrito 710 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da autoria do carmelita descalço D. Fr. Luís de Santa Teresa, bispo de Olinda, ver QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo. A inacabada Vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)*. Porto: [s.n.], 2008, 2 tomos.

Introdução. Um manuscrito inédito

O nome de D. Fr. Luís de Santa Teresa, carmelita descalço e bispo de Olinda (Pernambuco), entre 1738 e 1754, tem permanecido na sombra da historiografia portuguesa da Época Moderna¹. Ao arrepio deste *statu quo*, estudos recentes vieram dar um contributo fundamental para o conhecimento desta figura, em conexão com os contextos da espiritualidade portuguesa², *verbi gratia* filiando-o nos círculos de gravitação jacobea³.

Contudo, a todas estas fontes um denominador comum: nenhuma se refere a Fr. Luís como autor de *Vida de huma illustre virgem* ou como autor de biografias devotas *latu sensu*⁴. A descoberta do manuscrito 710 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, volume *in quarto*, encadernado em pele, com 270 páginas, abre um novo campo de conhecimento sobre a vida deste antístite. A obra vem precedida de uma página escrita e assinada por um certo Fr. Francisco do Rosário, que assegura a autoria e o carácter

¹ Alguma informação pode colher-se em SILVA, Innocêncio Francisco da - *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, tomo V, p. 331; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1967-1970, volume II, p. 713; GAYO, Felgueiras - *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1992, volume IX, p. 259; ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e - *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 8º volume, tomo I, p. 122-123.

² Referimo-nos a PAIVA, José Pedro - *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006 e PAIVA, José Pedro - Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754) in MONTEIRO, Rodrigo Bentes e VAINFAS, Ronaldo (coord.) - *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Editora Alameda, [2009]. Ver também SALGADO, José Bénard Guedes - D. Frei Luís de Santa Teresa - D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica. *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. IX Série, (Janeiro/Dezembro 2004) 28.

³ Entendemos a jacobea enquanto conjunto de “movimentos reformistas afins que, a partir de 1723, sob o patrocínio e direcção do franciscano de Varatojo Fr. Gaspar da Encarnação, visavam instaurar a disciplina, morigerar os costumes, afervorar a piedade, refazer, enfim, a vida religiosa e moral do reino”, ver SILVA, António Pereira da - *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*. Braga: Tipografia Editorial Franciscana, 1964, p. 122-123.

⁴ Sobre o conceito de biografia devota ver FERNANDES, Maria de Lurdes Correia - Entre a família e a religião: a “Vida” de João Cardim (1585-1615). *Lusitania Sacra*. 2ª série, V (1993) 93-120.

autógrafo do relato. Nessa página, datada de 15 de Abril de 1763, que, pelo exposto, designámos “certificado de autoria”, pode ler-se:

“elle [D. Fr. Luís de Santa Teresa] me deo a guardar os cadernos apensos em que tinha escrito parte da vida da illustre virgem e serva de Deos, D. Josefa Maria da Trindade, religiosa no Salvador de Braga [...]. Nada falta do que estava escrito e tudo o que vai he da letra do dito Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo, o qual juro in *Verbo Sacerdotis*.⁵

Acrescentaremos: nenhuma das fontes se refere à passagem de Luís de Santa Teresa por Braga⁶; desconhecia-se que tivesse escrito a biografia da beneditina D. Josefa Maria da Trindade.

Merecedor de poucas linhas – e algumas delas revelando incertezas – da História Eclesiástica, o presente artigo propõe-se apresentar Fr. Luís de Santa Teresa como autor e personagem desse texto que relata a sua passagem por Braga, e que permaneceu, até à descoberta desta obra, verdadeiro ponto obscuro da existência deste prelado.

Braga entre 1730-1735. “Confissões” de um jacobeu⁷

Como era o S. Salvador de Braga quando o carmelita chegou à Primaz das Hespanhas? Com a morte de D. Rodrigo de Moura Teles, em 1728, seguiu-se um período de Sé Vaga (1728-1741). Segundo o biógrafo:

⁵ *Virtudes e prodigios que o Senhor obrou na serva de Deos Josefa Maria da Trindade, religiosa no Salvador de Braga*, p. 2. Citamos o texto tendo por base a nossa edição, a partir de agora designada por VPJMT. Sobre os critérios que lhe presidiram ver QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.)..., cit.*, tomo II.

⁶ Sobre os argumentos aduzidos para a fidedignidade do “certificado de autoria” e sua importância na decifração de certas incógnitas textuais e de autoria, ver QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas - *D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.)..., cit.*, tomo I, p. 12-13 e 16.

⁷ Estabelecemos como datas absolutamente seguras da permanência de Luís de Santa Teresa em Braga os anos entre 1730 e 1735. Cremos que a escrita da Vida terá começado em data posterior a 16 de Março de 1734. Para seguir os nossos raciocínios, cf. QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas - *D. Fr. Luis de Santa Teresa (O.C.D.)..., cit.*, tomo I, p. 18-21 e p. 24-27 e, sobre a estratégia de anonimato-ocultação usada pelo carmelita, p. 115-116.

“aquele convento tinha grande necessidade de doutrina porque, ainda que nesse avia algumas religiozas que vivião santamente, muntas erão raparigas, não tinham perlado porque a occazião era de Se vacante e avião mudado de trajes, deichando os toucados antigos por huns novos que emventarão (que mais parecião emfeites de seculares que toucados de relegiozas); traziam ouro, rendas, polvilhos e tudo isto se avia emtrudozido depois da morte do Arcebispo e – o que pior he – avia muntas [diverções?] e trato com pesoas de fora, o que tudo munto choravam as religiozas de mais zelo e virtude.”⁸

Excerto eloquente da opinião do autor a respeito do governo capitular⁹. Moura Teles, “zeloso reformador do clero e da vida dos fiéis”¹⁰, movia-se por uma pauta de exigência em tudo afim à jacobéia. Note-se, aliás, que é a D. Rodrigo de Moura Teles que, em 1717, Fr. Francisco da Anunciação, figura de proa do movimento, dedica a sua *Consulta mystico-moral*¹¹.

Mas outros dados importa trazer à colação. D. Rodrigo de Moura Teles era filho dos 2ºs condes de Vale de Reis, D. Nuno de Mendonça e D. Luísa de Castro e Moura. Ora, D. Lourenço de Mendonça e Moura, irmão mais velho do Arcebispo, conselheiro de Estado de D. Pedro II e 3º conde de Vale de Reis, foi o padrinho de baptismo de Fr. Luís de Santa Teresa; D. Maria Leonor de Moscoso, irmã de frei Gaspar da Encarnação, a madrinha¹².

⁸ VPJMT - p. 80.

⁹ Sobre as vicissitudes do período da sé vaga ver THADIM, Manuel José da Silva - *Diário Bracarense*. Tomo I, p. 99-101; FREITAS, Bernardino de Senna - *Memórias de Braga*. Braga: Imprensa Catholica, 1890, tomo I, p. 310-311; FERREIRA, José Augusto - *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (século III-século XX)*. Braga: Mitra Bracarense, 1932, tomo III, p. 273-276.

¹⁰ MONCADA, L. Cabral de - *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII. Uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1952, p. 42.

¹¹ ANUNCIAÇÃO, Fr. Francisco da - *Consulta mystico-moral sobre o habito de certas religiozas da Ordem de S. Clara Urbanas [...], oferecida a D. Rodrigo de Moura Tellez Arcebispo Primaz*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1717.

¹² Agradecemos ao Prof. Doutor José Pedro Paiva a partilha destes dados, colhidos no Archivio Segreto Vaticano (ASV) - Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 124, fl. 620v, ver PAIVA, José Pedro - *Os bispos...*, cit., p. 512. Em rodapé, sugere o autor: “Para o parentesco de Leonor de Moscoso e Gaspar de Moscoso ver http://genealogia.netopia.pt/pessoas/pes_show.php?id=4225, consulta em 20/3/2006.” Um outro investigador, remetendo-nos para IANTT - Reg. Par., Lisboa, Sé, B.-7, fl.9, indica estas mesmas informações,

Talvez possamos por aqui lançar alguma luz sobre as razões da ida do carmelita para Braga. Entre D. Rodrigo de Moura Teles e Fr. Luís de Santa Teresa, à identificação tipicamente jacobeca pelo rigorismo e austeridade, vem somar-se a conexão entre as duas famílias. Quiçá Moura Teles se quisesse rodear de figuras do seu círculo de confiança – entre as quais Fr. Luís –, com o intuito de criar em Braga um núcleo de morigeração de costumes e acrisolamento da devoção¹³.

Várias passagens referenciam o período da sede vacante do arcebispado como relaxado. Transcrevemos mais uma:

“Era a pessoa [huma dignidade do Cabido] a quem se deo esta denuncia pessoa destrahida que folgava mais de ver as religiozas bem toucadas que mais honestas; era pouco afeiçoadao ao relegiozo porque dezião que, em os sermoes, falava munto ‘claro’, couza bem aborrecida em o mundo, principalmente de quem governa e governa como Deos não quer.”¹⁴

As apreciações de Fr. Luís quanto ao relaxamento do Salvador ou do governo capitular compaginam-se com a sua matriz jacobeca. Passos como este deverão ler-se no âmbito de uma dicotomia tradicional entre espirituais e mundanos, que percorre, *grosso modo*, a literatura de espiritualidade, mas é especialmente candente nas obras de carimbo jacobeu. Segundo uma certa concepção jacobeca do Mundo, os homens dividem-se em dois grandes grupos: tíblos, imperfeitos, carnais, mundanos e relaxados *vs.* virtuosos, pios, devotos, espirituais, perfeitos e beatos¹⁵. Tudo isto são termos que aparecem na *Vida*. “Carnais” e “mundanos” eram, por exemplo,

a que acrescenta o nome do cura que o baptizou: Francisco Rodrigues, ver SALGADO, José Bénard Guedes - D. Frei Luís de Santa Teresa..., *cit.*, p. 33.

¹³ De notar, aliás, que veio com o seu irmão também carmelita Fr. João da Cruz, personagem presente na *Vida*, nomeado prior do Colégio do Carmo de Braga, a 7 de Maio de 1730, e que viria a ser provido na Mitra do Rio de Janeiro, a 11 de Fevereiro de 1739. Sobre esta figura e a sua matriz jacobeca, ver QUEIRÓS, Maria Helena Cunha de Freitas - D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.)..., *cit.*, tomo I, p. 58-64.

¹⁴ VPJMT - p. 82-83. Ou ainda: “Era pois esta religioza irmam da serva de Deos destrahida e dada aos divertimentos de correspondencias que se uzão em os conventos relaxados porque este, por este tempo, não o estava pouco”, ver VPJMT - p. 124.

¹⁵ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, *cit.*, p. 123.

os sujeitos de correspondências ilícitas¹⁶, os que confundiam os “asaltos do Demonio por accidentes uterinos”¹⁷ ou ainda criadas que alimentavam correspondências¹⁸.

Ressente-se igualmente desta cosmovisão jacobeca um desabafo como “Creyo que a de ser confuzão em o Dia do Juizo de muntos tibios que, apenas sentimos qualquer molestia, negarnos aos santos e piedozos exercicios e as obrigacões do nosso estado he logo a primeyra diligencia”. Não são de admirar, portanto, os desenganos do jacobeu: “Bem pode[m] escarmentar em esta mizeravel as que de novo emtram em os conventos e verem a que companhias se chegam e com quem tratão, que daqui se lhes pode ocasionar o mayor bem ou originarselhe[s] a mayor ruina pois estamos em tão calamitosos tempos que he nesecario, para viver em a Caza de Deos, mayor cautela que para habitar em o mesmo mundo!”¹⁹. Bem à guisa de um Fr. Francisco da Anunciação: “[...] que o Religioso, e Religiosa se afaste na sua Communidade, quanto puder em conciencia, e sem encontrar os Institutos monásticos, das Amizades, Companhias, Conversações, e trato das pessoas não só maas, mas tibias.”²⁰

Referindo-se às religiosas do Convento, Fr. Luís divide-as claramente em duas facções, dois “ranchos”²¹: “ainda que nelle avia algumas religiosas que vivião santamente, muntas erão raparigas, não tinham perlado porque a occazião era de Se vacante e avião mudado de trajes”; “avia em elle huma grande parte de relegiozas boas e observantes que não mudarão o habito com que professarão porem, [...] em professando alguma noviça, logo a fazião por em aquela forma que, aumentandosse o numero das que andavão assim, extinguiase totalmente a modestia do modo de trajar das demais”²².

As que integravam o grupo dos ‘beatos’ deveriam dedicar-se a um sem-número de práticas espirituais. Exactamente por isso, D. Josefa é acusa-

¹⁶ Sobre o combate jacobeu ao freiratismo, ver SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme et Réforme de l’Église dans l’Empire Portugais: 1640 à 1790*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 191 e 192.

¹⁷ VPJMT - p. 14.

¹⁸ VPJMT - p. 22.

¹⁹ VPJMT - p. 148.

²⁰ ANUNCIAÇÃO, Fr. Francisco da - *Consulta mystico-moral...*, cit., p. 128.

²¹ VPJMT - p. 22.

²² VPJMT - p. 80-81.

da de “beatice²³”, um dos nomes em voga para exercícios da vida devota²⁴, ou de “hipócrita²⁵”, típica acusação dada aos adeptos de uma espiritualidade jacobea. A *Vida de huma illustre virgem* apresenta todo um repositório de práticas ilustrativas da matriz jacobea e magistério exigente de Fr. Luís de Santa Teresa. Desde logo, no momento em que director e dirigida travam conhecimento, no grande predomínio explicativo da doutrina das possessões diabólicas, aliado à prática de exorcismos como forma de libertar uma criatura das vexações do demónio, de acordo com as manifestas aptidões de Fr. Luís nesta matéria²⁶.

O varatojano Fr. Afonso dos Prazeres, conhecido jacobeu²⁷, “como remédios contra as vexações indica os exorcismos, a imposição de “preceitos” ao demónio, o sinal da cruz, a oração, a comunhão frequente, as contas de consciência e submissão ao padre espiritual, a constância de ânimo nas vexações prolongadas.”²⁸ Estas práticas espirituais, levadas a cabo por D. Josefa, enquanto se encontra sob a direcção de consciência do carmelita, estão muito presentes na *Vida*²⁹. Quanto às contas de consciência, o ministério

²³ VPJMT - p. 55 e 54.

²⁴ ANUNCIAÇÃO, Fr. Francisco da - *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*. Lisboa Oriental: Officina Ferreyriana, 1725, tomo II, p. 459. No “sexto dictame” de uma outra obra, diz o autor: “Hum bom meio para mortificar a vaâgloria he fazer obras publicas de virtude, que o mundo chama publicas Beatarias.” De resto, todo o título décimo é dedicado a esta questão, ver ANUNCIAÇÃO, Fr. Francisco da - *Consulta místico-moral...*, cit., p. 68.

²⁵ “hypocrita e santarrona” (VPJMT - p. 102), “hypocrita e beata do Inferno” (VPJMT, p. 103). Para outras acusações de hipocrisia, ver VPJMT - p. 23, 103 e 145. Sobre a consideração dos jacobus como hipócritas e beatos, ver SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme...*, cit., p. 191.

²⁶ VPJMT - p. 66.

²⁷ Sobre esta figura, ver SILVA, António Pereira da - *A questão...*, cit., p. 104-105. Sobre as suas ligações à jacobea, nomeadamente por proximidade a Fr. Francisco da Anunciação, ver TAVARES, Pedro Vilas Boas - Papel dos jesuítas no anti-quietismo em Portugal in *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVII e XVIII: espiritualidade e cultura. Actas do Colóquio Internacional – Maio 2004*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 2005, vol. II, p. 499.

²⁸ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, cit., p. 142.

²⁹ Entre exorcismos e imposição de preceitos ao demónio ou esconjuros, contamos onze páginas com essas referências, ver VPJMT - p. 66-67, 70-74, 99, 101, 110 e 126; relativo à comunhão o número de páginas ainda é mais numeroso, ver VPJMT - p. 85-86, 89, 97, 100, 120, 125, 128, 146-147 e 152, de entre as quais por cinco vezes se menciona inequivocamente a comunhão diária, ver VPJMT - p. 86, 100, 120, 125 e 128. A prestação

de Fr. Luís afinaria, quiçá, pelo de um Fr. Manuel Velho, autor de tratados ascéticos que espelham a espiritualidade jacobéica³⁰. Defende o dominicano que se dê

“inteira conta de toda a vossa consciência com uma confissão geral, se assim lhe parecer, e de toda a vossa alma [...]; de tudo quanto conhecerdes em vós e há passado por vós [...], fazendo quanto puderdes para que sejais no conhecimento do director o mesmo que no de Deus”³¹.

D. Josefa fez uma confissão geral, em que deu “conta de todo o sossesso em toda a sua vida”³². Parece ser a mesma linha de exigência e mais penetrante talvez que a de Fr. Afonso dos Prazeres, que exortava a que se dissesse somente “o preciso”³³.

Em estreita correlação com o anterior, o dever de obediência, por vezes apresentado sob a forma de pedidos de licença ao confessor, assume a maior relevância na obra³⁴. A presença ‘asfixiante’ do dever de obediência na *Vida*, catalizado em episódios-chave revestidos de simbolismo, é o reflexo natural do ministério vigilante de um autor que, enquanto jacobeu, teria como segunda máxima: “Ter uma total sujeição e obediência cega ao director”³⁵. Atente-se, por exemplo, no juramento que D. Josefa Maria da Trindade presta ao fazer o propósito seráfico:

“Eu, Jozefa da Trindade, [...] fasso diante de Sua Divina Magestade e do meo padre espiritual, que esta em Seo lugar, firme propozito e

de contas de consciência está ainda melhor documentada, ver *VPJMT* - p. 68, 70, 77, 99, 107, 110-111, 116, 119, 127, 137, 146 e 147.

³⁰ SILVA, António Pereira da - *A questão..., cit.*, p. 122.

³¹ VELHO, Pe. Manuel (pseudónimo de Fr. Manuel Guilherme) - *Praticas espirituales e doutrinaes tratadas entre uma religioza capucha e reformada com outra freira desejoza de reformar-se e aperfeiçoar-se*. Lisboa, Antonio Pedrozo Galvam, 1732, p. 74.

³² *VPJMT* - p. 68 e 70.

³³ PRAZERES, Fr. Afonso dos - *Maximas espirituales e directivas para instrucçao mystica dos virtuosos e defensa apostolica da virtude*. Lisboa Occidental: Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, tomo I, p. 510.

³⁴ *VPJMT* - p. 86-88, 90, 101-102, 105, 107, 121-122, 136 e 140.

³⁵ SILVA, António Pereira da - *A questão..., cit.*, p. 81.

protesto de observar sempre, em todos os lances e occasioes que se me ofrecerem, aquilo que a juizo do meo padre espiritual parecer mais perfeito. E não he meo propozito fazer voto nem obrigarne debaicho de peccado mortal, por assim mo aver mandado quem me governa, atendendo a minha grande fragelidade.”³⁶

Aliás, poucas páginas antes, se explica que este “eroico como dificultozo voto de fazer sempre o mais perfeito [...] Emtendesse que a de ser o mais perfeito, a concelho e parecer de prudente varão e director espiritual”³⁷. A obediência ao confessor, de resto um tópico das biografias devotas, implica a abnegação da própria vontade. A figura do director espiritual é, pois, absolutamente decisiva neste caminho de perfeição. No caso de que nos ocupamos, Fr. Luís era, simultaneamente, director de consciência e confessor. Como tal, além de juiz, fazia ainda as vezes de médico e pai da alma da sua dirigida³⁸, modelo que parece evocar, como já foi observado, um S. Carlos Borromeu³⁹. Convirá notar que Fr. Luís de Santa Teresa é ainda mais do que um médico da alma, também do corpo⁴⁰.

A constância – ou suas variantes valentia e paciência – nos reveses de uma existência pejada de tentações demoníacas, doenças e “contradições de criaturas” é também bastante explorada, como, de resto, é tópico no género, atingindo por vezes o cume de virtude cardeal: a fortaleza⁴¹. Em menor monta, comparecem a oração⁴² e por uma única vez o sinal da cruz⁴³.

Neste receituário anti-demónio parecem estar enunciados os preceitos essenciais que consubstanciam um ministério espiritual de matriz jacobeca. Para um Fr. Francisco da Anunciação ou um Fr. Manuel de Deus, eram

³⁶ VPJMT - p. 97-98. Itálico nosso.

³⁷ VPJMT - p. 95. Itálico nosso.

³⁸ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, cit., p. 132.

³⁹ SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme...*, cit., p. 200.

⁴⁰ VPJMT - p. 110 e 117. Sobre práticas medicinais no século XVIII português e a associação da figura do padre à do médico, ver SANTOS, Eugénio dos - O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. *Revista da Faculdade de Letras/História*. II série, I (1984) 187-201.

⁴¹ VPJMT - p. 68, 71, 85, 92-93, 102-103, 108, 125, 132 e 139.

⁴² VPJMT - p. 75, 84, 96, 110 e 119.

⁴³ VPJMT - p. 139.

decisivas a oração mental quotidiana e a frequência dos sacramentos⁴⁴. Do sacramento da penitência, é a confissão que recebe o maior número de alusões⁴⁵. A assiduidade da confissão poderá inferir-se das inúmeras vezes em que D. Josefa conta os particulares da sua alma a Fr. Luís⁴⁶. Bastaria lembrar que, numa óptica de austeridade espiritual characteristicamente jacobéica, o sacramento da eucaristia exige uma maior disposição, reverência e pureza interior para ser dignamente recebido do que o da confissão⁴⁷. Se D. Josefa comungava frequentemente, é de admitir que também se confessasse amiúde pois, como defende Fr. Manuel de Deus, não há objecção nenhuma à prática da comunhão frequente, desde que os fiéis se confessem sempre antes de comungarem⁴⁸.

Quanto à oração mental, no período de direcção espiritual por parte do carmelita, deparamo-nos com uma meia dúzia de alusões a “oração”, sem todavia se especificar que de mental se tratasse. É evidente que sim. Nada de extraordinário haveria na oração vocal, para além do normal cumprimento de funções comunitárias. Não esqueçamos, outrossim, que a prática da oração mental era o patamar básico indispensável na senda da união da alma com Deus, e que Fr. Luís, jacobeu e místico, dominava toda a fenomenologia dos degraus superiores da contemplação.

Terá sido a partir de 1680, com Fr. António das Chagas, que a prática da oração mental se começou claramente a difundir em Portugal, sobressaindo possivelmente, de início, o entusiasmo dos varatojanos. Algumas das principais figuras da jacobéia nos anos 20 de Setecentos saíram deste seminário de missionários apostólicos⁴⁹; uma delas foi Fr. Gaspar da Encarnação, cuja ligação a Fr. Luís já foi acima referida. Do apreço em ambiente jacobeu pela oração mental ou “conversação amorosa com Deus”⁵⁰ – note-se

⁴⁴ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, cit., p. 125.

⁴⁵ A confissão está demonstrada na *Vida à saciedade*; o mesmo não parece acontecer com a contrição e a satisfação. Tal parece ser comum nos textos produzidos por jacobeus, ver SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme...*, cit., p. 199.

⁴⁶ VPJMT - p. 77.

⁴⁷ SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme...*, cit., p. 194.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ SOUZA, Evergton Sales - *Jansénisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais...*, cit., p. 195.

⁵⁰ Diz Fr. Manuel de Deus: “Oração mental he conversar amorosamente com Deos”, ver DEUS, Fr. Manuel de - *O pecador convertido ao caminho da verdade*. Lisboa: Officina

a semelhança com os “amorozos coloqui[os]” de que fala Fr. Luís de Santa Teresa⁵¹ – poderá servir de exemplo “a oração mental é o meio mais importante para observar os mandamentos da Lei de Deus”⁵². E é precisamente a oração mental nas suas formas mais elevadas que origina os lances místicos tão temidos por alguns padres, como veremos.

Para quem aspirava aos altos graus de união com Deus, há uma realidade marcante para a espiritualidade moderna que importa analisar. Referimo-nos a um clima de “acentuada desconfiança e reacção anti-mística” que minava os ambientes devotos⁵³. É líquido que a condenação, em 1687, de Miguel de Molinos teve um impacto decisivo na atmosfera monástica. Contudo, antecedentes mais remotos avolumavam estes receios. Referimo-nos às velhas polémicas sobre o quietismo⁵⁴, indissociáveis elas mesmas do próprio entendimento que o mundo católico teve da condenação do mestre aragonês. O alumbradismo – e agora, mais genericamente, o quietismo molinosiano – tinha-se vindo a transformar, assim, em “espectro ameaçador, sempre rondando, a nível ibérico, os ambientes devotos”⁵⁵.

Muito embora o prestígio da mística tivesse sido, entretanto, reposto (em boa medida por acção de S. João da Cruz e de S. Teresa de Ávila), quando, em 1687, se publica em Portugal o edital com as 68 proposições condenadas de Molinos “um novo ‘espectro’, mais palpável, substituía o do sempre difuso e temido alumbradismo.”⁵⁶ A condenação de Inocêncio XI colocava uma vez mais a tónica na questão dos falsos místicos, em nome de uma ortodoxia, posicionando-se contra a “concepção e praxe da vida espiritual norteada pelo objectivo de alcançar a união com Deus, postulando um estado adquirido de passividade, susceptível de anular ou mitigar a

Luisiana, 1781, p. 38.

⁵¹ VPJMT - p. 159.

⁵² DEUS, Fr. Manuel de - *O pecador...*, Lisboa, 1744, p. 41.

⁵³ Ver TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2005, p. 24.

⁵⁴ Sobre Literatura quietista e antiquietista, ver VIRGEN DEL CARMEN, Eulogio de la - *Literatura Espiritual del Barroco y de la Ilustración*, in *Historia de la Espiritualidad*. Barcelona: Juan Flors ed., 1969, tomo II, p. 353-381.

⁵⁵ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 36.

⁵⁶ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 38.

responsabilidade moral individual”⁵⁷. Dois exemplos mais dos receios de diabolização na oração contemplativa:

“experimentava o trabalho de não achar quem a empuzesse em o caminho por que Deos a chamava. Era este ao recolhimento interior e sosegada contemplação. [...] E como os confessores timiam este caminho por extraordinario, mandavão lhe serenar a meditação, fazendo a gastar munto tempo em licão e discursos”⁵⁸.

“E para que acabe de conheser que *he Demonio a sua oração*, daqui lhe mando que *não tenha mais couzas extraordinarias nella*; que, se foram de Deos, an de obedecer promptamente, e tudo se lhe a de tirar. Porem, se se lhe não tirão, *he certamente couza do Demonio*.⁵⁹”

Quando, nos anos 30 do século XVIII, Fr. Luís de Santa Teresa redige esta *Vida*, está ao rubro a secreção de um magma anti-contemplação, já incandescente de longa data⁶⁰. Molinos veio repisar erros e medos nunca esquecidos. Não ignoremos, por outro lado, que a vacatura da Sé e o laxismo que a historiografia atribui ao Cabido de Braga deveriam estimular ainda mais as desconfianças místicas. Evoquemos cronologias marcantes. Condenações por molinismo⁶¹ (ou a ele associadas) em 1711; grupos de penitenciados molinosistas no infiusto ano de 1720⁶². Especial destaque é devido, por razões óbvias, aos casos de religiosas beneditinas associadas a delito molinosista. Nesse aziago ano de 1720, aos 16 de Abril,

⁵⁷ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 43.

⁵⁸ VPJMT - p. 6. Itálico nosso.

⁵⁹ VPJMT - p. 20 e 21. Itálico nosso.

⁶⁰ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 24-43.

⁶¹ Preferimos os termos molinismo, molinosista ou molinosiano a molinismo e molinista para evitar confusões com o sistema teológico do jesuíta Luís de Molina, apresentado, em 1588, no seu *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis*, no contexto de oposição à refutação lutero-calvinista do livre-arbítrio e do pelagianismo, e segundo o qual pretende “poner de acuerdo la libertad humana con la presciencia divina, la providencia y la predestinación, e indirectamente con la gracia”, sublinhando a influência da liberdade nos actos humanos, ver PASTOR, M. Martínez - Molinismo in VAQUERO, Quintin Aldea, MARTINEZ, Tomas Marin e GATELL, José Vives (dir.) - *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*. Madrid: Instituto Enrique Florez; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973, vol. III.

⁶² TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 296-304.

saíram condenadas três monjas do Convento de Jesus e, aos 19 do mesmo, outras tantas do Convento de Santa Eufémia. Em 1721 e 1722, saem condenadas freiras de outras ordens, quer por fingimento de santidade, quer por molinosismo; falsos êxtases e revelações atribuídos a mulheres são condenados ao longo dos anos 20. No país, nos anos 30, volta a grande publicidade de novas faltas por molinosismo⁶³. É desta ambiência de medos da contemplação, “iluzões”, processos inquisitoriais, quedas públicas de “embusteiras” ou “endemoninhadas”, escândalos e pânicos que se reveste o excerto seguinte:

“porque o sacerdote sicular dizialhe abertamente que estava *illuza e emganada* e, para a atemorizar mais, *mandavalhe e, outras vezes, lhe vinha elle mesmo ler as listas dos actos de fe e as estorias que andavão de pesoas illuzas* e sobre isto erão taes as reprehensões e o desprezo com que a tratava que a pobre alma esmorecia de susto. [...] *Mandavalhe ter oracão com certo conserto e consonancia* e, como a pobre não podia pois *Deos a tinha em hum alto grao de contemplacão*, o padre se irritava o lhe reprovava tudo, afirmandolhe abertamente que estava *iluza*. Isto padecia com este padre a serva de Deos. Com o director, ainda padecia mais porque, *andando em couzas tão estraordinarias cheya de medo e desconfiancas*, se hia para preguntar alguma couza, não a queria ouvir, ou fosse pela abater e humilhar ou por recear alguma grande illuzão, como *por ser tão calimitozo este seculo, em que tantas desgracas tem socedido deste genero*, fosse pelo que fosse, o padre não a queria ouvir”⁶⁴.

É verdade que na *Vida* não há uma só referência explícita ou metonímica a quietismo, *alumbrados*, Molinos ou molinosismo. Contudo, afirmações como as que destacámos são claramente consequência directa “não apenas das repercussões europeias da condenação romana do aragonês, mas da condenação inquisitorial, entre nós, de subprodutos de vida religiosa que lhe são assimilados, dado o perfil do “quietismo” e do “quietista”, nomeadamente

⁶³ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, cit., p. 307-313.

⁶⁴ VPJMT - p. 34-35. Itálico nosso.

no aspecto moral”⁶⁵. Acresce que a obra, transida de receios de “couzas extraordinarias”, espelha-o inúmeras vezes num vocábulo recorrente, *mot de passe* da terminologia inquisitorial: “iluza”. Na verdade, era um dos três termos – para além de “carnais” e “iludentes” – com que tradicionalmente a Inquisição espanhola distingua os *alumbrados* e o mais frequentemente usado para classificar aqueles que caíam nos erros próprios de uma heresia mística⁶⁶.

No mesmo sentido vão as acusações de “embusteira”/“hipocrita”, “Santa do Demônio”⁶⁷ aplicadas a D. Josefa, configurando supostos delitos que estariam nas raias da heresia de Molinos⁶⁸. De receios quanto à mística também se ressentem passagens do tipo de

“Teve tão bem huma grande conveniencia emtenderse em o convento que a serva de Deos hera *atromentada pelo Demônio* porque, como a avião de ver muntas vezes extatica e sem sentidos, *poderia aver alvorços, se se atribuice a outra couza*. Assim, *foram as vexações do Demônio a capa ou veo com que se incubrirão aos olhos do mundo muntas couzas que foy conveniente asim por se não levantarem maiores tribulacoes a serva de Deos*”⁶⁹.

A este propósito, importa notar como Luís de Santa Teresa está em consonância com um Fr. Afonso dos Prazeres, na explanação que este faz da teoria das violências diabólicas, repudiando “enérgicamente, horrorizado mesmo, a sentença de Miguel de Molinos”⁷⁰. Antes de mais, o autor considera-as “vexações do demónio”, para evitar confusões com a expressão “violências diabólicas”, utilizada por Molinos. Esclarece ainda que “Deus não quer tais acções mas só as permite”⁷¹. Ora, é precisamente este tipo de formulação e terminologia que encontramos na *Vida*, no que Fr. Luís não duvida ser para lavrar mais ilustre coroa a D. Josefa, bem próximo da

⁶⁵ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, *cit.*, p. 129.

⁶⁶ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, *cit.*, p. 21.

⁶⁷ VPJMT - p. 52 e 25.

⁶⁸ TAVARES, Pedro Vilas Boas - *Beatas...*, *cit.*, p. 318.

⁶⁹ VPJMT - p. 67. Itálico nosso.

⁷⁰ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, *cit.*, p. 141.

⁷¹ SILVA, António Pereira da - *A questão...*, *cit.*, p. 142.

explicação de Prazeres: "purgação, em que Deos quer purificar mais a sua virtude"⁷². Pura ortodoxia mística de Fr. Luís, portanto⁷³.

Foi esta conjuntura que colheu a dirigida do futuro bispo de Olinda, retratada como alma tão inclinada aos mais altos voos do espírito, derrapando, todavia, em tantos padres "espantadissos"⁷⁴, os mesmos "espantadiços" de que falava o padre Manuel Bernardes ou um António Arbiol. Discreto enaltecimento da Ordem do Carmo, por via do próprio Santa Teresa.

Conclusão

Vida de huma illustre virgem fala onde outras fontes calam. A obra permite conhecer uma parte da vida de um ilustre antístite português, personalidade quase de todo desconhecida entre nós, e revela a sua ignota face de director de consciência, na também até agora desconhecida estadia em Braga.

O presente artigo não poderia explanar as minudências da permanência de Fr. Luís de Santa Teresa em Braga, juntamente com seu irmão Fr. João da Cruz, certamente peças de uma estratégia régia de acrisolamento da piedade e depuração da religião. Em todo o caso, vem ao de cima a sua sensibilidade jacobeca, transparecendo um plano de coerência com o disciplinador Moura Teles. A *Vida* acrescenta um novo testemunho – o de um jacobeu carmelita – ao nosso escasso conhecimento sobre o período da Sé vaga de 1728-1741, em Braga.

Aflorámos aspectos dos contextos da espiritualidade mais significativos nesta biografia: a jacobea e um clima de suspeição e reacção anti-mística generalizados, que tiveram no alumbradismo o antecedente remoto e no

⁷² PRAZERES, Fr. Afonso dos - *Maximas...*, cit., tomo II, p. 439. Sobre a sua defesa da vida devota e da contemplação, em clima de resistência anti-mística, ver TAVARES, Pedro Vilas Boas - Papel dos jesuítas..., cit., p. 499-501.

⁷³ Nunca em *VPJMT* aparece a expressão "violencias diabolicas"; aparece, sim, "vexações diabolicas", nas páginas 33 e 111 e "vexações" nas páginas 67, 73, 93, 111-112 etc. A permissão de Deus, de que fala Prazeres, encontramo-la plasmada em inúmeras passagens, por exemplo: "Asim hia Deos suavizando os trabalhos de Sua serva e dando licenca ao Demonio para que lhe lavrasse a mais illustre coroa", p. 87. Ver igualmente p. 20, 22, 40, 64, 71, 86-88.

⁷⁴ *VPJMT* - p. 117 e 120.

quietismo molinosiano o próximo. Defesa da vida devota e da contemplação, surpreendemos o seu semblante jacobeu plasmado nessa obra que não chegou a vir a lume, e adivinhamos um quadro mais geral de oposição à espiritualidade jacobeca, na imagem pouco edificante que é traçada daqueles que pugnavam por um ideal de reforma espiritual. Um autor se revela – e se oculta – naquela que é uma vida de uma monja e, simultaneamente, um auto-retrato de Luís de Santa Teresa.

Quod non est in actis, non est in mundo:
mecanismos de disciplina interna e externa
no Auditório Eclesiástico de Coimbra*

Jaime Ricardo Gouveia

Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Instituto Universitário Europeu – Florença
jaime.teixeira@eui.eu

Texto entregue em/Text submitted on: 19/02/2009

Resumo/Abstract:

Pretende-se com este estudo analisar um dos dispositivos de vigilância e disciplinamento social existentes no mundo moderno, praticamente inexplorado até à data: os tribunais eclesiásticos, vulgarmente designados por Auditórios. Focado concretamente no de Coimbra, este artigo procura, em primeiro lugar, avaliar a produção historiográfica neste domínio. De seguida, apurar algumas dinâmicas internas deste tribunal, com o fito de explicitar o seu modo de funcionamento. Finalmente, abordar detalhadamente um dos mecanismos destinados a expurgar o Juízo Eclesiástico de actos de corrupção e ilegalidade, as devassas, nomeadamente aquela que foi ordenada, em 1741, por D. Miguel da Anunciação.

This paper envisages the analysis of a tool of social monitoring and discipline of the modern world, virtually disregarded until now: the ecclesiastical courts, commonly called *Auditório*. Essentially focusing on the ecclesiastical court of Coimbra, this paper seeks primarily to assess historiographic developments in this area. This is followed by an assessment of the internal dynamics of this court, in view of understanding its *modus operandi*. Finally, it scrutinises one of the mechanisms used to purge the ecclesiastical justice of all corruptive and illegal behaviour, the *devassas* (*investigation*), namely the one commissioned in 1741 by D. Miguel da Anunciação.

Palavras chave/Key words:

História da Igreja; Diocese de Coimbra; Justiça Eclesiástica; Auditório Eclesiástico; D. Miguel da Anunciação.

Church history; Diocese of Coimbra; Ecclesiastical justice; Ecclesiastical court; D. Miguel da Anunciação.

* A versão final deste estudo beneficiou dos comentários, sugestões e críticas efectuadas pelos Professores José Pedro Paiva; Francisco Bethencourt e Bartolomé Yun Casalilla, a quem agradeço.

1. Os tribunais eclesiásticos enquanto dispositivos de vigilância e disciplinamento social: balanço historiográfico

Os trabalhos que nas últimas décadas se foram produzindo no âmbito da História Religiosa, renovaram-na em profundidade, nomeadamente no que diz respeito a algumas categorias e perspectivas de análise que abundantemente têm sido discutidas à escala europeia. Novas abordagens se delinearam, tendo-se verificado um paulatino interesse na passagem da História da Igreja para a História Religiosa. Logo a partir dos anos 70 do século XX, estudos de Keith Thomas e Jean Delumeau delinearam um novo programa de investigação neste campo, em que o objectivo da História da Reforma passava a ser a análise do carácter e diversidade regional das crenças e práticas cristãs e o exame de como essas grandes mudanças em marcha alteraram a experiência, afiliação e identidade religiosa, dos vários estratos sociais da Europa¹. Outra das inovações foi o aparecimento posterior de alguns estudos comparativos sobre várias tradições confessionais². Mudança fundamental foi também aquela que se verificou com o desenvolvimento do conceito de disciplinamento social. A primeira alusão que se lhe conhece (*sozialdisciplinierung*) encontra-se nos estudos de Gerhard Oestreich, em torno do neo-estoaicismo de Justus Lipsius e da sua influência no processo de construção do chamado “Estado Absolutista”³. Durante muito tempo, a proposta restringiu-se ao campo da História Política. Na década de 1980, dois alemães, Wolfgang Reinhard e Heinz Schilling, aplicaram-no à História Religiosa, pretendendo estudar os vínculos estreitos entre o poder político e as instituições e agentes do poder eclesiástico e religioso. Elaboraram, assim, o conceito de confessionalização (*Konfessionalisierung*) propondo-o como paradigma de interpretação de uma História Religiosa da Época Moderna que, face a uma visão equacionada em termos estritamente eclesiásticos,

¹ THOMAS, Keith - *Religion and the Decline of Magic: Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973; DELUMEAU, Jean - *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

² BENEDICT, Philip – What is Post-Confessional Reformation History. *Archive for Reformation History*. 97 (2006) 277-283.

³ Veja-se a última edição em Inglês: OESTREICH, Gerhard - *Neostoicism and the Early Modern State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

colocaria a análise dos processos e fenómenos de carácter religioso numa perspectiva relacional, ou seja, atenta aos contextos político, social e cultural nos quais esses fenómenos se inscreviam. Schilling, a título de exemplo, defende que é errado usar o termo *Época da Contra-Reforma*. Este, a seu modo de ver, deve ser preferido por *Época da Confessionalização* ou *Idade Confessional* (entre 1540 e 1620), pela dinâmica revolucionária do período e implicações político-sociais da mutação eclesiástico-religiosa⁴.

Estas perspectivas de interpretação fornecidas pela aplicação dos conceitos de confessionalização e de disciplinamento social têm favorecido o desenvolvimento de um número crescente de estudos no âmbito da história religiosa dos séculos XVI a XVIII⁵. Destaque, neste contexto, para o livro publicado em 2004, coordenado por Herman Roodenburg e Pieter Spierenburg, dedicado ao controlo social na Europa no período compreendido entre 1500 e 1800, contendo vários artigos onde estes conceitos são amplamente discutidos e usados⁶.

Todavia, frise-se também, que o quadro de interpretação que decorre destas duas categorias (confessionalização e disciplinamento) não deixou de suscitar interpretações díspares, dúvidas e controvérsias, nomeadamente no que concerne à eficácia dos dispositivos e dos agentes envolvidos em tais processos, bem como à aplicação de um modelo que terá aplicabilidade em algumas regiões da Europa Central e do Norte, mas que é susceptível de

⁴ REINHARD, Wolfgang – Pressures towards Confessionalization? Prolegomena to a Theory of the Confessional Age. *The German Reformation: The Essential Readings* (edited by C. Scott Dixon). London: Blackwell, 1999, p.169-192; SCHILLING, Heinz – *Religion, Political Culture and the Emergency of Early Modern State. Essays in German and Dutch History*. Leiden, New York, Koln: E. J. Brill, 1992.

⁵ EURICH, S. Amanda – Religious Toleration and Confessional Identity: Catholics and Protestants in Seventeenth-Century Orange. *Archive for Reformation History*. 97 (2006) 249-275; PAIVA, José Pedro de Matos - Inquisição e Visitas Pastorais. Dois mecanismos complementares de controlo social? *Revista de História e Teoria das Ideias*. 11 (1989) 85-102; PALOMO, Federico - *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; PALOMO, Federico – *Fazer dos campos escolas excelentes. Os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

⁶ ROODENBURG, Herman; SPIERENBURG, Pieter (co-editors) - *Social Control in Europe, 1500-1800*. Vol.1. Ohio: State University Press, 2004.

falhar se perspectivado noutros espaços europeus⁷. Além da insistência na proximidade e semelhança dos processos vividos nos territórios protestantes e católicos, como fez Headley, convém não descurar também os factores de diferenciação⁸. Parece, assim, conveniente, entre outros procedimentos metodológicos, entrar em linha de conta com o factor “escala de análise” e procurar perceber como processos impulsionados a partir do topo das hierarquias sociais e políticas foram objecto de adaptações e negociações em função das realidades que encontraram na sua realização prática⁹. Será assim, no caso português, importante perceber quais os dispositivos quer desse ímpeto confessionalizador, quer da vigilância e disciplinamento social que se exerceu sobre a cristandade¹⁰.

De resto, no tocante a Portugal, esta questão do disciplinamento social não tem sido acolhida pela historiografia como campo de eleição. Por conseguinte, nos últimos trinta anos tem-se vindo a consagrar uma maior atenção ao estudo da Inquisição, preterindo-se outras instituições religiosas que, como o Santo Ofício tiveram um peso, uma presença e uma capacidade de

⁷ BENEDICT, Philip - What is Post-Confessional Reformation History? *Archiv für Reformationsgeschichte*. 97 (2006) 278-84; BENEDICT, Philip - Confessionalization in France? Critical reflections and new evidence in MENTZER, Raymond A. e SPICER, Andrew (ed.) - *Society and Culture in the Hugenot World, 1559-1685*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 44-61; HANLON, Gregory - *Confession and Community in Seventeenth-Century France: Catholic and Protestant Coexistence in Aquitaine*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993; FARR, James - Confessionalization and Social Discipline in France, 1530-1685. *ARG*. 94 (2003) 276-293; HEAD, Randolph C - Catholics and Protestants in Graubunden: Confessional Discipline and Confessional Identities without an Early Modern State. *German History*. 17 (1999) 321-345; HENDRIX, Scott - Post-Confessional Research and Confessional Commitment. *Archive for Reformation History*. 97 (2006) 284-287; PAIVA, José Pedro - El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, dependencias y dissidencia entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). *Manuscrits*. 25 (2007) 45-57; ROPER, Lyndal - Allegiance and Reformation History. *Archive for Reformation History*. 97 (2006) 289-297; SHAGAN, Ethan F. - Can Historians End the Reformation? *Archive for Reformation History*. 97 (2006) 298-306.

⁸ HEADLEY, John; HILLERBRAND, J.; PAPALAS, Anthony J. - *Confessionalization in Europe, 1555-1700. Essays in honour and memory of Bodo Nischam*. Burlington: Ashgate, 2004, p.17-25; PAIVA, José Pedro - El Estado..., cit., p. 45-57.

⁹ PALOMO, Federico - *A Contra-Reforma...*, cit., p. 13-14.

¹⁰ BROGGIO, Paolo - *Le missioni dei gesuiti nel mondo ispanico in età moderna. La circolazione delle strategie di evangelizzazione tra Europa e Nuovi Mondi (Spagna, Perù, Cile - 1581-1705)*. Florença: Instituto Universitário Europeu, 2003.

acção muito significativas no seio da sociedade. Além da Inquisição, bispos e ordens religiosas foram outros pólos fundamentais na organização do campo religioso moderno¹¹. Muito embora se revele importante estudar isoladamente cada um deles, é necessário também que se proceda a investigações cujo problema teórico se debruce sobre a sua actuação conjunta, e estudos comparativos não apenas entre o reino português e o espaço colonial como abordagens mais vastas numa escala ibérica e atlântica¹².

Além do Santo Ofício, as visitas pastorais efectuadas pelos bispos foram já também objecto de importantes estudos sobre as transgressões das populações no domínio da moral e da vigilância e disciplinamento das populações, muito embora haja ainda muito a fazer neste campo¹³. Finalmente, outro dos dispositivos de vigilância e disciplinamento social que actuou no dirimir das imbricações entre o sagrado e o profano, sobre o qual a historiografia continua parca, foram os tribunais eclesiásticos. Sobre eles nenhum estudo de monta existe em Portugal, muito em parte devido ao facto dos fundos documentais dos auditórios eclesiásticos se terem perdido praticamente na sua totalidade, nomeadamente os processos. Aquela que foi a única grande obra consagrada ao estudo da Igreja em Portugal durante muitos anos, da autoria de Fortunato de Almeida, não se debruçou sobre o funcionamento das estruturas do governo episcopal, nem mencionou,

¹¹ PAOLOMO, Federico – *A Contra-Reforma...*, cit., p. 30-31.

¹² Existem, todavia, alguns estudos que marcaram já este campo de análise. Citam-se apenas alguns: BETHENCOURT, Francisco – *A Igreja in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (ed.) - História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1988, vol. 2, p. 369-386; BOSHI, Caio - Estruturas Eclesiásticas e Inquisição in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (ed.) – *História...*, cit., vol. 2, p. 429-453; BOSHI, Caio – Episcopado e Inquisição in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (ed.) – *História...*, cit., vol. 3, p. 332-395; FEITLER, Bruno – *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste, 1640-1750*. São Paulo: Alameda, Poebus, 2007; MARCOCCI, Giuseppe - Inquisição, Jesuítas e Cristãos-Novos em Portugal no século XVI. *Revista de História e Teoria das Ideias*. 25 (2004) 247-326; PAIVA, José Pedro - *Os bispos de Portugal e do império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006; PAIVA, José Pedro - Os dominicanos e a Inquisição em Portugal (1536-1614). *Noroeste – Revista de História*. I (2005) 167-229; PAIVA, José Pedro - Os bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613). *Lusitania Sacra*. 2^a série. XV (2003) 43-76; PAIVA, José Pedro - Inquisição e Visitas Pastorais..., cit..

¹³ Para uma visão de síntese actualizada ver PAIVA, José Pedro - As Visitas Pastorais in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 250-255.

sequer, a existência dos vários tribunais diocesanos¹⁴. A *História Religiosa de Portugal*, sob a direcção de Carlos Moreira de Azevedo, contém apenas uma síntese da autoria de José Pedro Paiva, num capítulo dedicado às dioceses e organização eclesiástica que traça uma importante visão de como funcionavam a burocracia e os aparelhos da administração diocesana, resumindo aqui algumas das ideias que figuraram num artigo do mesmo autor publicado na revista *Lusitania Sacra*, em 1991, o qual elegeu como espaço de análise a diocese de Coimbra¹⁵. António Manuel Hespanha, num trabalho sobre as instituições do Antigo Regime, traça uma importante perspectiva de síntese sobre a jurisdição eclesiástica, com a revelação de aspectos fundamentais para se perceber a dinâmica interna dos tribunais eclesiásticos¹⁶. A única monografia especialmente dedicada à análise de um Auditório Eclesiástico apareceu em 2003, da autoria de Ana Cristina Trindade e Dulce Teixeira. No entanto, as autoras centram-se apenas no *Regimento do Auditório do Funchal* e num número escasso de processos existentes no espólio documental daquele tribunal eclesiástico, bem como em alguns outros documentos pertencentes ao seu cartório¹⁷.

Acrescem a estes estudos o recente artigo da autoria de João Rocha Nunes, onde se analisa a actividade do Auditório Eclesiástico de Viseu no período compreendido entre 1684 e 1689, portanto durante o governo de D. Ricardo Russel, através de um livro da Câmara Eclesiástica com o registo de sumários das sentenças aplicadas nesse mesmo período. Trata-se de uma análise monográfica pioneira que permite entender algumas das principais linhas de actuação deste importante órgão eclesiástico¹⁸.

¹⁴ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1986, 5 vol. (1^a edição entre 1910-1928).

¹⁵ PAIVA, José Pedro – A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*. 2^a série, III (1991) 71-110; PAIVA, José Pedro - Dioceses e organização eclesiástica in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História...*, cit., vol. II, p.187-199.

¹⁶ HESPANHA, António Manuel – *Poder e Instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p. 43-44; 56-57.

¹⁷ TRINDADE, Ana Cristina M.; TEIXEIRA, Dulce Manuela Maia R. – *O Auditório Eclesiástico da Diocese do Funchal. Regimento e espólio documental do século XVII*. Funchal: Instituto Superior de Administração e Línguas, 2003.

¹⁸ NUNES, João Rocha – Crime e castigo: pecados públicos e disciplinamento social na Diocese de Viseu (1684-1689). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 6 (2006) 177-213.

Poder-se-á concluir, assim, que há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita ao estudo e conhecimento do funcionamento deste dispositivo de justiça com decisivas implicações no âmbito do disciplinamento social.

2. O Auditório Eclesiástico de Coimbra

A Igreja dispunha de autonomia de governo e de regulamentação (autonomia jurisdicional). Possuía um direito próprio – o direito canónico, autonomia dogmática, de governo e disciplinar¹⁹. A administração eclesiástica das dioceses era exercida pelos prelados e por um conjunto de agentes enquadrados em aparelhos burocrático-administrativos que, de acordo com José Pedro Paiva, se foram estruturando e complexificando ao longo do tempo, enquanto que a circulação de bispos e oficiais que serviam no governo episcopal e ainda o aparecimento gradual de uma cultura organizacional própria, foram estabelecendo uma relativa uniformidade no desenrolar quotidiano dos negócios dos bispados. Ainda segundo o mesmo autor, as estruturas diocesanas de governo eram eficientes e das que melhor estavam articuladas, mesmo se comparadas com os grandes poderes institucionais do tempo, de que são exemplo os órgãos do Estado e a Inquisição²⁰.

A administração episcopal, exercida à cabeça pelo bispo, provisor e vigário-geral, acolitados por um conjunto significativo de outros agentes judiciais, estruturava-se em torno de dois aparelhos que actuavam de forma complementar e coordenada. Por um lado, a Câmara Eclesiástica, ou Mesa Episcopal, por outro, o Auditório Eclesiástico²¹.

O Auditório era um dos pilares do poder judicial diocesano. O bispado estava inscrito numa província eclesiástica que reunia várias dioceses, configurando-se, por esta razão, um universo onde existiam as sés metropolitanas ou arquiepiscopais, e as suas sufragâneas ou episcopais. No quadro da hierarquia eclesiástica judicial, os auditórios eram apenas tribunais ordinários de primeira instância, existindo naturalmente outros juízos religiosos para

¹⁹ HESPAÑHA, António Manuel – *Poder e Instituições...*, cit., p. 43-44 e 56-57.

²⁰ PAIVA, José Pedro – *Dioceses...*, cit., p. 187-199.

²¹ PAIVA, José Pedro – *A administração...*, cit., p. 71-110.

os quais era possível apelar, os chamados tribunais de segunda, terceira e última instâncias. Apelar de determinada decisão tomada pelos tribunais religiosos para o juízo secular, isto é, para os tribunais régios, era também possível, sobretudo para o Tribunal da Relação.

O Auditório tinha múltiplas competências, não apenas de cariz estritamente religioso como também sobre leigos em matéria de conduta moral, julgando de acordo com as constituições diocesanas e os códigos de Direito Canónico. Por conseguinte, havia assim situações que, em termos de jurisdição, eram do foro misto (*causae mixti fori*), não julgadas exclusivamente por um Tribunal, nomeadamente aquelas que eram portadoras de elementos temporais e espirituais²². O poder judicial que o bispo possuía não contemplava, em regra, o clero regular, corpo eclesiástico que detinha mecanismos judiciais próprios cuja judicatura era exercida em primeira instância pelo superior de determinado cenóbio, e em segunda instância pelo provincial da respectiva religião²³.

Como qualquer tribunal, o Auditório Eclesiástico era um órgão colegial, composto por vários ministros. Através do *Regimento* do de Coimbra, verifica-se que o perfil, competências e número dos seus oficiais subsistiu de forma relativamente constante, uma vez que esse código normativo foi reimpresso no século XVIII sem alterações. O Auditório conimbricense tinha à cabeça o bispo, acolitado por dois oficiais de relevo que, juntamente consigo, ocupavam a cúspide do tribunal: o provisor e o vigário-geral. Existiam depois um promotor, vários advogados (também designados procuradores), vários escrivães e notários apostólicos, um meirinho, alguns

²² HESPAÑHA, António Manuel – *Poder e Instituições...*, cit., p. 43-44 e 56-57; SILVA, José António Gomes da – Tribunais Eclesiásticos in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, vol. 4, 2001, p. 303-305; *Enciclopedia de la Religion Católica*. Barcelona: Dalmau y Jover, S A., 1956, tomo VII, p. 352; *New Catholic Encyclopedia* (Dir. by Tha to Zwi). New York, St. Louis, San Francisco, Toronto, London, Sydney: Catholic University of America, [s. n.], vol. XIV, p.284-287. Sobre uma perspectiva histórica dos vários tribunais eclesiásticos veja-se ainda *Enciclopedia Cattolica*. Firenze: Casa Editrice G. C. Sansoni, vol.XII, 1954, p. 495-510. Sobre alguns casos concretos de apelação para tribunais de segunda instância veja-se FERREIRA, Maria Georgina – Catálogo do Cartório do Colégio de Nossa Senhora da Graça. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. II (1976) 220 e 222.

²³ *New Catholic Encyclopedia*, cit., p. 284-287.

inquiridores, um distribuidor, um contador, um solicitador da justiça, um aljubeiro, um porteiro e alguns arciprestes (igualmente designados vigários forâneos)²⁴.

A proliferação de regimentos destes tribunais no decurso da Época Moderna é a prova cabal de que se passou a conferir cada vez mais importância à gestão das dioceses e ao esforço de racionalização dos seus processos administrativos. A tendência insere-se ainda no contexto do reforço do poder do bispo, no que diz respeito à consolidação das suas competências jurisdicionais, ao controlo mais eficaz sobre a administração e justiça diocesanas e ao alargamento da sua capacidade de acção e governo sobre as populações e sobre a vida religiosa dos bispados. Através destes códigos normativos foram redefinidas as funções dos órgãos e dos oficiais da administração episcopal, quer ao nível do funcionamento dos aparelhos centrais do governo diocesano, quer em relação à oficialidade periférica e ao desenvolvimento de dispositivos de controlo do território²⁵.

O primeiro regimento que se conhece de um Auditório é o que foi mandado compilar em Évora, em 1535, pelo arcebispo D. Afonso, o qual circulou de forma manuscrita e veio a ser alvo de adições durante o governo do arcebispo D. João de Melo, em 1565. Já depois de Trento, praticamente todas as dioceses fizeram publicar os seus regimentos de auditórios sob forma impressa, geralmente incorporados nas edições das constituições sinodais, o que acontecerá também no espaço ultramarino. São disso exemplo o do Porto (1585), Évora (1598, acrescentado em 1599), Leiria (1598), Viseu (1617), Portalegre (1632), Elvas (1635), Algarve (1674), Lamego (1683), Baía (1720) e Goa (1810)²⁶. O de Coimbra, mandado elaborar pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco em 1591, foi publicado em 1592 conjuntamente com as *Constituições Sinodais*, tendo sido reimpresso em

²⁴ PAIVA, José Pedro – Dioceses..., *cit.*, p.187-199; *Regimento dos officiaes do Auditório Ecclesiástico do bispado de Coimbra (...).* Coimbra: Real Colégio das Artes, 1728 (1^a edição em 1592).

²⁵ PAIVA, José Pedro – Dioceses..., *cit.*, p. 187-199; PALOMO, Federico – *A Contrar-Reforma...*, *cit.*, p. 32-42; PALOMO, Federico – La autoridad de los prelados tridentinos y la sociedad moderna. El gobierno de don Teotónio de Braganza en el arzobispado de Évora (1578-1602). *Hispania Sacra*. 47 (1995) 587-624.

²⁶ PAIVA, José Pedro – Dioceses..., *cit.*, p. 187-199.

1728 no Real Colégio das Artes²⁷. Outros porém, como o do Funchal (1589), foram impressos anos depois da publicação das *Constituições Sinodais*. A mesma linha parece ter seguido o *Regimento* da Guarda (não constante das constituições e desaparecido), o de Lisboa (em cujas constituições de 1646 não aparece) e o de Braga (1699) que também foi usado na diocese de Miranda²⁸.

Além de definirem a composição dos tribunais, estes regimentos fixavam o perfil, a esfera de acção e competências requeridas aos seus vários agentes. Determinava ainda a *praxis* a observar no governo quotidiano, nomeadamente os dias, locais, horas e modo de funcionamento das sessões de audiências, com o estabelecimento do tempo preciso em que cada oficial deveria intervir no decurso das mesmas, penas a cominar aos oficiais faltosos, modo de proceder nas causas sumárias ou condenações de pequenas quantias em dinheiro, actuação em relação às suspeições contra os oficiais do Auditório, embargos e dilações às causas pendentes.

O modelo organizativo que funcionava nos arcebispados de Évora, Lisboa e Braga diferia daquele que vigorava nas restantes dioceses. Enquanto instâncias de recurso, a actividade que desenvolviam era muito mais intensa do que numa simples diocese, pelo que a máquina burocrática existente era muito mais pesada.

No Auditório de Coimbra realizar-se-iam sessões frequentes, pelos menos duas por semana (Terças-feiras e Sábados), às quais todos os oficiais deveriam assistir, sob pena de pagarem pela primeira falta cem réis, pela segunda o dobro e, caso fossem contumazes, serem imediatamente suspensos²⁹. Se as sessões calhassem num dia de feriado, deveriam ser adiadas para o dia seguinte. O vigário-geral deveria fazer as audiências em casa pública

²⁷ *Regimento (...) de Coimbra...*, cit..

²⁸ PAIVA, José Pedro – Dioceses..., cit., p. 187-199; PAIVA, José Pedro – The Portuguese secular clergy in the sixteenth century and seventeenth centuries in ANDOR, Eszter e TOTH, István Gyorgy - *Frontiers of Faith. Religious Exchange and the Constitution of Religious Identities, 1400-1750*. Budapest: Central European University, European Science Foundation, 2001, p. 157-166.

²⁹ *Regimento (...) de Coimbra...*, cit., fl. 19. Por seu turno, a Mesa do Despacho deveria reunir às Segundas e Sextas ou em dias que fossem vésperas de sessões de audiências. Os feitos apenas poderiam ser despachados em Mesa na presença do provisor, vigário-geral e desembargadores, ver *Regimento (...) de Coimbra...*, cit., fl. 10v-14v.

do Auditório e nunca em sua casa. A preparação das sessões tinha uma dimensão sensivelmente ritualizada, pois de acordo com o que o *Regimento* ordenava, meirinho, escrivães, inquiridores, distribuidor e porteiro deveriam acompanhar o vigário-geral desde a sua casa até à audiência e daí no retorno até casa. As penas para quem não cumprisse esta determinação eram as mesmas que se aplicavam a quem faltava às sessões³⁰.

As Sextas-feiras dever-se-ia fazer uma audiência aos presos no aljube, na presença dos oficiais do Auditório e dos advogados dos presos. Os oficiais faltosos incorreriam nas mesmas penalizações estipuladas para as restantes sessões, e os advogados que não fossem pontuais perderiam a antiguidade na audiência, ficando ainda ao arbítrio do vigário-geral a eventual aplicação de penas pecuniárias. Caberia ao vigário-geral publicar os feitos que levasse despachados e os advogados pronunciar-se-iam segundo a sua antiguidade. No fim de cada audiência, o vigário-geral deveria ordenar ao porteiro que, em voz alta, perguntasse se alguém tinha algo mais a requerer.

A abertura de um procedimento judicial, que ocorreria apenas nos casos mais graves, iniciava-se com a formalização de denúncias da autoria de pelo menos duas pessoas, as quais poderiam ter origem em sede de devassa, isto é, advir das visitas pastorais, ou ocorrer por iniciativa de denunciantes que se deslocavam ao Auditório. Nas causas que não fossem sumárias ou de pequenas quantias, o vigário-geral deveria realizar audiência, salvo nas causas matrimoniais, beneficiais e criminais entre partes, as quais seriam tratadas por desembargo na Mesa do Despacho, isto é, na Câmara Eclesiástica³¹. Formalizada a denúncia, o denunciante era submetido a um interrogatório relativamente intenso. Na sessão de audiência o vigário-geral ouviria as testemunhas, os advogados e o promotor. Ao contrário do que acontecia por exemplo no Santo Ofício, onde era vedada ao réu a possibilidade de tomar conhecimento das acusações que pendiam contra si, no Auditório o arguido era informado dos artigos incriminatórios, com referência aos factos precisos de que era acusado, no sentido de os contender e desmentir até à segunda audiência. Caso tivesse alguma excepção que impedisse a contestação, deveria verbalmente alegá-la, dando-se dela

³⁰ *Regimento (...) de Coimbra..., cit.*, fl.18v.

³¹ *Idem*, fl. 6-6v.

conhecimento ao procurador para a apresentar no tempo legalmente definido para interpor contraditas³².

Durante o julgamento do processo, caso o delito cometido fosse grave, houvesse presunção de que o réu fugiria, ou ele fosse reincidente, ordenar-se-ia de pronto a sua prisão. Nenhum indivíduo poderia ser posto em liberdade sem que tal ficasse registado pelos escrivães da câmara, do auditório e da visitação. Seguia-se a apresentação do libelo, o qual era passível de ser impugnado através de uma contestação. Sucederia, nestes casos, a dilação do processo. No sentido de a evitar e obstar a que os réus recorressem para outros tribunais, o Auditório exigia-lhes, no momento do requerimento, o depósito prévio nos seus cofres (arca) de um determinado quantitativo, geralmente avultado, destinado ao pagamento dos custos da dilação. Caso se provasse que os réus tinham razão ao desconfiarem de algum dos oficiais, o dinheiro depositado ser-lhes-ia devolvido. Sucedendo o inverso, perderiam esse quantitativo e acrescer-lhe-ia ainda o valor pecuniário da pena determinada na sentença. Se o suspeitante fosse pobre, a caução poderia ser moderada. Os juízes das suspeições deveriam despachá-las no termo máximo de 45 dias, sob pena de serem suspensos pelo bispo. Se sucedesse que a parte contrária no processo solicitasse ver as suspeições com o objectivo de as impugnar, a causa ficaria ordinária, isto é, sem prazo definido para o despacho final. Apenas não se actuava desta maneira nos casos de excomunhão, de falso procurador e outras excepções semelhantes, em relação às quais se aplicaria o estipulado no Direito Canónico em geral. Para que as suspeições fossem aceites, deveriam ser redigidas por um dos advogados do Auditório, e apresentadas por escrivão ou notário apostólico do mesmo Tribunal. Antes de se determinar a sentença, o réu seria presente à sala de audiências, onde lhe era dado a conhecer o teor das acusações que contra si pendiam, bem como o nome dos acusadores. Tinha, pois, o direito ao exercício do contraditório, podendo inclusivamente nomear outras testemunhas que abonassem o que afiançava. Se conseguisse provar a sua inocência, o processo seria arquivado. Ocorrendo o contrário, seria sentenciado. As sentenças definitivas não poderiam ser comutadas a não ser pelo bispo. Nos casos mais graves, nomeadamente os excomungados,

³² *Idem, ibidem.*

seria mesmo por vezes necessário obter bulas de absolvição, muito embora além do cumprimento da pena fosse determinante a remissão da alma. Relativamente aos sacrílegos que antes da sentença e depois de obter o perdão da parte ofendida, pretendessem absolvição da excomunhão, deveriam depositar “*quantia em ouro ou prata suficiente para que bem valha a pena do sacrilégio*”³³.

No que diz respeito à relação com outras instâncias, o *Regimento de Coimbra* apenas continha disposições relativas ao tribunal da Inquisição, denunciando um intento de colaboração: “*Por haver Inquisição não tomará o vigário-geral das coisas tocantes à Santa Fé Católica, salvo se pelos oficiais do Santo Ofício lhe for deferido. Porém, vindo-lhe alguma denúncia deverá remetê-la ao Santo Ofício, e se as culpas forem tais que o denunciado mereça ser preso, o prenderá com o resguardo e diligências devidas, principalmente havendo o perigo em a tardança, e sendo preso logo será remetido com os autos ao Santo Ofício*”³⁴.

Os salários dos oficiais variavam de caso para caso mas, em regra, não eram fixos. Auferiam de acordo com a natureza e quantidade dos casos sobre os quais laboravam. Em regra, os valores encontravam-se definidos no *Regimento do Auditório*. Noutras situações, este código normativo remetia para o regimento dos tribunais seculares. O vigário-geral estava incumbido de assinar as sentenças apenas depois do respectivo escrivão lhe provar que todos os oficiais tinham sido remunerados. Os proventos eram, pelo menos em parte, gerados pelo próprio Tribunal, em razão das coimas e penas pecuniárias que aplicava³⁵.

3. A devassa geral ordenada por D. Miguel da Anunciação

Corria o ano de 1741 quando o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação (1740-1779), ordenou que se tirasse devassa geral aos oficiais do

³³ *Regimento (...) de Coimbra...*, cit., fl.6-7v e 10v-14; SILVA, José António Gomes da – Tribunais..., cit., p. 303-305. Veja-se ainda NUNES, João Rocha – Crime e castigo..., cit., p. 177-213.

³⁴ *Regimento (...) de Coimbra...*, cit., fl. 5-6.

³⁵ *Regimento (...) de Coimbra...*, cit., fl. 16v-17v.

Auditório Eclesiástico de Coimbra. O objectivo era muito claro, velar pela boa e recta administração da justiça. A devassa consistia na instauração de um conjunto de interrogatórios destinados a verificar se o Tribunal estava a funcionar correctamente e se os seus oficiais cumpriam as obrigações a que estavam sujeitos.

Várias poderão ter sido as razões que motivaram o prelado a desencadear esta inspecção. Em primeiro lugar, note-se, as devassas eram um instrumento legal destinado a apurar eventuais ilegalidades no seio dos tribunais e punir os seus mentores. Assim acontecia nos juízos seculares e na Inquisição, a qual tinha também mecanismos de fiscalização e vigilância interna. De resto, o próprio *Regimento* do Auditório conimbricense exigia que, em tempo de férias, o vigário-geral fizesse correição anual a todos os oficiais, no sentido de inquirir diligentemente se eles cumpriam e acatavam as disposições estipuladas. Tratava-se de interrogar as testemunhas que lhe parecessem mais apropriadas para apurar a verdade, “*principalmente os que tem ou custumão ter negócios em nosso Auditório: e perguntara pelo menos trinta e as devassas que fezer comunicará comnosco para se lhes dar o despacho que for justiça*”³⁶.

Para perceber os motivos da devassa, dever-se-á ainda ter em consideração a longa sede vacante que antecedeu a nomeação de D. Miguel em 19 de Dezembro de 1740. É possível que a inexistência de bispo tenha contribuído para que alguns dos agentes do tribunal se tenham revelado menos zelosos no cumprimento das suas funções. Não admira, pois, que D. Miguel da Anunciação tenha procurado, logo no início do seu governo, expurgar o Tribunal de eventuais ilícitudes, debelando os comportamentos ignóbeis de alguns oficiais.

Por outro lado, e não excluindo a hipótese acima aventada, é possível que tenha chegado ao conhecimento do bispo, através de denúncias ou queixas, que alguns oficiais não cumpriam as suas funções ou que, na generalidade, o Auditório funcionava mal.

Por fim, refira-se que esta devassa se insere no contexto da acção e pensamento do próprio prelado, vinculado em termos gerais ao iluminismo

³⁶ *Regimento (...) de Coimbra..., cit., fl. 5-6.*

católico³⁷. Procurando integrar na esfera da Igreja o racionalismo crítico que nascera no campo do pensamento filosófico, os partidários desta nova tendência, de que Bento XIV (1740-1758) foi um exemplo, procuraram renovar a vida religiosa através do debate crítico sobre os problemas de doutrina, de culto e de disciplina. O plano de instrução, exame e vigia do clero e a campanha de erradicação de hábitos religiosos populares eivados de ignorância assentavam na combinação de várias medidas, entre as quais estavam a pregação pessoal do bispo, as visitas pastorais, as missões e determinadas normativas, e onde o correcto funcionamento dos órgãos da justiça episcopal não poderia marcar passo³⁸. D. Miguel da Anunciação teria disso consciência quando, logo no início do seu episcopado, ordenou devassa geral ao Auditório. Acresce que D. Miguel fora um dos mais fervorosos adeptos do movimento da jacobea, corrente que na aurora de Setecentos iniciou o seu percurso no Colégio da Graça em Coimbra, preconizando uma reforma muito exigente das formas de piedade e do comportamento dos religiosos³⁹.

A devassa levada a cabo no Juízo Eclesiástico de Coimbra, decorreu entre 20 de Março e 15 de Maio de 1741, e constou de um lote exaustivo de questões acerca da conduta dos oficiais da justiça. Através delas poder-

³⁷ PAIVA, José Pedro – *Os Bispos..., cit.*, p. 75; 515.

³⁸ PAIVA, José Pedro – *Os Bispos..., cit.*, p. 72, 75, 159-164 e 170. Neste âmbito foi também significativa a fundação de um seminário até então inexistente na diocese, o qual teve estatutos confirmados por breve do papa Bento XIV, de 18 de Dezembro de 1748. Esteve inicialmente localizado, em 1741, em casas da freguesia de S. João de Almedina e depois em casas na freguesia de S. Martinho do Bispo, ficando definitivamente instalado em edifício próprio, construído entre 1748 e 1765. BANDEIRA, Ana Maria; SILVA, Ana Margarida; MENDES, Marta Luísa – *Mitra Episcopal de Coimbra: Descrição Arquivística e Inventário do Fundo Documental*. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XXIII e XXIV (2003-2007) 87-137.

³⁹ DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1960; PAIVA, José Pedro – *Os Bispos..., cit.*, p. 165; SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol.III, 1992; p.354-355; SANCHIS, Antonio Mestre – *Polémicas sobre el Jansenismo y la bula Unigenitus a principios del siglo XVIII. Estudis - Revista de Historia Moderna*. 24 (1998) 281-292; SILVA, António Pereira da – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I*. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1964, p.50.145; SOUZA, Evergton Sales - *Jansenisme et réforme de l'Église dans l'empire portugais 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004, p. 187-234.

-se-á compreender mais facilmente não apenas qual o âmbito e a natureza das suas funções, como também, quais as matérias que preocupavam o antistite. As questões constantes do interrogatório, são várias, nomeadamente aquelas que se destinavam a apurar se os seus oficiais eram corruptíveis; se favoreciam ou prejudicavam algum réu a troco de dinheiro e favores; se cometiam excessos na cobrança do dinheiro pelo trabalho operado; se quebravam o segredo da justiça e se tinham tido trato desonesto com réus ou estavam amancebados⁴⁰.

No que diz respeito às perguntas de carácter mais específico, pretendeu-se saber se o meirinho tinha preso alguém sem ordem expressa para isso, salvo em flagrante delito; se vendo alguém desrespeitando o degrado o tinha colocado em cativeiro; se ao encarcerar alguém usara injúrias físicas ou verbais; se levara os presos para o aljube, para outra prisão secular, ou os retivera em sua casa; se cobrara algo aos presos por se deslocarem a audiências ou penitências públicas; se libertou alguém antes do despacho formal do provisor ou vigário-geral. Relativamente ao inquiridor o objectivo era saber se ele tinha permitido a presença dos envolvidos num determinado processo, enquanto interrogava as testemunhas nomeadas. Sobre o distribuidor, os oficiais encarregues da devassa tinham o fito de perceber se distribuía correcta e equitativamente o serviço disponível por cada escrivão; se mostrava o livro de distribuição aos escrivães sem ordem do provisor ou vigário-geral, ou, ausentando-se, procurava deixá-lo a quem o vigário-geral nomeasse. Quanto ao inquiridor apurou-se se inquirira pessoas que não constavam do rol de nomeados pelas partes; se fizera perguntas não previstas nos artigos da sessão de inquirição; se assinara o livro de alguma inquirição não efectuada por si e se cobrara dinheiro por esse trabalho; se interrogara várias testemunhas ao mesmo tempo sobre o mesmo ou diferentes casos. A propósito do contador a inspecção indagou se efectuava as contas com desvelo; se procurava inteirar-se junto das partes relativamente ao dinheiro que os escrivães e advogados lhes cobravam; se cumpria a Lei do Reino, segundo a qual deveriam apenas contar 25 regras por página e trinta letras

⁴⁰ AUC – Caixas da Câmara Eclesiástica, Devassa geral para se saber do procedimento dos reverendos ministros da Mesa da Justiça Eclesiástica e dos mais oficiais da justiça, III/D,1,6,2,19, 5, fl. 3-6v (doravante apenas AUC – Devassa Geral...).

em cada regra. Do aljubeiro verificou-se se tinha deixado fugir algum preso por sua culpa; se alargara ou encurtara o tempo de prisão indevidamente; se soltara algum preso sem alvará de soltura; se consentira que os cúmplices de amancebamento contactassem com os presos; se comera ou bebera com presos ou aceitara deles oferendas; se vendera ou comprara algum bem pertencente aos encarcerados, ou os obrigara a trabalharem para si ou para a sua família; se consentira blasfêmias, juramentos, jogos vários no aljube, ou permitira que os indivíduos em cativeiro se travassem de razões⁴¹.

Não ficavam por aqui as inquirições. Sobre os ministros pretendeu-se saber se eram assíduos na Mesa do Despacho e diligentes nos despachos dos feitos. O lote de questões sobre o promotor incidia sobre o seu empenho nas audiências em que estava presente; o esmero em tomar conhecimento de casos de clérigos que por má conduta escandalizavam os fiéis; o cuidado em certificar-se de que depois de apresentar os seus sumários, as causas tinham seguimento através da interrogação de testemunhas, realização de novas denúncias ou devassas; o primor na defesa da jurisdição episcopal e na supervisão dos outros oficiais relativamente ao cumprimento do *Regimento*. No que tocava aos comissários, indivíduos a quem era conferida a incumbência de ouvir testemunhas por impedimento do inquiridor, as perguntas destinavam-se a apurar se tinham tomado refeições em casa dos indivíduos envolvidos nos processos ou de seus familiares e amigos, e se inquiriam as testemunhas em locais inadequados. No referente aos advogados, interessava saber se permitiam treslados ou certidões de autos ou os enviavam para outros juízos sem ordem do provisor ou vigário-geral. Quanto aos escrivães, as inquirições destinavam-se a saber se eram diligentes na prossecução das causas; se faltavam ao respeito para com os réus; se passavam certidões ou enviavam documentos para outros juízos sem ordem do provisor ou vigário-geral; se retinham dinheiro indevido por tempo indeterminado sem o depositarem nos cofres do Tribunal; se tinham saído da cidade por período superior ao permitido (um dia), sem para isso estarem autorizados, e se tinham examinado testemunhas na ausência do juiz ou inquiridor. Seguia-se o interrogatório sobre o solicitador da justiça. Neste âmbito procurava-se saber se era empenhado em requerer inquirições e fazer correr

⁴¹ AUC – Devassa Geral..., fl. 3-6v.

os feitos da justiça, dos resíduos e, sobretudo, dos presos e dos prazos; se havia solicitado ou requerido algo a favor dos arguidos e contra a justiça; se tinha celebrado contrato ilegal com as partes e se recebera ilegalmente dos condenados parte da pena pecuniária aplicada pelo meirinho. Sobre os corredores das folhas a preocupação era apenas saber se levavam a cabo o seu trabalho com o esmero e dedicação necessários. Finalmente, o porteiro. As testemunhas foram intimadas a dizer se este oficial era falso em abrir as portas da casa do Auditório, em varrer e limpar as salas do edifício e assistir às audiências⁴².

Os interrogatórios das testemunhas notificadas por Teotónio Monteiro, solicitador da justiça, iniciaram-se em 20 de Março, na casa de António de Alvarenga Peixoto, desembargador da Mesa da Justiça Eclesiástica da cidade e bispado de Coimbra, juntamente com o notário apostólico. Foram interrogados 39 indivíduos, com idades compreendidas entre os 24 e os 74 anos de idade. Como se poderá visualizar através do gráfico nº1, 54%, ou seja, 21, eram funcionários do Auditório; 36%, correspondentes a 14, não laboravam no Tribunal e, finalmente, 4, ou seja, 10% do total, não se sabe se exerciam funções no Tribunal episcopal, pois aparecem referenciados apenas como licenciados.

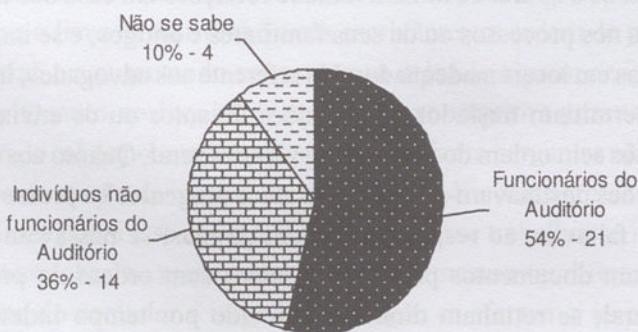


Gráfico 1 – Funções das testemunhas ouvidas

A inquirição de um maior número de oficiais do Juízo Eclesiástico, explica-se pelo facto de se tratar de pessoas que conheciam como ninguém a dinâmica interna do Tribunal. No lote destes sujeitos encontramos

⁴² *Idem.*

17 advogados, 2 solicitadores, 1 contador e um indivíduo nomeado como oficial da justiça, mas sem menção à função que exercia. Inquirir advogados revelava-se essencial. Além de poderem advogar outros tribunais, tendo, portanto, uma visão mais alargada dos deveres e funções dos vários oficiais, lidavam de perto com os casos instruídos no Auditório, tendo, por isso, um conhecimento extenso sobre eventuais problemas relacionados com incumprimentos, ilegalidades ou negligências.

Nem todos os inquiridos eram, porém, funcionários do Tribunal. Entre estes encontram-se 9 clérigos, duas testemunhas que viviam da sua fazenda, um moleiro, um lavrador e um alfaiate.

Relativamente aos clérigos, eram aqueles que no seio das paróquias, ao exercerem a função de cura de almas, tinham um conhecimento profundo do quotidiano dos fiéis, podendo assim ter notícia de algo susceptível de ser denunciado. No que diz respeito aos leigos, eram pessoas que tinham estado envolvidas nas malhas do Auditório Eclesiástico.

A origem geográfica dos inquiridos revela que a grande maioria era residente na cidade sede do bispado, isto é, 34, sendo os restantes 5 de fora de Coimbra, como se poderá ver pelo gráfico nº 2.

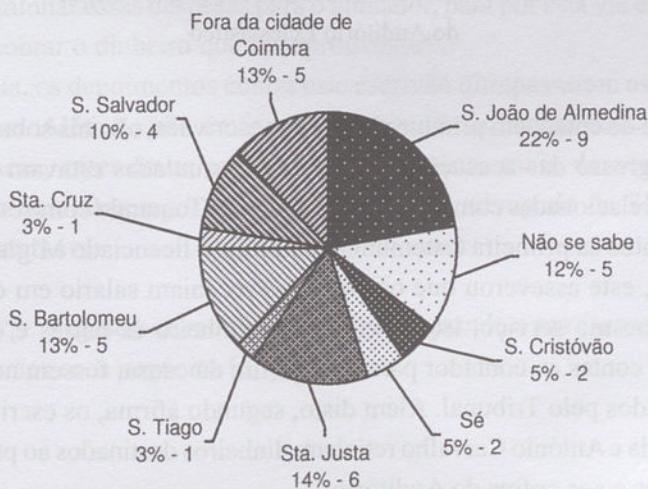


Gráfico 2 – Residência dos indivíduos inquiridos

Analizando agora os resultados da devassa, verifica-se que foram mais do dobro, isto é 28, os indivíduos que testemunharam contra o funcionamento

do Auditório e a conduta dos oficiais da justiça. Apenas 11 dos interrogados não denunciaram qualquer queixa.

Relativamente aos delatores, verificou-se que a esmagadora maioria depôs contra os escrivães do Auditório Eclesiástico. Como se poderá verificar no gráfico nº 3, foram 24 os indivíduos que assim procederam. Entre os demais visados encontra-se o contador, com 5 acusações, os advogados com 4, os comissários com 2 e, finalmente, o meirinho e distribuidor com 1 acusação cada.

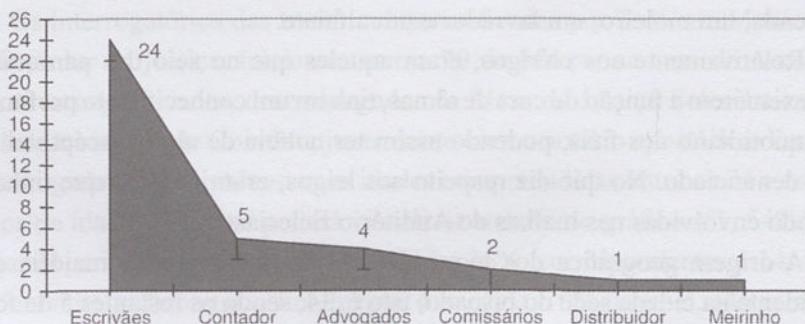


Gráfico 3 – Número de acusações por cada oficial
do Auditório Eclesiástico

Atente-se então, em primeiro lugar, nos escrivães, oficiais sobre os quais recaiu o grosso das acusações. As queixas formuladas estavam maioritariamente relacionadas com questões de dinheiro. Tomando como exemplo os depoimentos da primeira testemunha inquirida, o licenciado Miguel Coelho de Sousa, este asseverou que os escrivães recebiam salário em duplicado por um mesmo serviço, isto é, cobravam dinheiro às partes e enviavam depois as contas ao contador para que, no fim da causa, fossem novamente remunerados pelo Tribunal. Além disto, segundo afirma, os escrivães José de Miranda e António Carvalho retinham dinheiros destinados ao pagamento de salários e aos cofres do Auditório:

“[...] em todas as contas que por este Juizo se tem tomado aos mesmos escrivães ficara sempre alcançado nellas o escrivam Jozeph de Miranda assim no dinheiro que pertence a arca como em sellarios que se

contam aos procuradores nos quais tambem ouvio dizer publicamente ficara alcanssado o escrivão Antonio Carvalho [...]”⁴³.

Esta questão dos salários foi amplamente denunciada pela generalidade dos advogados, os quais se sentiam lesados. Isso mesmo referiu Domingos Álvares Carneiro, procurador do Auditório, revelando que era público e notório entre os advogados que José de Miranda era remisso em:

“[...] pagar os salários a advogados e comissários que se contavam nos autos ficando com elles na mam”⁴⁴.

Este escrivão foi recorrentemente acusado, uma vez que devia dinheiro a grande parte dos advogados. Além disso, retinha o dinheiro que era destinado à arca do Tribunal, sobretudo as receitas das condenações. Apenas para dar um exemplo, tinha em seu poder mais de 18 mil réis que, por sentença, um réu foi obrigado a pagar aos administradores de uma capela da freguesia de Santa Justa. Mas, não só. Era usual enviar caminheiros para estabelecer contactos com determinados indivíduos envolvidos nas malhas da justiça, sem encaminhar essas despesas para o contador, para por esta via ele próprio pudesse cobrar o dinheiro que lhe aprouvesse⁴⁵.

Todavia, os depoimentos contra este escrivão ultrapassaram as questões de dinheiro. Além de não enviar aos advogados as causas com prontidão e diligência, retendo-as em seu poder durante mais de seis meses, de acordo com Domingos da Costa Montanha, advogado de 71 anos de idade, costumava:

“[...] agastar-ce munto com as partes quando a sua caza vam fallar-lhe nos seos negócios [...]”⁴⁶.

⁴³ AUC – *Devassa Geral*..., fl. 7v.

⁴⁴ *Idem*, fl. 13v -14.

⁴⁵ *Idem*, fl. 12-12v. Testemunhos de casos idênticos poder-se-ão encontrar nos fólios 27-28; 29-30v; 30v-32.

⁴⁶ AUC – *Devassa Geral*..., fl. 11-11v e 22-23v.

Esta era uma prática que José da Silva também evidenciava. De resto, estes dois escrivães, segundo o depoimento do advogado Hilário de Carvalho, tratavam mal os réus, sendo rudes, grosseiros e descomedidos. Neste particular, José de Miranda teria agido da seguinte forma para com a testemunha:

“[...] lhe pedia dinheiros por varias vezes [...] e quando lho não dava com elle se irritava, e que pagou-lhe tudo quanto lhe pedio pera expedir a sua appelaçam, e ha muntos tempos o tem feito vir a esta cidade infinitas vezes [...] pera lhe concluir o treslado”⁴⁷.

Agiu ainda mais barbaramente com Lázaro Pereira Barreto. Indo a sua casa para que ele exarasse um despacho, de acordo com o que determinara o provisor que servia de vigário-geral, o escrivão recusou-se a fazê-lo. Ao que parece, José de Miranda solicitara-lhe 4 ou 5 moedas de ouro a troco do trabalho, o que o requerente recusou, dizendo que iria formular queixa acerca do sucedido. Foi então que o escrivão o tornou a chamar para a sua sala e o injuriou:

“[...] hera hum insolente e hum dezavergonhado e outras mais palavras injeriozas de que nam tem lembrança e que lhe nam queria tornar a dar a dita petissam [...] a cujo tempo se levantara tambem contra elle testemunha na dita salla o filho mais velho do dito escrivam chamado segunda sua lembrança Joseph Antonio descompondo-o e metendo a mam pera a algebeyra como querendo desta sorte atemorar e com tal excesso que as mesmas filhas e mulher vieram a dita salla acomoda-los o que vendo elle testemunha se viera pella escada abayxo [...]”⁴⁸.

⁴⁷ AUC – *Devassa Geral...*, fl. 15v-16v. Um testemunho de caso idêntico poder-se-á encontrar em fl. 33-34.

⁴⁸ AUC – *Devassa Geral...*, fl. 36-36v e 38v-39.

Passando à análise das acusações que recaíram sobre o contador, cumpre dizer que elas estão, de certa forma, relacionadas com as que visaram os escrivães no tocante a questões de dinheiro. Ao lavrarem rol das despesas de determinado feito, não procuravam saber junto dos indivíduos envolvidos se estes tinham já pago aos escrivães e advogados. Desta forma, o que sucedia era que as partes envolvidas acabavam por pagar em duplicado⁴⁹. Foi precisamente esta a acusação que mais pendeu sobre os advogados, acusados de ganância, não apenas por cobrarem às partes mais dinheiro do que o devido, mas também por maquinarem situações que lhes possibilitavam auferir o dobro⁵⁰.

Ao que parece, os comissários fariam o mesmo. João da Costa, beneficiado na igreja de Santa Justa, atestou ter conhecimento de que o comissário José Tavares Rochedo, vigário de Figueira de Lorvão, cobrara 200 réis apenas por uma informação que o padre Manuel da Paz lhe requereu que fizesse chegar ao Auditório⁵¹.

Com apenas uma acusação, o inquiridor e o meirinho. O primeiro foi denunciado por se ter ausentado algumas vezes, deixando o livro da distribuição ao promotor. O segundo, de acordo com o relato do solicitador António Simões Pereira, tinha uma mulher por sua conta, em Montemor-o-Velho, com quem mantinha uma relação de concubinato⁵².

Depois de interrogadas as testemunhas, e certamente devido ao facto do resultado dos interrogatórios revelar ilegalidades e desvios financeiros, os inquiridores ordenaram, em 15 de Março de 1741, que as contas relativas a pagamentos efectuados aos escrivães durante a década imediatamente anterior, fossem tresladadas, com o objectivo de serem analisadas e apenas aos autos da devassa.

Dois meses depois, em 15 de Maio, os autos de devassa foram publicados no cartório da Câmara Eclesiástica. No dia seguinte, saiu a sentença. O resultado era claro no tocante à tomada de medidas contra os abusos detectados. No entanto, apenas dois indivíduos foram condenados:

⁴⁹ *Idem*, fl. 7v, 14v-15v, 17-18, 24-25 e 26-26v.

⁵⁰ *Idem*, fl. 11-11v e 19-19v.

⁵¹ *Idem*, fl. 27-28 e 35-35v.

⁵² *Idem*, fl. 9v-10 e 17-18.

“[...] obrigue esta devassa pelo que resulta das testemunhas della a José de Miranda escrivam deste juízo ser prezo e suspenso, e obrigue tambem a que se livre como seguro, e suspenso Brás Nugueira Guimarães, escrivam das armas notefique-se este para preparar seu Livramento e aquelle se de a rol ao meirinho”⁵³.

Termina esta devassa com um registo do seu custo, o qual, de acordo com a legislação do Tribunal e na linha do que acontecia com os demais processos instaurados, foi suportado pelos condenados. O notário recebeu 2054 réis; o solicitador da justiça 660 réis pelo trabalho de avisar 33 testemunhas, e ao desembargador foram pagos 780 réis. O total das despesas contabilizou 3494 réis que, repartidos pelos dois réus, originou o pagamento de 1747 réis a cada um. A esta cifra acresciam depois as despesas do libelo, traslado da culpa e outros articulados. Apenas nos casos em que a justiça fosse parte acusadora e se provasse a inculpabilidade dos réus, o Auditório arcaria com as custas dos processos, o que aconteceria com esta inspecção caso não revelasse irregularidades. Não limitaria isso o zelo episcopal em apurar, por esta via, anomalias no funcionamento do Tribunal? Não se sabe, mas é provável que os antístites desencadeassem inspecções deste tipo apenas quando tinham presunção da existência de irregularidades no seio do Juízo Eclesiástico. Deve ter sido essa a razão que moveu D. Miguel da Anunciação a ordenar esta devassa, pois dos testemunhos se percebe que as deformidades detectadas eram públicas.

Considerações finais

Do exposto relativamente ao número de oficiais que laboravam no Auditório Eclesiástico e às funções que lhe estavam consignadas, parece poder concluir-se que o Tribunal Episcopal era um aparelho judicial fortemente burocratizado e relativamente organizado. Porém, como qualquer instituição, também os organismos da justiça episcopal podiam viver situações de injustiça e corrupção. Por conseguinte, havia mecanismos

⁵³ *Idem*, fl. não numerado.

internos como as devassas gerais, destinados a inspeccionar o funcionamento do Tribunal com o objectivo de expurgar as práticas que obstavam ao cumprimento integral da aplicação da justiça e disciplinar os seus obreiros. A devassa ordenada por D. Miguel da Anunciação denotou isso mesmo. O Auditório de Coimbra continha no seu seio indivíduos pouco atreitos ao recto exercício das suas funções e que davam azo a escândalos, motivados por situações de abuso de poder relacionadas com questões de dinheiro. Se a situação eventualmente mais folgada em termos de vigilância resultante da conjuntura de sede vacante, patente no período imediatamente anterior ao múnus de D. Miguel da Anunciação, interferiu ou impulsionou, quer o comportamento réprobo de alguns oficiais, quer a decisão da realização da devassa, não se poderá assegurar de forma peremptória. Assim como não se poderá afiançar que tenham sido exclusivamente as matrizes jacobéias do pensamento e acção do antístite conimbricense a ditar a realização deste procedimento judicial. Este era, na verdade, um mecanismo legal previsto, como acontecia com outros tribunais do período Moderno, e em relação ao qual é possível conjecturar que o facto de ter sido posto em prática resultou, não apenas de uma, mas das várias hipóteses apontadas. O problema está em perceber o que se passou depois da sentença, pois a devassa nada mais informa acerca dos indivíduos condenados e do funcionamento do Tribunal, o que seria necessário para apurar não apenas o impacto real como também a funcionalidade deste tipo de inspecções. Além de procurarem suprimir as deficiências no âmbito organizativo e comportamental, estes dispositivos prestavam-se à definição do limiar de irregularidade suportável; restauravam a imagem do tribunal com a abertura de um processo de denúncias que ultrapassava a inquirição dos seus próprios agentes; e funcionavam como um instrumento de reafirmação do poder do antístite sobre os órgãos e agentes a ele subordinados⁵⁴.

⁵⁴ De resto, como advoga Francisco Bethencourt em relação às visitas inquisitoriais de inspecção, é muito difícil determinar a eficácia destes mecanismos de vigilância e disciplinamento. Neste âmbito, o autor apresenta o caso de João Delgado Figueira, inquisidor do Tribunal goense acusado de mais de cem infracções, em relação ao qual não foram tomadas medidas disciplinares radicais, vindo o mesmo, de seguida, a gozar de uma carreira brilhante. BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e Debates, 1996, p. 168-193.

Além de sugerir algumas respostas, ressaltam deste estudo muitas questões. Que tipo de delitos eram mais usuais? Quais as sentenças previstas e que modelo foi mais bastamente aplicado? Verificava-se o seu cumprimento? De que dispositivos possuía o Tribunal para obrigar os réus a cumprir-las? As máquinas administrativas, as competências e qualidades dos vários oficiais, os modos de procedimento, as hierarquias internas de governo e funções, os circuitos de comunicação vertical interna da informação, eram semelhantes em todas as dioceses do Reino? Quais os limites de acção dos juízos eclesiástico, inquisitorial e régio e como conjugavam o exercício das suas influências? Em que sentido influenciavam a vida diocesana? E no que toca às relações entre os tribunais diocesanos e os de outras instâncias, qual a intensidade da colaboração e partilha de informação? Foram os auditórios sempre zelosos do cumprimento cabal da justiça? Eram estes organismos trampolim de carreiras? Tiveram impacto efectivo e de relevo no moldar dos comportamentos da cristandade católica?

Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial*

Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz

Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses da
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
analucia.cruz@hotmail.com

Magnus Roberto de Mello Pereira

Universidade Federal do Paraná (Brasil) e Centro de Documentação e Pesquisa de
História dos Domínios Portugueses
magnus@ufpr.br

Texto entregue em/Text submitted on: 13/04/2009

Resumo/Abstract:

No final do século XVIII e início do século XIX, a administração portuguesa conduziu uma política de cooptação dos filhos da elite luso-brasileira, incentivando a sua formação académica na Universidade de Coimbra. Muitos deles viriam a ter posições de destaque no período do Reino Unido e, depois, nos primeiros anos do Brasil independente. O presente artigo pretende acompanhar alguns aspectos identitários e da vida quotidiana revelados na passagem desses intelectuais por Coimbra.

In the late 18th century and early 19th century, the Portuguese administration implemented a policy encouraging the sons of the Portuguese-Brazilian elite to attend Coimbra University. Many of them later held high offices during the period of the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarve and, afterwards, in independent Brazil. This paper tries to analyse some aspects of their identity and daily lives revealed during their stay in Coimbra.

Palavras chave/Key words:

Identidade Brasileira; Elite intelectual luso-brasileira; Universidade de Coimbra.

Brazilian identity, Portuguese-Brazilian intellectual elite, Coimbra University.

* Este artigo é resultado de pesquisas financiadas pelas seguintes agências de fomento: Fundación Carolina, CAPES, CNPq e Fundação Araucária.

Não esperes Brazileiro,
 Por mais finezas que faças,
 Alcançar de Lizia bella
 Os mimos das suas graças.
 Toma hum maduro conselho,
 De quem experiente falla;
 Não respondas a seus ditos,
 Não dês credito, ouve, e calla.
 Se o teu intento he ires
 A Coimbra a te formares,
 Aproveita todo o tempo
 Somente em estudares.

Conselhos que dá hum Brazileiro veterano, 1778

Na ausência de instituições de ensino superior em terras da colónia brasileira, a alternativa que se apresentava para os filhos da elite colonial era a formação académica na Universidade de Coimbra. Podemos imaginar que o interesse dos colonos abastados em enviar seus filhos para estudarem em Portugal fosse, para além de propiciar-lhes alternativas de profissionalização, uma forma de promover o estreitamento de laços com a metrópole, visando a obtenção de benesses ulteriores.

Por outro lado, havia a sede de um imenso império que, temendo perder seus domínios no ultramar, procurava cooptar as elites coloniais para seu projecto de reformas e modernização. Uma das estratégias para tal foi a criação de estímulos e facilidades para que os filhos das famílias mais abastadas fizessem seus estudos em Coimbra, acreditando-se ser a educação poderoso elemento de unificação ideológica. “Quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”¹. Sabendo-se que a colônia americana era, nesse momento, a melhor parte do Império e levando-se em conta o receio de que as idéias revolucionárias da Europa continental contaminassem os ‘homens bons’ da sua melhor colônia, Portugal procurou aportar a juventude da colônia do Brasil na sua ‘ilha de letrados’, preparando-a para assumir serviços de reconhecimento e governação imperiais.

¹ CARVALHO, José Murilo de - *A construção da ordem; a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 51.

O impedimento da abertura de cursos superiores no Brasil pode ser visto como uma das partes visíveis dessa estratégia, cuja contrapartida mais imediata foi a distribuição de cargos no governo para os alunos egressos da Universidade Coimbra. Assim, desde a reforma da Universidade (1772), o aparelho administrativo português passará a absorver um número crescente de académicos de origem brasileira. Durante o período em que D. Rodrigo de Souza Coutinho ocupou a pasta dos Negócios do Ultramar, é notável a presença de nascidos no Brasil sob as ordens imediatas do ministro. Ele irá rodear-se de um grupo influente de intelectuais originários da América portuguesa, como José Bonifácio e José da Silva Lisboa. Após um curto período de declínio, D. Rodrigo volta ao poder, justamente na conjuntura da vinda da família real para o Brasil, e com ele os seus quadros científicos e administrativos brasileiros. A título de exemplo pode-se tomar o caso de Minas Gerais, onde, no final do período colonial, 34 cientistas conimbricenses ocupavam cargos públicos, alguns deles comissionados pelo governo imperial, para levantar potencialidades económicas, principalmente dos recursos vegetais e minerais². O presente artigo detém-se no estudo de alguns aspectos da passagem desta intelectualidade por Coimbra.

O número de alunos brasileiros constantes na relação de matrículas da Universidade, elaborada por Francisco de Moraes, confirma a eficácia da estratégia da coroa portuguesa para atrair a juventude brasileira para a formação superior na Coimbra reformada³. Entre 1772-1808, período balizado pela reforma do ensino superior e a vinda da família real para o Brasil, 608 brasileiros teriam passado pelos bancos da Universidade portuguesa. É interessante notar, porém, que a distribuição desses alunos entre os diversos cursos guarda algumas peculiaridades, em especial a acentuada opção por carreiras científicas, diga-se Filosofia (que habilitava em ciências Naturais), e Matemática (que habilitava em Astronomia).

Essas preferências iam ao encontro daquilo que pretendia o Marquês de Pombal com a reforma da Universidade de Coimbra: a formação de uma elite restrita de profissionais com habilitação científica. Para ele, não

² CARVALHO - *A construção*, cit. p. 54.

³ MORAIS, Francisco de - Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. *Anais da Biblioteca Nacional*. 62 (1940) 137-335.

interessava que a Universidade ultrapassasse em muito os 1.200 alunos, “porque os quatro mil (na maior parte bolônios) que até aqui se matriculavam seriam prejudiciais ao reino, faltando nele homens para as outras profissões; não podendo haver lugar para todos, e ficando com a sua ociosidade fazendo perturbações entre seus compatriotas.”⁴ Nesse contexto de pretendida redução da população escolar, crescem em importância e significado os mecanismos de atracção de alunos oriundos do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda não deixou passar desapercebido o resultado dessa opção, o qual ele qualificou de “chusma de naturais do Brasil que então se devotam afincadamente às ‘realidades práticas’ e às próprias Ciências aplicadas.”⁵ Para Holanda, no entanto, tratava-se de uma tendência que se manifestara naturalmente e não como o resultado de uma política coerente, orientada a partir de Lisboa.⁶

Um rápido exame do quantitativo da presença luso-brasileira em Coimbra dá-nos uma ideia da magnitude das transformações ocorridas naquele momento. Antes, e mesmo depois da Reforma, os cursos de Cânones e Leis reuniam o grosso da população estudantil de Coimbra, embora, após a Reforma, a percentagem de alunos dos cursos jurídicos tenha caído de cerca de 80%, para não mais que 52%. Tal queda pode ser atribuída aos contingentes dos novos cursos de Matemática e Filosofia, que chegaram a 408 alunos obrigados e 17 ordinários, entre os anos de 1773-74⁷. Para o mesmo período, entre os ordinários, seis eram brasileiros. Entre 1772 e 1808, de um total de 608 brasileiros matriculados, cinquenta e cinco teriam optado por fazer os cursos de Matemática e/ou Filosofia na qualidade de

⁴ Carta de Pombal para o reitor reformador Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, datada de Novembro de 1772, citada a partir de BRAGA, Teóphilo - *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1898, vol. 3, p. 449-450.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque – Apresentação in COUTINHO, Joaquim de Azeredo - *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 14.

⁶ Sobre a percepção do fenômeno na historiografia brasileira ver PEREIRA, Magnus R. M. e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da - A historia de uma ausência: Os colonos científicas da América Portuguesa na historiografia brasileira. In FRAGOSO, João et al. (Orgs.) - *Nas rotas do Império*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006. p.357-389.

⁷ FONSECA, Fernando Taveira da - *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*; estudo social e económico. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1995, p. 51.

ordinários. Os números crescem para 102, quando considerados, para o mesmo período, os alunos que, na listagem de Morais, têm registo apenas como obrigados dos cursos de Matemática, Filosofia, ou ambos. Esses quantitativos, evidentemente, não reflectem todo o universo de brasileiros que passaram pelas aulas de Vandelli, de Dalla Bella ou de Miguel Ciera, uma vez que, entre os alunos de Direito, de Medicina e mesmo de Teologia, a grande maioria frequentou as disciplinas das Ciências da Natureza como preparação obrigatória para os cursos escolhidos. A contrapartida que levava a esse tipo de escolha nas matrículas eram os desejados empregos públicos. As profissões de naturalista e de matemático estavam em alta na conjuntura da política educacional pombalina.

Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, Francisco José de Lacerda e Almeida, António Pires da Silva Pontes, entre outros, formaram a primeira geração de cientistas modernos do mundo português, enviados nas expedições demarcatórias e nas viagens filosóficas aos territórios coloniais dos diversos continentes⁸. No entanto, esses brasileiros que tomaram parte nas expedições científicas de Setecentos, após terem feito seus estudos na Coimbra reformada, são apenas a parte mais visível da estratégia portuguesa da incorporação de luso-brasileiros no processo de co-gestão colonial, através da formação científica⁹. Fragmentariamente é possível localizar algumas centenas de nomes de outros ex-estudantes conimbricenses envolvidos no mesmo processo. Na década de 1940, o estudo pioneiro de Francisco de Morais deu contornos mais nítidos a um fenómeno que, até então, era mais intuído do que conhecido¹⁰. Ao fechar o século XX, o estudo quantitativo da presença brasileira em Coimbra ganhou peso com um trabalho magistral

⁸ A inserção desses novos personagens científicos, naturalistas e astrônomos, na cena administrativa portuguesa não ocorreu sem dificuldades, ver PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. - Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII. *História: Questões & Debates*. 36 (2002) 28-60.

⁹ Sobre a participação de brasileiros na rede de informações científicas montadas pela coroa portuguesa ver KURY, Lorelai - Homens da ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*. 8 suplemento (2001) 109-129 e DOMINGUES, Ângela - Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde*. 8 suplemento (2001) 823-838.

¹⁰ MORAIS - *Estudantes...*, cit.

de autoria de Fernando Taveira da Fonseca¹¹. Muitos dos ex-conimbricenses formariam a primeira geração de quadros públicos do Brasil independente, como já assinalaram José Murilo de Carvalho e outros estudiosos. O que falta, para que tenhamos uma melhor compreensão do processo, são estudos sistemáticos sobre as carreiras dos egressos de Coimbra. Em suma, falta saber o que foi feito dos mais de 1.000 luso-brasileiros que passaram pela Universidade nos últimos 50 anos do período colonial. Falta, também, acompanhar mais de perto a formação dessas camadas intelectualizadas.

O presente artigo insere-se nesta busca, mas numa perspectiva assumidamente impressionista. Apoia-se maioritariamente em fontes indirectas e pretende mais apontar para possibilidades futuras de desenvolvimento do tema do que traçar qualquer percurso conclusivo sobre a presença dos luso-brasileiros em Coimbra.

Revisões historiográficas recentes têm demonstrado o quanto é descabido pensarmos em termos de Brasil antes de existir a nação brasileira independente. Em decorrência, tem ocorrido uma aproximação entre as historiografias brasileira e portuguesa e o reenquadramento do Brasil colónia no contexto imperial português. Neste contexto, o estudo da complexa questão identitária luso-brasileira tem ocupado papel de relevo¹². Mas de que identidade estamos tratando? O artigo busca acompanhar alguns aspectos da presença de um grupo de actores que terão presença determinante na concepção, primeiro, de um grande império luso capaz de acolher os interesses das elites coloniais e, depois, na constituição do império independente brasileiro¹³. Contudo, os aspectos estudados não têm o carácter grave do envolvimento desses jovens coloniais nas questões políticas e económicas. Trata-se, antes, de os acompanhar em alguns momentos da vida quotidiana de estudantes de

¹¹ FONSECA, Fernando Taveira da - *Scientiae thesaurus mirabilis; estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra. 1601-1850*. *Revista Portuguesa de História*. 33 (1999) 527-59.

¹² Ver CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho - As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões e Debates*. 36 (2002) 61-98. JANCSO, István e PIMENTA, João Paulo - Peças de um mosaico; ou apontamentos para a emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*. 21 (2000) 398-440.

¹³ Ver LYRA, Maria de Lourdes Viana - *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

Coimbra, na trajectória de se fazerem “doutores”, componente identitária que carregarão pelo resto de suas vidas.

Viver em Coimbra

Para se tornarem doutores em Coimbra era necessário, no entanto, viver por alguns anos na cidade, o que não se revelava fácil para muitos dos naturais das colónias. De qualquer parte que se viesse, não era simples alcançar a cidade. As estradas eram difíceis e constituía mesmo uma aventura a viagem até lá. Basta dizer que, para vencer as 33 léguas que a separavam de Lisboa, levava-se cerca de 2 dias. Dependendo da terra de origem, mesmo os estudantes reinóis tinham que enfrentar penosas jornadas em lombos de mula, até atravessar a ponte sobre o Mondego e entrar em Coimbra. Quanto aos brasileiros, passavam não menos de 60 dias para cruzar o Atlântico até ao porto de Lisboa e daí, até ao destino, mais uma difícil jornada por terra.

Se, por um lado, estudar em Coimbra significava para os estudantes do ultramar enfrentar as dificuldades do viver longe da casa paterna, por outro, constituía oportunidade de estreitar relações com conterrâneos, travar contacto com jovens de outras partes do Brasil e formar com eles laços de solidariedade. Esse aspecto não será irrelevante ao observarmos os desdobramentos que essa rede de solidariedades regionais propiciou, em termos da agregação dos estudantes brasileiros em torno dos novos espaços de sociabilidade que o universo académico e o viver na metrópole ofereciam.

Algumas famílias enviavam para Coimbra mais do que um filho, e não era incomum rapazes da mesma região seguirem juntos para a metrópole. As famílias abastadas chegavam a manter dois e até três filhos na cidade, como é o caso de Agostinho Delgado Arouche que, em 1774, para lá enviou seus filhos Diogo, José e Francisco Leandro. Alexandre Rodrigues Ferreira também seguiu para Coimbra na companhia do irmão Bartolomeu, e Baltasar da Silva Lisboa iria encontrar-se com seu irmão mais velho, José da Silva Lisboa, dois anos após este ter entrado na Universidade. A engrossar o grupo dos baianos, Joaquim de Amorim e Castro chegaria a Coimbra para

matricular-se na Universidade, no mesmo ano em que seu conterrâneo Baltasar da Silva Lisboa.

Levando em conta que, mesmo para os padrões de finais do século XVIII, Coimbra era uma pequena cidade, e considerando ainda que a comunidade académica constituía um grupo diferenciado no interior da cidade, não é difícil imaginar a convivência entre os contemporâneos brasileiros que formariam uma rede de solidariedade entre pares.

O historiador Russel-Wood localizou uma coleção de cartas de um estudante de Coimbra para seu pai na Bahia. Esta documentação é um dos raros registos encontrados relativos ao testemunho directo de um estudante brasileiro vivendo na cidade do Mondego¹⁴. Embora a única das cartas publicadas pelo autor do artigo seja datada de um período anterior ao enfocado neste trabalho, sabe-se que as precárias condições da pequena Coimbra para abrigar seus estudantes perduraria por todo o século XVIII. Após a reforma de 1772, quando a obrigatoriedade da presença dos alunos para procederem aos dois períodos de matrículas anuais e uma maior exigência de comparecimento às aulas forçavam a permanência dos estudantes na cidade, as dificuldades para encontrar acomodação tornaram-se maiores. Nesse período, tentou-se impor a recuperação das antigas casas da Almedina, num esforço de viabilizar hospedagem para os estudantes que chegavam de todas as partes do império. De qualquer modo, segundo Taveira da Fonseca, Coimbra “dificilmente poderia absorver – alojando e alimentando em permanência – a totalidades dos matriculados”, sendo parte da população estudantil sempre “itinerante”. “Serão sobretudo os estudantes oriundos das regiões mais distantes (incluindo os ultramarinos) os que ficam em Coimbra”¹⁵.

Entre estes, parece ter sido corrente os veteranos abrigarem em suas casas os conterrâneos recém chegados. Hipótese que os estudos de António de Oliveira confirmam: “Embora a Almedina constituísse o centro da morada

¹⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. - Relato de um caso Luso-Brasileiro do século dezassete. *Studia*. 36 (1973) 7-38. A lamentar a publicação de apenas uma das 11 cartas de António Alvares Pereira a seu pai, Manuel Alvares Pereira. O autor localizou ainda cinco cartas do estudante para Manuel de Sousa Madeira, colega comercial de seu pai.

¹⁵ FONSECA, *A Universidade...*, cit., p. 368-369.

dos estudantes, havia uma certa tendência para se agruparem de acordo com as proximidades geográficas das origens”¹⁶.

Foi o que aconteceu com um estudante baiano referido por Russell-Wood. Ao chegar a Coimbra, em 1695, António Álvares Pereira e o amigo Francisco Ribeiro buscaram logo a casa do também brasileiro Lucas Ribeiro. Percebe-se que as identificações de origem constituiam, em princípio, um importante factor de agregação dos estudantes e de adaptação ao novo ambiente. António escreveu ao pai dizendo que logo que chegara, “a sala se cobriu de estudantes a fazerem o que costumam aos que vão novatos, e nos trataram com melhor modo e brandura do que imaginávamos.”¹⁷ Antonio tranquilizava o pai, dizendo que ele, Francisco e o hospedeiro Lucas “parecemos três irmãos”. É lícito supor que a prática dos jovens brasileiros recém chegados travarem contacto com seus compatriotas veteranos tenha permanecido ao longo dos anos.

A adaptação ao novo ambiente não seria fácil. No caso dos brasileiros, as dificuldades começavam com o impacto do próprio clima do hemisfério Norte, cujas baixas temperaturas do Inverno eram inusitadas para os oriundos dos trópicos. O estudante António queixava-se ao pai dos rigores do Inverno de Coimbra: “[...] o frio que há nesta terra é insuportável, e sempre estamos juntos ao fogareiro, e andamos tremendo com os pés cheios de frieiras, as unhas das mãos e dos pés parecem que saltam fora, tudo é gemer, tudo tremer, e não pode uma pessoa fazer nada por amor do frio que é o mal que tem Portugal.”¹⁸

Para esse estudante baiano, filho de um rico comerciante exportador, estar longe da pátria e do conforto da casa paterna onde, certamente, contava com negros e negras para o servirem, estar em Coimbra, entregue à própria sorte, constituía sacrifício comparável ao de um exílio. Grande parte da

¹⁶ OLIVEIRA, António de – *O quotidiano da Academia in História da Universidade em Portugal (1537-1771)*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. 1, tomo 2, p. 624.

¹⁷ As fontes referem-se com frequência à violência das “investidas” dos veteranos contra os novatos de Coimbra. Ser recebido por um conterrâneo talvez pudesse atenuar o rigor das recepções académicas aos caloiros. Sobre a prática do trote ou praxe académica, ver o opúsculo do estudante paraense PATRONI, Filipe Alberto - *Dissertação sobre o direito de caçoar, que compete aos veteranos das academias*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.

¹⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. - *Relato...*, cit., p. 35.

referida carta de António ao pai é gasta em lamentações. “[...] não sei a VM encarecer em que miséria está esta terra pela falta de mantimentos [...] quando me alevanto da mesa saio morrendo a fome, não há haver galinhas nem frangos [...]. Coimbra só para degredados serve, pela fome, doenças e frios [...]”¹⁹.

Instalado em Coimbra, António encaminhou ao pai um rol de encomendas. Pedia “do sertão, alguns rolos de cera” (para iluminar as noites de estudo), um barril de farinha (provavelmente a de mandioca) e outro de arroz, tudo para consumo próprio. Pedia açúcar, para “dar de “mimo” a “alguns fidalgos” a quem devia favores. Para fazer frente aos rigores do Inverno, pediu meias de algodão. Exigente, o estudante queria ainda “um sinete de marfim bom, e se não for bom, não mo mande” e alguns rosários, contanto que fossem bem feitos. Curiosidades da terra também seriam benvindas, como “algumas contas de peixe mulher” e também as novidades: “mande algumas moedas novas para vermos, que os filhos da Bahia estão com grandes desejos de as ver”. Se houvesse algum “estudante conhecido” por vir, este poderia ser portador de algumas superfluidades: “tabaco do bom”, lenços finos da Índia, lenços de cambraia (“de outra coisa não servem”), com uma bainha de um dedo de largura por toda a roda, feitos conforme “a moda que cá se usa”²⁰. Porém, este estudante bem nascido e com certa afectação de janota sentia a mesma falta que acometia a quase todos os estudantes forasteiros: dinheiro²¹. Em Coimbra, diferentemente do Brasil, onde as famílias abastadas contavam com escravos para servi-las, o estudante tinha que pagar por tudo: moradia, comida, roupas, serviços vários (como lavagem de roupa, conserto de sapatos, etc.), livros, apostilas, móveis e utensílios de uso diário, como pratos, talheres, etc. De entre os pedidos ao pai, António asseverava

¹⁹ *Idem*, p. 35-36.

²⁰ *Idem*, p. 37.

²¹ O pai de António Álvares Pereira, Manuel Álvares Pereira, foi um bem sucedido homem de negócios da Bahia, com actividades na área da pecuária e do comércio (exportava para Portugal, Angola, ilhas Atlânticas e região do rio da Prata). Também exerceu cargos burocráticos: tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé da Bahia, procurador do Convento do Desterro, moedeiro e tesoureiro da Casa da Moeda da Bahia, “juiz e escrivão da segunda frota” e encarregado da arrecadação do tabaco em pó, ver Russel-Wood – *Relato..., cit.*, p. 25-27. Embora o autor afirme que Manuel gozou de “êxito modesto” nas suas actividades, somos levados a crer que, de facto, se tratou de um negociante de grosso trato da emergente camada de comerciantes baianos.

que o mais necessário era dinheiro, pois, “tudo nos custa dinheiro, tudo, sem exceção de nada”.

As mazelas do estudante estão registadas em várias composições do *Palito Métrico* nas quais os dissabores estudantis são anunciados em títulos explicativos²², como este:

“Queixas de Amaro Mendes Gaveta, estudante na Universidade de Coimbra, contra pulgas, percevejos, bêstas de jornada, arrieiros, estalajadeiros, lograntes, amas, moços, lavadeiras, ruas, falta de divertimentos, etc. Escritas em oitavas portuguesas e dedicadas aos nobilíssimos e preclaríssimos Pais dos Senhores Estudantes Conimbrenses, para que vindo no conhecimento dos muitos trabalhos, que seus estudiosos filhos padecem nas jornadas, e Universidade, se dignem a lhes acrescentar as mezadas, por Domingos Gonçalves Perdigoto, vizinho do tal Amaro Mendes Gaveta e assistente debaixo dos seus quartos.”²³

Noutra composição do *Palito Métrico*, o autor menciona que “a primeira cousa que fazem os Pais ricos, quando intentam mandar seus filhos à Universidade, é procurar alguma via, ou correspondente, por quem lhes possam contribuir as mesadas, ou lhas dão logo todas juntas por evitarem este trabalho.”²⁴ O comerciante lisboeta Manuel de Sousa Madeira tinha ordens do pai de António Álvares Pereira para provê-lo do que fosse necessário. No rol de despesas efectuadas com o jovem recém chegado constam despesas com “aviamentos” feitos em Lisboa à chegada do estudante, gastos com o transporte em bestas de Lisboa a Coimbra, 78\$000 réis de mesada anual, à razão de 6\$000 réis por mês, acrescidas de 12\$000 réis de “mesadas suplementares”²⁵. Antonio, seguramente, reunia as características

²² Trata-se de uma colectânea de textos jocosos, datados do século XVIII, produzidos por estudantes de Coimbra. Pouco ou nada conhecido no Brasil, o *Palito Métrico ou Macarronea Latino-Portuguesa* tem sido bastante utilizado por pesquisadores portugueses a propósito da vida estudantil na Coimbra setecentista.

²³ *Palito Métrico e correlativa macarrónea latino-portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942, p. 234-273.

²⁴ *Palito Métrico...*, cit., p. 163-164.

²⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. – *Relato...*, cit., p. 36.

do estereótipo de estudante rico de que trata o *Palito Métrico*, “aqueles que têm cinco moedas de mesada, [...]filhos de mercadores ricos, ou [...] brasileiros, que têm letra aberta no correspondente.”²⁶ Ainda assim, António queixava-se de falta de dinheiro.

Para o caso dos estudantes brasileiros de Setecentos, infelizmente, não foi possível localizar correspondência para as famílias, fonte preciosa para nos acercarmos de seu viver quotidiano na cidade do Mondego. Entretanto, ao tratar do arrendamento de casas em Coimbra, no ano de 1787, Taveira da Fonseca menciona Manuel Ferreira da Câmara que “tinha à sua conta um sobrado e ainda dois andares e um sobrado, e por tudo pagava 36.400 réis [...]”²⁷. Provavelmente, trata-se do mineiro, que viria a tornar-se importante mineralogista da Coroa e, posteriormente, intendente da demarcação diamantina. Juntamente com José Bonifácio de Andrada foi enviado em viagem de instrucção para diversas partes da Europa. Ferreira da Câmara era um daqueles brasileiros abastados a quem foi possível viver em Coimbra com invulgar largueza.

Pátrias Chicas

No imaginário académico, o local de origem dos estudantes era utilizado como indicativo de uma certa personalidade regional, tida como comum a quem era oriundo de uma dada área. Esses estereótipos, frequentemente referidos nas composições do *Palito Métrico*, podem ser vistos como factor discriminatório, mas também como sinal de que os estudantes de um determinado local, independentemente de viverem em grupos ou não, tendiam a ser vistos e reconhecidos a partir de uma macro identificação comum.

Em sua famosa memória sobre o melhoramento dos domínios lusitanos na América, de 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro e secretário de estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, exortava a que os portugueses “nascidos nas quatro partes do mundo” se julgassem somente portugueses,

²⁶ *Palito Métrico...*, cit., p.168.

²⁷ FONSECA, Ferando Taveira da - *A Universidade...*, cit., p. 335.

lembrando-os da fortuna de pertencer a uma monarquia que reunia num só todo, partes tão diferentes. À época dessa exortação, muitos dos alunos luso-brasileiros matriculados na Universidade nos primórdios após a reforma de 1772 já se haviam tornado profissionais, alguns a serviço da Coroa. O ministro de D. Maria I dirigia-se, especialmente, aos súbditos das “províncias da América que se denominam com o nome genérico de Brasil”, reforçando sua decidida opção pelo desenvolvimento dessa parte do império como via para o enriquecimento de Portugal²⁸.

Vale lembrar que, nesse período, julgar-se português não excluía a possibilidade do indivíduo conviver com outros níveis de identificação, conforme assinalaram Ana Cristina Nogueira da Silva e António Hespanha, a propósito da estrutura da identidade portuguesa na sociedade do Antigo Regime²⁹. Estes autores, imaginando uma escala de instâncias identitárias, observaram que, para além de uma matriz católica, europeia e hispânica que perpassava pela a identidade portuguesa, conviviam e se cruzavam com estas, “ao nível de círculos mais restritos de sociabilidade”, outros índices identitários que, interiorizados, constituíam traços específicos de pertença não desprezíveis. No nível das “identidades particulares”, parentes, patrícios (no sentido de conterrâneos) e pares teriam constituído redes de sociabilidade de nítida operacionalidade social. Num outro plano, os portugueses também se reconheciam, ainda, como pertencentes a uma “pátria chica”, conceito que estes historiadores utilizam para indicar o sentido de identificação dos moradores de uma determinada vila, cidade, ou região do Reino.

Até fins do século XVIII, a palavra pátria foi mais frequentemente usada como sinónimo do local de origem, da terra de onde se é. Afirma António de Oliveira que:

“Embora a Almedina constituísse o centro da morada dos estudantes, havia uma certa tendência para se agruparem de acordo com

²⁸ COUTINHO, Rodrigo de Souza - Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua majestade na América in *Textos políticos, económicos e financeiros*. 1783-1811. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, tomo 3, p. 48-49.

²⁹ SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel - A identidade portuguesa in MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol. 4, p. 19-37.

as proximidades geográficas das origens (...). Para certos efeitos (...), havia como que uma organização de pátrias, de regiões de nascimento.”³⁰

Este mesmo autor verificou em suas pesquisas que a região de origem dos estudantes costumava ser um pretexto para o estabelecimento de laços de solidariedade.

“A solidariedade das origens, com sociabilidade ajuramentada, encontramo-la entre os alentejanos, residentes no bairro de S. Pedro, “no mais alto da Couraça de Lisboa, onde chamão o bairro do Alentejo”. Unida encontramos, igualmente a Província da Beira, devota de Nossa Senhora da Estrela. Espaços de sociabilidade documentados, um e outro, sintomaticamente por desacatos à ordem, muitas vezes companheiros da festa.”³¹

O conceito de “pátria chica” (pequena pátria) presta-se, talvez melhor do que qualquer outro, para indicar os diferentes segmentos pelos quais estudantes ultramarinos se distinguiam entre si e se diferenciavam dos demais alunos de Coimbra. Os jovens estudantes luso-brasileiros, egressos de diferentes “províncias da América”, muitas vezes se reconheciam e eram identificados a partir da sua região de nascimento. Assim, por exemplo, um nascido em São Paulo era paulista, se reconhecia como tal e, de alguma forma, não se confundia com o mineiro das Minas Gerais ou o baiano da Bahia. Para efeito de identificação e auto-identificação, a terra de origem, ou “pátria chica”, mostrou ser mais operacional que o designativo genérico de brasileiro ou português da América, como também foi usado.

No caso dos estudantes do ultramar, a pertinência da utilização do conceito de “pátria chica” justifica-se pela emergência de seu significado em textos tão espontâneos quanto os do *Palito Métrico*. As composições reunidas nesta miscelânea jocoso-satírica foram produzidas no interior da comunidade estudantil, para ela se dirigiam e, nesse sentido, podem ser

³⁰ OLIVEIRA, António - *O quotidiano...*, cit., p. 624.

³¹ *Idem*, p. 624.

vistas como falas entre pares. Entretanto, é notório o reconhecimento pelos autores da existência de uma não homogeneidade entre aqueles “iguais”. O local de origem foi frequentemente utilizado como factor de diferenciação entre os estudantes, sendo, por outro lado, vector de formação de grupos de convivência. Conforme se pode depreender das composições do *Palito Métrico*, aos originários de cada uma das diferentes “pátrias chicas” correspondiam estereótipos que os autores daqueles textos estudantis pretendiam compartilhar dentro do universo académico.

Sob pseudónimo de Bernardino de Albuquerque e Faro, um suposto estudante da Faculdade de Leis publicava no *Palito Métrico* a *Carta guia para novatos*. A linguagem chistosa em que são escritos os versos da *Carta* não diminui seu valor, antes dá visibilidade a um reconhecido arquipélago de identificações, mapeando para o recém chegado os saberes do veterano a recomendar a convivência com seus iguais como o porto seguro do calouro. Justifica-se a citação, apesar de longa:

“[...] não tenhas nunca sociedade
com quem destes contornos for nativo[...]
Isto mesmo usarás c’o Brasileiro,
Que tem velhacaria, e muita treta;
E se vires que é filho de mineiro,
Arreda-te já dele, que é forreta [...]”
Acompanha, se queres, c’os do Porto,
O braguês arrenega, que este é vário [...]”
Acompanha com gente de Lisboa,
Que esta menos má é do que é boa.[...]
Conversarás com quem for teu natural,
Vizinho, conhecido, ou grande amigo [...]”³².

Numa outra poesia satírica da época aparece novamente a designação geral complementada por uma específica.

³² *Carta de guia para novatos, vida importante, ou química proveitosa, que um tratante envia a um amigo seu para cursar a universidade de Coimbra com grandeza na côdea, e chelpa in Palito Métrico..., cit. p. 193-215.*

“Fujamos, Delmira amada,
De tudo que he Brazileiro:
E dos filhos da Bahia
Devemos fugir primeiro.”³³

Interessa notar como “mineiro” e “filho da Bahia” foram destacados do “brasileiro”, tomado na sua generalidade. De alguma forma, no imaginário estudantil setecentista, o termo mais geral “brasileiro” continha os designativos regionais específicos “mineiro ou baiano”, do mesmo modo que, entre os reinóis, os do Porto se distinguam dos de Braga ou dos de Lisboa.

Por outro lado, ao contrário do que alguma historiografia recente quer fazer crer como anacronismo, a designação “brasileiro” foi frequentemente utilizada no século XVIII para se referir aos nascidos no Brasil. Por ser literatura burlesca, as abundantes ocorrências do termo no *Palito Métrico*, não devem ser menosprezadas. Ao invés, atestam o uso coevo do termo na linguagem coloquial do período. Isto contraria frontalmente certas correntes ortodoxas da historiografia brasileira, que rejeitam liminarmente o uso do patronímico “brasileiro” para os naturais da América Portuguesa, em completo desacordo com o que mostram as fontes. Em seu lugar, dizem, seria mais prudente empregar luso-brasileiro, brasílico e mazombo.

A todos causava grande gosto e admiração

Entre a chegada a Coimbra, as dificuldades de adaptação ao novo meio, a aprendizagem das formas de viver estudantil (dentro e fora da Universidade), e a cerimónia da tomada dos graus como última etapa do convívio académico, um longo percurso de vivências era percorrido pelo estudante. Ao graduar-se, já não era o mesmo da chegada. Além do prestígio social que significava possuir um título de bacharel ou de doutor, a honra de ter

³³ *Discurso que fizerao duas senhoras portuguezas depois de lerem o papel dos Conselhos que deu hum brazileiro a todos os seus patricios... Dialogo entre Marcina e Delmira*. Lisboa: na Officina de João Antonio da Silva, 1778. Trata-se de uma resposta a cordel intitulado *Conselhos que dá hum Brazileiro Veterano a todos os seus Patricios que chegarem a esta Corte*. Lisboa: na Officina de Francisco Sabino dos Santos, 1778.

passado pela Universidade era extensiva à família do graduado. Disso estava ciente António, quando escrevia ao pai: “depois de passados (os anos em Coimbra), tem VM o gosto, e glória de ter um filho que seja a honra, e lustre de toda a sua geração, pois até agora não tivemos nela pessoa ou parente que passasse a estudar a esta Universidade, e com suas letras honrasse a sua progénie.”³⁴ Reconhecido factor de elevação de estatuto social, o título universitário alcançado em Coimbra constituía um passaporte eficaz para ingressar noutros patamares de consideração social. De entre eles, o próprio corpo docente da Universidade, do qual alguns brasileiros setecentistas vieram a fazer parte. Alexandre Rodrigues, como demonstrador da cadeira de História Natural; José da Silva Lisboa, como substituto das cadeiras de Grego e Hebraico³⁵; Vicente Coelho Seabra Silva Telles, como lente substituto extraordinário de Química e substituto de Botânica e Zoologia³⁶, para ficar apenas em alguns exemplos.

Embora não estejam disponíveis documentos que permitam maiores aproximações ao quotidiano dos estudantes brasileiros em Coimbra, algumas indicações dão a perceber a sua atuação como grupo. No dia 22 de Setembro de 1772, todos os sinos da cidade entraram em repique festivo anunciando a chegada do Marquês de Pombal para a entrega oficial dos Estatutos da reforma da Universidade. Nessa noite, espalharam-se por toda a cidade fantásticas luminárias. As memórias contemporâneas referem o deslumbramento causado pela iluminação “que fizeram os estudantes brasileiros com efeitos de perspectiva, representando a Sciencia cahindo, e entre nuvens sahindo uma mão que a sustenta pelo braço.”³⁷ Os brasileiros tinham um motivo muito particular para festejarem o acontecimento: o reitor escolhido para dirigir a nova Universidade, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, era natural do Brasil.

³⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. - *Relato..., cit.*, p. 20, nota 19.

³⁵ LISBOA, Baltasar da Silva - *Discurso histórico, político e econômico dos progressos, e estado atual da Filosofia Natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Brasil*. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1786.

³⁶ GOUVEIA, António Jorge Andrade de - Químico esclarecido luso-brasileiro: Vicente de Seabra, 1764-1804. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, 21 (1976-1977) 10.

³⁷ BRAGA, Teófilo - *História da Universidade*, *cit.*, p. 428.

Mais tarde, os alunos brasileiros de Vandelli foram protagonistas de outro espetáculo público. A *Gazeta de Lisboa* noticiou a primeira experiência aerostática realizada em Coimbra, encomendada por Vandelli a seus alunos de Química. Entre os autores da “*Machina aerostatica*” estavam dois brasileiros: José Álvares Maciel e Vicente Coelho de Seabra. À subida do balão piramidal assistiram o “reitor, com todo o corpo académico, nobreza e povo”, sendo os autores da experiência muito aplaudidos. Para além do interesse que essas experiências despertavam no público, como espetáculo visual de grande impacto, tais atividades extra-muros faziam parte do *curriculum* académico e eram um estímulo para os estudantes aprimorarem seus conhecimentos técnico-científicos. Após a experiência com o balão de papel, que se rompera à primeira tentativa, projectou-se a construção de um outro, desta vez em “tafetá envernizado com uma gomma elastica”³⁸, inovação descoberta pelos jovens aprendizes. Daí por diante, os estudantes de Filosofia Natural promoveram, com sucesso, exibições em várias ocasiões festivas. As notícias da *Gazeta* indicam que, no ano de 1784, “se formaram pelos Estudantes Naturalistas várias máquinas aerostáticas, as quais todas de elevaram a diferentes alturas”.³⁹ Essas máquinas maravilhosas funcionavam como instrumentos de divulgação e vulgarização do saber científico e talvez tivessem mesmo o sentido de peças publicitárias aéreas de um certo “marketing” científico da época.

Em 1 de junho de 1785, Portugal festejava o casamento dos infantes de Portugal e Espanha. A Universidade comemorou a efeméride com uma grande queima de fogos de artifício, descrita pela *Gazeta de Lisboa*:

Na varanda do Palácio [no prédio da Universidade], houve uma fonte de fogo, que representava 22 repuxos, formados por outros tantos canudos de cobre com diferentes direções: este fogo era produzido por gás inflamável, separado pelo método de Priestly, o qual formava uma chama contínua, cintilante, e azulada: e diminuindo-se depois a força do fogo, apareciam sobre as bocas dos tubos umas luzes

³⁸ *Gazeta de Lisboa*, seg. supl. ao n.28, 17 de Julho de 1784.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*, seg. supl. ao n.34, 28 de Agosto de 1784.

representando grandes e perfeitas safiras: fenômeno que se deve a invenção ao laboratório da Universidade”⁴⁰

É bem provável que estudantes brasileiros, discípulos de Vandelli e Dala Bella das Faculdades de Matemática e Filosofia, estivessem envolvidos com essas demonstrações feéricas e espetaculares do saber científico. Sabe-se da especial apetência dos brasileiros setecentistas por aqueles cursos e das atividades desenvolvidas por eles junto as seus mestres no Laboratório de Física da Universidade.

“Nascimentos, aniversários, casamentos, coroações e todos os acontecimentos festivos ligados à sociabilidade cortesã eram pretexto para a festa e para o espetáculo que devia ser exibido, mobilizando grande quantidade de pessoas” A Universidade de Coimbra não se furtava, nessas oportunidades, de também fazer exibições cuja “intenção celebrativa acabava, assim, por tornar visível o poder da ciência e da instituição que a ministrava”⁴¹

Na edição de 16 de julho de 1785 da *Gazeta de Lisboa* encontraremos a Universidade de Coimbra festejando o aniversário do rei D. José com um espetáculo de pirotecnia. Das sete horas da tarde às duas da manhã, arderam 150 chamas em várias direções sobre as quais uma águia lançava fogo pelo bico e pelas pontas das asas, que “a todos causava grande gosto e admiração”.⁴² A participação dos estudantes nesses espetáculos e seus preparativos envolvia grande dose de entusiasmo e emulação, constituindo momentos privilegiados de aprendizagem associado ao caráter lúdico e de sociabilidade académica.

Aprender viajando

Para além das oportunidades de demonstrar publicamente as maravilhas da ciência que as ocasiões festivas propiciavam, os estudantes brasileiros passavam também por um processo de ensino prático que, no caso dos

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*, seg. supl. ao n.º 24, 18 de Junho de 1785.

⁴¹ GOUVEIA, Isabel de Barros Amaral Marques - *Fantasia, ciência e espetáculo em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

⁴² *Gazeta de Lisboa*. Seg. supl. ao nº 27, 16 de Julho de 1785.

estudantes de História Natural, se consubstanciou em programas de treino de campo planeados por Vandelli, segundo o exemplo de Lineu⁴³. O mestre italiano defendia a realização de um projecto de reconhecimento das potencialidades naturais úteis ao desenvolvimento económico do Reino, que seria efectivado em etapas sucessivas: primeiro, realizar uma viagem filosófica pelo Reino, e depois, em seus domínios⁴⁴.

O interesse pelo adestramento científico dos alunos de História Natural, Física e Química era preocupação também das instâncias superiores da Universidade de Coimbra. Em 1779, concretizando as orientações do ensino experimental presente nos Estatutos, a Congregação Geral das Faculdades de Filosofia, Matemática e Medicina determinava que professores e alunos realizassem viagens de estudo. Domingos Vandelli e Dalla Bella foram encarregados de elaborar o plano de execução das mesmas, cujos participantes tinham a obrigatoriedade de apresentar relatórios escritos e de encaminharem à Faculdade os produtos que colectassem⁴⁵.

Pertencendo à primeira leva de alunos brasileiros da Coimbra reformada, Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó realizariam juntos seu treinamento de campo na região de Buarcos, onde examinaram as minas de cobre perto do Cabo Mondego. Logo após se terem formado, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, Manuel Galvão da Silva e José Joaquim da Silva foram ingressaram no serviço régio, passando a trabalhar na organização do gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa.

Ao mesmo tempo, nas primeiras viagens aos arredores de Coimbra, faziam parte do treinamento profissional dos naturalistas, cumpriam o objetivo de recolher espécimes para o Museu da Universidade, além de servirem o objectivo utilitário de descobrir e avaliar os recursos económicos

⁴³ O naturalista sueco Carl Linneu sustentava que o naturalista precisava de conhecer os recursos naturais de seu próprio país antes de visitar outros, e que o conhecimento completo dos recursos e potencialidades do país era a chave do desenvolvimento económico. LINEU Caroli - *Oratio de Necessitate Peregrinationum intra Patriam*. Lugduni Batavorum: C. Haak, 1743. Sobre o carácter nacionalista sueco do pensamento de Lineu, ver KOERNER, Lisbet - *Linnaeus; Nature and nation*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

⁴⁴ VANDELLI, Domingos - Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no Reino, e depois nos seus domínios in *Aritmética Política, Economia e Finanças*, 1770-1804. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, p. 21-45.

⁴⁵ CRUZ, Lígia - Domingos Vandelli, alguns aspectos da sua actividade em Coimbra. Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. (1976).

dos terrenos circunvizinhos a Coimbra. Os bispos de Coimbra eram, também, senhores das terras de Coja e Avô. O brasileiro D. Francisco de Lemos, bispo reformador, prontamente colocou as terras desse senhorio no rol das regiões a serem visitadas pelos estudantes e professores da Universidade. Desse projecto tomou parte Baltasar da Silva Lisboa, recebendo a incumbência de examinar as minas (chumbo, ferro, cobre, prata, ouro, antimônio e enxofre) de Coja⁴⁶. Seu companheiro no estudo das minas foi outro estudante baiano, Joaquim de Amorim e Castro.

Já como professor em Coimbra, o doutor Joaquim Veloso de Miranda foi um dos encarregados para, junto com outros naturalistas, fazer investigações nas Serras da Estrela e Gerez, pelo que seriam remunerados com “as sobras dos partidos filosóficos”⁴⁷. Também remunerado foi José Álvares Maciel para, em 1784, prosseguir com as investigações na Serra da Estrela, missão em que foi acompanhado por um herborista. Durante sessenta e dois dias, ambos estiveram explorando aquela região, recebendo, respectivamente, 48\$000 e 25\$000 réis⁴⁸.

Assim, perfeitamente inseridos nesse projecto, os alunos brasileiros de Vandelli foram, sucessivamente, enviados a várias regiões nas imediações de Coimbra, como parte de sua formação académica e início de actividades profissionais. O empenho de Vandelli para que seus alunos se dedicassem à História Natural, juntamente com a possibilidades que estes anteviam de conseguir um emprego régio, certamente teria contribuído para que estudantes de outras áreas viessem a actuar como naturalistas.

A despeito do que se possa imaginar, não era invulgar estudantes de outras áreas optarem pelas actividades próprias do naturalista. Em 1799, um bacharel formado em Direito, “natural do Brasil, que sabe muito bem desenhar as plantas” oferecia-se a Felix de Avelar Brotero, professor de Botânica na Universidade de Coimbra, para seguir a Botânica alguns anos, manifestando seu desejo de “ir depois servir de alguma coisa no seu país”.

⁴⁶ LISBOA, Baltasar da Silva - *Viagem mineralogico botanica, etc de Coimbra a Coja. Jurnal Enciclopedico*. Lisboa (1789), ou Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - *Viagens feitas à ordem do Exmo. Senhor Bispo Conde no país de Coja em o ano de 1782*, código 2549.

⁴⁷ CRUZ, Lígia - Domingos Vandelli..., *cit.*, p. 14.

⁴⁸ *Idem*, p.15.

Em carta ao ministro D. Rodrigo, Brotero mostrava interesse em satisfazer os anseios do estudante para tê-lo como “desenhador”, durante o tempo em que fizesse o seu curso, pelo que solicitava a “proteção” do ministro, “para que seu pai, que assiste no Rio de Janeiro, lhe mande para isso continuar as mesadas.”⁴⁹ Pelo que se depreende desse documento, os alunos brasileiros percebiam que abraçar as Ciências Naturais era uma das vias para voltar para a terra com um emprego garantido. A “proteção” do ministro significando a garantia de uma colocação na colónia.

Em 1776, aos dezesseis anos, provavelmente recém chegado do Brasil, o baiano Joaquim Amorim de Castro entrava na Universidade de Coimbra. Sua trajectória acadêmica não difere muito da de outros brasileiros do seu tempo que, optando pelo curso de Direito, acabaram por desenvolver forte atracção pelos estudos de História Natural. Amorim e Castro frequentou os cursos de Filosofia e Matemática na categoria de obrigado, tendo sido, durante esse período, aluno de Vandelli. Como tarefa da disciplina do mestre italiano, Amorim e Castro foi encarregado de observar as minas de carvão da Figueira da Foz. Deste trabalho de campo resultou uma *Memória*, na qual se evidencia o carácter práctico e experimental do ensino da História Natural, tanto quanto o princípio utilitário da exploração dos recursos naturais, característico das explorações naturalistas do século XVIII português⁵⁰. No Laboratório de Química, Amorim e Castro teria assistido a uma experiência de extração de caparrosa do carvão de pedra, realizada por seu conterrâneo e colega Baltasar da Silva Lisboa. Essa experiência teria valido ao estudante para, ao observar a mina da Figueira, propor a instalação contígua de uma fábrica de extração daquele derivado do carvão. Já no caminho de volta a Coimbra, sua curiosidade científica o teria levado a verificar a existência de uma mina de chumbo sobre a qual tivera notícia. Acabou por descobrir indícios de um rico e profundo manancial de carvão de pedra inexplorado. Acreditando nas possibilidades exploratórias da nova mina e cheio de interesse pela sua “descoberta” Amorim e Castro se dizia

⁴⁹ Carta de Félix de Avelar Brotero para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 4 de novembro de 1799, ver Arquivo Histórico Ultramarino - Reino 1961.

⁵⁰ Academia das Ciências de Lisboa - CASTRO, Joaquim de Amorim e - *Memória de Joaquim de Amorim e Castro mandado pelo seu sábio Mestre o Senhor Doutor Domingos Vandelli, a observar o aumento da mina da Figueira*, série azul, código 376.

excitado por examiná-la com mais vagar “depois que acabar de fazer os meus atos”. Ao voltar ao Brasil, este jurista viria a ocupar o cargo de juiz de fora de Cachoeira, na Bahia, onde continuaria a exercitar seus conhecimentos de História Natural e a escrever memórias sobre o aproveitamento económico das produções locais.

O baiano Baltasar da Silva Lisboa matriculou-se em Filosofia no mesmo ano que seu conterrâneo Joaquim Amorim de Castro e, tal como este, formou-se em Direito. Pelo levantamento de brasileiros matriculados em Coimbra, elaborado por Francisco de Moraes, Baltasar teria feito os exames do terceiro ano de Filosofia em 1782. Nesse mesmo ano, foi encarregado de percorrer as terras do bispo, em Coja, para realizar investigações mineralógicas. Como muitos dos brasileiros que passaram por Coimbra após a reforma, Baltasar teria desenvolvido o gosto pelas actividades de naturalista. Em 1786, o jovem “doutor em Leis” oferecia ao príncipe regente seu *Discurso historico, politico e economico dos progressos, e estado actual da Filosofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Brasil*. Nesta monografia, Baltasar procurou traçar uma perspectiva histórica do interesse dos portugueses pela História Natural. Recuando ao tempo das explorações de Garcia de Orta e Duarte Macedo, a breve retrospectiva avança até chegar ao século XVIII, registando aí a actividade colecionista disseminada nos círculos eruditos durante o reinado de D. João V, e, já no reinado de D. José, o desenvolvimento dos estudos da História Natural na Universidade. Baltasar destacava o interesse que os estudos da História Natural despertavam nos estudantes de Coimbra: “foram sempre muito frequentadas as aulas da História Natural, e dos outros ramos da Filosofia, porque inculcando eles por si mesmos suas vantagens, atraiam o ânimo de alguns mancebos patriotas à sua aplicação”, afirmando que, por essa razão, “distinguiram-se muitos estudantes que suposto seguissem o objeto de outras ciências, amavam contudo as íntimas relações desta [a Filosofia]⁵¹. Entre estes, Baltasar citava alguns brasileiros como seu irmão José da Silva Lisboa, Estácio Gularde Pereira, Joaquim Veloso de Miranda, Alexandre Rodrigues Ferreira “e os companheiros das expedições filosóficas” e Joaquim de Amorim e Castro. Na segunda parte do referido

⁵¹ LISBOA, Baltasar da Silva – *Discurso..., cit.*, p. 13-14.

trabalho, dedicada a reflexões sobre o Brasil, o autor propugnava a actuação de “Magistrados Filósofos” como agentes privilegiados de indução do progresso e aproveitamento económico das potencialidades da colónia do Brasil. Para além de monografia temática elaborada por um estudioso da Filosofia Natural, o *Discurso* se pode ser lido como uma apresentação das credenciais do autor, acompanhada de proposta de acção para uma actuação possivelmente desejada. O facto é que Baltasar acabou por ser enviado ao Brasil, aonde viria a exercer como um “Magistrado Filósofo” nas funções de ouvidor e conservador das Matas de Ilhéus.

Essas viagens e investigações experimentais, aliadas às práticas de laboratório na Universidade integravam o programa de ensino de Vandelli, voltado para a articulação da teoria com o trabalho empírico das observações de campo. A vivência dos estudantes, durante esse período, consolidaria a sua instrução, bem como daria sentido utilitário ao seu trabalho. Dessa leva de estudantes brasileiros das últimas décadas do século XVIII saíram os primeiros naturalistas de formação universitária do Reino, vários deles aliando as actividades científicas às burocráticas de funcionários da Coroa, na metrópole e no ultramar. O volume das investigações levadas a efeito pelos cientistas brasileiros, bem como a abundante produção científica daí decorrente constituem, na maior parte dos casos, as primeiras informações de carácter técnico-científico geradas sobre diversas regiões do Reino e, principalmente de suas colónias. Esse legado, ainda insuficientemente estudado em seu conjunto, vem merecendo a atenção dos investigadores da História das Ciências no Brasil. Contudo, a produção dos brasileiros setecentistas, que não se restringe às suas experiências em solo brasileiro⁵², propicia abordagens múltiplas, e aponta para direcções que vão além do seu conteúdo técnico-científico.

⁵² Ver PEREIRA, Magnus Roberto de Mello - Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*. 33 (1999) 153-190.

Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)

Maria Rita Lino Garnel

CesNova (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa)
e bolsa de pós-doutoramento da FCT
rgarnel@netcabo.pt

Texto entregue em/Text submitted on: 10/05/2009

Resumo/Abstract:

Entre as epidemias que, no século XIX, afectaram as populações europeias a cólera foi das que maior susto provocou, perante a impotência do saber médico e dos Estados. As medidas públicas tomadas no combate antiepidémico divergiam de país para país. O impacto económico destas divergências tornou-se uma preocupação e, a partir de 1851, as potências europeias reuniram-se regularmente em Conferências Sanitárias Internacionais que visavam a discussão científica da nosologia e a uniformização das medidas que, sem pôr em risco as populações, minimizassem as demoras que sujeitavam o comércio internacional. Os debates dão conta de um conhecimento científico em mutação, e ilustram posições nacionais divergentes e mutáveis. O objectivo deste artigo não é seguir detalhadamente as epidemias de cólera, nem fazer o levantamento exaustivo do estado do conhecimento médico e dos diferentes tratamentos prescritos ao longo de Oitocentos em Portugal. As questões que se levantam são as seguintes: 1) qual a posição adoptada por Portugal nas Conferências Sanitárias Internacionais, perante as epidemias de cólera?; 2) como se justificaram, interna e diplomaticamente, as políticas adoptadas?; 3) que modelo e exemplos se seguiram no combate à epidemia?

Among the 19th century epidemics that afflicted the European populations, cholera was the one that caused the most panic, in light of the lack of medical know-how and the incapacity of the States. Different countries adopted distinct measures to fight the epidemic. The economic impact of such divergence became a concern and from 1851 the European powers began meeting on a regular basis under International Health Conferences to discuss the nosology and standardisation of measures which would minimise the delays of international trade, without endangering the lives of the people. These debates denote changes in the scientific knowledge, and illustrate divergent and mutating national positions. The paper's purpose is not to monitor in detail the cholera epidemics, nor to carry out in depth analyses of the status quo of medical know how and different treatments prescribed in Portugal in the eighteen-hundreds. The following are the core issues raised: 1) Which position did Portugal adopt at the International Health Conferences in relation to the cholera epidemics?; 2) How were the policies adopted justified domestically and diplomatically?; 3) Which model and examples were followed in combating the epidemic?

Palavras chave/Key words:

Cólera; Portugal; Conferências Sanitárias Internacionais.

Cholera; Portugal; International Health Conferences.

Introdução

Em 1832 a Europa foi assolada pela primeira pandemia de cólera. A doença não era desconhecida, sobretudo dos países colonizadores do Oriente, onde grassava endémicamente. A intensificação das trocas comerciais acabou por potenciar a sua irradiação para fora do foco indiano original; na década de 1820, ela afeiou a Rússia e, dez anos depois, os países mais ocidentais. Ao longo do século XIX, e em intervalos decenais quase regulares, seis epidemias apavoraram as populações europeias, perante a impotência da medicina e dos Estados¹.

As epidemias não eram novidade para os países europeus, desde há muito e periodicamente confrontados com várias pestilências: peste bubónica, varíola, lepra, febre-amarela. Mas a cólera era nova, atacava com ferocidade e propagava-se velozmente, desafiando as medidas preventivas costumeiras. As terapêuticas e profilaxias pareciam inúteis. Cordões sanitários, quarentenas, queima de ervas aromáticas pelas ruas, sangrias, abafos, banhos de vapor e tiras de flanela enroladas em torno do abdómen não surtiam efeito. O saber médico parecia impotente perante tal calamidade.

Em 2005, Peter Baldwin num estudo comparativo levantava as seguintes questões: dado que o conhecimento médico era sensivelmente o mesmo em toda a Europa por que adoptaram os diferentes Estados nacionais medidas antiepidémicas tão divergentes? Por que é que, perante a ameaça de cólera, uns defenderam medidas que restringiam os movimentos de pessoas e bens e outros insistiram na higienização das cidades?²

O impacto económico destas divergências nacionais tornou-se notório a partir de meados da centúria. Por um lado, os transportes terrestres e marítimos encontravam em cada fronteira um emaranhado de exigências diferenciadas, que embaraçavam o trânsito comercial; por outro, a má saúde dos grupos laboriosos e uma elevada mortalidade tinham custos consideráveis³. Daí que,

¹ KOLATA, Gina - *Flu. The story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it*. New York: Touchstone, 2005, p. 41-47.

² BALDWIN, Peter - *Contagion and the State in Europe, 1830-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

³ LATOUR, Bruno - *The Pasteurization of France*. Cambridge; Massachussets; London: Harvard University Press, 1993, p.18.

a partir de 1851, as potências europeias se tenham reunido regularmente em Conferências Sanitárias Internacionais que visavam não só a discussão científica da nosologia, como também apostavam na uniformização das medidas que, sem pôr em risco as populações, minimizassem as demoras e os incómodos a que sujeitavam o comércio internacional. Os debates que tiveram lugar nas diferentes Conferências – e nas quais Portugal foi presença assídua – dão conta de um conhecimento científico em constante mutação, e ilustram posições nacionais divergentes e mutáveis ao longo do tempo. As grandes potências europeias – Inglaterra, França e mais tarde a Alemanha – posicionaram-se em campos por vezes antagónicos, pressionando os países mais pequenos e periféricos a prescindirem da severidade das medidas quarentenárias.

O objectivo deste artigo não é seguir detalhadamente as epidemias de cólera, nem fazer o levantamento exaustivo do estado do conhecimento médico e dos diferentes tratamentos prescritos ao longo de Oitocentos em Portugal. As questões que aqui se levantam são devedoras das enunciadas por Baldwin; trata-se de tentar perceber: 1) qual foi a posição adoptada por Portugal, nas Conferências Sanitárias Internacionais, perante as epidemias de cólera? 2) como se justificaram – interna e diplomaticamente – as políticas adoptadas? 3) que modelo e que exemplos se seguiram no combate à epidemia?

Estas questões pressupõem a existência de uma organização de saúde pública. Em Portugal e no dealbar do século XIX, tal estrutura administrativa era incipiente.

Não quer isto dizer que não houvesse já algumas estruturas de socorro e amparo na doença. Não se ignora a existência de iniciativas, privadas, ou o trabalho das Misericórdias e das instituições religiosas. O que, todavia, sustentamos é que só no século XIX e, sobretudo, com o estabilização da Monarquia Constitucional (1834), o poder central começou a chamar a si, muito gradualmente, a responsabilidade da saúde pública. Assegurar a saúde dos portugueses de modo a que a mão-de-obra fosse útil e produtiva (e também dócil), afigurava-se um projecto de longo prazo, e que exigia o difícil equilíbrio entre direitos e liberdades individuais e o bem público. Porque se por um lado o regime político gostava de se pensar liberal,

por outro, o Estado estava obrigado a garantir os Socorros Públicos (Carta Constitucional, artigo 145.º § 29.º) e, constitucionalmente podia determinar a dispensa das formalidades que garantiam a liberdade individual nos casos em que a Pátria corresse perigo iminente (artigo 145.º § 34.º). Claramente, as epidemias ameaçavam a Pátria de devastação populacional.

Em síntese, e olhando o panorama internacional, poder-se-iam apontar dois tipos extremos de posição: os países que, no combate às doenças contagiosas e sobretudo em relação à cólera, perfilharam políticas de quarentena de pessoas e bens; e aqueles que, na mesma luta, optaram por centrar os esforços no saneamento das cidades e habitações. Baldwin relembrava, a propósito, a teoria formulada, em 1948, por Erwin Ackerknecht, tão atractiva quanto simplificadora⁴: as políticas de quarentena, cordões sanitários e lazaretos teriam sido característica dos regimes autocráticos e conservadores, enquanto os governos de pendor mais liberal e progressista teriam preferido políticas higienistas.

Na verdade, as coisas não foram tão simples: em país nenhum a política antiepidémica seguiu rigidamente um modelo; ao invés, todos procuraram consoante as circunstâncias – a gravidade da epidemia, a posição geográfica na marcha de progressão epidémica, o estado da opinião pública e da economia, as possibilidades financeiras, as estruturas administrativas e a opção dos seus vizinhos territoriais e dos parceiros comerciais – acasalar medidas que impunham limites à circulação de pessoas e bens, com outras que visavam transformar a cidade e as condições e hábitos de vida dos seus habitantes (que resta provar não terem sido atentatórias dos direitos e liberdades individuais). E a opção política, variável no espaço e no tempo, esteve sempre condicionada pelo saber médico, ele próprio variável no tempo, e pela força ou fraqueza das elites médicas nacionais, que muitas vezes ajudaram a recobrir com o manto da ciência legitimadora as políticas adoptadas.

⁴ ACKERCKNECHT, Erwin - Anticontagionism between 1821 and 1867. *Bulletin of the History of Medicine*. 22, 5 (September-October 1948), citado por BALDWIN, Peter - *Contagion and the State...*, cit., p.12.

1. As teorias explicativas das doenças: o caso da cólera

Ao começar o século XIX, a ciência médica europeia questionava as teorias do contágio. Sabia-se que certas doenças se propagavam, por vezes com efeitos catastróficos, ainda que não fosse claro o modo da sua transmissão. E dada a velha teoria dos humores, explicava-se o padecimento por uma predisposição pessoal alterada. Mas, desde finais de Setecentos, as modernas teorias médicas começaram a entender a doença como uma invasão do corpo e entraram a duvidar que ela fosse resultado dos desequilíbrios individuais.

Numa revivescência do pensamento hipocrático, os médicos insistiam, agora, na importância das condições climatéricas e/ou telúricas, no que veio a ser conhecido como a teoria miasmática. A teoria, cujas raízes mergulhavam na cultura clássica, entendia que algumas epidemias eram fruto da má qualidade do ar. Esta deterioração qualitativa, era causada pela putrefacção de matérias orgânicas ou pelos fumos poluentes das indústrias, numa acumulação de efeitos nocivos que os ventos se encarregavam de disseminar, mas também, com o tempo, de rarefazer. Compreendia-se assim o alastramento de epidemias. Percebe-se como esta argumentação miasmática parecia explicar a simultaneidade dos casos epidémicos e como ela se casava bem com o olhar reprovador que as elites lançavam sobre os grupos mais desfavorecidos da população. A imundície das habitações, os despejos nas ruas, o pouco uso da água que faziam, era o conjunto de factores responsável pelas doenças. E a esta sujidade somavam-se, ainda, a ignorância, o alcoolismo, as condutas prevaricadoras e a imoralidade do comportamento sexual, males que também eles eram, à sua maneira, contagiosos (e hereditários)⁵. Pelo que importava transformar o meio, conter os miasmas, reformar os comportamentos e quebrar as cadeias da hereditariedade malsã.

Este novo saber miasmático não destronou de imediato a crença no contágio nem os seus corolários práticos (quarentenas e cordões sanitários). As duas teorias coexistirão durante todo o século.

⁵ HAMLIN, Christopher - *Public health and social justice in the age of Chadwick. Britain, 1800-1854*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 23.

Nos inícios da década de 1830 tornava-se claro que os países mais ocidentais da Europa seriam invadidos pela epidemia de cólera. Em Portugal, e já com a notícia de que a moléstia invadira Londres e Paris⁶, a Impressão Régia dava à estampa várias obras sobre a doença. Os autores portugueses estavam a par do que se ia publicando em outras capitais⁷. Expunham-se os sintomas, e considerava-se a ansiedade como condição agravante: “quanto menor o susto menor o risco”; desdramatizava-se a epidemia pelo “pequeno risco que apresenta a comunicação do Cholera”. Não é que se negasse a gravidade da doença, mas entendia-se que “se há desenvolvido demasiado terror (...) desproporcionado, incompetente e prematuro”⁸.

Não se negava o contágio, que parecia depender das predisposições individuais, admitindo-se também que “os tecidos de algodão e lã, as peles, pelissas e penas” eram materiais capazes de transmitir a doença. Daí que ambos, pessoas e bens, devessem ser sujeitos a quarentena, quando não impedidos de entrar no País. Como Rodríguez Ocaña sublinha, e para o território espanhol, a palavra «resguardo» tanto teve um significado médico – o resguardo da saúde –, como significou o policiamento fronteiriço: ou dito de outra maneira, as atenções da saúde pública implicaram sobretudo uma estrita definição defensiva das tarefas sanitárias e uma atenção vigilante aos males que vinham de fora⁹.

Mais do que o risco de permitir a entrada a pessoas doentes ou a artigos potencialmente infectados, entendia-se que o verdadeiro perigo era de outra ordem; o ar seria a causa principal de disseminação infecciosa, a que se juntava “a pouca limpeza dos lugares públicos, sobretudo quando a

⁶ PINTO, Agostinho Albano da Silveira - *Noções sobre a cholera-morbus indiana extraídas principalmente da obra de James Kennedy e d'outros*. Lisboa: Impressão Regia, 1832, p. IV.

⁷ Veja-se também o título seguinte: *Instrucção popular acerca da enfermidade chamada cholera-morbus ou úteis providencias contra essa moléstia publicadas pela commissão central de saúde publica de Paris creada pelo governo e composta pelos senhores Pariset, Esquirol, etc.*. Lisboa: Impressão Regia, 1832.

⁸ PINTO, Agostinho Albano da Silveira - *Noções...*, cit., p. III-IV.

⁹ RODRÍGUEZ OCAÑA, Esteban - *Salud Pública en España. Ciencia, profesión y política, siglos XVIII-XX*. Granada: Universidad de Granada, 2005, p.17-18.

população é pouco abastada e já deteriorada pela pobreza e miséria”¹⁰; devia-se, portanto, evitar a “respiração numa atmosfera impregnada de miasmas ou vapores dos doentes, e mesmo exalações dos corpos animais ou vegetais em decomposição”¹¹. Como se vê, em Portugal, tal como nos outros países europeus, admitiam-se como causas principais da epidemia os factores ambientais. Daí que se apelasse às autoridades para que redobrassem os cuidados, sobretudo “nas grandes cidades e vilas populosas (...) que as ruas estejam limpas de imundícies (...) a fim de evitar as emanações e exalações fétidas, as quais corrompem o ar que continuamente respiramos que deve assim viciado alterar a nossa constituição física e dispor com mais facilidade a contrair a epidemia”¹². Também se recomendava evitar os ajuntamentos “nos espectáculos e Assembleias”, o respirar junto de “água estagnadas”¹³, os “abusos dos prazeres de Vénus, o medo, a tristeza, a indigência e crápula”¹⁴. Conhecendo bem os limites da capacidade de actuação das autoridades – sobretudo na conjuntura de guerra civil que o país atravessava –, apelava-se à cooperação de todos, “porque a experiência tem provado mais de uma vez que a desordem, o tumulto e a insubordinação e a indocilidade aumentam os perigos de epidemia (...). Portanto recomenda-se ao Povo que observe com exactidão as regras de polícia sanitária”¹⁵. Benevides propõe mesmo um plano de combate antiepidémico, com Juntas de Saúde em cada freguesia, comissões de socorro formadas pelos irmãos das confrarias do Santíssimo Sacramento, e uma vigilância apertada do estado de limpeza das ruas da paróquia. Se a melhor prevenção consistia em evitar o “uso das causas”, o mesmo autor não hesita em considerar que o isolamento “é um dos melhores preservativos” e que quarentenas e lazaretos são as melhores armas de que se pode dispor. Pragmaticamente, e embora reconhecesse

¹⁰ BENEVIDES, Ignacio António da Fonseca - *Manual de Instruções preservativas e curativas da Cholera-Morbus epidémica, espasmódica, asiática, pestilencial, etc.* Lisboa: Impressão Regia, 1832, p.10.

¹¹ *Memoria sobre a cholera-morbus epidémica offerecida à Real Escola de cirurgia do Porto por hu seu antigo alumno em testemunho de gratidão.* Lisboa: Impressão Regia, 1832, p. 5.

¹² BENEVIDES, Ignacio António da Fonseca - *Manual...*, cit., p. 11.

¹³ PINTO, Agostinho Albano – *Noções...*, cit., p.VII.

¹⁴ *Memoria sobre a cholera-morbus...*, cit., p.5.

¹⁵ BENEVIDES, Ignacio António da Fonseca - *Manual...*, cit., p. 28.

a “dificuldade de provar a natureza contagiosa desta doença”, na dúvida aconselhava “a prudência e o bem da humanidade em higiene pública, que a declaração se faça (...) pela realidade do contágio”¹⁶.

A partir destas obras, percebem-se as linhas gerais de actuação das autoridades sanitárias ao longo do século XIX. As elites médicas, não negando o poder contagioso deste mal que vinha de fora, acentuavam a necessidade de actuar a outro nível, providenciando o saneamento das cidades, o abastecimento abundante de boas águas e disciplinando os comportamentos das classes laboriosas, a quem se exigia em nome da saúde (individual e social) a correcção dos excessos. Em suma, os cuidados com a saúde individual eram assunto que ultrapassava a esfera privada.

A cólera atingirá Portugal, em 1832, “trazida a bordo de um navio que, de Ostende, transportava soldados para ajudarem D. Pedro no cerco do Porto”¹⁷. Aí grassará com terrível intensidade e, passados poucos meses, declarava-se em Lisboa, onde terão morrido cerca de treze mil habitantes.

Nas décadas de 1840 e 1850 os debates sobre a contagiosidade da cólera continuarão. Simultânea e sintomaticamente, multiplicaram-se as obras mais genericamente dedicadas à Higiene Pública, cujo ensino se fazia nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e na Faculdade de Medicina de Coimbra (ainda que em acumulação com outras disciplinas). Tal como em outros países europeus, a higiene era assunto lato que compreendia o saneamento da cidade, a qualidade das águas e da alimentação, a limpeza das habitações, do vestuário e dos corpos e o comportamento moral. O sucesso das teorias miasmáticas explica-se, também, por uma confluência de argumentos: o peso da tradição, a crescente sensibilidade olfactiva¹⁸, os preconceitos sociais. Em 1854, contudo, uma nova epidemia de cólera manifestou-se com violência (a que se seguirá uma de febre amarela). A mesma pestilência voltará no ano de 1865. As obras publicadas ao longo das décadas de 1840, 1850 e 1860 continuavam a insistir no mesmo

¹⁶ PINTO, Agostinho Albano da Silveira - *Noções...*, cit., p. 42.

¹⁷ CORREIA, Fernando da Silva - *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Ministério do Interior ; Direcção Geral de Saúde, 1938, p. 465.

¹⁸ CORBIN, Alain - *Histoire et anthropologie sensorielle - Le Temps, le désir et l'horreur. Essais sur le XIXe siècle*. Paris : Champs/Flammarion, 1991, p. 229 e também VIGARELLO, Georges - *Histoire des pratiques de santé. Le sain et le malsain depuis le Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

tipo de conselhos e a medicina parecia não ter soluções para a moléstia¹⁹. O depauperamento da população era comumente atribuído aos maus hábitos higiénicos e às condutas excessivas e prevaricadoras que o Estado tardava em disciplinar. A partir da década de 1850, começa-se a insistir na predisposição degenerescente dos grupos mais desfavorecidos. Em Portugal, contudo, continuou a apostar-se em medidas restritivas e esporádicas, quando havia a ameaça ou se declarava uma epidemia, evitando-se o crescimento de despesas permanentes em matéria de administração sanitária.

Com a revolução pasteuriana, a partir de meados da década de 1880, e sobretudo com a descoberta do vibrião da cólera por Koch (1883), esclareceram-se muitas questões, designadamente o agente da cólera, e os seus modos de propagação e contágio. Ainda que as elites médicas portuguesas tenham estado sempre atentas aos avanços da nascente bacteriologia, as medidas tomadas na profilaxia da moléstia indiana só começaram a mudar nos inícios do século XX. As autoridades e as populações pareciam confiar mais em quarentenas, cordões sanitários, lazaretos e desinfecções de mercadorias.

Foi o que se passou, por exemplo, com a epidemia de cólera que se declarou em Espanha, no ano de 1884, e que ali grassou com intensidade durante dois anos. Em Portugal organizou-se a defesa sanitária nos moldes mais tradicionais: com os conselhos e elogios de médicos como Lourenço d'Almeida Azevedo, lente catedrático da Faculdade de Medicina, defensor do carácter não contagioso da cólera e que fora médico no Hospital de coléricos de Coimbra, em 1856²⁰, o governo ordenou o cordão sanitário do país, que foi mantido pelo exército durante os dois anos de ameaça; exigiram-se passaportes sanitários e improvisaram-se lazaretos junto das fronteiras com Espanha (em Marvão, Elvas, Vilar Formoso, Valença e Vila Real) e postos de vigilância nos entroncamentos das linhas-férreas²¹. Tudo isto com os protestos de vozes autorizadas como Miguel Bombarda ou

¹⁹ Veja-se, a título de exemplo, VIANA, Francisco José da Cunha e BARBOSA, António Maria - *Ensaio sobre a cholera epidémica*. Lisboa: Livraria de J. P. M. Lavado, 1854.

²⁰ AZEVEDO, Lourenço d'Almeida - *A Cholera-morbus. Sua Profilaxia e tratamento*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884, p. 10-11.

²¹ BELÉM, A. M. Cunha e ENNES, Guilherme José - *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885. Relatório a Sua Exceléncia o Ministro do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

o jovem Ricardo Jorge, na circunstância, e por razões puramente científicas, aliados insuspeitos dos interesses do comércio internacional²². Desenhava-se, com maior nitidez, uma clivagem entre o saber técnico e a opinião pública, a qual, intuitiva e prontamente, confiava mais nos dispositivos tradicionais de protecção²³.

2. As Conferências Sanitárias Internacionais

A explosão de Congressos que se seguirá ao Tratado de Viena (1815) teve objectivos múltiplos: a cooperação europeia para a paz, a discussão de interesses comuns, a afirmação das novas entidades políticas e a confirmação das potências europeias, mas também o aprofundamento e alargamento do conhecimento. Entre 1835 e 1850 reuniram-se cerca de vinte Congressos para tratar dos mais variados temas: político-diplomáticos, literários, científicos²⁴. Estes inauguravam uma nova modalidade de intercâmbio científico, até aí confinado às Academias e Sociedades científicas, à troca epistolar entre os seus membros e à circulação de publicações. Mas é verdadeiramente a partir da década de 1850, que se acelera esta nova forma de circulação internacional do saber que deixa de ficar confinado a uma élite e transborda para o espaço público, que ajuda a construir.

Veja-se, então, qual foi a posição adoptada por Portugal nas Conferências Sanitárias Internacionais.

A primeira reuniu-se em Paris, em 1851, e, tal como as que se seguiram, visava a simplificação dos regulamentos marítimos nos portos mediterrânicos. Portugal foi representado pelo secretário da Legação de Paris, João Mouzinho da Silveira, e pelo Dr. José Maria Grande²⁵.

²² *A Medicina Contemporânea. Hebdodadario Portuguez de Sciencias Medicas.* IV Anno, nº12, 21-III-1886, p. 97.

²³ BOURDELAIS, Patrice - *Les Logiques du développement de l'hygiène publique - Les Hygiénistes. Enjeux, modèles et pratiques (XVIIIème-XXème siècles)*. Paris: Éditions Bélin, 2001, p. 17.

²⁴ BRIAN, Eric - *Transactions statistiques au XIX ème siècle. Mouvements internationaux de capitaux symboliques in Actes de la recherche en sciences sociales*, 2002/5, p. 36.

²⁵ José Maria Grande (1799-1857), bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra e doutor em Medicina pela Universidade de Lovaina. Par do Reino, médico visitador dos

O sistema internacional baseava-se nas cartas de saúde apresentadas pelos navios; estas atestavam não só a saúde a bordo de tripulantes e passageiros, mas tinham também em conta o estado epidemiológico dos portos de proveniência e o tipo de carga transportada. Deste modo, a classificação das cartas de saúde podiam variar entre cartas limpas, duvidosas, suspeitas, sujas ou agravadas. Ao longo do percurso marítimo, e em cada porto, as autoridades de saúde locais e os representantes consulares do porto de destino deviam certificar o estado higiénico do navio e avaliar a potencial perigosidade da carga.

A classificação dos navios pelas cartas de saúde implicava diferentes tempos de quarentena e, consoante a pestilência declarada ou suspeita, obrigava a demoras que podiam ir de oito a quarenta dias de isolamento. Também a inspecção e/ou desinfecção das mercadorias variava quanto à moléstia e ao tipo de carga, por vezes danificando-a irremediavelmente, e podia mesmo ser ordenada a sua destruição.

A Conferência não teve um grande sucesso dadas as enormes disparidades das medidas administrativas nacionais. Contudo, estava lançado o mote para as que se lhe seguiram e, nesta ocasião, Portugal foi um dos poucos países que não hesitou em aderir à Convenção, ainda que na prática isso não se tivesse reflectido em nenhuma medida legislativa ou regulamentar.

Talvez tenha sido a epidemia de cólera, que grassou em toda a Europa, em 1864 e 1865, ou os receios de próxima abertura do Canal de Suez – o primeiro navio atravessá-lo-á em Fevereiro de 1867, ainda que a inauguração oficial só se tenha realizado em 1869 – o facto é que a Turquia, com o apoio da França, Rússia e Inglaterra, apelará, em 1865, à realização de uma nova Conferência Sanitária Internacional. Esta realizar-se-á em Constantinopla, entre 13 de Fevereiro de 1866 e 26 de Setembro do mesmo ano.

hospiatais militares do Alentejo e professor de botânica da Escola Politécnica de Lisboa. DIAS, António Carvalho - *A Conferência Sanitária Internacional de 1851 e o regime quarentenário português*. separata do Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge. (1953) 38.

2.1. As Conferências de Constantinopla (1866) e Viena (1874)

Portugal que, habitualmente, era representado naquela cidade pelo enviado diplomático italiano (Conde de Greppi), esteve presente com dois delegados: o encarregado de negócios Eduardo Pinto de Soveral e o médico Bernardino António Gomes (filho). O governo português anuía aos desejos da Sublime Porta que não quereria ver na Conferência os diplomatas acreditados em Constantinopla. Tanto quanto possível o quotidiano diplomático não devia ser perturbado e a isenção científica não seria prejudicada por interesses estabelecidos. Soveral asseguraria as conversações diplomáticas e políticas, enquanto Bernardino António Gomes, autor de um trabalho sobre pestilências, que aproveitará para reimprimir em Constantinopla²⁶, participaria nas discussões médicas, que deveriam influenciar os acordos diplomáticos. Contudo e logo no início dos trabalhos, torna-se claro que será justamente o contrário que acontecerá: as indicações ou conclusões médicas serão condicionadas pelos interesses políticos (e comerciais) na região²⁷. As propostas francesas encontrarão, ao longo da conferência, o antagonismo explícito ou implícito da Inglaterra, com a Rússia a alinhar com as primeiras, e a Turquia a fomentar o equilíbrio antagónico entre as três grandes potências. Esta é a leitura informada do delegado diplomático português.

Perante os receios de uma nova invasão de cólera, potenciada pela grande peregrinação anual a Meca – responsabilizada pela invasão colérica da Europa pelo menos por duas vezes²⁸ –, a França propunha que se interrompessem as navegações, no caso do aparecimento da epidemia “obrigando as caravanas a voltar pelo deserto”²⁹. Gomes, por seu lado, dá conta da mesma intenção

²⁶ GOMES, Bernardino António - *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

²⁷ Arquivo Histórico e Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa) (de agora em diante AHD-MNE) - Conferências Sanitárias, Constantinopla, M 194 (Eduardo Pinto de Soveral, ofício manuscrito de 21 de Fevereiro de 1866),

²⁸ *Rapport sur les questions du programme relatives à l'origine, à l'endémicité, à la transmissibilité et à la propagation du choléra, Annexe au Procés-verbal n°9 de la Conférence Sanitaire*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866, p. 75.

²⁹ AHD-MNE - Conferências Sanitárias, Constantinopla, M 194 (Eduardo Pinto de Soveral, ofício manuscrito de 13 de Fevereiro de 1866).

francesa. A crescente rapidez das comunicações marítimas era factor de risco acrescido na propagação da moléstia, enquanto que, a travessia do deserto consistiria numa espécie de quarentena natural³⁰.

Os ingleses interessados em combater a influência francesa na região, sobretudo na zona do Suez, não queriam prejudicar o tráfego das suas embarcações. Escudado pelas reformas sanitárias levadas a cabo no seu próprio país, sob a autoridade sapiente de Chadwick, e com o acordo do saber alemão, sob a orientação de Pettenkofer, o delegado inglês Goodeve não tinha reservas quanto ao princípio de que “l'air ambiant est le véhicule principal de l'agent génératrice du choléra” e abstinha-se de concluir – como fazia o resto da comissão técnica – que “la transmission de la maladie par l'atmosphère reste (...) limitée a une distance très rapprochée du foyer d'émission”³¹. O higienismo inglês, tenaz defensor da teoria miasmática no que à cólera dizia respeito, casava muito bem com os interesses comerciais britânicos.

A maioria dos médicos – representantes da França, Turquia, Itália, Portugal e outros – não estavam contudo tão certos. O relatório final que temos vindo a citar concluía: que a cólera era uma moléstia de importação asiática; que era contagiosa e que “jamais une épidémie s'est propagée d'un point à autre dans un temps plus court que celui nécessaire à l'homme pour s'y transporter”³²; que a água e certos alimentos podiam ser as vias de entrada no organismo do agente patogénico, ainda que se admitisse que eram as vias respiratórias o principal meio pelo qual o agente tóxico penetrava no corpo humano; e, aceitando que o período de incubação pudesse não ultrapassar alguns dias (ainda que não se especificasse o número), os clínicos não hesitavam em considerar o trânsito marítimo como o meio mais favorável à expansão epidémica e em considerar as grandes aglomerações urbanas e as concentrações populacionais esporádicas – navios, exércitos, feiras e peregrinações – factores da propagação da pestilência. Finalmente, concluíram pelo perigo de contágio oferecido pelas mercadorias provenientes de origem empestada e recomendavam especial cuidado com os objectos

³⁰ AHD-MNE - Conferências Sanitárias, Constantinopla, M 194 (Bernardino António Gomes, ofício manuscrito de 13 de Fevereiro de 1866).

³¹ *Rapport sur les questions du programme... cit.*, p. 90.

³² *Idem*, p. 36.

e roupas de uso dos doentes coléricos. Sem surpresas, o delegado inglês absteve-se de votar tais conclusões.

Todos os representantes estiveram de acordo em recomendar: a melhoria do saneamento de portos, cidades e navios; o reforço de uma polícia sanitária; as visitas preventivas, os socorros aos doentes, a publicação de instruções populares e as campanhas de desinfecção³³. Menos populares foram as recomendações que visavam estabelecer postos de controlo sanitário no Mar Vermelho. Neste ponto os delegados britânicos (Goodeve e Dickson) foram muito claros na recusa.

A Conferência Sanitária de Constantinopla foi palco das divergências científicas e políticas europeias no que tocava à cólera. Mas, também resultou claro que pesando os inconvenientes causados ao comércio internacional pelas medidas restritivas e os prejuízos económicos causados pela mortalidade, a maioria dos médicos presentes não hesitaram em se pronunciar pela manutenção de medidas quarentenárias – ainda que todos fossem mais ou menos concordes com Bernardino António Gomes acerca da pouca eficácia dos cordões sanitários³⁴ –, e insistiram na importância de se reforçarem as restrições junto do seu foco original – a Índia³⁵. A Inglaterra, contudo, inicia em Constantinopla um caminho mais liberalizador. A sua posição geográfica, o tempo de viagem até aos portos ingleses, o estado do saber higienista britânico e a sua estrutura de administração sanitária permitia-lhe defender essa posição.

Os representantes portugueses votaram sempre com a maioria, nunca se abstendo nem votando contra. Sem dúvida por convicção e porque nenhuma das conclusões obrigava Portugal a modificar os seus regulamentos. Contudo, tal discrição também significa que, nesta questão, Portugal alinhava com a França e não apoiava as posições inglesas.

A pressão internacional – leia-se, inglesa – para a uniformização dos diversos regulamentos marítimos nacionais só veio, de facto, a fazer-se

³³ *Relevé des conclusions adoptées para la Conférence en réponse aux questions de son programme*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866, p. 14-16.

³⁴ GOMES, Bernardino António - *Aperçu...*, cit., p. 16.

³⁵ *Rapport sur les mesures à prendre en Orient pour prévenir de nouvelles invasions du choléra en Europe, Annexe au Procés-verbal n.º29*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866, p. 15.

sentir com maior força, em 1874, na III Conferência Sanitária Internacional, convocada para Viena, pelo governo austro-húngaro. Estiveram representados vinte e dois países. O assunto dominante foi, uma vez mais, a cólera. Portugal enviou o médico José Tomás de Sousa Martins, que tinha feito parte da comissão revisora do Regulamento Marítimo de Sanidade, publicado em 1860. Era intenção explícita no programa da Conferência identificar as diferenças nacionais, e trabalhar “até à total abolição” das medidas quarentenárias³⁶.

Em Viena, se a transmissibilidade da doença não esteve em causa, as divergências foram substanciais no que tocava às medidas de combate consideradas eficazes. Se nas décadas anteriores ser “partidário (...) da índole contagiosa da enfermidade” significava ser “apologista das medidas quarentenárias”, em 1874, a Inglaterra, ainda que não recusasse tal teoria, continuava a pugnar por ver aligeiradas e uniformizadas as restrições impostas a passageiros e mercadorias.

Do ponto de vista científico, todos aceitaram a ideia de que a cólera era transmissível pelo homem; que este, vindo de uma origem infectada, podia ser o agente transmissor e que as mercadorias podiam ser veículo de contágio. A grande novidade é a unanimidade com que todos aceitaram que a moléstia podia ser propagada pela água. Os trabalhos epidemiológicos de John Snow, iniciados em Londres sob a vaga colérica de 1854, e correlacionando uma fonte infectada, os seus consumidores e as mortes por cólera, tinham, finalmente, dado os seus frutos³⁷. A conclusão dos congressistas mais importante e mais inovadora consistiu na “negação da propagação pelo ar do gérmen causador da cólera”³⁸; caíam, afinal, por terra as posições miasmáticas, base sobre a qual tinha assentado grande parte da oposição inglesa e germânica às quarentenas.

Dada a unanimidade das posições médicas acerca do contágio não deveria ter havido polémica. Mas, consoante se partia da ideia de contágio, ou da necessidade de evitar embargos ao trânsito comercial chegava-se

³⁶ MARTINS, J. T. Sousa - *Relatório dos trabalhos da Conferência Sanitária Internacional, reunida em Viena em 1874*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, p. 5.

³⁷ JOHNSON, Steven - *The Ghost Map. A Street, an epidemic and the two men who battled to save Victorian London*. London: Allen Lane, 2006.

³⁸ MARTINS, J. T. Sousa - *Relatório..., cit.*, p. 18.

a resultados bem diversos. Uma conclusão em favor da abolição das quarentenas terrestres – que a Inglaterra e a Áustria julgavam poder fazer aprovar – encontrou a maior resistência. Contra a sua abolição pronunciaram-se Portugal, Grécia, Sérvia e França. Não que o delegado português as considerasse eficazes; mas entendia que cada país tinha o direito de impor as medidas sanitárias que melhor lhes conviesse. E este argumento de independência nacional, continuou a recolher as preferências de cada vez maior número de representantes, estendendo-se à questão das quarentenas marítimas: como se diz no relatório, “Pois quê? Propõem-nos as quarentenas para Suez e Alexandria e negam ao mesmo tempo que elas sejam eficazes na Europa?”³⁹

O sistema de revisões, tal como proposto pela Inglaterra – inspeccionando do ponto de vista médico todas as pessoas a bordo, sequestrando em hospitais de isolamento os doentes ou suspeitos, permitindo a entrada livre, sem quarentena, a todos os outros depois de “beneficiação” – leia-se desinfecção –, “beneficiação” essa que se estenderia automaticamente a toda a carga – parecia ao delegado português, como aos outros representantes dos países mediterrânicos, uma proposta utópica. Primeiro porque não havia acordo quanto ao desinfectante a utilizar, em seguida porque a ciência médica não sabia ainda como reconhecer a doença antes de os sintomas a terem revelado e, finalmente, ainda que Sousa Martins não o tivesse explicitado, porque isso implicaria uma administração sanitária que os países do Sul da Europa não tinham. Aos esforços de uniformização das medidas opôs-se, portanto, um bloco minoritário, inicialmente integrado por Portugal, Grécia e Sérvia, a que se juntaram o Egito e a Turquia e, finalmente, a França e a Suíça.

A invocação do argumento climático acabou por convencer os congressistas: como escreveu Martins, “a influência do clima sobre a evolução das doenças e a influência do meio sobre a actividade social dos povos aliam-se de modo a permitirem que na carta geográfica se tracem as linhas divisórias (...) podendo dizer-se como lei quase geral que o rigor das medidas preventivas contra as doenças exóticas está na razão inversa da latitude”⁴⁰.

³⁹ *Idem*, p. 30

⁴⁰ *Idem*, p. 7.

Em suma, e também devido aos esforços do médico português, liberalizaram-se as políticas. Optaram pela revisão a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Noruega, os Países Baixos, a Pérsia, a Rússia e a Suécia; e pelas quarentenas: o Egípto, a Grécia, a Espanha, a Roménia, a Turquia e Portugal. A Itália acabaria por aderir às quarentenas e lazaretos. A França optou pelas revisões para os seus portos do Norte, mas pelas quarentenas para os seus portos mediterrânicos e a Grã-Bretanha, tão desejosa de fazer abolir todas as restrições nos portos europeus, declarou-se pelas revisões nas ilhas britânicas, mas decidiu-se pela manutenção das quarentenas em Malta e Gibraltar.

Como se vê, a tradicional aliança entre Portugal e a Inglaterra não implicava a obediência cega aos ditames britânicos; e coube a Portugal o papel de fazer aceitar que aquilo que convinha ao comércio inglês significava “a ruína sanitária dos países meridionais”⁴¹, bem como convencer estes países, e até a França, da justeza da posição. Evidentemente, a própria Inglaterra não terá deixado de pesar na sua balança de interesses os riscos que corria o seu comércio se uma completa abolição das medidas fosse causa de uma nova epidemia.

3.2 As Conferências depois da revolução bacteriológica

Portugal não enviou representantes à Conferência Sanitária Internacional que se reuniu em Washington, em 1881. Mais diplomática do que científica, as potências representadas decidiram criar um sistema de informação epidémico internacional e estabelecer comissões internacionais de vigilância permanente em Alexandria. A ocupação britânica do Egípto, que ocorreria no ano seguinte, contudo, não só fez cessar a colaboração anglo-francesa nessa região, como se traduziu na liberalização da passagem dos navios ingleses. Não tardaram os protestos e as acusações de que a Inglaterra, em nome dos seus lucros comerciais, negligenciava a saúde pública europeia⁴².

⁴¹ *Idem*, p. 39.

⁴² BALDWIN, Peter - *Contagion...*, cit., p. 207.

A Conferência reunida em Maio de 1885, em Roma, tinha por objectivo sanar estas divergências. Portugal far-se-á representar pelo seu embaixador em Roma, Matias de Carvalho e Vasconcelos e, como delegado técnico, por José Joaquim da Silva Amado, lente de Medicina Legal e Higiene Pública da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa⁴³. Estiveram representados dezoito países e entre os delegados encontravam-se alguns dos mais eminentes médicos europeus: Koch pela Alemanha, Moleschott pela Itália e Brouardel pela França.

A Junta Consultiva de Saúde Pública formulou em 15 de Maio as instruções que Silva Amado deveria seguir: defender o princípio da liberdade nos regimes antiepidémicos nacionais, dado que no espaço europeu diferiam as condições topográficas, o clima e a importância das transacções comerciais e marítimas. Aquilo que a Junta Consultiva não acrescentou é que também diferiam os investimentos e as estruturas de vigilância e sanidade. Adicionalmente, recomendava-se que seria do interesse nacional que os representantes diplomáticos de Portugal em Alexandria tomassem assento no Conselho Sanitário permanente aí estabelecido⁴⁴.

Recorde-se que, em 1885, a questão do contágio estava resolvida. Assim, dever-se-iam reexaminar as conclusões das Conferências precedentes e verificar a possibilidade de estabelecer um acordo internacional que, não descurando a saúde das populações, protegesse os interesses comerciais e a liberdade de navegação.

Uma vez mais serão as quarentenas marítimas o pomo da discórdia. Koch sublinhará que o contágio é interpessoal e que a organização de quarentenas e lazaretos teria de ter em conta a separação de doentes declarados e suspeitos. A Turquia mostrar-se-á inabalável na manutenção da sua política quarentenária, secundado pelo delegado português. O delegado inglês Thorne Thorne, por seu turno, não se cansará em defender uma política de saúde preventiva sustentada por inspecções sanitárias aos viajantes e

⁴³ AHD-MNE - Ofício do Ministério do Reino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 8 de Maio de 1885. Conferências Sanitárias Internacionais, Roma, M 205.

⁴⁴ AHD-MNE - Instruções. Sessão de 15 de Maio da Junta Consultiva de Saúde Pública. Conferências Sanitárias Internacionais, Roma, M 205.

seus contactos, após um desembarque sem demoras e a hospitalização de isolamento para os coléricos⁴⁵.

Os delegados acabarão por chegar a um compromisso: nem a obrigatoriedade de repudiar as medidas quarentenárias nos portos europeus, nem a liberdade de trânsito dos navios no Canal do Suez. Mas, a duração das quarentenas impostas aos viajantes assintomáticos ficou reduzida. Apenas 5 dias de observação. E todos os navios vindos do Mar Índico cujos portos de origem estivessem infectados pela cólera (ou apenas suspeitos) seriam objecto de inspecção sanitária no canal de Suez⁴⁶. O delegado inglês, naturalmente, votou contra.

Também se discutiu o sistema de informações internacionais. Recorde-se que em 1881 ficara acordada a obrigação de cada Estado informar acerca das epidemias que ocorressem no seu território. Agora (1885), a proposta de Silva Amado, que permitia aos representantes diplomáticos averiguar do estado sanitário dos portos por iniciativa própria, sem esperar por informação oficial, foi aprovada. Os conferencistas, contudo, recusaram a proposta americana que autorizaria os cônsules a visitar os navios, pessoalmente ou delegando num médico a inspecção, antes de passarem a respectiva carta de saúde. Tal seria, segundo os delegados, uma intolerável ingerência na autonomia nacional e inaceitável desconfiança das instituições locais. Contudo aprovar-se-á a proposta portuguesa, com os votos contra da Grã-Bretanha, Índia, Japão, Roménia, Sérvia e Turquia, no sentido de permitir que o cônsul do país de destino pudesse assistir às inspecções sanitárias feitas pelas autoridades locais⁴⁷.

Em meados de Junho encerrou-se a Conferência. A expectativa era a de que os diversos governos viessem a celebrar um convénio. Em finais de Janeiro de 1886, as pressões diplomáticas avolumavam-se e a segunda parte da Conferência – de carácter político-diplomático – não parecia anunciar-se para breve. Em Portugal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros

⁴⁵ Sessão de 25 de Maio de 1885 - *Procés-Verbal n.º 3. Conférence Sanitaire International*, Rome, 1885, p. 4-5.

⁴⁶ Sessão de 30 de Maio de 1885 - *Procés-Verbal n.º 8. Conférence Sanitaire International*, Rome, 1885, p.10.

⁴⁷ Sessão de 27 de Maio de 1885 - *Procés-Verbal n.º 5. Conférence Sanitaire International*, Rome, 1885, p. 3.

Gomes, instava o seu colega da pasta do Reino para que se pronunciasse; este, por sua vez, invocava a demora do parecer pedido à Junta Consultiva de Saúde Pública. A Conferência de Roma acabou por não se traduzir em nenhum acordo europeu.

Em Dezembro de 1891, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu um convite formal para Portugal se fazer representar em Veneza onde, em Janeiro de 1892, se reuniria mais uma Conferência Sanitária Internacional. Portugal hesitou em se fazer representar, “atendendo a razões (...) ponderosas de severa economia nas despesas públicas”⁴⁸. Mas, instado pelo governo austríaco, o Conde de Valbom, Ministro dos Negócios Estrangeiros, acabará por nomear o Conde de Macedo – ministro de Portugal em Roma –, como delegado português, com instruções para assinar *ad referendum* os protocolos finais.

O tema principal da Conferência será a reformulação do Conselho Sanitário do Egipto. Vários países europeus levantavam as mais sérias dúvidas sobre a sua actuação. Ora, como chamava a atenção o representante austríaco, secundado pelo delegado espanhol e francês, as novas doutrinas antiquarentenárias tinham-se traduzido por uma atitude excessivamente liberal. A proposta inglesa de não impor quarentenas aos navios destinados aos portos da Grã-Bretanha, independentemente do estado sanitário, parecia inadmissível. A Espanha queria que ficasse expresso que tais navios não poderiam fazer escala em nenhum porto do trajecto, sobretudo em Gibraltar, e a França não só invocava a igualdade de tratamento para todos os navios, como justificava a sua recusa por razões de defesa antiepidémica.

Nos bastidores, a França pressionava Portugal no sentido de se juntar ao bloco que se opunha à proposta inglesa, e os delegados franceses instavam o governo português a consultar Sousa Martins e Silva Amado, bem conhecidos dos franceses pela sua posição em favor da manutenção das quarentenas marítimas⁴⁹. O Conde de Macedo receberá instruções para

⁴⁸ Ofício do Conde de Valbom ao Conde de Macedo, ministro de Portugal em Roma. 9 de Janeiro 1892 in *Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1893 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Secção IV. Convenção Sanitária Internacional de Veneza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p. 88.

⁴⁹ Telegrama confidencial do Conde de Macedo ao Conde de Valbom. 13 de Janeiro de 1892 in *Documentos apresentados às Cortes...*, cit., p. 90.

“se concertar com os franceses e espanhóis”⁵⁰, frisando, todavia, que Portugal se reservava completa liberdade de ação com referência às medidas sanitárias que julgasse dever aplicar. Em Maio, o Ministério do Reino informava os Negócios Estrangeiros que não havia objecções à adesão de Portugal ao protocolo de Veneza, cuja redacção final incorporava as emendas francesas e as reservas portuguesas.

Em 1893, e apesar da Convenção de Veneza, as polémicas internacionais continuavam e uma nova Conferência reuniu-se em Dresden. A situação económica portuguesa continuava difícil e não se enviou delegado técnico à Conferência, mas tão-só o secretário da Legação de Berlim, Conde de Selir. Este deveria frisar que Portugal se reservava “de atender à defesa sanitária do reino como houver por mais conveniente”⁵¹, mas fazê-lo de modo a não suscitar antagonismos das potências, em particular da Alemanha (que como a Inglaterra desejava ver diminuídas as quarentenas marítimas), num momento “em que tanto precisamos do auxílio e benevolência do governo deste país para resolvemos a questão financeira”⁵². Tal como Portugal, muitos outros países (Dinamarca, Espanha, Grécia, Roménia, Sérvia, Suécia e Turquia) opuseram-se às medidas propostas pela Alemanha e Inglaterra e o protocolo final não obrigou a modificar as práticas nacionais.

Em 1897, reuniu-se novamente em Veneza uma Conferência Sanitária Internacional. Desta vez Portugal enviou como seu delegado técnico principal José Tomás Sousa Martins, a que se juntou o jovem Tomás de Mello Breyner. Mas este convénio – o último do século XIX – já não teve por assunto principal a cólera. Aquilo que nesse ano assustava os diversos governos europeus era a ameaça de peste bubónica, que tomara proporções assustadoras na Índia⁵³ (e que em breve chegaria à Europa).

⁵⁰ Ofício de Artur Fevereiro da Direcção-Geral de Saúde a Eduardo Barreiros da Direcção-Geral dos Negócios Consulares e Comerciais, em 23 de Janeiro de 1892 in *Documentos apresentados às Cortes..., cit.*, p. 91.

⁵¹ AHD-MNE - Ofício do Ministério do Reino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Conferências Sanitárias Internacionais. Dresden, M 345 a M 363.

⁵² AHD-MNE - Conferências Sanitárias Internacionais, Dresden, M 345 a M 363 (Conde de Selir, Ofício confidencial (aos Negócios Estrangeiros) em 22 de Fevereiro de 1893).

⁵³ Breyner, Tomás de Mello - Sousa Martins no Extrangeiro in *Sousa Martins (In Memoriam)*. Lisboa: Casa da Moeda, 1904, p. 391.

3. Conclusão

No século XX, a Europa não tornou a ser assolada por uma epidemia de cólera (ainda que outras se tenham traduzido por consequências devastadoras, com especial relevo para a de gripe, em 1918). Em Portugal, a peste bubónica grassou no Porto, em 1899 e a cólera devastou a ilha da Madeira em 1910-11. Quer numa quer noutra ocasião Ricardo Jorge dirigiu o combate antiepidémico: na primeira, mais de perto, como delegado de saúde do Porto e responsável pelo Laboratório Bacteriológico Municipal daquela cidade e, na segunda, enquanto director-geral de saúde. A estratégia adoptada no Porto, em 1899, e que será seguida em todas as epidemias infecto-contagiosas posteriores (quer a de cólera da Madeira, quer as de tifo exantemático ou ainda a de gripe) é semelhante à adoptada por outros países em circunstâncias semelhantes, pelo que se poderia sustentar que, apesar das resistências demonstradas ao longo do século XIX, chegara-se a um consenso internacional. A divisão do espaço em circunscrições médico-farmacêuticas, a vigilância médica e policial das populações, a desinfecção de habitações, bens e roupas, a hospitalização de isolamento para os contaminados evitará a quarentena indiscriminada e tornará inúteis os cordões sanitários fronteiriços (ainda que a restrição pudesse ser determinada a uma casa, rua, bairro ou cidade). Da mesma forma, à chegada dos navios, a hospitalização de doentes declarados e o desembarque livre de passageiros assintomáticos (após exame bacteriológico) – que ficavam contudo sujeitos a inspecções durante o período possível de incubação da doença – foram as práticas adoptadas também em Portugal.

A uniformização das medidas tornou-se mais fácil isolado o agente causador da cólera e com a compreensão dos processos de contágio. Deixara de haver contradição entre teorias contagionistas e práticas higienistas. As novas teorias do contágio exigiam o saneamento das cidades e a higiene individual. E aceites estes pressupostos, o Estado e a opinião pública foram sendo convencidos da necessidade de despender mais meios na defesa da saúde pública com carácter permanente. A Lei de 17 de Agosto de 1899 e o Regulamento Geral de Saúde e Beneficência Pública, de 1901, são já o resultado de uma nova atitude dos poderes públicos para com a saúde das populações.

Finalmente, o olhar retrospectivo permite mostrar como, em matéria sanitária – e em particular no caso da cólera –, as posições de Portugal dependiam da opinião dos especialistas, da posição geográfica do país na marcha das epidemias, do estado epidémico da, e das medidas adoptadas pela sua vizinha Espanha, das força ou fraqueza das suas trocas comerciais, como, sobretudo, ilustram a influência recíproca entre medicina e política. Quer os defensores das teorias miasmáticas – preponderantes entre 1850 e 1880 – quer os advogados das teorias do contágio, após a descoberta de Koch, foram insistindo na necessidade de maior interventionismo estatal. O Estado, por sua vez, foi tutelando o poder dos médicos, vigiando a sua profissionalização e regulamentando os seus procedimentos, sobretudo quando e se os incorporava na máquina burocrática estatal.

Recensões

FERREIRA, Delfim Bismarck - *A Terra do Vouga nos séculos IX a XIV. Território e Nobreza*. Aveiro: ADERAV, 2008, 391 p.

Delfim Bismarck Ferreira, mestre em História Medieval pela Universidade de Coimbra, é o autor de *A Terra do Vouga nos séculos IX a XIV. Território e Nobreza*. O livro resulta da tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e conta com apresentação do Prof. Doutor José Mattoso e prefácio da Prof.^a Doutora Leontina Ventura, sua orientadora de mestrado. Com esta publicação, o autor dá continuidade à sua extensa bibliografia, a qual versa, sobretudo, as temáticas de genealogia e heráldica.

A Terra de Vouga corresponde aos actuais concelhos de Águeda, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos, bem como parte dos de Albergaria-a-Velha, Mealhada e Sever do Vouga. Partindo de um território individualizado na documentação medieval, a Terra de Vouga, o autor procurou caracterizar e compreender este espaço e o protagonismo da nobreza nele inserida, desde meados do século IX até ao final do primeiro quartel do século XIV, termo do reinado de D. Dinis. Esta circunscrição administrativa no litoral português, confrontava a Norte com a terra de Santa Maria; a Poente com o Oceano Atlântico, a Nascente, com as terras de Sever, Lafões e Besteiros e a Sul com as de Coimbra e Montemor-o-Velho, compreendendo desde o final do século XI uma vasta área, que actualmente constitui parte dos concelhos de Albergaria-a-Velha, Mealhada e Sever do

Vouga, e a totalidade dos concelhos de Águeda, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro e Vagos (todos pertencentes ao distrito de Aveiro). A sua origem estaria na *civitas* de Marnel, sediada em Vouga, que, com a sua localização privilegiada e central, acabaria por fixar aí a “capital” de um extenso território. Nesse contexto, a região de Vouga assistiu a um desenvolvimento crescente, onde o burgo de Vouga parece ter assumido um papel de destaque, muito provavelmente devido à sua estratégica localização geográfica.

A primeira parte da obra debruça-se sobre o “Território”. Aí se apresentam numerosas informações inéditas sobre a vida das aldeias e vilas, a paisagem rural, a demografia, a economia e, ainda, sobre as famílias ligadas à terra de Vouga. Delimita-se geograficamente o território e a sua subdivisão em julgados e freguesias, demonstra-se a continuidade no povoamento deste território, bem como se identificam e inventariam os aglomerados urbanos e se definem as etapas de evolução do habitat na região. Propõe-se também um cálculo da população, analisa-se a densidade populacional e identificam-se os centros e pólos habitacionais. Reconstituem-se as vias e caminhos, assinalam-se as pontes, portos, portelas e portagens, bem como os castelos, castros, torres, paços e quintas, mosteiros e albergarias existentes. Caracteriza-se a organização administrativa e judicial na terra de Vouga, dos julgados e concelhos em que esta se subdividiu, assim como se identificam os seus oficiais então existentes: tenentes, meirinhos, porteiros, mordomos, saíões, almoxarifes, juízes, tabeliães, entre outros. Estuda-se a propriedade, suas formas e distribuição, e o direito de padroado. Analisa-se a economia senhorial, caracterizando a produção agrícola (cerealífera em especial, vitícola e hortícola). Além de tudo isto, abordam-se outros fenómenos económico-sociais importantes, como a rentabilidade retirada da agricultura, o tipo de transformação e armazenamento dos produtos agrícolas, os sistemas de moagem, lagares, adegas, eiras, celeiros, e sua proliferação, o pescado e espécies capturadas, o salgado e sua vulgarização, encontrando-se também referências a fornos cerâmicos. Também foi analisado o poder militar e a disseminação de cavalarias por toda a terra de Vouga, apurando o seu número e os motivos da sua concentração em locais específicos.

Na segunda parte da obra é abordada a nobreza, mais concretamente as principais linhagens que, na terra de Vouga, tiveram poder e destaque, fosse

pelos seus avultados bens fundiários e/ou económicos, fosse pelos cargos que aí desempenharam ou pelos abusos que cometaram. São estudados os laços de sangue e de vassalidade que uniam essas famílias, a correlação de poderes, o património que detiveram na região e a forma como entrou na sua posse, bem como as suas relações com a Coroa ou com os conventos. A tese de mestrado, que agora se publica, é sem dúvida um importante contributo para o conhecimento da história da região do Baixo Vouga, em particular, mas para a história económica e social da Idade Média portuguesa, em geral, pela sistematização pioneira que faz e pela correcção que propõe de várias ideias erradas que iam fazendo escola. Para além disso, inclui um enorme manancial de informações, muito dele inédito, desde transcrições documentais, quadros explicativos e um grande número de mapas temáticos, boa parte em anexo. Julgamos, por isso, ser de leitura obrigatória para todos os medievalistas, bem como para interessados por esse período histórico e/ou por esta região.

Alexandre Pinto

Doutorando do Instituto de Investigação Interdisciplinar – Universidade de Coimbra
alexpinto@iol.pt

KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe e FONTES, João Luís (coord.)
- *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, 463 p.

A obra *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade* resulta da compilação das actas do II Colóquio *A Nova Lisboa Medieval*, realizado naquela cidade, entre os dias 9 e 11 de Dezembro de 2004. Esta reunião científica deu continuidade a um primeiro encontro, efectuado em Janeiro de 2002, do qual as edições Colibri publicaram as actas (Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais (coord.) – *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005).

Este segundo colóquio congregou investigadores de universidades portuguesas, espanholas, francesas e inglesas, bem como de institutos

nacionais direcionados para o património histórico. Para além de medievalistas, estiveram presentes arqueólogos, historiadores da arte, especialistas em literatura e estudiosos do período islâmico. Neste encontro privilegiou-se o estudo das gentes medievais de Lisboa, valorizando-se quer a sua vivência individual, quer as estruturas em que estas se inseriam. O volume das respectivas actas foi publicado nos finais de 2007 e serviu de homenagem a Luís Krus, falecido em 2005, e presidente do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, à data da realização deste colóquio, o qual coordenou a edição juntamente com Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes. A colectânea integra uma nota de apresentação elaborada pelos coordenadores e um conjunto de 31 artigos ordenados em três grupos temáticos.

Na primeira parte, intitulada “Por Lisboa...”, em jeito de abertura, é apresentado o estudo de Iria Gonçalves consagrado aos mesteres, às profissões e tarefas desempenhadas pelas mulheres, na cidade de Lisboa. Aqui se procede a um levantamento da representatividade da figura feminina no mundo do trabalho, sublinhando, desta forma, a sua relevância económica e social no período medieval. Destacamos, por um lado, o rigor historiográfico patente, por exemplo, no cotejar de fontes diversificadas e, por outro, a amplitude das actividades que descreve, permitindo uma visão multifacetada do tema.

Posteriormente, o título “Gentes e Percursos” designa o primeiro grande bloco de trabalhos, que compreende vinte e um artigos, dedicados ao estudo do tecido sócio-urbano de Lisboa e à influência que nele exerciam o poder político, eclesiástico e económico. Neste conjunto, os interesses de investigação centraram-se em temas como o estudo das elites culturais e religiosas do período islâmico e do período cristão até finais do século XV, os grupos profissionais da urbe, os seus quadros de administração régia e concelhia e as linhagens que aí se reconheciam, os institutos monásticos e a caracterização social daqueles que neles se recolhiam.

Deste modo, Maribel Ferro (CSIC, Madrid) faz uma exposição descritiva de dados referentes aos Ulemas de Lisboa, numa cronologia intermédia aos séculos VIII e XIII do calendário cristão. António Rei (IEM/FCSH/FCT), numa investigação centrada no período das taifas, dá-nos a conhecer os protagonistas do poder nesta cidade, durante o século XI. Num trabalho que

privilegia a análise dos vestígios arquitectónicos das comunidades moçárabes de Lisboa, Paula Almeida Fernandes (IPPAR) reflecte acerca destes grupos e da forma como viviam a sua religiosidade sob domínio muçulmano. Por fim, Pedro Gomes Barbosa (FLUL), com base na *Crónica da conquista de Lisboa de 1147*, de Raul de Glanville, faz o retrato de todo o processo que resgataria, definitivamente, a cidade do Tejo para o domínio cristão.

Num artigo dedicado à sociedade rural desta região, Stéphane Boisselier (U. de Poitiers; Centre d'Études Supérieurs de Civilisation Médiévale) analisa um cartulário do Mosteiro de S. Vicente de Fora, com o objectivo de caracterizar, por um lado, a estratégia de aquisição fundiária dessa instituição e, por outro, o perfil social dos seus vendedores, no período subsequente à conquista de Lisboa.

Destacar a fase de implantação da corte régia e do tabelionado nesta cidade, Bernardo de Sá-Nogueira (FLUL), com uma reflexão assente na análise de instrumentos notariais de composição, problematiza a intervenção da corte na regulamentação e vigilância da actividade comercial. Examinando um outro importante poder da urbe, Hermínia de Vasconcelos Vilar (U. Évora/CIDEHUS) assina um estudo acerca da diocese de Lisboa, entre 1244 e 1325.

Segue-se um conjunto de textos no âmbito da história sócio-antropológica dos grupos de poder, nos quais os diversos autores apresentam linhagens ou personalidades influentes, quer no oficialato régio, quer na administração municipal. Deste modo, Mário Farelo (IEM/FCSH/FLUL) destaca, no período de Trezentos, a família dos “Nogueiras”; Vanda Lourenço traça o percurso da linhagem dos “Avelar”; Ana Cláudia Silveira assinala os “Palhavã” e a sua expressiva presença entre as elites concelhias; Maria Filomena Lopes de Barros analisa a família muçulmana dos “Láparos”.

Luís Filipe Oliveira (U. Algarve/IEM) dá-nos a conhecer Marinha Gomes, concubina de D. Dinis, Gil Domingues de Picoto, seu genro, cidadão e mercador de grosso trato, e duas filhas deste último, professas do Mosteiro de Santos. Estes são três exemplos de rostos da Lisboa do século XIII, através dos quais o historiador explora assuntos como o concubinato, o grupo social dos mercadores, as suas estratégias familiares de administração do património e inserção social da linhagem. A abordagem escolhida distingue

e valoriza este trabalho, pela sua originalidade e pelo espectro de relações socio-familiares que reconstrói.

Centrando-se, igualmente, na mercancia e nos seus agentes, José Augusto Oliveira (CEHUL) dirige o seu enfoque para a outra margem do rio Tejo, localizando e identificando espaços e infra-estruturas portuárias, bem como as características e aptidões dos solos da *Banda d'Alem*.

Seguem-se estudos sobre o clero regular lisboeta: Maria Filomena Andrade (U. Aberta), parte do tecido social do convento de Chelas e explora o seu funcionamento interno e diálogo com o exterior, na centúria de Quatrocentos; Luís Miguel Rêpas (FLUC/IEM) caracteriza a comunidade monástica das “donas” de Odivelas, especificando os padrões de recrutamento evidentes nesta instituição; Isabel Branquinho (FCSH/FCT) faz um enquadramento das monjas de S. Vicente de Fora para o período de 1328 a 1418; João Luís Fontes (IEM/UCP/FCT) identifica e caracteriza espaços de reclusão e eremitismo nessa cidade, dando voz a outras formas de espiritualidade medieval. Este tipo de análise segue uma corrente historiográfica já amplamente explorada no nosso país e de comprovada proficiência para o conhecimento de uma parcela significativa da sociedade medieval. Lamentamos, porém, que, nesta compilação, nenhum estudioso se tenha debruçado sobre o clero secular.

Num hiato temporal que vai de finais do século XIII a finais do XIV, Miguel Gomes Martins (IEM/AML) esboça os percursos da administração municipal de Lisboa, sublinhando as famílias que aí sobressaem. Para o século XV, Marisa Costa (FLUC) perscruta o grupo profissional dos ourives, analisa a sua proveniência social e reúne diversas informações relativas a estes homens, dos quais, tantas vezes, só conhecemos a obra. Carla Devesa Rodrigues (FCSH) dirige a sua atenção para o alfoz da cidade nos finais da Idade Média, estudando a aldeia da Ameixoeira, comenda do Convento de Cristo de Tomar, localizada a três léguas da capital.

Por fim, Maria de Lurdes Rosa (IEM/FCSH) reconstitui a trajectória pessoal e profissional de Fernão Lourenço (1480-1505), dividida entre o serviço régio, como alto funcionário da administração ultramarina, e o controlo de uma vasta fortuna pessoal, sublinhando, de igual modo, a sua acção enquanto mecenas religioso e a forma como gere os seus laços de parentesco. Contrastante com a complexidade do objecto de estudo, a fluidez da redacção deste artigo proporciona uma leitura clara e proveitosa daquele

que consideramos um estimulante e laborioso desafio de investigação historiográfica.

O terceiro e último bloco intitulado “Discursos e Memórias”, inclui nove trabalhos com temáticas de âmbito tão diversificado como a hagiografia e culto dos santos, a heráldica e as imagens desta urbe medieval, de que nos dão eco as fontes da época, do período moderno ou mesmo contemporâneo.

Deste modo, Odilia Lopes Gameiro (IEM) e Mário Gouveia (IEM), em investigações separadas e visando cronologias diferentes, ocupam-se da expansão e vivência do culto dos Santos Mártires de Lisboa. Com base num manuscrito anónimo do século XIV – *Relatio de translatione sancti Vincentii martyris* –, proveniente do Mosteiro belga de Saint-Ghislain, Isabel Rosa Dias (U. Algarve), dá ênfase à difusão transnacional, de que foi alvo o episódio da trasladação de S. Vicente para Lisboa. António de Castro Henriques (U. York) e Tiago de Sousa Mendes (U. Essex) apresentam o levantamento dos símbolos heráldicos das famílias desta cidade, nas centúrias de Duzentos e Trezentos.

Os artigos finais expõem as múltiplas representações de Lisboa, num conjunto de fontes diversificado, quanto à sua natureza e contexto de produção. João Silva de Sousa (FCSH) estuda as Cortes de 1352 e 1371. Graça Videira Lopes (IEM/FCSH) analisa as cantigas de João Zorro, poeta activo na corte de D. Dinis, fazendo sobressair os contornos da capital do Reino e a sua ligação com a política marítima deste monarca. Filipa Medeiros (IEM) resgata as imagens deste núcleo urbano nas crónicas de D. Pedro I e D. Fernando, da autoria de Fernão Lopes. Teresa Araújo (UNL) expõe os reflexos de um centro urbano, social, económico e governativo de topo, num período de transformações estruturais, espelhado no *Cancioneiro de Garcia de Resende*. Por fim, Sandra Amaral Monteiro (IEM) recolhe uma visão da Lisboa Trecentista, no romance histórico de Alexandre Herculano, *Arras por Foro de Espanha*, publicado em 1842.

Pelas características e conteúdos que aqui procurámos descrever, este volume impõe-se a todos aqueles que se interessem por História Urbana, no período medieval. Nele recolhemos traços do urbanismo da cidade de Lisboa, do seu aro e termo, a análise das suas gentes, das suas comunidades religiosas, assim como das estruturas mentais e representações de espiritualidade que nela se configuravam. Na verdade, nestas páginas

– o rigor científico, mas também a criatividade e originalidade de investigação que apresentam – espelham uma dinâmica de congregação de várias áreas do conhecimento histórico e de metodologias diversificadas, característica habitual daquele que é um dos mais conceituados institutos nacionais de História da Idade Média.

Maria Amélia Álvaro de Campos

Doutoranda na Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura
melicampos@gmail.com

ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião (eds.) - *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Sílex, 2008, 458 p.

Os dezasseis trabalhos que compõem esta colectânea são o resultado de um colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Castilla-La Mancha, Ciudad Real, nos dias 7 e 8 de Novembro de 2006, o qual, por sua vez, culminou um conjunto de projectos de âmbito nacional e sobretudo uma Acção Integrada Luso-Espanhola, levada a efeito em 2004 e 2005, subordinada à temática *A recuperação da cultura política nos reinos ibéricos na primeira Modernidade* (séculos XVI e XVII), inspirada em propostas mais amplas como a história conceptual – *Begriffsgeschichte* – ou o projecto europeu *Idea of an European Political Lexikon*.

De índole diversa, todos os contributos giram, contudo, à volta de um objectivo comum, bem expresso no subtítulo: “una vindicación¹ de la cultura política en los reinos ibéricos”. ‘Vindicación’ que assume duas dimensões principais: por um lado, a verificação de que não abundam, no espaço ibérico, escolas historiográficas bem definidas dedicadas a estes temas, sobretudo se fizermos a comparação com o âmbito europeu mais próximo,

¹ *Vindicación* – Acción y efecto de vindicar; *Vindicar* – [] 2. Defender, especialmente por escrito, a quién se halla injuriado, calumniado o injustamente notado. [] 3. Der[ivado]. Dicho de una persona: Recuperar lo que le pertenece. (*Diccionario de la Lengua Española*, Real Academia Española 22^a edição, Madrid, 2001).

aponta para a ideia de ‘recuperação’ (central na epígrafe da acção integrada referida); por outro, trata-se de uma reivindicação ou desagravo pelo pertinaz desconhecimento que uma grande parte da produção científica europeia e ocidental continua a manifestar relativamente ao esforço intelectual dos seus pares ibéricos.

A partir desta dupla intencionalidade traçam então os editores um vasto programa (*Claves, fundamentos y debates para una política hispánica*): um necessário enquadramento na historiografia europeia e a ideia de que é crucial não só consideração de todos os reinos ibéricos como também dos respectivos impérios – buscando a articulação entre a criação de um império ultramarino e a consolidação da monarquia nos territórios metropolitanos (na linha, ainda, de outras historiografias como a *New British History* e a *Atlantic History* com abordagens problemáticas como as do ‘state building’, ‘state formation’ e ‘empire building’) – conduz ao enunciado dos elementos para (a análise de) uma cultura política: *chaves ou leituras* (a histórica, naturalmente, nas suas diversas vertentes – narrativa, antropológica, cultural – mas também a jurídica – filosofia e história do Direito, história das instituições, história social da administração... –, a filológica, a filosófica, a teológica, a pedagógica, a representiva-plástica); *discursos e linguagens*, dos detentores do poder, dos homens práticos, arbitristas e reformadores, dos grupos sociais, dos diplomatas, a da economia da salvação dos teólogos ou a reivindicativa dos ‘povos’; *movimentos e escolas político-culturais* desde as de raiz medieval (aristotelismo, tomismo) às de matriz humanista, com a fundamental reivindicação da civilidade ou autonomia do humano que tem a sua expressão culminante no maquiavelismo (a instauração da necessidade e da independência da política como ciência) e em formulações próximas (de Bodin, Botero, Líspio) ou mitigadas (tacitismo, senequismo), sem esquecer o enfrentamento entre a liberdade eclesiástica e o regalismo.

O esboço deste programa passa depois à consideração dos *conceitos, problemáticas e polémicas*, num esforço para evitar o presentismo, (a própria noção de política, as de justiça, obediência, lealdade, conselho, prudência, dissimulação, cortesia), envolvendo aspectos problemáticos como a relação do indivíduo com a sociedade, as dimensões da soberania, da legitimidade ou do absolutismo, a guerra justa, as mudanças políticas. É neste capítulo das controvérsias que os autores rejeitam uma pretendida

“anomalia espanhola”: a identificação de Espanha (e de Portugal sob os Habsburgo) com o paradigma católico anti-maquiavélico, espécie de ‘lenda negra’ que rotula o pensamento político hispânico de inoperante, retrógrado, fradesco, com a consequente obliteração dos autores ibéricos da tratadística sobre o pensamento político, em contradição nítida com o protagonismo que os reinos peninsulares tiveram na definição da política ‘prática’ nos séculos XVI e XVII.

Não são esquecidos os *destinatários, âmbitos de actuação e meios de difusão*, que se encontram quando atravessamos a ponte que separa a escrita da leitura: príncipes, conselheiros, aristocratas ou então os notáveis locais, a corte e as cortes, as administrações (central, territorial e municipal), destinos a que se chegava através de uma vasta panóplia de canais – tratados, memoriais, arbítrios, polémicas e pasquins, correspondência, sermonários e sacramentários, espelhos – na sua forma manuscrita (e ultra-copiada) ou impressa.

No último apartado desta abertura, a atenção centra-se não já no leque de possibilidades mas na historiografia mais relevante ibérica e europeia, uma secção recheada de referências autorais e bibliográficas a merecer uma leitura cuidada.

O mesmo registo de resenha historiográfica percorre o trabalho de António Pedro Barbas Homem (*O Estudo da Cultura Política Portuguesa da Idade Moderna*) que tem o intuito de “apontar criticamente os caminhos da historiografia portuguesa das ideias políticas [...] especialmente os mais recentes contributos da historiografia do direito e do Estado” (p. 99). Passa, deste modo, em revisão um conjunto de temáticas (História da Filosofia, da Filosofia do Direito, das Ideias, das Ideias Políticas e da Ciência Política, das Ideias Políticas e do Direito Público) indicando obras ou programas de disciplinas universitárias – e os respectivos autores ou professores – que delas se ocupam.

De forma mais problemática, fala da História do Pensamento Político Português, para afirmar que “a chamada ‘filosofia portuguesa’ assumiu o projecto de descobrir a autonomia e a originalidade dos autores portugueses, tarefa que, em alguns filósofos e poetas, se tornou numa incursão pelo tema da condição e do destino de Portugal” e concluir que tal “projecto filosófico – discutível no próprio campo hermenêutico – não pode ser aceite pela

historiografia jurídica e política" (p. 107); do mesmo modo, o debate sobre a identidade nacional, "por tentador que seja", revela-se como "uma questão alheia ao métier do historiador do pensamento político" (p. 109). Mesmo assim, Pedro Barbas Homem fornece elementos informativos importantes sobre autores que se preocuparam com essa problemática, assim como sobre os factores considerados estruturais da História de Portugal e a especificidade do pensamento jurídico-político (ensaíada em torno de elementos como o Estado, a legislação, as instituições políticas e os seus funcionários) que complementa com uma resenha dos "textos mais representativos de cada uma das épocas do pensamento político em Portugal" (pp. 117-126).

Se bem que centrada num objecto mais específico, a contribuição de Pedro Cardim (*La jurisdicción real e su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía*) apresenta-se também como uma visão panorâmica, baseada na análise da historiografia recente, como o subtítulo indica, na qual passa da consideração acerca da natureza da autoridade política à reflexão sobre os processos de formação das grandes unidades políticas da Época Moderna e ao desenvolvimento do corpo de servidores da Coroa (e das implicações que isso acarreta); uma última reflexão é centrada na segunda metade do século XVIII "para resaltar el modo en que la reciente historiografía ha interpretado el triunfo de la jurisdicción real" (p. 350).

Em síntese, o acento é colocado no poder jurisdiccional como chave de leitura mais importante da cultura política da Época Moderna; na graça, como meio eficaz da Coroa para criar obrigações; na proliferação de oficiais extraordinários e na ampliação das respectivas competências, como processo para superar o particularismo e os entraves do poder jurisdiccional, culminando na segunda metade do século XVIII, quando "se definió de forma explícita el ámbito que correspondía a la acción de «gobierno» para la consecución del orden y de la paz del conjunto del cuerpo político" (p. 378).

Uma outra abordagem historiográfica, metodologicamente distinta contudo, é a que propõe Francisco Fernández Izquierdo (*El pensamiento político hispánico en el contexto de la historiografía modernista: su presencia en las citas de publicaciones españolas de los años 2000 y 2001*) cujo *corpus* é constituído pelas referências e citações bibliográficas de um

conjunto de publicações consideradas como amostra representativa: este ensaio bibliométrico – a partir da constituição de uma base de dados – tem, segundo o seu autor, a vantagem da comparatividade, ao pôr em confronto o objecto específico do estudo (o pensamento político) com a totalidade dos assuntos tratados, daí ressaltando a sua importância relativa. Todo o capítulo se centra na descrição da metodologia, considerada como um complemento vantajoso à abordagem bibliográfica tradicional, ao isolar um dos seus elementos, tornando-o manejável de forma automática e permitindo a ‘navegação’ por esse universo referencial.

A atenção a autores e textos ocupa um conjunto notável destes trabalhos. Desde logo, situando-se na primeira modernidade, os de Salustiano de Dios de Dios (*El papel de los juristas castellanos en la conformación del poder político (1480-1650)*); de Pascal Gandoulphe (*Trayectoria de la tratadística política y jurídica valenciana: Tomás Cerdán de Tallada, del Verdadero Gobierno (1581) al Veriloquium en reglas de Estado (1604)*); e de Ignacio Javier García Pinilla (*Aperiat oculos Hispania: los disidentes españoles del siglo XVI como activistas*).

O primeiro parte da verificação da “incontenible irrupción de la política” (p. 127), no último terço do século XVI e inícios do século XVII, para manifestar uma posição crítica face à historiografia mais recente que defende “la función primordial, o de carácter constitutivo, de los juristas letrados, o jurisprudencia culta, junto a los teólogos y la religión, en la determinación del orden social y jurídico de la denominada *Edad Moderna*”, tendo como consequência que “planteamientos bajo los dictados de estado, absolutismo y centralismo resultarían extraños a la cultura jurisprudencial y religiosa de la época” (pp. 130-131). Defende, ao contrário, que “en el equilibrio hemos de movernos, reconociendo los muchos aciertos que lleva consigo la nueva historiografía jurídica [...] pero sin minusvalorar tampoco [...] en el âmbito del poder político las anteriores tradiciones historiográficas, de corte liberal y materialista” (p. 132). É esta matriz que conduz a exposição subsequente da imagem do princípio e do seu poder, que não conhece superior no temporal, dotado da capacidade de criar e abrogar leis (“fue precisamente su capacidad de crear y abrogar el derecho positivo, fruto de su voluntad, que convirtió el poder del rey o del papa en absoluto, en superior a las leyes civiles y canónicas” (p. 143), embora com limites impostos sobretudo pelo direito das

gentes). Tendo-se baseado em tratadistas – sobretudo uma segunda fileira de nomes menos sonantes – adverte para a especificidade de cada um deles, mesmo que seja possível traçar um percurso geral: de uma defesa do poder absoluto do príncipe, no período dos reis católicos, passa-se a uma crítica desse mesmo poder, durante o século XVI e ao acentuar do regalismo, no final deste século “y primera mitad larga del siglo XVII” (p. 147).

Sobre a trajectória de um autor particular, Cerdán de Tallada – enquadrado num grupo mais amplo, mas mesmo assim restrito, da tratadística valenciana – versa o texto de Pascal Gandoulphe. A atenção à estrutura de dois dos seus tratados – separados por cerca de vinte anos (1581-1604) em que a experiência política prática do autor terá tido uma influência inegável – assim como um tipo de análise que se centra no tipo de fontes por ele utilizadas, constitutivas do seu contexto referencial (de que os quadros finais constituem uma sinopse) vai conduzi-lo a uma conclusão segundo a qual “la cultura política del magistrado de la Audiencia de Valencia que fué Cerdán de Tallada evolucionó en un sentido a la vez lógico [...] o sea, la mayor importânci que cobra la matéria de Estado en el tratado de 1604”, aberto como demonstra estar ao pensamento de Furió Cebriol, Bodin ou Giovanni Botero, “y sorprendente, a primera vista, por la mayor presencia de referencias religiosas en el mismo tratado” (p. 175). Essas referências religiosas (Antigo e Novo Testamento) não deixam, contudo de pôr em destaque – além de um ideal de sabedoria cristã conformador da prudência política – as passagens que fundamentam “la legitimación de la sumisión del individuo, del sujeto, a un poder político instituído por Dios” (p. 175).

Contributo muito peculiar para esta cultura política terá sido a dos pensadores dissidente: três deles, Sebastián Fox Morcillo, Felipe de la Torre e Fradique Furio Ceriol, em obras expressamente dedicadas ao pensamento político; no entanto, não são autores isolados, fazendo parte de uma corrente mais alargada – “una línea crítica y activismo en relación a la religión como asunto de Estado: en cuanto al peso del estamento eclesiástico en las altas esferas de poder, a la formación y carácter del príncipe, a la situación de la Inquisición, a la sumisión al papa...” (p. 209). Esta limha tinha raízes anteriores, que, ao correr de textos de diversa índole, envereda por uma atitude polemizante consubstanciada no *leit motiv* “aperiat oculos Hispania”, o qual, para além de assumir contornos espirituais é, por vezes “una llamada

a la sublevación” (p. 201), por exemplo, em Francisco de Enzinas que encara a situação dos espanhóis como de “ceguera y extravio” (p. 202) ou de Juan Pérez de Pineda, verberando a tirania de Roma. O conjunto de exemplos apresentados dá conta da força ainda apreciável desta corrente.

Ela seria, contudo, minoritária no espaço da Monarquia Católica que, para além do exercício efectivo do poder, dispunha de agentes ideológicos poderosos. Provavelmente será esta a causa pela qual “la literatura de este tipo praticada por españoles desaparece por completo com la llegada del siglo XVII, salvo unas voces aisladas [...] «voces perdidas y sin consecuencia” (p. 209). O outro lado, o da ortodoxia religiosa oficial, merece a atenção de dois colaboradores desta colectânea: Fernando Negredo del Cerro, *Teoría política y discurso eclesiástico. Una visión desde la pastoral barroca* e Javier Burrieza Sánchez que se centra num grupo específico (*Los jesuítas como fuerza intelectual política*).

O apostolado da palavra – para veicular uma interpretação autorizada da Bíblia ou directrizes morais individuais e colectivas, de acordo com a injunção normativa tridentina – pode assumir diversas outras dimensões; e Negredo del Cerro pretende centrar a sua análise “en la relación de las posibles vinculaciones entre las iniciativas del proprio estamento eclesiástico y su difusión a través del sermonario” (p. 268), na linha da verificação de “derivaciones políticas claras en la predicación” que originam “una producción ideológica de muy amplio espectro e muy diferente calado” (p. 269): tratados dos pensadores da segunda escolástica, propostas arbitristas, participação em consultas, memoriais apelando à desobediência fiscal... Esta produção multímoda não foi toda do mesmo sentido, assinalando-se duas correntes: “una mayoritaria, dispuesta a defender y a legitimar el orden establecido y en la vertiente opuesta conatos de disidencia o, al menos, de critica, más abundantes cuando la coyuntura poltica atravesaba momentos de particular tensión (caídas de valido, protestas fiscales...) (p. 274). A exemplificação destas duas vertentes – e de aspectos específicos dos autores-exemplo – ocupa o resto desta contribuição.

Quanto aos jesuítas, Burrieza Sánchez propõe-se “«retallar» las afirmaciones anteriores” (as que configuram uma imagem negativa do jesuíta como “hipócrita, taimado”, “maestro[s] de la intriga”, “religioso relajado [...] laxista en definitiva”), perspectiva apologética (sempre discutível) que o

faz atender ao percurso da Companhia, desde um início de alheamento dos “temas seglares” até à “intervención [...] en las infraestructuras del poder” (p. 229-230); às formas dessa intervenção, desde serem confessores régios a directores espirituais (com uma influência indirecta mas eficaz, o que lhes granjeou oposições em diversos quadrantes) até se envolverem directamente como “agentes, embajadores, representantes, legados, em determinadas missiones diplomáticas” (p. 232). Merece especial atenção, neste contexto, a própria reflexão política (com três temas fulcrais – soberania popular, tiranicídio e poder indirecto do papa). A exposição desta reflexão política, enquadrada pela problemática contextual da época (as controvérsias do maquiavelismo e do tacitismo) passa por breves sínteses do contributo dos protagonistas (Possevino, Fitzhebert, Pedro Ribadaneyra, Suárez, Juan de Mariana, Roberto Bellarmino, Baltazar Gracián) e por uma exposição temática (soberania popular, forma de governo, o princípio ideal, *potestas indirecta* do papa, tiranicídio, defesa dos índios e conquista espiritual), na qual os autores citados são de novo chamados à colação, culminando com uma breve reflexão sobre a reacção (quer da autoridade interna quer exterior) a estas reflexões políticas.

No domínio dos discursos, importa ainda referir o que, para além da palavra, é veiculado através da imagem, nomeadamente a emblemática. Fernando R. de la Flor (*Las esferas del poder: emblemática y nueva ética cortesana entre 1599 y 1610*) aborda este registo – situando a sua observação no tempo curto – com a intenção explícita de combater “una ficción peligrosa: la de que el género de emblemas y sus derivados, la cultura simbólica verbo visual del Siglo de Oro, se reclama de un exclusivo mundo de valores inamovibles y seguros” (p. 321); pelo contrário, a pretensa continuidade humanística, rompe-se e a emblemática “nace, precisamente, según nuestra nueva interpretación para superar la fase humanista, y ayudar a penetrar al sujeto en el nuevo espacio politológico entonces creado. Un espacio, no hace falta decirlo, modelado absolutamente por el pensamiento político maquiavélico” (p. 322).

Um outro conjunto de trabalhos aborda aspectos particulares, ou reflexões suscitadas por controvérsias em torno de casos concretos.

Assim é que a problemática (candente e recorrente) da conquista espanhola das Índias – com o célebre debate de Valladolid (1550) entre

Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas – serve de exemplo de aplicação concreta de um outro fenómeno da modernidade, como foi a recepção da *Política* de Aristóteles (Miguel Herrero de Jáuregui, *La recepción de la Política de Aristóteles en la España del Renacimiento*). O percurso desta obra do estagirita praticamente desconhecida na Antiguidade, cuja recuperação começa com a escolástica medieval e culmina no século XVI, é esboçado atendendo às diversas traduções que dela foram feitas e ao seu uso através dos comentários: por meio de umas e outros “la obra de Aristóteles se transforma definitivamente en un pilar de la teoría política europea” (p. 215), “se convierte en la base general de una terminología y unos principios de discusión comunes a toda teoría política de los siglos posteriores” – uma “*koiné conceptual*” – e deixa a sua marca em “todos los tratados generales sobre la teoría política de la época” (p. 219). A grande exceção – Maquiavel – vai, mesmo assim, provocar que a oposição entre maquiavelismo e aristotelismo político se tenha convertido “en uma polarización casi tópica de la ciencia política hasta hoy” (p. 220).

O exame de uma controvérsia histórica – o processo originado pela solicitação dos Carmelitas Descalços às Cortes de Castela para que Santa Teresa de Jesus fosse declarada “patrona y abogada en nombre de sus reinos y ciudades” (Irving A. A. Thompson, *La cuestión de la autoridad en la controvérsia sobre el Patronato de santa Teresa de Jesús*) – é o ponto de partida para a reflexão sobre o equilíbrio dos poderes e sobre o conflito entre autoridades: “entre la laica y la eclesiástica, entre las ciudades y las cortes, entre la Justicia y Costumbre y la del rey; y también un conflicto sobre el alcance de la supremacía papal” (p. 309). A narrativa, baseada em abundante documentação primária, dá testemunho da existência de uma “gama de ideas, conceptos y argumentos vivos, corrientes y disponibles”, ao mesmo tempo que é “un caso ejemplar de como se empleaban esas ideas, de la ambivalencia, la plasticidad y el oportunismo en el uso de la intelectualidad dentro de una controvérsia dinámica y de uma situación política cambiante” (p. 310).

Fernanda Olival (*La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno*) reflecte sobre o binómio serviço-mercê (com base quer em escritos teóricos quer no discurso peticionário), uma ideia estruturante das relações entre o monarca e os súbditos em Portugal. A mercê,

ao contrário da esmola, distingue, inscreve-se na consciência de um direito próprio e no exercício comparativo do que foi concedido a outros; exalta a liberalidade régia, faz parte da prudência política do monarca, envolve vectores relacionais importantes (como o suborno e a recomendação); e é uma contrapartida esperada – e regulamentada – de um serviço que é considerado um bem patrimonial (e, portanto, susceptível de ser transmitido, cedido ou mesmo alienado), ao mesmo tempo que geradora de gratidão: “así se construía una cadena ‘dulce’, sutil, pero eficaz de relación entre los vassallos – de diferentes etamentos sociales – y el señor” (p. 407).

A revisão de lugares comuns historiográficos aceites mais ou menos acriticamente – as instituições do Novo Mundo teriam sido herdadas de uma Espanha medieval mas modificadas na Época Moderna – é abordada por Tamar Herzog (*Los naturales de España: entre Viejo y Nuevo Mundo*) a propósito do conteúdo do conceito de ‘natural’, cujo antónimo seria ‘estrangeiro’ mas que diverge também essencialmente do de ‘súbdito’. A verificação de que “la naturaleza no era una condición fija” e que, mais do que por vassalagem ou ascendência, “se adquiria, y se perdía por medio del comportamiento de cada cual”, conduzindo a “una estrecha asociación entre la naturaleza y la vecindad” (p. 414), é o ponto de partida para questionar também a ‘narrativa’ tradicional da formação do Estado moderno, a expensas do poder senhorial, mas também do poder municipal, e pressupondo a aquisição de uma consciência de pertença a uma comunidade mais extensa, o reino: na sua conclusão, Tamar Herzog afirma que “eran los municipios los que definieron quienes eran los vecinos y, por extensión los naturales y por tanto los españoles” (p. 422). A situação particular do Novo Mundo assentava na importância do comércio, o que levou à adopção de um procedimento formal – a concessão de cartas de naturalidade (a partir de 1608), conferindo a capacidade de imigrar e comerciar – criando, para além dos naturais e dos estrangeiros, a categoria dos naturalizados.

Os dois estudos finais desta colectânea foram agrupados segundo um critério cronológico (a charneira entre os séculos XVII e XVIII) e versam, em registos diferentes, sobre a transição política que esse tempo testemunhou. José Manuel Bernardo Ares (*Teoría y práctica políticas del austracismo y del borbonismo a finales del siglo XVII*) põe o acento na profunda “dicotomía entre el «austracismo» y «borbonismo» en su peculiar manera

de organizar teórica y praticamente la sociedad española”: sociologicamente, a remodelação das elites dirigentes, “sustituyendo casi de cuajo, la vieja aristocracia de rancio abolengo nobiliário por una meritocracia de servicio y lealtad a la nueva dinastía” (p. 426); a nível político, “la estructura imperial de España austríaca se transformó [...] en la estructura estatal de la España borbónica” (p. 428), com o rei, do qual emanaria toda a acção política, como único vértice do poder; culturalmente, um apoio teórico – dos novatores – que está na raiz de uma mudança antropológica profunda, segundo a qual “el individuo se convertia en el centro de la sociedad y de la política” (p. 432).

É precisamente um destes ‘novi homines’ – Melchor de Macanaz – que José María Iñurritegui Rodríguez põe no centro da sua reflexão (*El rey esclavo: preludio político de la Nueva Planta de 1707*). Macanaz disserta – num contexto de guerra civil (1707) – sobre o exercício da soberania, afirmando que a rebelião dos reinos e a mesma guerra eram “procesos consubstanciales a la misma lógica de un modelo político y jurisdiccional como el hispano”, daí tirando a conclusão da necessidade de uma nova forma de governo que abolisse as particularidades (*fueros, privilegios y libertades* de alguns territórios). O debate à volta deste problema – vertido em outros escritos ou nas discussões no seio do Conselho de Aragão – conheceu posições diversas (sobre a (in)oportunidade da mudança, sobre o uso da clemência e do perdão...). A posição de Macanaz (incentivado pelo diplomata irlandês Tobias de Bourke e secundado pelo embaixador Michel Amelot) irá ganhar corpo com o primeiro dos decretos de Nueva Planta que abolia os foros dos reinos da Coroa de Aragão (29 de Junho de 1707).

O périplo – porventura demasiado longo – pelas ideias centrais dos trabalhos desta colectânea pretendeu apenas dar conta de pluralidade de problemas e de perspectivas associadas ao tema da cultura política. E, mesmo assim, longe de esgotar todo o leque proposto pelos organizadores no texto inicial. É certo que eles próprios se queixam que, dos contributos apresentados oralmente ao Colóquio de Ciudad Real, alguns não receberam depois a devida fixação por escrito, o que os leva a formular o voto de que o esforço de agora possa ser complementado com nova convocatória. De qualquer modo, parecem desde já ficar bem vincadas pelo menos três grandes

orientações: à análise e a interpretação de textos formalmente dirigidos para a formulação de propostas teóricas; a aplicação de ideias e concepções a situações concretas (o uso prático, sempre mais versátil e nem sempre coerente); as meta-análises que têm como objecto a produção historiográfica. Dos desafios, talvez o mais aliciante seja o de aprofundar a compreensão das grandes unidades políticas ibéricas da Época Moderna no contexto do império e das interinfluências de sentido bipolar que então se geraram.

Fernando Taveira da Fonseca

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

fertaveira@gmail.com

SCHWARTZ, Stuart B. - *All can be saved: religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic world*. New Haven: Yale University Press, 2008, 336 p.

Quando pensamos na História de Espanha e Portugal da Época Moderna, certamente que a ideia de tolerância não é a que nos ocorre em primeiro lugar. Pelo contrário. A imagem que temos é a de uma sociedade católica fechada, sob o olhar atento da Inquisição, protagonista no combate às heresias e outros desvios a uma norma que se procurava impor. Stuart Schwartz, seguindo, aliás, ideias que há alguns anos Henry Kamen havia lançado, resolveu questionar esta verdade quase absoluta da historiografia sobre o mundo ibero-americano, propondo-se identificar atitudes de tolerância (mas também de indiferença ou ceticismo) e relativismo religioso (e moral) naquelas sociedades, sobretudo entre as camadas ditas populares. O autor pretendeu, assim, analisar opiniões que, embora muito minoritárias, estiveram sempre presentes no mundo católico e, eventualmente, terão permitido o florescimento da tolerância religiosa e a “liberdade de consciência”, aspectos fundamentais do mundo moderno ocidental.

Para desenvolver este estudo comparativo (uma das mais-valias do livro), o autor dividiu a obra em três partes. As duas primeiras correspondem a duas diferentes geografias (Portugal e Espanha/América), e abrangem sobretudo os séculos XVI e XVII. A terceira parte, com dois capítulos,

apresenta o epílogo de um longo percurso em direcção a uma maior liberdade religiosa que, pelo menos simbolicamente, o autor faz coincidir com o fim da Inquisição.

Depois de um primeiro capítulo onde apresenta os principais alvos da atenção das Inquisições, quer do ponto de vista espiritual, quer comportamental, Schwartz procura perceber as reminiscências do convívio entre judeus, muçulmanos e cristãos, que durante alguns séculos coexistiram na Península (embora não sem ausência de conflitos entre as diversas comunidades). Ou seja, procura identificar a persistência de outros modos de pensar, numa altura em que Portugal e Espanha deixam de acolher outros credos que não o católico romano. O autor procura confirmar as suas hipóteses recorrendo a alguns exemplos que surgem entre os processos inquisitoriais. Cristãos-velhos e “conversos” expressavam, por vezes, as suas dúvidas perante algumas das certezas da Igreja e dos inquisidores, e demonstravam a abertura a outros credos. Este relativismo religioso revelava ainda a existência de um conjunto de outras ideias dissidentes, que os afastava dos dogmas da Igreja, mesmo sob a ameaça dos instrumentos disciplinadores que estavam ao alcance daquela instituição: muitos eram aqueles que tinham dúvidas profundas sobre aspectos como a eficácia dos santos, a natureza da Eucaristia ou a ideia da Trindade. Mas tal relativismo ou tolerância surgiriam também porque, por vezes, o perseguido pela Inquisição era um bom vizinho, amigo ou companheiro de negócios. O facto de ser judeu, luterano ou calvinista era irrelevante. Como tantas vezes se afirma ao longo do livro, “cada um pode salvar-se na sua lei”. O último capítulo desta primeira parte é dedicado a Portugal, abordando sobretudo a questão dos cristãos-novos, já que eles foram uma das principais preocupações da Inquisição portuguesa. Além de referir o pensamento do padre António Vieira, Schwartz deixa-nos a história de André Lopes, um mercador de lã, casado com uma cristã-nova, sentenciada pela Inquisição. Lopes não se inibia de falar publicamente contra aquele Tribunal, e em defesa dos cristãos-novos. Um exemplo de que a crítica popular à acção do Santo Ofício também existia.

A segunda parte, dedicada à América espanhola e portuguesa, embora com os mesmos objectivos que a anterior, tem em conta os diferentes contextos sócio-culturais que foram sendo criados no Novo Mundo e os desafios que este colocou à ortodoxia religiosa. Schwartz revela uma grande

preocupação em descrever aqueles contextos, pois eles são um dos factores que contribuíram para o surgimento de atitudes de tolerância, de relativismo e também de sincretismo religiosos. Ali, às populações indígenas juntaram-se católicos, protestantes e cristãos-novos, europeus e africanos. Afastados dos principais centros de poder e perante uma estrutura administrativa incipiente, muitos foram aqueles que viram na América um território onde poderiam viver uma maior liberdade. Além destes aspectos havia o facto de muitos dos espanhóis e portugueses que iam para a América terem tido experiências enquanto soldados, mercadores, peregrinos ou viajantes, pelo que o seu contacto com diferentes realidades religiosas e sócio-culturais os ter levado (pelo menos a parte deles), segundo o autor, a conceber uma atitude de maior abertura perante o outro.

Os dois capítulos da terceira parte constituem a conclusão do livro. O capítulo 8, centrado sobretudo no século XVIII, apresenta uma sociedade (ou sociedades...) onde as ideias de tolerância se foram tornando cada vez menos minoritárias, ao mesmo tempo que cada vez mais elementos das elites intelectuais passaram a defender uma maior tolerância religiosa. Mas antes de se chegar às correntes iluministas setecentistas, e como Schwartz procurou demonstrar ao longo dos primeiros sete capítulos, já muitos tinham sido aqueles que tinham expressado ideias semelhantes. Alguns argumentando que só Deus sabia qual era a melhor religião; outros considerando que todas elas podiam ser válidas; outros ainda não queriam acreditar que quem vivia segundo a lei natural ou quem realizava boas obras pudesse ser condenado por Deus; outros, por fim, acreditavam que a mensagem de Cristo era de paciência e perdão. E havia, além de todos estes, quem duvidasse da validade de todas as religiões e/ou para quem os credos pessoais e a salvação não eram assunto que os preocupasse. Todas estas pessoas, acredita Schwartz, foram a base da tolerância na qual as ideias do Iluminismo puderam florescer (p. 241). Por fim, o capítulo 9 aborda a questão da tolerância religiosa na Europa da Época Moderna, inserindo assim o presente estudo num quadro analítico mais vasto, que vai para além das “fronteiras” do mundo ibero-americano, acabando, deste modo, por integrar a temática no contexto das lutas entre católicos e protestantes. Ao estabelecer tal comparação com o resto da Europa, Stuart Schwartz conclui que “o que é mais notável acerca destas pessoas enquanto grupo é que nos contextos de

Espanha, Portugal e colónias Americanas eles parecem ter pouco a ganhar com a sua tolerância. Ao contrário da França, Inglaterra ou Alemanha, onde as divisões confessionais tornaram a vida quase insuportável, ou lugares como a Holanda e Polónia, onde se podiam alcançar vantagens políticas e económicas por causa da tolerância, no mundo hispânico o contexto de uma única religião de “Estado” não prometia qualquer benefício imediato para a tolerância” (p. 250).

Estamos, pois, perante uma obra ambiciosa e arriscada, cuja maior força assenta na questão principal que o autor se propôs desenvolver, mais até do que nos resultados, conseguidos ou não. São as hipóteses e objectivos lançados pelo autor que fazem com que este livro mereça atenção. Ao contrário do que se tem feito até agora, o autor olhou para as fontes – sobretudo processos da Inquisição – e colocou-lhes novas questões: por exemplo, perante o que os inquisidores catalogaram como heresia, a historiografia estudou heresias; perante o que os inquisidores classificaram como comportamentos sexuais imorais, os historiadores estudaram desvios, pecados ou crimes. Pois Stuart Schwartz, perante as mesmas fontes viu tolerância e relativismo religioso, viu homens e mulheres que não se sujeitaram aos esforços disciplinadores da Igreja (e do “Estado”). Perante tal abordagem, somos conduzidos, também nós, a relativizar. A relativizar a imagem de uma certa homogeneidade de pensamento e acção que a historiografia nos tem oferecido sobre a sociedade ibérica. A olhar para esta sociedade de uma outra forma, embora sem nunca perder de vista que estamos perante casos minoritários. Mas, como o próprio autor enuncia logo na *Introdução*, não merecem estes casos, por mais particulares que sejam, serem conhecidos, analisados e compreendidos?

Aliás, é grande e bem conseguido o esforço em compreender os exemplos apresentados, recorrendo a um importante exercício de contextualização, que é um dos aspectos mais importantes da obra. Além do mais, há uma importante, e constante, crítica de fonte, pois Schwartz sabe bem das dificuldades que o tipo de documentos que utiliza levanta ao historiador. A todas (ou quase todas) as dificuldades, potenciais dúvidas e ceticismos ele procura responder, e antever, desde a *Introdução* ao último capítulo. Schwartz conhece as “armadilhas” que um estudo deste tipo pode encontrar. As dúvidas que ele prevê no leitor, terão sido as dúvidas do historiador.

E as reflexões deste, transmitidas àquele, procuram sossegar ambos, dando origem a uma obra de grande solidez metodológica.

Contudo, embora no último capítulo (p. 249-250) refira alguns dados (quantitativos até) que procuram dar maior sustentabilidade a todo o argumento, afirmando que um grande número daqueles que expressavam atitudes de tolerância eram cristãos-velhos (espanhóis ou portugueses), a verdade é que muitos dos exemplos apresentados ao longo do livro referem-se a outros europeus, que não da Península, ou a cristãos-novos ou mouriscos, bem como a indivíduos que ao longo da sua vida tiveram contactos com distintas realidades, quer na Europa, África ou América. Ao leitor fica a dúvida de saber por que é que então não apresentou mais exemplos de cristãos velhos. Já que tinha essas informações, por que não introduzi-las no texto, reforçando assim a tese que, afinal, queria provar? Ainda relativamente aos exemplos apresentados, surge um número significativo de clérigos, mas, com a preocupação de contextualizar a história de vida de alguns deles, algumas questões deixaram de ser levantadas ou não foram suficientemente desenvolvidas. Por exemplo, a Inquisição, perante determinada proposição herética, pronunciava penas idênticas quer se tratasse de um leigo ou de um clérigo? Por outro lado, porquê, num trabalho sobre tolerância e relativismo religioso, dar tanto destaque às questões da sexualidade, mais do que às questões de superstição/magia? É verdade que estas também estão presentes, mas num trabalho com os objectivos deste talvez pudesse ter tido maior destaque, até porque é extensa a bibliografia europeia sobre a temática (e que o autor conhece, como se vê na bibliografia citada). Por último, talvez o carácter monolítico das fontes utilizadas pudesse ter sido amenizado com o recurso a outra documentação, nomeadamente a produzida por outra instância de vigilância e disciplinamento social: as visitas pastorais realizadas pelos bispos. Embora as preocupações e atribuições dos prelados neste campo fossem distintas das do Santo Ofício, talvez tivesse valido a pena explorar esta fonte.

Hugo Ribeiro da Silva

Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, da FCT e doutorando no
Instituto Universitário Europeu – Florença
hugo.silva@eui.eu

VALLADARES, Rafael - *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008, 315 p. e 3 ilustrações.

O mais recente livro de Rafael Valladares, investigador do CSIC (Madrid), autor de sólida, bem informada e volumosa produção sobre o Portugal do tempo dos Áustria, é mais um precioso contributo para o conhecimento deste período. Espera-se, por isso, que em breve possa estar disponível em língua portuguesa, tal como sucede já com o seu *A independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680* (Lisboa: 2006).

Trata-se de estudo muito bem escrito, com uma estrutura interna clara e bem pensada, revelador de exímio e profundo domínio da bibliografia, mesmo a mais recente, e não só a espanhola. Aqui foram incorporados contributos da produção portuguesa, francesa, inglesa e italiana, que muito enriquecem as perspectivas do autor e conferem grande consistência ao resultado final. E não confinando este “apport” bibliográfico ao campo da História, pois abre o seu olhar, em doses equilibradas, à sociologia, à antropologia e à psicologia, no intuito de enquadrar melhor, em especial, a questão da violência. Com a vantagem de a bibliografia ser apresentada num elenco final, o que muito auxilia os leitores e se louva, tanto mais que, infelizmente, muitas editoras têm vindo a descartá-los dos seus livros, por razões exclusivamente economicistas. Os historiadores/autores não se devem subjugar a isso.

Como Rafael Valladares confessa, o livro teve como detonador e ponto de partida um fresco por si observado no Palácio Spinola, em Génova, o qual é pouco considerado pela historiografia do Portugal hispânico. Trata-se de “Lisboa assediada pelo exército do Duque de Alba”, pintado por Lazzaro Tavarone, entre 1614 e 1615, aqui reproduzido a preto e branco e com pouca qualidade (p. 4). Não justificaria melhor reprodução?

A partir dele, e do olhar instigador do autor, a sua proposta é clara e encontra-se explicitada logo na *Apresentação*, o que, de certo modo antecipa e esvazia a expectativa do leitor. O livro promove três “ideias”, ou teses: 1 - o sucedido em Portugal entre 1578 e 1583 foi, para além de uma crise dinástica, uma “guerra civil”; 2 - a violência militar exercida pelas forças filipinas, foi imprescindível no processo de agregação/conquista do novo

reino e teve um impacto muito maior do que tem sido habitualmente reconhecido pela historiografia; 3 - O conceito chave para entender o fundo do problema, isto é, o modo como os portugueses se comportaram neste processo, é o de “comunidade”, “entendida esta como uma soma de todas as instâncias corporativas num reino composto por vassalos de diferente condição jurídica, no entanto unidos por valores morais e afectivos, como o amor à pátria, a reunião em torno de uma fé, a lealdade às leis, e o apego à tradição” (p. 18). Explicitação que podia ser formulada com mais rigor. O amor à pátria, a identificação com um território e com o seu rei, uma consciência histórica mínima de um passado comum, o reconhecimento de certos símbolos como agregadores, a utilização da mesma língua, a noção de que havia inimigos externos da comunidade (castelhanos – o que é reconhecido por Valladares na p. 47 –, piratas, muçulmanos, etc.), eram igualmente elementos fundamentais do sentido de “comunidade”, que não podem ser apenas enunciados como “valores morais e afectivos”. Eram isso, mas eram, no século XVI, já e também muito mais do que isso.

Retomando a tese principal, o objectivo fundamental do livro é o de recuperar a dimensão violenta da guerra de conquista de Portugal por Castela, entre Junho de 1580 (saque do Palácio dos Duques de Bragança, em Vila Viçosa) e 3 de Agosto de 1583 (conquista de Angra, nos Açores, pela armada chefiada por Santa Cruz). Recuperar a dimensão violenta da guerra e apurar o impacto que ela teve no corpo político de um reino que, em teoria, estaria a salvo, em função das negociações mantidas com os estamento sociais privilegiados e com as mais importantes instituições (p. 27).

Mas, no fundo, parece poder entender-se, sobretudo quando se chega ao final e se lê o *Epílogo*, que uma das intenções do autor foi igualmente proceder a uma revisão historiográfica das condições da agregação de Portugal à monarquia hispânica, tendo em mira, eu diria sobretudo, questionar a tese ultimamente praticamente indiscutida, principalmente entre os historiadores espanhóis, de que aquela união resultou, acima de tudo, de um processo de negociação política laboriosamente preparado pelos agentes filipinos enviados a Portugal desde 1578, e consumada nesse acto política e simbolicamente decisivo que teriam sido as cortes de Tomar de 1581. Em suma, o “pacto de Tomar”, acto fundador do “Portugal dos Felipes”, como lhe chamou Fernando Bouza Alvarez, o principal defensor e hodierno

baluarte desta proposta. Creio que, embora isso nunca seja clarificado abertamente por Valladares, apesar de aqui e ali ser sugerido (p. 31 e 37, por exemplo) este seu livro é também (e muito) um diálogo/debate com as perspectivas de Fernando Bouza. Apesar de no referido *Epílogo*, se recordar que esta ideia da negociação política já tinha um grande lastro no tempo, que Valladares encontra bem enunciada pela primeira vez numa obra de 1628 (Manuel Faria e Sousa – *Epitome de las historias portuguesas*) a qual, como o autor sublinha, visava enaltecer o papel dos Moura, ao tempo marqueses de Castelo Rodrigo, herdeiros do já falecido e decisivo personagem na tal negociação que fora Cristóvão de Moura (p. 277).

Antes de explicitar a estrutura e conteúdo do livro, diga-se que o título parece ser uma metáfora, onde, como se percebe após a leitura da obra, sobretudo da sua primeira parte, “Lisboa” está por “Portugal”. Aliás, da conquista de Lisboa propriamente dita, tanto da batalha terrestre em Alcântara, a 25 de Agosto, como da naval na barra do Tejo (o “abraço anfíbio” de que fala o autor), pouco se diz. O que se entende, pois o livro não pretende ser um estudo de História Militar, de uma certa História Militar clássica, sobretudo a que foi escrita por militares, mas antes uma análise de história política, de boa história política, sempre atenta à minuciosa reconstituição dos acontecimentos, intenções e estratégias dos seus agentes nas circunstâncias concretas em que os tiveram que enfrentar.

O livro está estruturado em duas partes. A primeira, intitulada “Violência”, trata da guerra e da sua importância decisiva para a agregação do Reino. É composta por um “Preâmbulo” e cinco bem escolhidos capítulos, todos servidos por claros e sugestivos títulos: 1 - A escolha de Alba; 2 - As leis da guerra; 3 - O assalto a Lisboa; 4 - “Não pensei que eram tantos” (frase escrita por Felipe II referindo-se à sensação de que nunca imaginara que os partidários de D. António fossem tão numerosos) 5 - “Acabar com isto desta vez” (Açores).

A segunda, designa-se “Comunidade” e engloba outros cinco capítulos: 1 - A cidade antes da conquista; 2 - Os desejos do rei; 3 - “Matar-se-ão entre eles” (Guerra civil); 4 - A comunidade abandonada; 5 - A rebelião popular. Por fim o já referido *Epílogo*, com o explícito título “A lenda do triunfo negociado”.

Não me deterei no rico conteúdo de cada capítulo, onde a par de dados conhecidos se descobrem outros que são novos. Relevarei, tão só, algumas das informações/ideias neles sugeridas, aqui e ali entrecruzadas por um olhar crítico.

Para principiar esta restrita selecção, a verificação de que a correspondência que D. Felipe II manteve com os seus comandos militares e com os embaixadores (nomeadamente com Cristóvão de Moura e Juan da Silva) tinha um tom diferente (p. 44), sendo que alguma violência verbal dominou as ordens que foram dadas sobre a guerra antes que ela se efectuasse, o que teria servido de estímulo à criação de um certo clima de tensão (p. 76). A guerra/invasão propriamente dita começa a ser dissecada pelo capítulo 2. A partir dos exemplos do sucedido em Olivença, Elvas e Mourão mostra-se como no decurso de todo o processo de incorporação do Reino houve uma utilização simultânea de violência (ou a sua ameaça) e negociação política com as forças locais, evidenciando, no entanto, que a coacção exercida pelo poder bélico dos exércitos castelhanos não deixava margem de manobra. Para os habitantes de Mourão, por exemplo, confrontados com um exército de 700 soldados inimigos “a saída consistiu em vestir de obediência uma espécie de rendição” (p. 81).

Os actos de violência, para além do já referido saque de Vila Viçosa (p. 85-86), começaram, sobretudo, quando o exército castelhano encontrou resistência. E o primeiro local onde isso sucedeu foi em Setúbal, onde, como diz e bem o autor, pela primeira vez se constatou como tinha sido irrealista supor que a intervenção do exército filipino constituiria um passeio triunfal, no qual se iria “colecccionando a obediência de todos os lugares do reino” (p. 87). De novo em Cascais se impuseram severos castigos sobre os conquistados, com a execução tanto do comandante das tropas portuguesas como do alcaide. É certo que houve ordens para conter a violência e o saque, o que levou a que o duque de Alba tivesse inclusivamente executado soldados seus, por terem, como era usual e se esperava em tempos de guerra, saqueado Setúbal, tentando assim dissuadir e limitar os excessos destas operações. Temia-se que elas se pudesssem repetir em Lisboa, o que teria, naturalmente, consequências terríveis para a imagem de D. Felipe II aos olhos dos portugueses.

Da batalha de Alcântara se salienta como durou poucas horas da manhã de 25 de Agosto de 1580, mas que fez 500 a 3000 mortos entre os apoiantes do Prior do Crato (p. 98). Analisou-se o saque que se seguiu e que durou 3 dias, com os efeitos negativos que teve sobre a população da cidade, mas sobretudo nos seus arrabaldes. Depois surge o que o autor designou por “segunda conquista de Portugal”, a qual se prolongou entre Setembro e Novembro de 1580, e visou impor a obediência a Castela nas regiões situadas a Norte do Tejo, bem como, se possível, capturar o fugitivo D. António. Neste processo, os exércitos chefiados por Sancho Dávila depararam-se com uma resistência passiva e surda por todo o País (Aveiro seria exceção), no fundo encontraram uma população que não estava disposta a colaborar com os invasores (p. 117). O autor procura explicá-lo não como o resultado de um “patriotismo natural das gentes”, mas antes pelos prejuízos causados nas suas vidas e na actividade económica (p. 118). Esta é uma interpretação, que não está sequer abonada documentalmente, o que é pena. Não pode deixar de se lembrar, que a Restauração, 60 anos depois, também causou muitos sacrifícios nas vidas e na economia das gentes, mas então elas estiveram dispostas a aceitar, sem grande resistência conhecida, esses mesmos sacrifícios. Igualmente se estranha que na análise da “segunda conquista” não se citem ou utilizem alguns estudos que contemplam dados importantes para perceber o que se passou em determinados dos locais que se iam submetendo. Como é o caso de Coimbra, para onde não há nenhuma referência ao importante trabalho de Mário Brandão – *Coimbra e D. António rei de Portugal* (Coimbra: 1939-1947, 3 volumes). Por estas páginas se reflecte ainda no que se deveria fazer ao Prior do Crato, caso viesse a ser encontrado: matá-lo, onde e como? ou exilá-lo em Castela? (p. 122). A questão é ainda bem aproveitada para revelar as fracturas internas entre castelhanos, salientando a existência de duas facções: uma a dos “políticos”, o “círculo de Badajoz”, favoráveis a uma solução negocial, e outra a dos militares, os quais tiveram que intervir pela força para impor o que a negociação política não estava a conseguir, facção encabeçada pelo Duque de Alba e Sancho Dávila, cujas posições ficam bem evidentes num excelente trecho de uma carta que este escreveu, e que o autor, e bem, aqui transcreveu (p. 124-125). Este capítulo 4, pelos assuntos e perspectivas abordados assume-se como um momento chave na estrutura da obra e na

demonstração de algumas das suas teses. A propaganda filipina, de que é expressão bem evidente a obra de Conestaggio – *Historia dell'Unione del Regno di Portogallo alla corona di Castiglia* (1585), bem procurou insistir na ideia de que Portugal não fora “conquistado”, mas “unido” e de que os muitos opositores a essa união (“não pensei que fossem tantos”, chegou a escrever D. Felipe II) não eram por isso “rebeldes”, mas apenas “vassalos inquietos difíceis de sujeitar ao novo jugo” (p. 138). Aqui fica bem evidente que não foi assim. Nem mesmo depois da conquista, pois como se dirá mais adiante, já na segunda parte, as tropas de Castela jamais abandonaram totalmente Lisboa, que ficou sempre “presidiada”, ou, como diz o autor: “a sombra da conquista voltava a cobrir as luzes da negociação” (p. 177).

A segunda parte da obra não me parece tão bem conseguida como a primeira. Se bem li, afigura-se-me que aqui se pretenderam alcançar dois objectivos distintos. Por um lado, descrever/caracterizar a comunidade – neste caso Lisboa e não Portugal – sobretudo nas vésperas e antevésperas da sua conquista. Por outro, mostrar como é que uma parte maioritária dessa comunidade (isto é, os populares ou “povo”), se comportou perante os acontecimentos e os programas de conquista/aliciamento, que tanto D. Felipe II como o Prior do Crato sobre eles exerceram (uma boa ideia, por vezes esquecida, pois D. António também teve estratégias para ganhar adeptos).

O resultado final não foi tão convincente como o alcançado na primeira parte do livro, basicamente, por quatro ordens de razões:

1) Porque há uma série de incursões, por vezes longas, sobre assuntos que não se conseguiram articular com explícito proveito com a questão nevrálgica do livro, como é o caso da incursão pelo governo de D. Sebastião, as pestes que assolaram Lisboa desde os anos 60 ou o papel das mulheres na vida da cidade. Detenho-me só no caso do governo do *Desejado*. É esse o centro do capítulo 7, que tem por título “os desejos do rei”, que, ao contrário do que se poderia pensar, não é D. Felipe II, mas antes D. Sebastião. O capítulo fecha-se numa análise interpretativa do que foi o seu governo, com propostas discutíveis e até especulativas. Dois exemplos. Parece-me discutível a tese de que quando em 1568 o jovem rei assume o poder tivesse como programa “a construção de uma imagem de magestade real” que restaurasse a autoridade do poder régio, dilacerada por disputas que enquistavam o centro político

no período anterior das regências (p. 181). Discutível e até contraditório, pois, no parágrafo imediato a esta proposta de chave interpretativa, Valladares constata: “Declarado mayor de edad a los catorce años, era muy improbable que mostrase entonces ninguna idea de gobierno”. Parece-me especulativa e não compaginável com o discurso histórico a sugestão (que funciona como argumento para justificar que o projecto da guerra em Marrocos não era um devaneio), de que se D. Sebastião tivesse triunfado em Alcácer isso teria tido como resultado a subjugação de certas facções cortesãs a submeterem-se à autoridade do rei.

2) Porque as razões encontradas para explicar o posicionamento da comunidade de Lisboa face aos episódios da conjuntura de 1580 não me pareceram muito convincentes e não beneficiaram de algumas das análises encetadas. Por exemplo, parece-me pouco útil discutir o conceito de “guerra civil” (cap. 8), sendo certo terem existido fracturas evidentes entre portugueses, que os colocaram, em armas, de diferentes lados da “guerra”. Tal como não se afigura convincente a explicação de que os populares aderiram maioritariamente a D. António não por razões positivas, mas antes como reacção a uma situação de desencontro e descontentamento com o rei e com aqueles que os deveriam ter protegido: “Ni el amor a don Antonio, ni a Portugal, ni siquiera el fogoso anticastellanismo fueran la causa mayor que permitió a los seguidores del prior reclutar al vulgo, sino el malestar, el resentimiento y la decepcion que éste abrigaba hacia sus superiores por su dejacion de deberes” (p. 246).

3) Porque o caminho analítico aqui proposto sugere que Portugal era apenas um conjunto de comunidades, de que Lisboa, “a princesa” seria a mais emblemática e importante. Dessa lógica decorrem dois factores que objectivamente dificultam a interpretação de fundo sobre os sucessos de 1580. Primeiro de que só através do estudo de todas as outras comunidades (Braga, Lamego, Arronches, Tavira, etc.) será possível obter uma visão global e definitiva do assunto, caminho, no limite, inviável. Segundo, e mais preocupante, supor que Portugal, enquanto tal, não era também uma comunidade. Nesse sentido, alguns jogos de palavras, sem dúvida de belo efeito retórico, mais do que elucidar confundem. “(...) lo que latía en las reiteradas y fogosas llamadas a la historia del reino y a la nación portuguesa era *una suerte de patriotismo comunitario en vez de nacionalismo patriótico*, en la

medida en que la comunidad importaba más que la nacion (...)" (p. 230, itálico meu). Seria assim? Como prová-lo? E a "nação" (não a oitocentista evidentemente) não era uma comunidade?

Terceito, porque a análise empreendida não contribuiu para entender melhor os efeitos que a conquista pela guerra teve na tal "comunidade", e isso também era expectável nesta obra e um dos objectivos a que o autor se propôs.

Uma nota final sobre as fontes. Valladares utilizou sobretudo as castelhanas, ou seja, as legadas pelos vencedores, que conhece e domina com profundidade, diria até, com erudição. Não haveria outras que abrissem uma janela para perceber melhor e observar os vencidos, e assim, justificar a sua própria tese de que os efeitos da guerra, da violência da guerra, tiveram consequências muito mais gravosas do que por norma se considera?

Um ou outro pequeno lapso não perturbam a qualidade do estudo, mas poderiam corrigir-se. Por exemplo: sugere-se que em 1580 Portugal teria apenas cerca de 1 milhão de habitantes (p. 71), o que não é exacto; não há em Portugal nenhuma localidade com o nome Nabão (p. 177); o Conselho Geral do Santo Ofício não foi apenas criado em 1570 (p. 184), já existia praticamente desde os primórdios da existência do Tribunal; o conflito entre D. Henrique e D. João de Portugal, bispo da Guarda, não durou até 1585 (p. 202), data em que o cardeal já tinham falecido e o bispo sido privado do bispado; ao contrário do que se afirma, a Inquisição portuguesa nunca teve jurisdição sobre adultério, nem perseguiu adúlteros (p. 247).

Pesem as notas críticas aqui deixadas, que também devem ser tomadas como um exercício, este é, em suma, um livro que muito se recomenda e que será muito útil, até pelo seu tom didáctico, a todos os alunos universitários de História. Eu sugerirei a sua leitura aos meus.

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

lejpaiva@fl.uc.pt

MUIR, Edward - *The Culture Wars of the Late Renaissance. Skeptics, Libertines, and Opera*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2007, 175 p.

Edward Muir é especialista em História social e cultural de Itália no Renascimento e lecciona na Northwestern University (Chicago, USA). Depois de ter publicado *Il rituale civico a Venezia nel Rinascimento* (Roma, 1984), e *Riti e rituali nell'Europa moderna* (Scandicci, 2000), deu à estampa o volume que aqui se apresenta.

O âmbito analítico deste livro incide sobre os conflitos ideológico-intelectuais relacionados com o scepticismo filosófico, materialismo científico e libertinismo literário, que tiveram intenso reflexo na vida cívica veneziana do período tardo-renascimental. “Guerras culturais”, assim lhe chama Muir, como resultado de uma contraposição da liberdade à ordem e da inovação à tradição, iniciadas em 1591 com a agitação dos estudantes de Pádua contra o colégio jesuíta local, e esmorecida, a partir de 1660, com a extinção da Academia dos Incógnitos. Período que o autor denomina de “proto-iluminismo”, decorrente da situação política da República de Veneza, a qual, no âmago do mundo católico, constituía um dos mais importantes campos de batalha intelectual e um dos centros mais fortes da oposição à extensão da autoridade papal. “Guerras culturais”, em cuja arena se enfrentavam, de um lado, os jesuítas e a Inquisição Romana (defensores da ortodoxia católica) e, do outro, os filósofos cépticos da Universidade de Pádua e os teóricos libertinos da Academia dos Incógnitos, cujas ideias eram disseminadas pelos círculos cortesãos, designadamente através da ópera.

No primeiro capítulo, o autor enceta uma incursão pela intensa rivalidade entre o colégio jesuíta e a Universidade de Pádua, sustentando que o problema emergira de uma diferente concepção de educação que, por sua vez, se reflectira numa proposta alternativa de conhecimento. Deste segundo nível de disputas ditas “pedagógicas”, entre a Teologia e a Filosofia em torno de Aristóteles, relativamente a questões como a imortalidade da alma, Muir parte para o antagonismo entre a ciência experimental de Galileo e o dogmatismo religioso. Segue em busca das influências aristotélicas em Cesare Cremonini, professor de Filosofia Natural em Pádua (1591-1631), em torno do qual grava este capítulo. Encontra-as no entendimento

cremoniniano da natureza do conhecimento humano, da relação entre a lógica e a experiência, bem como o problema da imortalidade da alma, aquele que mais despertara a atenção do Santo Ofício. Cremonini desenvolve a teoria céptica, segundo a qual, nenhum autor, nem nenhum texto antigo forneciam uma verdade universal válida.

Esclarece Muir que as emblemáticas dissensões académicas, de que foram protagonistas Cremonini e Galileu, não obscurecem os pontos de contacto, designadamente no que toca ao scepticismo anticonvencional; o terem sido co-fundadores da *Accademia dei Ricoverati*, destinada a discutir temas religiosos e morais; bem como a luta contra a tentativa inaciana de fundar um colégio alternativo. A reputação da Universidade de Pádua, espinha dorsal da vida intelectual veneziana, era notória, tornando-se a mais célebre da Itália de então, como resultado da protecção política à produção científica, à existência de um corpo docente reduzido, extraordinariamente bem pago e seleccionado mediante um processo que inibia o favoritismo e a corrupção.

O interesse de Muir em Cremonini, não se prende com a necessidade de esboçar uma hagiografia historiográfica dos religiosos cépticos e da liberdade de pensamento. O propósito é o de explicar as repercussões do legado filosófico-intelectual céptico cremoniniano nas várias gerações de jovens libertinos da Veneza, da primeira metade do século XVII, e as novas cambiantes que daí advieram. Mais do que a sua própria interpretação de Aristóteles, Cremonini legou um “estilo intelectual” que, no campo dos valores morais e da ética sexual, era profundamente subversivo. Rapidamente transpôs os umbrais institucionais da Universidade, para se imiscuir nas actividades literária e teatral venezianas, de uma forma extravagante e, por vezes, escandalosa, sob o patrocínio da *Accademia degli Incogniti*.

O materialismo de Cremonini patenteia-se na retórica da subversão da ética e da moral, presente na produção literária dos *Incogniti*, a qual faz a apologia do paradoxal, extravagante, bizarro e, simultaneamente, com uma dose perfeita de ambiguidade que a acautelava do incriminatório. Isso mesmo ia ao encontro ao lema cremoniniano: “Pensa o que queres, mas diz somente o que pretendem ouvir de ti”.

O segundo capítulo gravita em torno da análise das tendências libertinas pós-Cremonini. Ferrante Pallavicino emerge, neste contexto, como figura

central, porquanto fora um dos percursores mais enérgicos do libertinismo e um atacante feroz dos pilares da ortodoxia católica, o que ditou a sua captura e decapitação em Avignon, no ano de 1644. A inclinação libertina dos *Incogniti*, muitos dos quais religiosos renegados, fundava-se numa leitura céptica de Aristóteles, florescida no tempo de Cremonini, porém, com uma obsessão pela sexualidade.

Arcangela Tarabotti, crítica do governo veneziano e do sistema social que o sustentava, nomeadamente o patriarcalismo e o monaquismo, é a segunda figura que Muir traz à colação neste capítulo, a par do conjunto de contradições que caracterizam a sua ligação à *Accademia degli Incogniti*. O objectivo é muito claro, advogar que, não obstante a atitude misógina de muitos dos “académicos incógnitos”, designadamente Pallavicino, Veneza, por ser uma cidade cosmopolita, comercial e o centro editorial destacado, constituía uma pequena *República das Letras*, que derivava de uma autêntica comunidade intelectual, no seio da qual se travavam as “guerras culturais” e onde cada geração exercia uma influência formativa na seguinte.

O terceiro e último capítulo pretende discutir o papel da ópera no universo das “guerras culturais”. Segundo Muir, ao contrário das representações teatrais tardo-renascimentais jesuítas, o *bel canto* foi um importante meio de difusão do libertinismo, uma vez que, não só era financiada pelos libertinos, como muitos foram autores de libretos. A associação da preocupação dos *Incogniti* em torno da sexualidade, à crise matrimonial do período, e a tradicional fusão entre teatro, sexualidade e Carnaval, aparece com o intuito de mostrar o papel central da ópera veneziana na difusão dos ideais libertinos. A “economia sexual florida” que, segundo Laura McGough, era apanágio da Veneza de Seiscentos, derivou, em parte, do fascínio da ópera pela prostituição e sexualidade feminina.

Muito embora no final dê a impressão de que as representações teatrais libertinas de Veneza no século XVII não podiam deixar de ser musicais, Muir acredita que o sucesso da ópera não se encontra no aspecto estético e musical. Todavia, muito poderia ser dito também acerca do papel pioneiro da música na delimitação de espaços alternativos de representação por oposição ao realismo do teatro falado e no processo de tornar crível o emocionalmente irracional.

Poder-se-á dizer que este livro, em termos formais, mantém o carácter conciso e ligeiro das palestras proferidas pelo autor e que lhe deram origem. Nele debatem-se questões novas e revisitam-se antigas. A capacidade de entrelaçar fenómenos culturais e campos disciplinares aparentemente díspares, permite uma nova compreensão da cultura libertina veneziana. Contudo, a interessante Introdução não tem correspondência no final, uma vez que, inexplicavelmente, Muir não apresenta conclusão.

A denominação de “proto-iluminismo” que Muir confere ao período estudado, como prefiguração da problemática cultural de Setecentos, é um dos contributos fundamentais deste livro. Torna-se agora mais perceptível como em Veneza existiu um importante período durante o qual os *Incogniti* não foram mais do que *proto-Iluminati*. Como época transitória, o “Outono do Renascimento” é em si mesmo contraditório e ambivalente. Entre as suas bandeiras encontramos não apenas o ceticismo religioso, a experimentação científica, a liberdade sexual, o direito das mulheres à instrução e à libertação dos pais, a presença feminina nos palcos teatrais e a sua vocalidade sedutora na ópera. Mas também, o ateísmo, a pederastia, a misoginia, a monogamia aristocrática, o monaquismo forçado e o patriarcalismo. Não obstante estas peculiaridades, traduzidas no facto da academia de Pádua ser a mais prestigiada de então, este estudo poderá aguçar o olhar analítico para outros territórios da Europa católica, com intuições comparativas.

Outra das potencialidades da reflexão levada a cabo é a tese de que a compreensão do desenvolvimento da ópera em Veneza passa pelo entendimento da complexa dinâmica intelectual que emana dos debates surgidos no aludido período.

Ao conferir um protagonismo extremo a intelectuais exclusivamente italianos desta mini “República das Letras”, este livro poderá obscurecer outras figuras preponderantes da Universidade de Pádua. Ao não traçar um contexto e não fazer uma comparação com outros ambientes académicos e outras “guerras culturais”, enlear-se-á no engodo de conceber o fenómeno como um exclusivo italiano, e concretamente, veneziano. Ao salientar o aristotelismo como matriz de um foco de pensamento que produz um novo quadro epistemológico, céptico e libertino, ortodoxo e anti-católico, não explora a ligação às ideias protestantes trazidas para Pádua por inúmeros

estudantes europeus e a reciprocidade de contactos entre a mais fina flor da elite veneziana e outros intelectuais europeus que, afinal, era uma das principais características da “República das Letras”.

Muir advoga também que a condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma *doxa* desinvestida das concepções dogmáticas católicas que, aliás, pretendia crivar com uma aura de dúvida e ceticismo, foi a liberdade intelectual patrocinada pela República de Veneza. A relativa agonia financeira dos jesuítas, a sua decadência como força social congregadora de consenso religioso que culminou com a sua expulsão da República veneziana (1606 e 1657) e o progressivo abrandamento da repressão, impregnaram um fulgor às ideias ortodoxas que tinham larga difusão nos círculos elitistas venezianos, sob os auspícios da *Accademia degli Incogniti* e da Ópera. Mas, se foi a aura de tolerância e liberdade em que Veneza estaria envolta que estimulou o *cogito* libertino e céptico, há uma série de questões que se impõe colocar. Porque é que a maioria das produções da *Academia dos Incógnitos* eram anónimas? Como se explica a expressão máxima do costume libertino, mascarado, incógnito, que se traduzia numa acção “internamente segundo o desejo, externamente segundo a convenção social”? Uma vez que os jesuítas, principais defensores do pensamento antigo, ortodoxo, católico, foram expulsos da República, criando condições para o florescimento do ceticismo e libertinismo, não será o conceito de “guerras culturais” anacrónico? Se estes pleitos pressupunham uma dialéctica de debate, qual a resposta dos defensores da ortodoxia católica?

Outro dos aspectos que convém salientar é a economia da análise deste livro. Neste âmbito conceptual de “guerras culturais” criado por Muir, é evidente uma disparidade entre o tratamento quase exclusivamente centrado nas concepções heterodoxas, e a ténue atenção conferida às posições ortodoxas.

Parece-me, ainda, que as dissensões no seio da Universidade de Pádua terão ultrapassado o universo das figuras de Cremonini e Galileu, além de que no âmago da Companhia de Jesus poderão ter existido também divisões em torno das questões sobre as quais se debruça este livro. O seu tratamento viria muito a propósito.

Finalmente, convém não esquecer, que toda esta “guerra cultural” é analisada sob o ponto de vista apenas de uma franja da sociedade, designadamente as elites. Fica assim lançado uma espécie de repto para

a necessidade de estender essa análise aos restantes grupos da sociedade, bem como de verificar que eco teve o produto dessa “guerra” nouros espaços católicos europeus e que efeito surtiu no clero de então.

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.
jaime.teixeira@eui.eu

CARVALHO, Flávio Rey de - *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. 135 p.

A pergunta contida no título desta obra seria, diríamos, ociosa se, na verdade, não houvesse quem continuasse a negar a existência de um iluminismo em Portugal. Mas, para responder a esta questão existe uma outra, prévia, clássica e fundamental: *O que é o Iluminismo?*

A resposta à primeira depende da resposta que for dada à segunda e que exprime um problema antigo e sempre vivo. Se ultrapassarmos e rejeitarmos a ideia de um paradigma iluminista situado na Europa do Norte e pelo qual tudo é medido, ideia que fez nascer a *lenda negra* da estagnação intelectual da Ibero-América e, como sequela em Portugal, a *lenda* da omnipotência e modernidade exclusiva dos assim chamados “estrangeirados”, então podemos afirmar que existe um iluminismo português. No tempo actual, em que o Iluminismo não é mais visto como uma unidade paradigmática ou como um movimento homogéneo, as análises sobre espaços e cronologias específicas tornam-se particularmente produtivas, na medida em que cada vez mais complexas e diferenciadas. Deste modo, a acentuação da variedade cronológica e geográfica oferece-nos a multiplicação de iluminismos plurais.

Mas, para isso, é preciso, por um lado, pôr o acento sobre a importância contínua da circulação que faz mover valores e símbolos e, por outro lado, demonstrar que os valores não vogam em toda a pureza no céu das ideias mas estão intimamente ligados às práticas culturais, sem as quais eles não podem compreender-se. O Iluminismo constituir-se-á, neste caso, como um processo

dual de criação de um espaço discursivo próprio e de consolidação de uma nova esfera pública. Ou, por outras palavras, a dupla hélice das práticas discursivas e das práticas institucionais modela iluminismos originais, como pode ser o caso do iluminismo português ou de muitos outros. Tanto mais que a maior parte dos textos do Iluminismo não foram escritos pelos grandes pensadores (sempre nomeados), mas pelos escritores menores; e as academias, salões, cafés e clubes estavam, também eles, cheios de gente indiferenciada que, no entanto, exercitava novas práticas e participava numa relação social maior: a sociabilidade. Na verdade as práticas, talvez mais do que as teorias, saltavam fronteiras e limites.

O autor da obra em apreço, Flávio Rey de Carvalho, utilizou três fontes principais para a realização da pesquisa: o *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771), os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) e a *Relação geral do estado da Universidade* (1777), de Francisco de Lemos. E, para a formulação e fundamentação da resposta ao título da obra, dividiu o seu trabalho em quatro capítulos: “O primeiro foi dedicado à discussão, com base na produção historiográfica portuguesa, relativa ao suposto impasse existente entre Portugal e a Modernidade europeia. O segundo, baseado no *Compêndio* e nos *Estatutos*, examina a situação do ensino universitário português e a proposta de reforma da Universidade de Coimbra. O terceiro e o quarto dedicam-se, respectivamente, à análise da reforma da Faculdade de Leis e à criação da Faculdade de Filosofia” (p. 19).

O campo de análise, objecto desta obra, é talvez demasiado limitado para se poder responder cabalmente à questão que o próprio autor põe, nomeadamente no que se refere tanto a outras fontes como a outras práticas. No entanto, o livro tem o mérito de fazer abertamente a pergunta e a coragem de lhe tentar dar resposta com uma consciência lúcida dos problemas: “sugere-se adotar a expressão Iluminismo português para denominar o ambiente intelectual luso no início dos anos 1770” (p. 126). É, por conseguinte, um relevante contributo para a historiografia do iluminismo português.

Isabel Ferreira da Mota

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
ifmota@fl.uc.pt

FERREIRA, Delfim Bismarck e VIGÁRIO, Rafael Marques -
O Combate de Albergaria. A Região de Albergaria-a-Velha e Estarreja durante a Invasão Francesa de 1809. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, 2009, 182 p.

No ano em que se assinalam os 200 anos do *Combate de Albergaria*, uma acção militar que decorreu no actual concelho de Albergaria-a-Velha, que pôs fim à ocupação francesa na região, os historiadores Delfim Bismarck Ferreira e Rafael Marques Vigário, mestres em História pela Universidade de Coimbra e naturais da região, apresentaram a sua obra “O Combate de Albergaria – A Região de Albergaria-a-Velha e Estarreja durante a Invasão Francesa de 1809”, a qual se fundamenta num número significativo e multifacetado de fontes.

O Combate de Albergaria, de 10 de Maio de 1809, inaugurou o rápido avanço anglo-português sobre as forças comandadas pelo marechal Soult, que dois dias depois seriam desalojadas do Porto e perseguidas até abandonarem o país. Concretamente, resultou de uma tentativa falhada do exército liderado por Arthur Wellesley (Wellington) para envolver, entre duas forças, a “guarda avançada” francesa estacionada na margem direita do Vouga. De facto, após a ocupação napoleónica do Porto, a 29 de Março, várias divisões foram colocadas entre o Porto e o rio Vouga (trinta milhas ao Sul) ao longo da estrada Porto-Coimbra. Entre essas estava a divisão de cavalaria ligeira comandada por Franceschi-Delonne, que incluía ainda uma força de infantaria e algumas peças de artilharia da divisão Mermet, estacionada mais a Norte. Este contingente militar, composto por quase dois milhares de efectivos, foi colocado nas proximidades de Albergaria-a-Nova, três milhas ao Norte do Vouga. A partir daí, as tropas francesas cometeram numerosas atrocidades por toda a margem Norte desse rio, até à Ria de Aveiro, assolando as regiões de Albergaria-a-Velha e Estarreja. Este estudo transporta os leitores até à região centro, relatando os principais acontecimentos documentados entre os dias 30 de Março e 10 de Maio de 1809.

Este trabalho inicia-se com um esclarecimento em torno da divisão administrativa vigente à data dos acontecimentos, um contributo muito importante para a história local e um esclarecimento útil sobre a organização do espaço nos séculos XVIII e XIX, explicitando também as alterações

sofridas no século XX. Após este prelúdio pela organização do espaço, somos conduzidos a perceber os acontecimentos que trouxeram até às margens do rio Vouga um enorme contingente armado, contextualizando o espaço nas vicissitudes da Guerra Peninsular.

Depois, a parte principal do estudo, encontra-se dividida em cinco capítulos. Em “O terror, a resistência e o luto”, é apresentada a localização do acampamento francês; uma análise por freguesia das atrocidades cometidas pelos invasores, tais como o morticínio de Salreu, no Domingo sangrento de 16 de Abril, a destruição de Albergaria-a- Nova, ou a pilhagem da igreja paroquial de Albergaria-a-Velha; bem como o papel da resistência local. De seguida, o capítulo “A defesa da linha do Vouga”, trata da campanha defensiva do coronel Nicholas Trant no rio Vouga, até ao dia 9 de Maio. Em “O combate de Albergaria”, para além de uma reconstituição do combate propriamente dito, reflecte-se sobre a estratégia do movimento inglês, o que correu mal e impossibilitou um ataque surpresa. De diferente feição é o capítulo “O Corpo Académico”, onde a pretexto da sua intervenção na defesa do Vouga e no combate de Albergaria, se reproduz uma relação nominal dos militares do mesmo, a partir da transcrição das *Memorias* do Doutor Fragoso de Vasconcelos, feita por Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes em *Coimbra e a Guerra Peninsular*, à qual os autores acrescentaram alguns retratos e informação suplementar; bem como a relação nominal dos alistados na Companhia de artilheiros artífices, que a mesma autora reconstituiu a partir dos Índices Alfabéticos, existentes no Arquivo da Universidade. Por fim, “Albergarienses que se notabilizaram durante as invasões francesas” é um capítulo dedicado ao estudo genealógico dos quatro albergarienses que integraram o corpo académico (Caetano Luiz Ferreira, Joaquim José Marques de Melo, José Marques de Melo, Dr. José António de Miranda), bem como de outros dois que se notabilizaram pelos seus feitos contra o inimigo: Dr. Patrício Luiz Ferreira Tavares da Silva, governador da praça de Elvas, e o capitão de ordenanças Francisco António Álvares Ferreira, que serviu heroicamente sob as ordens de Trant durante a guerra peninsular, governando algum tempo a capitania-mor do distrito de Aveiro.

Rica em gravuras, transcrições e mapas, esta obra é essencial para a história local, ao estudar a maior catástrofe militar, de que há registo, ocorrida na região. Mas, a sua importância não se esgota nesta dimensão.

O seu maior interesse no panorama historiográfico das invasões francesas, reside no facto de deslocar o núcleo da acção da segunda invasão francesa para o centro do país, muitos quilómetros a Sul do Porto, para onde, apenas a espaços e de forma tímida, os estudos de investigação e, consequentemente, de síntese, se deslocam. Fá-lo, não só ao descrever a ocupação das regiões de Albergaria-a-Velha e Estarreja, a resistência que se fez ao Sul desse rio entre Aveiro e Águeda, mas também ao dar destaque a Coimbra, sublinhando o papel que o seu governador e o batalhão académico tiveram na organização da defesa do rio Vouga e da preparação logística para a chegada do exército de Wellesley.

Alexandre Pinto

Doutorando do Instituto de Investigação Interdisciplinar – Universidade de Coimbra
alexpinto@iol.pt

TORNADA, Joana de Matos - *Nas vésperas da democracia em Portugal: o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, 312 p.

Nas vésperas da democracia em Portugal é o título da recente obra de investigação de Joana de Matos Tornada e resultado da sua dissertação de Mestrado em História, especialidade em História Contemporânea, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este livro marca a estreia da autora, depois de um curso de Mestrado conjunto entre as universidades de Coimbra e de Uppsala, na Suécia, designado “The twisted road to democracy”. Apresenta-se, por isso, enriquecido e devedor de vários contributos de renome, entre os quais, em Coimbra, o dos professores doutores Rui Cunha Martins (orientador da dissertação), Fernando Catroga e Maria Manuela Tavares Ribeiro, e em Uppsala, de John Rogers e Lars M. Anderson.

Conforme o título indica, este trabalho debruça-se sobre Golpe das Caldas da Rainha de 16 de Março de 1974. Ao sistematizar os conhecimentos disponíveis sobre esta temática, a autora procurou colmatar uma lacuna na historiografia portuguesa, recorrendo à documentação governamental,

memórias publicadas, à imprensa contemporânea, mas também a entrevistas que a própria conduziu a alguns dos principais militares envolvidos. Tudo, feito com um grande rigor analítico, combatendo o carácter dispersivo e muitas vezes impreciso das fontes.

Contudo, esta não é a história do Golpe das Caldas. Na verdade, ao leitor é sugerido um texto que se propõe formular e desconstruir hipóteses sobre as motivações de todos os envolvidos nos acontecimentos que antecederam a saída da coluna sublevada do Regimento de Infantaria 5, as estratégias que poderão ter precipitado os acontecimentos, as razões do insucesso da sublevação do quartel das Caldas da Rainha, as diferentes visões do Golpe das Caldas veiculadas pelo Governo, pelo MOFA, ou pela imprensa, e ainda as representações do Golpe de 16 de Março construídas na sua posteridade.

O livro está dividido em três partes, sendo a primeira “Os comprometidos do 16 de Março”. Aqui revelam-se as raízes e motivações dos militares envolvidos, as suas expectativas, dúvidas e motivações. A segunda parte, “O Golpe de 16 de Março de 1974”, é a mais extensa, e aqui são analisados com grande pormenor, seguindo essencialmente um critério cronológico, os dez dias que antecederam o golpe e o próprio dia 16, para depois procurar o sentido do 16 de Março, seguindo três linhas de pesquisa: a reacção do governo, a luta do MOFA e a representação do golpe pela imprensa, que expõem as diferentes visões do mesmo, produzidas no seu contexto. A terceira parte intitulada “O epílogo do 16 de Março”, apresenta as percepções e opiniões dos protagonistas posteriores aos eventos.

Em anexo, o livro apresenta ainda muita informação. Alguma dela traçada pela autora: uma cronologia dos acontecimentos ocorridos entre 2 e 14 de Março de 1974; um diário do golpe; para além de dois mapas, um representando os acontecimentos ocorridos em várias unidades militares no dia 15 de Março de 1974, outro, fazendo o mesmo com os movimentos ocorridos no dia seguinte. Outra parte está dedicada à reprodução de documentos oficiais, a saber: “Fita do tempo dos acontecimentos de 16Mar74, no RI15”, emanado do Quartel-General da Região Militar de Tomar; “Relatório de situação, segurança interna: incidentes de 16 e 17Mar”, pelo comandante do RI7; “Acontecimentos do dia 16/17 Mar 74”, Major Guimarães; “Relatório da acção em consequência dos acontecimentos

registados no RI 5 em 16Mar74”, EPC Santarém; “Relação dos oficiais do QP que seguiram para Lisboa em 16/Mar/74”, Regimento de Infantaria 5; “Relação de oficiais do Q. C. que seguiram para Lisboa em 16/Mar/74”, Regimento de Infantaria 5; “Relação dos Furriéis Milicianos e 1.ºs Cabos Milicianos que marcharam para Santa Margarida em 16/Mar/74, Regimento de Infantaria 5; “Mensagem Confidencial”, CEM/QG/RME; “Rel. Cir. De Oper. N.º 4/74, Sublevação de Oficiais no Regimento de Infantaria n.º 5 em Caldas da Rainha”, Tenente José Augusto Pascoal Pires; “Relatório de Operações n.º 2/74”, Comando-Geral da GNR; “Resumo de Notícias n.º 1/74”, Batalhão 2 (GNR).

Como é conhecido, este golpe não teve o sucesso que os seus promotores desejavam, pelo que é difícil medir de que forma a intentona das Caldas provocou o declínio do Estado Novo. Para isso também contribuiu o facto deste movimento não ter sido promovido nem se ter apoiado por nenhuma estrutura política, económica ou social predefinida. Pelo contrário, estava mais ligado às emoções e pensamentos do que a quaisquer estratégias políticas personalizadas. Os cerca de 200 militares que participaram na sublevação do RI5, precipitaram-se, porque avançaram perante a precipitação dos oficiais de Lamego, mas também porque alguns oficiais julgavam que o regime estava frágil e sentiam a premência de uma ação militar, onde uma simples companhia poderia abanar o regime e derrubá-lo. Contudo, o Golpe das Caldas não deixou de funcionar como catalizador do que aconteceria no mês seguinte, ao pôr a nu a inaptidão do regime para manter a ordem e disciplina nas Forças Armadas, sintoma da rápida desagregação de um dos seus pilares, exercendo ainda, sobre o MFA, uma pressão no sentido da irreversibilidade de um desenlace violento.

Por tudo isto, mas sobretudo pela sistematização percursora, pela capacidade de análise e problematização, bem como pelo levantamento de novos caminhos de investigação, esta obra é essencial para a compreensão da história recente do nosso país e, em especial, para descortinar o tortuoso caminho da imposição da democracia na vida política e em toda a sociedade portuguesa.

Rafael Marques Vigário

Professor de História do Ensino Básico e Secundário
r_vigario@iol.pt

Notícias

Sinopse das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra Ano de 2008

A actividade de investigação científica desenvolvida no Centro de História da Sociedade e da Cultura – o qual, no ano de 2008, teve 28 investigadores integrados e 25 colaboradores – estrutura-se em dois grandes projectos: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “outros”* (*SOPOC*), coordenado pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e *História da Região Centro* (*HRC*), coordenado pelo Prof. Doutor António de Oliveira.

No âmbito do Projecto *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”* (*SOPOC*) desenvolveram-se trabalhos de investigação nas temáticas que o travejam, aprofundando aspectos relacionados com as estruturas sociais, as redes de poder e os referentes culturais e ideológicos, com uma atenção especial prestada a espacialidades outras que não a portuguesa, como a marroquina e a brasileira.

Os resultados do labor de investigação desenvolvido podem comprovar-se pela análise do quadro seguinte:

Indicadores de Execução SOPOC	Total
PUBLICAÇÕES	
Livros e colaboração em livros	28
Artigos em revistas internacionais	9
Artigos em revistas nacionais	5
COMUNICAÇÕES	
Em colóquios científicos internacionais	31
Em colóquios científicos nacionais	41
Organização de seminários e conferências	11
FORMAÇÃO AVANÇADA	
Programas de pós-doutoramento	3
Dissertações de doutoramento	52
Dissertações de mestrado	16

No que respeita ao Projecto *História da Região Centro* (HRC) encontra-se em fase de elaboração uma base de dados que reúne a catalogação de artigos e revistas de índole histórica, arqueológica e sociológica sobre a Região Centro de Portugal, a qual está disponível em linha, em regime experimental, no seguinte endereço: http://www.uc.pt/chsc/publicacoes/listar_artigos. O segundo pilar deste Projecto é constituído pelos estudos realizados pelos investigadores do C.H.S.C., o qual se robusteceu significativamente com a produção científica nos domínios da territorialidade, sociogenética, economias, poderes, vias de comunicações, manifestações culturais, que o quadro seguinte sintetiza. Espera-se que as sínteses que a partir dos estudos já produzidos vierem a ser elaboradas confirmem ou não a formação de um “sentimento regional” e, em última análise, de uma “consciência regional”, com diferentes matizes locais.

Indicadores de Execução HRC	Total
<i>PUBLICAÇÕES</i>	
Livros e colaboração em livros	12
Artigos em revistas internacionais	2
Artigos em revistas nacionais	4
<i>COMUNICAÇÕES</i>	
Em colóquios científicos internacionais	5
Em colóquios científicos nacionais	20
Organização de seminários e conferências	5
<i>FORMAÇÃO AVANÇADA</i>	
Programas de pós-doutoramento	1
Dissertações de doutoramento	13
Dissertações de mestrado	17

Para além destas actividades o CHSC promoveu várias iniciativas científicas, muitas delas em parceria, como por exemplo conferências e colóquios, com destaque para os seguintes congressos internacionais:

- 12 de Setembro – Colóquio Internacional “O Brilho do Fragmento. O Projecto Fragmed: *Corpus Fragmentorum Portvgaliae*” (na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra);
- 23 a 26 de Outubro – XIV International Conference Nautical Science (1400-1800) (No Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra);
- 24 a 27 de Novembro – III Meeting “Luso-Brasileiro “Monarquia e Sociedade no Portugal medieval” (S. Paulo – Brasil)
- 4 a 6 de Dezembro – Colóquio Internacional Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica (no Instituto de Ciências Sociais – Lisboa).

Iniciou-se ainda, em 2008, a admissão de jovens investigadores ao programa de Bolsas de Integração na Investigação (BII), promovido pela FCT, tendo sido aprovados e integrados 8 estudantes.

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

lejpaiva@fl.uc.pt

**Dissertações de doutoramento e mestrado orientadas por
investigadores integrados do Centro de História da Sociedade
e da Cultura em 2008-2009**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa à conclusão de dissertações de doutoramento e de mestrado, apresentadas por discentes orientados ou co-orientados por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, concluídas entre Outubro de 2008 e Setembro de 2009.

As referências vão ordenadas no interior de cada *item*, segundo a data da realização das provas.

Doutoramento (3º ciclo)

Autor: Giuseppe Marcocci

Título: La coscienza di un impero. Politica, teologia e diritto nel Portogallo del Cinquecento

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 15 de Novembro de 2008

Instituição: Scuola Normale Superiore, Pisa (Itália)

Orientador: Adriano Prosperi

Co-orientador: José Pedro Paiva

Autor: Mário Sérgio da Silva Farelo

Título: A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)

Especialidade: História Medieval

Data das provas: 17 de Março de 2009

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Armando Martins

Autor: António Vitor Sanches Ferreira Ribeiro

Título: O auto dos místicos. Alumbrados, profecias, aparições e inquisidores (séculos XVI-XVIII)

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 5 de Junho de 2009

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro Paiva

Mestrado (2º ciclo)

Autor: João Orlindo Simão Ventura Marques

Título: Valorização do património industrial na Senhora do Desterro.

Contributos para a sua musealização

Especialidade: Museologia e Património Cultural

Data das provas: 18 de Novembro de 2008

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de C. M. Vaquinhas

Co-orientador: José Manuel dos Santos Encarnação

Autor: Daniel Norte Giebels

Título: As relações entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625)

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 11 de Dezembro de 2008

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro Paiva

Autor: Manuel Gomes Duarte Ferreira

Título: A Santa Casa da Misericórdia de Mértola (1674-1834)

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 15 de Janeiro de 2009

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes

Autor: Cátia Antunes dos Santos Salvado Fonseca

Título: Uma família de fotógrafos. Carlos e Margarida Relvas

Especialidade: Museologia e Património Cultural

Data das provas: 11 de Fevereiro de 2009

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de C. M. Vaquinhas

Autor: Anabela da Silva Marques Bom

Título: Figueira da Foz revisitada. Expressões de sociabilidade numa cidade à beira-mar (1920-1924)

Especialidade: História Económica e Social Contemporânea

Data das provas: 16 de Fevereiro de 2009

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Autor: Jorge Nelson Barros Ribeiro Costa

Título: Correntes de pensamento sobre a questão ultramarina Angolana. Os treze anos inquietantes (1960-1973)

Especialidade: História das Ideologias e Utopias Contemporâneas

Data das provas: 18 de Maio de 2009

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

lejpaiva@fl.uc.pt

A *Magna Charta Privilegiorum* concedida por D. Dinis à Universidade de Coimbra, a 15 de Fevereiro de 1309. Evocação histórica no VIIº centenário da sua outorga

Qui amore scientie facti exulles de divitibus pauperes semetipsos exinaniant

Celebram-se este ano sete séculos sobre a concessão da *Magna Charta Privilegiorum* ao Estudo Geral que, vindo de Lisboa, abre pela primeira vez as suas portas na cidade de Coimbra no Outono de 1308 antes de regressar novamente àquela cidade do Tejo.

O referido documento, de capital importância para a Universidade medieval portuguesa, a ponto de alguns o considerarem como os 1^{os} Estatutos concedidos a esta instituição, não é mais do que uma provisão régia de D. Dinis que atribui um notável conjunto de privilégios ao Estudo Geral.

No entanto, o seu profundo significado patenteia-se no número de vezes que foi copiado e posteriormente publicado. A mais antiga cópia que se conhece foi elaborada no reinado de D. Fernando, a 20 de Maio de 1367. A publicação mais recente data de 1992, quando se editou o *Livro Verde da Universidade* onde aquele diploma vem transscrito. Porém, no ano anterior, o Arquivo da Universidade deu à estampa a obra intitulada *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra* onde foi igualmente publicado e pela primeira vez traduzido na íntegra. Completando-se este ano o VIIº centenário da concessão deste documento feita à Universidade de Coimbra julgamos ser oportuno trazer à memória o conteúdo do mesmo e reflectir sobre os pontos essenciais que encerra.

A 15 de Fevereiro de 1309, D. Dinis outorga ao Estudo Geral de Coimbra a *Magna Charta Privilegiorum*. No preâmbulo deste diploma, o soberano explica as razões que motivaram esta extraordinária concessão régia. O país vivia, à semelhança do resto da Europa, um período de notável prosperidade alicerçado na paz que a ameaça muçulmana, agora erradicada definitivamente, consolidava: “Nós verificamos – escreve D. Dinis – que os nossos reinos de Portugal e do Algarve já possuem quase todos os bens necessários à condição humana”. Porém, o poder real, tendo em conta o clima de tranquilidade então vigente, não poderia mais repousar em exclusivo na força bélica, mas como afirma D. Dinis, deve de igual modo estar “armado com as leis da justiça e da equidade de modo a poder governar rectamente, tanto no tempo de guerra como no da paz”. Estas ideias circulavam há cerca de um século pelo Ocidente Europeu acompanhando o admirável surto de renovação económica, cujos protagonistas eram as cidades italianas, os comerciantes do mar do Norte (flamengos e ingleses) e os notáveis mercadores do Báltico. O ponto de reunião destes homens de negócios localizava-se, desde o século XII, no centro da França, na região da Champagne, onde mercadores do Norte e do Sul permutavam artigos de grande valor monetário e de confecção requintada oriundos, não só de oficinas de artesãos europeus, mas também produtos e matérias primas exóticas e valiosas, vindas do próximo Oriente e do Norte de África.

Este impressionante surto mercantil, a que Robert Sabatino Lopez chamou revolução comercial da Idade Média, gerou transformações profundas, não só na área económica mas, principalmente, no domínio das ideias políticas e em particular na esfera do Direito.

Assim, surgiu a necessidade de os monarcas se rodearem de pessoal técnico especializado, que os apoiasse na governação, e cujo recrutamento se afastaria de forma rápida das instituições religiosas que primitivamente serviam as necessidades administrativas da Coroa. Ao longo do século XIII, as universidades nascidas por toda a Europa tornam-se alfobres de “funcionários públicos” ao serviço do poder real. O soberano reforçará a sua autoridade na directa proporção do apoio que outorgar àquelas instituições, conferindo-lhes a sua *tutio*. Por outro lado, ser culto e apadrinhar um Estudo trazia prestígio social. Por isso, no Ocidente da centúria de Duzentos, agitado por um frémido de renovação cultural, era imprescindível aos monarcas escapar ao velho e depreciativo ditado – *rex illiteratus quasi asinus coronatus*.

Todas estas razões conduziram D. Dinis a “fundar e plantar irradicavelmente o Estudo Geral na nossa cidade de Coimbra, que para o efeito especialmente escolhemos”. O referido soberano continua o preâmbulo da *Magna Charta Privilegiorum* ordenando que na dita cidade se ensinasse Direito Canónico, Direito Civil, Medicina e Artes (Dialéctica e Gramática). A Sagrada Escritura ficaria a cargo dos “conventos religiosos dos Frades pregadores e dos Menores”. E – continua o rei Lavrador no citado diploma – “como é nosso desejo engrandecer este nosso referido Estudo, o qual, com efeito, nos propomos tornar eficiente, cumulamos por isso, a Universidade do nosso Estudo e cada um da mesma Universidade com os privilégios abaixo mencionados”.

Cabe perguntar os motivos que terão levado D. Dinis, volvida pouco mais de uma década após a criação do Estudo Geral de Lisboa, a transferi-lo para Coimbra. Esta cidade, segundo afirma o dito rei, fora por ele especialmente escolhida para plantar *irradicabiliter* a Universidade.

Embora o soberano não o afirme expressamente, conhecemos, de forma indubitável, as razões da transferência, a saber. Coimbra era uma cidade pequena, de fácil acesso. A sua curta distância do litoral e a posição de centralidade que ocupa no país tornam-na um destino elegível. Além disso, na escolha do monarca deve certamente ter pesado a já (naquela época) ancestral tradição escolar coimbrã – cidade de fronteira durante muitos anos, aqui se cruzavam saberes e conhecimentos entre cristãos, muçulmanos e moçárabes. Na verdade, desde o século XI, a Catedral de Santa Maria

contava com uma escola capitular a que se juntou, na centúria seguinte, o valiosíssimo contributo do ensino ministrado pelos cónegos regrantes Agostinhos de Santa Cruz. Por outro lado, a escolha de Coimbra para receber o Estudo Geral relacionava-se com uma particularidade que, quer o Santo Padre, quer o rei, assinalam insistentemente – o ambiente tranquilo propício ao estudo e ao ensino que a dita urbe oferecia. Àquele ambiente tranquilo juntava-se a magnanimidade com que a natureza dotara Coimbra, facto que os escritores, desde o século XII, repetidamente evidenciam. De entre os mais antigos salienta-se o geógrafo árabe Edrisí que, ao referir-se à cidade do Mondego, afirma ser a mesma “rica em vinhedos e pomares de macieiras, cerejeiras e ameixoeiras (...). O rio Mondego corre do Oriente d' ella e faz mover [muitos] moinhos. (...) Os seus habitantes, que são dos mais valentes dos christãos, possuem muito gado grosso e míudo”.

A bucólica serenidade coimbrã contrastava, de modo flagrante, com a tumultuosa agitação que, já naquela época, se vivia em Lisboa – cidade portuária cada vez mais invadida por mercadores estrangeiros. Na verdade, desde que em 1278 os italianos tinham iniciado a ligação marítima comercial regular entre Génova e a Flandres que o porto de Lisboa não cessava de crescer.

À demanda desta cidade pelos estrangeiros juntava-se a progressiva influência dos comerciantes nacionais, cuja actividade se dinamizara por acção de D. Dinis. A 10 de Maio de 1293, o rei confirma a recém-criada associação mercantil que será o antepassado das bolsas marítimas. Neste mesmo ano, estabelece com o soberano inglês liberdade de tráfego entre os dois reinos e, em 1308, celebra com o dito país, um tratado de comércio.

É na base desta política de fomento mercantil naval com o estrangeiro, em particular com a Flandres e a Inglaterra, que o rei Lavrador entrega (em 1317) o cargo de almirante-mor ao experimentado genovês Manuel Pessagno.

A crescente ligação de Portugal aos dinâmicos comerciantes italianos está patente na primeira carta de privilégios concedida, já no reinado de D. Afonso IV, à companhia florentina dos Bardi (1338).

A criação do Estudo Geral em Lisboa, em 1290, deixava antever problemas. Além daqueles relacionados com o funcionamento inicial da escola e do seu reconhecimento pontifício – condição indispensável para usufruir do livre poder para ensinar *ubique* – havia que contar com os

decorrentes da instalação dos escolares. A bula *De statu regni Portugallie* dada por Nicolau IV, em Orvieto, a 9 de Agosto de 1290, dirigida a D. Dinis, tenta minimizar as tensões resultantes do aluguer coercivo de casas aos universitários, admoestando instantemente o soberano “*ut cives ulixbonenses domus vacantes inhabitandum scollaribus sub competenti pretio taxando*”. Este aluguer, cujo preço “competente” era fixado por uma “comissão paritária” devidamente eleita – *os taxatores hospitium* – composta por dois clérigos e dois leigos prudentes, católicos e ajuramentados, deveria actuar junto dos cidadãos de Lisboa *regia potestate*. O mesmo diploma estabelece, de igual modo, que nenhum mestre, estudante ou criado seu seja julgado ou castigado por algum leigo, a não ser que seja acusado de um delito tão grave que obrigue o juiz eclesiástico a condenar o criminoso a ser entregue ao braço secular.

O conjunto de prerrogativas forenses, régias e pontifícias, contribuiu para gerar nos escolares uma quase certeza de impunidade. Por isso, não é de espantar que nos fins do século XIII Lisboa tivesse sido particularmente agitada por brigas e rixas, *scandalos et dissensiones*. Estudantes e marinheiros disputavam, avinhados, os mesmos espaços e favores femininos.

Esta turbulência dos estudantes não era exclusivamente portuguesa. Basta percorrermos os diplomas das universidades europeias do século XIII para encontrarmos o mesmo clima de discordia entre escolares e população de acolhimento.

Em 1274, a comuna de Bolonha, ciente dos prejuízos económicos gerados pelos tumultos permanentes entre estudantes e cidadãos, e com o objectivo de prevenir os prejuízos ainda maiores que decorreriam da transferência do Estudo Geral para outra cidade, redigiu estatutos de protecção favoráveis aos estudantes, ordenando que as “perdas sofridas pelos escolares em discórdias e contendas sejam totalmente cobertos pela comuna de Bolonha”.

A lei sexta do título XXI das Sete Partidas de Afonso X, o Sábio, que regulamenta as funções de reitor, estabelece que este deve castigar “os escolares para que não levantem bandos nem pelejas com os homens dos lugares onde fizerem os estudos nem entre si mesmos e que se guardem em todas as circunstâncias de não fazer desonra nem dano a ninguém”. Proíbe-lhes ainda que “andem de noite (...) porque os estudos foram estabelecidos para estudar e aprender e não para andar de noite ou de dia armados, trabalhando-

-se de pelejar ou de fazer outras loucuras ou maldades com prejuízo de si e distúrbios dos lugares onde vivem".

O Estudo Geral de Coimbra, devidamente autorizado pelo Santo Padre, deve ter iniciado as suas actividades no dia de S. Lucas (18 de Outubro), depois do habitual período de paragem lectiva que possibilitava aos escolares a colheita do "seu pão".

O primeiro diploma régio que documenta a permanência do Estudo na cidade do Mondego data de 27 de Novembro de 1308. No citado diploma, D. Dinis revela a sua preocupação com a sobrevivência dos escolares, pois concede-lhes expressamente açouques, carniceiros, vinhateiros e padeiras. Este é o primeiro de uma larga série de diplomas outorgados pelo rei Lavrador à Universidade de Coimbra. Na verdade, entre a citada data e 18 de Janeiro de 1323 (em que se regista o último documento), o referido soberano concede vinte diplomas ao Estudo desta cidade.

Porém, 15 de Fevereiro de 1309 constitui um marco indelével para o Estudo coimbrão. Neste dia, são expedidos de Lisboa quatro documentos – entre eles a *Magna Charta Privilegiorum*. Todos os diplomas revelam inequivocamente o carinho paternal com que o monarca apadrinhava a Universidade: coloca os escolares sob a sua protecção; permite-lhes, juntamente com seus criados, circular de noite desde que tragam "laterna ou candeia ou outro lume"; ordena que sejam guardados aos escolares os respectivos privilégios em todo o Reino, desde que aqueles apresentem documentação comprovativa dos seus direitos.

Porém, é na *Magna Charta Privilegiorum* que o soberano estabelece um vasto conjunto de leis particulares – privilégios – que beneficiam, de forma notável, o Estudo de Coimbra e os seus escolares.

O texto do referido diploma não é uma inovação na Europa daquela época. Repete, *mutatis mutandis*, o que o imperador Frederico, Barba-Ruiva, concedera em Novembro de 1155 à Universidade de Bolonha e o que o papa Inocêncio III reconheceria de Paris em 1215. Mas, tais leis representam no Portugal do século XIV um passo gigantesco na consolidação do poder régio e no surgimento de um ensino universitário de âmbito europeu.

"Portanto – escreve D. Dinis na *Magna Charta Privilegiorum* – todos os estudantes do nosso Estudo e também todos os que para ele vierem, seja

qual for a região dos nossos reinos de que provenham, recebemo-los sob a nossa protecção, com as suas pessoas, as suas coisas e os seus familiares, mandando, de modo especial e concretamente a todos os juízes, alcaides e outros oficiais do nosso reino, que protejam de toda a opressão ilícita os referidos escolares, os seus bens e os que os servem; e se fizerem o contrário, saibam que, sem dúvida alguma, hão-de incorrer na nossa indignação e que, além, da pena que nós imporemos aos transgressores, terão de restituir os prejuízos indevidamente causados aos referidos escolares”.

O admirável favor real dispensado aos estudantes visa apenas um fim: “para que aqueles – escreve D. Dinis – se possam entregar mais intensamente e com toda a tranquilidade ao estudo e ao ensino”. O monarca sabe – como ele próprio afirma – “que desviando dos mesmos nossos escolares as circunstâncias de divagação” lhes proporcionará “a maior tranquilidade propícia ao estudo; o que pomos em prática” – continua o rei – “com atento cuidado quando afastamos deles, na medida do possível, o desejo de negócios seculares e do estrépito militar e ainda das deleitações mundanas”. Com o mesmo objectivo, isto é, a preservação do ambiente sereno entre os universitários, D. Dinis proíbe aos homens de armas “e a todos os histriones e comediantes, que daqui em diante não se atrevam a entrar nas casas dos escolares ou dos doutores”. Esta disposição legal seria anualmente dada a conhecer, na cidade de Coimbra, por um pregoeiro público a fim de – escreve o rei – “alegando ignorância alguns não se possam desculpar”.

Concede ainda, o dito rei, o foro académico prevendo que, só a título excepcional, a prisão dos escolares pelos oficiais de justiça civis possa efectuar-se quando aqueles forem “apanhados em homicídio ou a provocar ferimentos ou em furto ou rapina ou em rapto de mulher ou na fabricação de moeda falsa”. Mas ainda assim – estabelece o rei – o alcaide “é obrigado sem qualquer dificuldade, o mais depressa que puder, mesmo sem lhe ser solicitado, a entregar os escolares apanhados ao bispo ou ao seu vigário, ou ao mestre das escolas (...) a fim de eles serem castigados com a devida correção”.

A *Magna Charta Privilegiorum* estabelece igualmente que os escolares “possam nomear os seus reitores e conselheiros, o bedel e outros oficiais”. E – continua D. Dinis no mesmo diploma – “dado que consideramos que nada está feito para utilidade do nosso Estudo e dos seus estudantes (...) queremos escolher dois homens probos da nossa cidade de Coimbra,

os quais procurarão trabalhar (...) e cuidarão de conservar fielmente as imunidades, os privilégios e também as liberdades da universidade do nosso Estudo e de cada um dos seus membros, pois como o próprio nome indica, são vulgarmente tratados por conservadores”.

Neste conjunto legislativo há um assunto especialmente delicado pelas tensões que criava em toda a parte – o aluguer das casas: “Também ouvimos uma informação fidedigna – escreve o rei na *Magna Charta Privilegiorum* – segundo a qual, em alguns lugares onde estão em funcionamento os Estudos, se levantam enormes dificuldades por parte dos habitantes dos mesmos lugares exigindo dos escolares pelo governo das casas, uma renda ou preço, a título de aluguer, que é desmesurado”.

O problema do alojamento escolar em Coimbra colocou-se de imediato, sobretudo tendo em conta a situação do “parque habitacional” na Almedina – o bairro onde os estudantes deveriam residir. Além do aumento da procura de casas disponíveis logo naquele Outono de 1308 – o que consequentemente faria subir os preços dos arrendamentos – havia que ter em conta o facto de grande parte das casas situadas na “cerca” estarem em mau estado de conservação. Na verdade, desde que a partir de D. Afonso III a corte abandonou a cidade do Mondego, como sede habitual do governo, que o velho bairro nobre, mas acanhado, entrara em decadência. Os proprietários elegiam para local de habitação a parte nova da cidade – a Baixa – onde o espaço era mais desafogado, esquecendo as casas que possuíam na parte alta. O resultado do abandono foi tão dramático que D. Afonso III, a 10 de Fevereiro de 1269, na tentativa de travar a desertificação daquela zona, concede aos proprietários, moradores na Almedina, uma carta de amplos privilégios dispensando-os de um conjunto notável de obrigações e outorgando-lhes um significativo acervo de direitos. Entre as primeiras avultam o serviço de hoste e a anúduva; dos segundos evidencia-se o de jamais serem obrigados a aposentar ninguém, a não ser de sua livre vontade, bem como de nunca lhes ser tomado palhas, lenhas, roupas, animais e outros haveres sem lhes ser pago o respectivo valor. No entanto, para usufruir de tais privilégios era *conditio sine qua non* residir, de forma continuada, na Almedina. E, se o dito proprietário se ausentasse temporariamente, então a casa da “cerca” coimbrã deveria manter-se habitável, isto é, aberta e ocupada pela família e/ou pelos criados.

Apesar das leis estabelecidas por D. Afonso III, a degradação do “parque habitacional” da Alta continuava a progredir irremediavelmente contribuindo para uma oferta diminuta de alojamento.

A *Magna Charta Privilegiorum* evidencia, com clareza, este problema tentando minorá-lo. No referido diploma, D. Dinis proíbe expressamente “por determinação perpétua, que os escolares não possam ser postos fora ou ser expulsos das casas em que moram agora ou virão a morar mesmo no futuro”. E se não conseguirem estabelecer um acordo com os proprietários dos imóveis relativamente ao preço da renda deverão recorrer ao auxílio dos avaliadores mas, ordena o rei, “mesmo assim os escolares já referidos não poderão ser expulsos das ditas casas”. Há, no entanto, uma excepção que confirma a lei de 1269: “a não ser que nelas queiram vir morar pessoalmente os seus donos ou as queiram vender ou dar, por ocasião do matrimónio, a um filho ou filha ou a alguém da sua linha descendente”.

Esta excepção trouxe, no entanto, abusos dos quais os universitários trataram de imediato dar conhecimento ao rei. Tendo como base legal os citados diplomas de 1269 e de 15 de Fevereiro de 1309, os proprietários das casas situadas na Almedina recusavam-se a alugá-las aos escolares argumentando que “as querem morar e que morã em ellas por algúu pouco de tempo e vam-se delas e que esto que o fazem por nõ pousarem nẽ morarem os scollares em ellas”. Face a esta queixa o rei ordena, a 25 de Maio de 1312, ao alcaide e alvazis de Coimbra, que obriguem todos “aqueles que de la porta da Almedina acima ham casas para alugar que as aluguẽ ao<s> scollares” prioritariamente. Se, no entanto, os proprietários mantiverem a sua contumácia sonegando a disponibilidade das casas “ou fezerem em ellas outro engano”, com o fim de evitar o seu aluguer aos “scollares”, as referidas autoridades deverão apreendê-las e dá-las para que “em ellas morem e em esse año nom dem alluguer dellas”.

Face às disposições legais relativas às casas situadas na Almedina, os proprietários reagiam negativamente. Por isso, com o fim de evitar o aluguer aos estudantes preferiam abandonar os imóveis até à sua degradação.

E apesar de lhes ter sido dado um prazo para o restauro dos mesmos, continuavam renitentes. Este facto representava grave prejuízo para os estudantes pois “per rezã da mimgoa de casas que ha em esse logo na Almedina leixam algúus scollares do meu senhorio de fora parte de viñr

ao studo que vēriam mais cōpridamente se entendessem e soubessem que as poderiam aver”. Por estas razões, D. Dinis, em carta feita em Coimbra, a 25 de Maio de 1312, ordena ao alcaide e alvazis que obriguem todos aqueles que tiverem pardieiros ou casas “derribadas” na Almedina “per todollos bēes que lhe achardes que facam logo essas casas ou as vendam ou dem se lhes mais prouver a quē as faça de lo dia que lhes esta minha carta for publicada a c ī quo meses e se as atee o dicto tempo nom fizerem eu as farei fazer do seu delles per quanto lhes achar”. Estavam lançados, uma vez mais, os dados para a luta entre a cidade e a Universidade – conflitos “town and grown” como expressivamente lhes chama Pearl Kibre.

Aos litígios gerados pelo acesso ao alojamento em condições excepcionais, veio juntar-se a natural turbulência estudantil que se sentia crescer nas pacatas ruas de Coimbra. E o rei, que inicialmente autorizara as saídas nocturnas, viu-se na obrigação de, a 25 de Maio de 1312, ordenar que se toque por três vezes, à noite, o sino grande da Sé e que os estudantes e homens seus encontrados depois do referido toque sejam presos como qualquer outra pessoa, embora entregues, no dia seguinte, ao respectivo juiz sem carceragem. Os motivos do endurecimento da legislação régia relativa às saídas nocturnas estão expressos no citado diploma de 25 de Maio de 1312: “Sabede que a Universidade dos scollares do meu studo dessa vila [Coimbra] me disse que se fazia hii muito mal e furtos e outras couosas desaguisadas de noyte e que o punhā a esses scollares”.

Apesar dos desmandos, dos *scandalos et dissensiones* provocados pelos estudantes, D. Dinis, como pai clemente, afirmava na *Magna Charta Privilegiorum* “que se deve ter especial compaixão daqueles que, por amor da ciência, tornando-se exilados a si próprios se despojam das riquezas e ficam pobres”.

A *Magna Charta Privilegiorum*, cujo 7.º centenário agora assinalamos, continua a ser um marco indelével na vida da Universidade de Coimbra, particularmente num momento em que novos desafios lhe são postos.

Maria Teresa Nobre Veloso

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mtnveloso@fl.uc.pt

Prémio Calouste Gulbenkian – História da Presença de Portugal no Mundo, atribuído a investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura

No dia 2 de Julho de 2008, na Sede da Academia Portuguesa da História, em sessão dirigida pela sua Presidente, Prof. Doutora Manuela Mendonça, realizou-se a cerimónia da entrega do prémio Calouste Gulbenkian – História da Presença de Portugal no Mundo, aos investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor João Marinho dos Santos, Prof. Doutor José Manuel Azevedo e Silva e ao colaborador do mesmo Centro, Mestre Mohammed Nadir, autores da obra *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba. Estudo e Crónica* (Coimbra; Viseu: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores, 2008). O livro, publicado em edição bilingue (português e árabe) foi apresentado publicamente pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, em 28 de Fevereiro de 2008, em cerimónia realizada no Centro Cultural Português, sob a égide da Embaixada Portuguesa em Rabat (Marrocos), presidida pelo Senhor embaixador João Rosa Lã.

Maria José Azevedo Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mazevedo_santos@yahoo.com

VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais

6 a 8 de Novembro de 2008

A Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e a Sociedad Española de Estudios Medievales realizam, quadrienalmente, Jornadas de Estudos Medievais com o intuito de promover o estreitamento de laços científicos e humanos entre os medievalistas ibéricos.

Tendo as últimas decorrido em Espanha, coube, dada a rotatividade do evento, a Portugal concretizar as VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, subordinadas ao tema “A Guerra e a Sociedade na Idade Média”, realizadas entre 6 e 8 de Novembro de 2008.

O tema geral destas Jornadas foi repartido, sob o desígnio de focalizar as particularidades respectivas, em quatro secções: *A Guerra em acto. Aljubarrota em debate; No rastro da guerra; Negociar e manter a paz e Memórias e celebrações*. Cada grupo de conferências livres foi precedido por conferências plenárias, nas quais se privilegiou a parceria de um orador português e um espanhol, tendo estas ascendido a um total de oito. Já no que remete para as primeiras, o número global aproximou-se das sete dezenas, tendo-se registado a presença de historiadores vindos de locais tão diversificados como o Brasil, a Espanha, o Reino Unido e, naturalmente, o país acolhedor das Jornadas, o que justifica, sobremaneira, a impossibilidade de referir individualmente cada comunicante e temática desenvolvida.

O elevado número de participantes veio confirmar a possibilidade (ou o ensejo) de aproximação à comunidade, potenciando a troca e o aprofundamento de conhecimentos e experiências, bem como a vivificação de um património da maior relevância e pertinência para os trabalhos em desenvolvimento no espaço destes três frutíferos dias.

De facto, a abertura das VI Jornadas Luso Espanholas teve lugar no recém inaugurado Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. As visitas ao Museu do CIBA e ao Campo Batalha de Aljubarrota conheceram franca adesão por parte dos participantes, os quais ultrapassaram, largamente, a centena.

A autarquia de Porto de Mós demonstrou, também e uma vez mais, saber valorizar e partilhar a riqueza histórica possuída, consubstanciada no castelo e em figuras da maior importância, nomeadamente D. Dinis e D. Nuno Álvares Pereira.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Património Mundial da UNESCO, acolheu o segundo dia dos trabalhos.

O Mosteiro da Batalha apresentou-se como o lugar ideal para encerrar os trabalhos das VI Jornadas Luso Espanholas de Estudos Medievais, dada a magnificência e o relevo histórico que lhe são inerentes.

Foram três dias de intensa comunhão científica, cultural e humana, possíveis devido ao apoio e patrocínio da Fundação Batalha de Aljubarrota, do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, do Mosteiro de Alcobaça, do Mosteiro da Batalha, da Região de Turismo de

Leiria-Fátima, da Câmara Municipal da Batalha, da Câmara Municipal de Alcobaça, da Câmara Municipal de Porto de Mós, da Área Metropolitana de Leiria, da Fundação Engenheiro António de Almeida, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Centro de Estudos de História Religiosa, do Centro de História da Sociedade e da Cultura, do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e da Livraria Minerva.

Sónia Nobre

Mestranda na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

soniamfnobre@gmail.com

Colóquio Internacional *António Vieira, Roma e l'universalismo delle monarchie portoghese e spagnola*
Roma, 28 e 29 de Novembro de 2008

Realizou-se em Roma, na Università degli Studi Roma Tre e no Istituto Portoghese di S. Antonio, nos dias 28 e 29 de Novembro de 2008, o colóquio Internacional *António Vieira, Roma e l'universalismo delle monarchie portoghese e spagnola*, promovido cientificamente pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Dipartimento di Studi Storici, Geografici e Antropologici della Università degli Studi Roma Tre e Red Columnaria.

O seu programa, articulado em quatro sessões, constou de 19 conferências proferidas por académicos e pesquisadores oriundos de universidades ou centros de investigação de Itália, Espanha, Portugal, França, Brasil, Estados Unidos e México. Foi concebido de modo a proporcionar uma análise contextualizada da obra e do percurso de António Vieira, privilegiando o tempo e a relação que o ínsgue jesuíta manteve com Roma, teve a feliz coincidência de ser apresentado na cidade ao tempo considerada o “teatro do mundo”, e que Vieira também elegeu como tal, muito beneficiando disso para a sua posterior projecção. Ali estabeleceu o celebrado jesuíta importantes

relações com membros da elite da Igreja e seculares que o aceitaram e promoveram, ali iniciou, para além da redacção da *Clavis Prophetarum*, a preparação da edição *princeps* dos seus Sermões, e, sobretudo, ali começou a forjar a memória que ele próprio quis legar da sua vida e pensamento, de algum modo forçando os vindouros a retratá-lo, na sua polimorfia e nos distintos contextos em que se movimentou, de acordo com o modelo que idealizou e projectou de si próprio naquele palco.

Ora, a estrutura programática foi precisamente concebida para captar e promover o debate acerca do cariz poliédrico de António Vieira, integrando-o no amplo conjunto de cenários/contextos em que ele deambulou. De facto, os olhares propiciados pelos conferencistas, e os debates havidos, partiram da perspectiva do contexto e não da projecção do autor/actor (Vieira) no seu tempo. A amplitude, riqueza e densidade das abordagens foi grande. O modelo pedagógico da instrução do príncipe e as normas de actuação do conselheiro político (Nelson Veríssimo), a ideologia e a representação da política numa época de fortíssima teologização da política e de politização da teologia (Francesca Cantù), o funcionamento e as linguagens dos impérios espanhol e português (José Ruiz Ibáñez e João Paulo Costa), a *praxis* política em conjunturas específicas (Jean Frederic Schaub e Leonor Freire Costa), os quadros da produção cultural e literária (Zulmira Santos), o profetismo e sua amplitude geográfica e social (Zoltán Biedermann), a construção e representações do índio (Tamar Herzog e Manfred Merluzzi), a actuação e imagens da Inquisição (Federico Palomo del Barrio e José Pedro Paiva), a vida das comunidades de judeus sefarditas de origem portuguesa fora de Portugal (Natalia Muchnik), a Companhia de Jesus e seu governo (Paolo Broggio), o espaço geográfico percorrido por Vieira (Rodrigo Bentes Monteiro), a vida cortesã e académica (Maria Pia Donato e Gaetano Sabatini), os problemas da comunicação durante a missão (Oscar Mazin Gomez e Zulmira Santos).

Tratou-se de uma proposta definível como uma biografia em contexto, com preciosos contributos para melhor entender não só António Vieira (seu percurso e obra), como o tempo e as distintas configurações políticas, económicas, sociais, culturais e geográficas em que se movimentou. Neste pluriarticulado olhar faltaram apenas duas dimensões que mereciam mais atenção. Por um lado, a dos códigos estéticos do barroco e o modo como

se expressaram tanto no espírito como na oratória do pregador e também como ele os influenciou; por outro lado, a espiritualidade religiosa e jesuítica. É que se Vieira foi um homem de corte com um projecto pessoal de poder, e um prodigioso e criativo literato, ele foi igualmente um cristão, um crente. Dimensão nem sempre recordada, como também sucedeu neste Colóquio.

Devem ainda realçar-se duas outras facetas desta conferência: a preocupação comparativa presente em inúmeras das intervenções e a emergência de novos problemas conceptuais e de novas abordagens no plano do conhecimento de Vieira. Quanto aos conceitos, destaquem-se as conferências de José Ruiz Ibáñez (conceitos de hegemonia e universalismo e a questão do Quinto império) e de Pedro Cardim (proposta de revalorizar o discurso historiográfico, frequentemente subalternizado pelo literário, para melhor entender a obra e a vida de Vieira). Já sobre as novidades quanto aos objectos analisados, destacaria as abordagens de Tamar Herzog, sobre a relação de Vieira com os problemas da definição de fronteiras na América, bem como as revelações de Leonor Freire Costa sobre a modernidade das propostas económicas de Vieira.

Pese embora a abrangência dos assuntos tratados no Colóquio e a gigantesca bibliografia já disponível sobre a vida e obra do jesuíta, continua a haver aspectos relacionados com a passagem de Vieira por Roma que justificam ser melhor conhecidos: o tempo da sua primeira estância na cidade, entre Janeiro e Junho de 1650 para negociar o casamento do príncipe D. Teodósio; o quadro das suas relações com os cardeais romanos e posicionamento face a algumas questões da vida da Igreja no tempo, nomeadamente a actuação da Congregação da *Propaganda Fide*; a evolução/mudança da configuração das redes de relação de Vieira no mundo cortesão; o modo como na sua expressão se deixou contaminar pelo uso da língua italiana.

Pode dizer-se, para concluir, que se tratou de um colóquio do mais elevado nível científico, que muito enriqueceu o património de conhecimento sobre uma das figuras mais relevantes do Portugal e do Mundo de Seiscentos. Os que nele participaram muito podem ter aprendido, como, aliás, sempre sucede quando se revisita António Vieira.

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
lejpaiva@fl.uc.pt

Prémio *A Arte de Ler* 2009

Pela sexta vez, no dia 11 de Março de 2009, o Arquivo da Universidade de Coimbra, no âmbito da XI Semana Cultural da Universidade de Coimbra, levou a efeito o concurso “A Arte de Ler”. Patrocinou, em exclusivo, a Delegação Distrital do INATEL de Coimbra e apoiaram a Reitoria da Universidade de Coimbra, o Centro de História da Sociedade e da Cultura e o Instituto de Paleografia e Diplomática. À semelhança dos anos anteriores, concorreram cerca de duas dezenas de estudantes vindos de várias universidades do País.

Em 25 de Maio, em cerimónia solene, presidida pela Vice-Reitora da Universidade de Coimbra, Prof. Doutora Cristina Robalo Cordeiro, foram entregues os seguintes prémios:

1º Lugar: Paulo Miguel Paixão dos Santos Silva

2º Lugar: Ana Rita Saraiva da Rocha

3º Lugar ex-aequo: Ana Isabel Coelho Pires da Silva e Ana Margarida Dias da Silva

Menção Honrosa: Marco Daniel Almeida Baião.

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

jazevedosilva@gmail.com

Encontros Culturais em S. Cristóvão de Lafões Mosteiro de São Cristóvão de Lafões 9 e 10 de Maio de 2009

Como fora anunciado, nos passados dias 8 e 9 de Maio de 2009, teve lugar a quinta edição dos *Encontros Culturais em S. Cristóvão de Lafões*, por amável deferência dos proprietários do referido mosteiro.

De novo se juntaram os esforços e as vontades de várias individualidades e instituições – de membros de várias universidades portuguesas, como a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra, o Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora ao Pólo Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa e ao Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu – para a prossecução do projecto em boa hora nascido e acarinhado.

Como vem sendo hábito, o *Encontro* deste ano teve a participação de membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, quer na Comissão Científica, quer na participação activa nas conferências.

Segundo o anúncio do ano transacto, no final do IV *Encontro*, em 10 de Maio de 2008, este ano os trabalhos decorreram subordinados ao tema *Música e Espiritualidade*.

Com uma assistência de mais de meia centena de pessoas, o início dos trabalhos coube ao Prof. Doutor Christopher Bochmann, da Universidade de Évora, que apresentou uma apelativa intervenção acerca do acto criativo em Música e da sua íntima relação com a espiritualidade, que ele integrou em cinco momentos, desde a motivação até ao distanciamento da obra produzida. Finalizou o seu discurso, oferecendo-nos a audição de um excerto de uma peça da sua autoria e ainda inédita.

Seguidamente, o Prof. Doutor P.^e José Ribeiro Gomes, da diocese de Viseu, dissertou sobre a escolha musical como antevisão do Admirável, através de uma abordagem semiótica aprofundada. Numa análise elaborada e com uma ampla dimensão histórica, procedeu a uma desconstrução da linguagem utilizada, a fim de demonstrar as hipóteses de reconstrução e abertura de novos caminhos.

A sessão seguinte, já na tarde do primeiro dia, abriu com a comunicação do Prof. Doutor Manuel Pedro Ferreira, que ilustrou, de modo completo e preciso, a forma como a música monódica era usada para ritmar o tempo cristão e como é que a função litúrgica moldava e hierarquizava o tempo musical ao longo dos períodos medieval e moderno. Apoiado em projecções visuais, aproveitou para valorizar alguns vestígios documentais do património arquivístico medieval da Sé de Viseu e chamar a atenção para os esforços a desenvolver em prol do conhecimento da vida musical e litúrgica nas instituições medievais portuguesas, mormente nas catedrais e colegiadas, instituições a pedirem urgentes estudos neste campo.

○ Ainda nesse dia, teve lugar a intervenção do Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Centro de História da Sociedade e da Cultura –, que se reportou à relação da vida comunitária com a música no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em especial ao longo dos séculos XVI e XVII. De um modo detalhado e profusamente documentado, destacou o papel fundamental que aquele mosteiro assumiu no contexto da reforma quinhentista das instituições culturais na cidade coimbrã. Salientou, igualmente, a brilhante escola de música polifónica vocal desenvolvida naquele cenóbio, onde se distinguiram compositores como D. Francisco de Santa Maria, D. Pedro de Cristo e D. Pedro da Esperança. Terminou o seu discurso com a audição do *Magnificat* de D. Pedro de Cristo.

Após aquela comunicação, foi a vez da Profª. Doutora Maria de Fátima Eusébio oferecer uma bem documentada e interessante leitura sobre o esplendor da talha dourada e policromada dos órgãos barrocos. Recorreu a vários exemplares do Centro e do Norte do País, cujas imagens foi projectando para gosto e proveito da assistência, para defender que a abordagem a estas estruturas de aparato não se pode circunscrever à sua vertente como instrumento musical ou aos seus aspectos formais, porquanto pressupõe a compreensão e o significado dos elementos decorativos e figurativos, bem como a interpretação do itinerário simbólico e hierárquico que encerram. Dentre as imagens projectadas, salientou-se a do órgão da capela da Universidade de Coimbra, belo exemplar da época em análise.

A jornada de trabalho concluiu-se na igreja de São Cristóvão, com um recital de canto pela Profª. Liliana Bizineche, acompanhada pela pianista Paula Grimaldi. Numa bela voz de meio-soprano, foram interpretados uma dezena de trechos, desde mantras e surat a obras de alguns compositores clássicos, nomeadamente Bach e Brediceanu.

Os trabalhos continuaram no dia seguinte, 9 de Maio, com duas brilhantes e estimulantes comunicações dos Drs. Joaquim Marçal e Carlos de Pontes Leça e um concerto pelo Coral Lopes Morago. O primeiro orador falou-nos de música para uma liturgia contemporânea, face às encruzilhadas e às perplexidades culturais que vivemos. Questionou a forma e o modo de conciliar a cultura actual com a fé cristã, deixando entrever os caminhos que a Igreja propõe.

Por sua vez, o último orador ofereceu-nos o panorama dos influxos dos diferentes ateísmos sobre as manifestações artísticas ao longo do século XX, a fim de salientar a sua repercussão menor na criação musical. Para explicar esse fenómeno, invocou duas razões: a primeira, de carácter histórico, relaciona-se com a profunda influência da fé cristã no devir da música ocidental; a segunda procede da própria natureza da música como a mais imaterial das artes.

Um brilhante concerto, oferecido pelo Coral Lopes Morago na igreja de São Cristóvão, marcou o culminar deste *Encontro*.

As comunicações acharam eco entre o público presente, algum já fidelizado à iniciativa, proporcionando um aceso debate, entre ele e os comunicantes, o que enriqueceu, deveras, os trabalhos do Encontro.

No final, era convicção de que a Música e a Espiritualidade constituem formas indissociáveis de uma das realizações supremas do espírito humano.

No decorrer dos trabalhos, houve ainda lugar à apresentação das *Actas do IV Encontro em S. Cristóvão de Lafões – Mulher: Espírito e Norma*, realizado no ano anterior, também ele com intervenções de membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Face ao espraiar da temática e às sugestões e propostas de reflexão e estudo lançadas pelas diversas comunicações, ficou patente a necessidade de aprofundamento de estudos, de abertura a novos caminhos de análise e reflexão sobre a criação e as realizações musicais e ainda acerca da sua ligação ao mundo sublime do intelecto.

No final dos trabalhos, e a exemplo do que já vem sendo hábito, foi anunciado o tema e a data de realização do *VI Encontro em S. Cristóvão de Lafões: Igreja e República*, que ocorrerá em 7 e 8 de Maio de 2010.

Maria Alegria Fernandes Marques

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

Presidente da Comissão Científica dos Encontros Culturais em S. Cristóvão de Lafões

mfm@fl.uc.pt

**Colóquio Luso-Brasileiro *Relações entre a Igreja e o Estado*
Coimbra, 21 de Maio de 2009**

Com organização da Academia Portuguesa da História, do Arquivo da Universidade de Coimbra, do Centro de História da Sociedade e da Cultura e do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra, realizou-se, no dia 21 de Maio de 2009, na Sala D. João III do referido Arquivo, o Colóquio Luso-Brasileiro “Relações entre a Igreja e o Estado”, com a participação dos seguintes professores e investigadores e respectivas comunicações (seguidas de vivo debate): Carlos Alberto Nogueira – *Pedro I: um rei entre a Igreja e a religiosidade*; Saul António Gomes – *O Papado e as Ordens Religiosas no Portugal Medieval. Breves Notas*; Margarida Garcez – *Elementos para a compreensão da vigilância do rei sobre o seu reino: o beneplácito régio*; João Marinho dos Santos – *Diplomas Papais – a luta pela posse das Canárias*; Maria Alegria Fernandes Marques – *A Bula Manifestis Probatum. Ecos, textos e contextos*; José Rivair – *Reminiscências medievais: religiosidade e poder no extremo sul do Brasil*; Maria Eurídice de Barros – *Relações de poder e relações culturais do clero português na Itália humanística: o exemplo do Cardeal D. Jaime*.

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jazevedosilva@gmail.com

Memória e História Local

Colóquio Internacional em Idanha-a-Nova, 19-21 Junho de 2009

No âmbito de uma louvável parceria organizativa entre o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, realizou-se, no Auditório do Centro Cultural Raiano daquela dinâmica vila da Beira Baixa, o Colóquio Internacional *Memória e História Local*, nos dias 19, 20 e 21 de Junho de 2009.

1 – Programa e objectivo do Colóquio

O programa científico, estruturado em oito sessões, constou de 8 conferências e de 10 comunicações, proferidas por 22 conferencistas e comunicantes: de Portugal (18), de Espanha (2), de Itália (1), de Marrocos (1). Em termos institucionais, a maioria dos conferencistas e comunicantes é oriunda de universidades: 7 da Universidade de Coimbra, 1 da do Porto, 1 da da Beira Interior, 1 da de Salamanca, 1 da de Cáceres e 1 da de Turim. Para além de um comunicante da Escola Superior de Portalegre, registe-se, com agrado, a participação de um grupo de investigadores da Beira Baixa, empenhados no estudo da realidade histórica da sua região. Assistiram ao Colóquio cerca de 20 alunos da Faculdade de Letras de Coimbra.

O objectivo central do Colóquio, visou o estudo da história, da memória e das identidades locais, nacionais e internacionais, em abordagens que, em muitos casos, possibilitaram interpretações comparativas. Aliás, o mote foi dado no expressivo texto de “Apresentação” do evento, da autoria do Coordenador Científico do Colóquio, Prof. Doutor João Marinho dos Santos.

2 – Conferências e Comunicações

Na manhã do dia 19, após a recepção dos participantes, o Coordenador Científico, Prof. Doutor João Marinho dos Santos, procedeu à abertura do Colóquio, com palavras de boas-vindas e o desejo de que os trabalhos decorressem de forma proveitosa para os presentes, para toda a região e para o público interessado em geral, através da publicação das respectivas *Actas*. Vejamos, em síntese, as ideias centrais das conferências e comunicações apresentadas em cada uma das oito sessões estruturantes do Colóquio.

Primeira sessão, presidida pelo Prof. Doutor João Marinho dos Santos. A conferência de abertura esteve a cargo do Prof. Doutor Valentín Cabero Diéguez, da Universidade de Salamanca. Com o sugestivo título “Entre fronteiras”, o conferencista dissertou sobre aquela que será, porventura, a mais antiga fronteira da Europa (Tratado de Alcanises – 1297), os diferentes modelos de fronteira (do Minho ao Guadiana), os povos mistos e promíscuos nas suas relações de contiguidade fronteiriça, a raia seca e a raia húmida, os planaltos, as planícies e os corredores fluviais (Minho, Douro, Tejo, Guadiana e alguns afluentes, os corredores viários de ontem e de hoje, o “palimpsesto” das paisagens (paisagens que se alteram, que se sucedem)

e a memória do lugar, de cada lugar, as mais-valias do território (o “capital” natural, económico, social e cultural).

Seguiu-se a conferência da Prof. Doutora Maria Margarida Sobral Neto, da Universidade de Coimbra, intitulada “Monografias e representações de identidades locais”. Começou por salientar a vitalidade da história local e regional portuguesa, «vertida em teses de mestrado, de doutoramento e em artigos de revistas científicas», bem como em colóquios ou mesmo elaborada fora dos contextos académicos. Sublinhou que, com diferentes perspectivas e formas de análise, este interesse pela história local e regional já tem, pelo menos, três séculos. Lembrou o apelo feito por D. João V às cidades, vilas e aldeias para a preservação e conservação do seu património, a criação da Academia Real da História e a publicação das *Memórias Económicas* e de outras *Notícias Setecentistas*, bem como a elaboração das *Memórias Paroquiais* de 1758. Classificou as monografias locais e regionais (pequenas pátrias) e a história nacional (Pátria), como fomentadoras do amor e do apego ao torrão natal. Procurou «demonstrar a importância da investigação em história local para o conhecimento da história nacional» e ainda «evidenciar a extrema importância que o conhecimento da História local pode ter na construção do futuro das aldeias, vilas e cidades, num tempo de reconstrução de identidades dinâmicas».

Segunda sessão, presidida pela Prof. Doutora Maria Margarida Sobral Neto. O Prof. Doutor José Pedro Paiva, da Universidade de Coimbra, apresentou a comunicação “Práticas e crenças mágico-supersticiosas na região de Idanha-a-Nova”. Relatou histórias vivas de práticas e crenças mágico-supersticiosas na diocese da Guarda, a partir de 1536, com particular incidência nas terras da Idanha-a-Nova. Referiu-se às narrativas das actividades nocturnas de bruxas e feiticeiras (vulgarmente designadas *sabats*), nas quais, usando unguentos, poções e outros artifícios, se metamorfoseavam em certos animais e voavam. Com base na documentação da Inquisição, abordou as actividades mágico-supersticiosas da Idanha, citando casos concretos de mulheres que sofreram as consequências punitivas da Inquisição. Concluiu, afirmando que estes casos se inserem no modelo de bruxas, feiticeiras, benzedeiras e mágicos do Sul da Europa, mas ressaltou que, apesar de tudo, Portugal foi uma área pouco afectada pela sua violenta repressão, não se podendo falar de «caça às bruxas».

“Mistérios da Semana Santa em Idanha” foi o tema da comunicação apresentada pelo Dr. António Catana, professor de História aposentado e conceituado etnógrafo da Beira Baixa. Começando por lembrar que o concelho de Idanha-a-Nova possui no seu território duas aldeias históricas, cinco castelos fundados pela Ordem do Templo, oito pelourinhos e nove Misericórdias, o Dr. Catana, apoiando-se na projecção de diapositivos, analisou diversas manifestações da cultura e da religiosidade popular das Idanhas, cuja representação viria a ser, em boa medida, presenciada ao vivo no “Serão Arraiano”, realizado no Fórum Cultural.

A Prof. Doutora Maria Antonieta Garcia, da Universidade da Beira Interior, abordou o tema “Judeus na Idanha no princípio do século XVII”. Explicitou que, na sequência do Concílio de Trento, se elaboraram as *Constituições Sinodais do Bispado da Guarda* (1621). No que respeita ao judaísmo, às heresias e heterodoxias, as referidas *Constituições* mandavam «plantar, ensinar boa, e sãa doutrina, desterrar as heresias, erros, superstições e abusos» e ainda que «todos creão e confessem a Fé Católica e denunciem dos que sentem mal dela». Aludiu depois a um *Caderno de Culpas do Bispado da Guarda, e seu Distrito e das Visitações* (1607-1625), o qual revela que, no século XVII, no concelho de Idanha-a-Nova e na região raiana, pessoas de vários estratos sociais, por “zelo de fé” e descargo de consciência denunciaram situações de heresias e de heterodoxias que permitem conhecer inúmeros aspectos concretos da vida e da religiosidade daquelas populações, em particular as relações com os cristãos-novos.

Terceira sessão, presidida pelo Prof. Doutor Pedro Paiva. A Prof. Doutora Blythe Alice Raviola, da Universidade de Turim, proferiu a conferência intitulada “Los estados pequeños de Itália entre historia local, micro-historia e historia regional: ejemplos e perspectivas de investigación”. A conferencista deu a conhecer os novos caminhos dos estudos historiográficos em Itália, nomeadamente nos domínios da história local e regional. Sublinhou que esses estudos utilizam metodologias comparativas e interdisciplinares, acrescentando que a base de qualquer estudo historiográfico, no panorama italiano actual, assenta numa «mescla entre historia local, micro-historia e historia regional». Ilustrou em concreto com dois casos: o do Estado de Saboya e a «galáxia gonzaghesca», isto é, os territórios dos Gonzaga, nas planícies do rio Pó.

A Prof. Doutora Inês Amorim, da Universidade do Porto, apresentou a conferência com o título “Da monografia como fonte histórica à construção monográfica – perspectivas metodológicas”. Tendo como ideia central a questão das metodologias na elaboração da história, chamou a atenção para a necessidade de uma reavaliação da história local e da sua legitimidade, questionou os contextos em que é elaborada a produção das monografias locais e apontou alguns caminhos a seguir, em ordem a um tratamento mais científico dos documentos e de outros elementos disponíveis, na elaboração de obras monográficas e na construção da história local e regional.

Quarta sessão, presidida pela Prof. Doutora Antonieta Garcia. “Os expostos no Concelho de Castelo Branco” foi o tema tratado pelo investigador Dr. António Lopes Pires Nunes. Depois de breve referência ao problema dos “enjeitados”, aludiu à instituição da “Roda dos Expostos” em várias cidades do País, por Pina Manique e a sua introdução em Castelo Branco, no ano de 1783. Abordou também o teor dos regulamentos para a administração dos expostos, datados de 1840 e 1880, bem como o *Regulamento para a Aprendizagem d'Ofícios dos Expostos do Distrito de Castelo Branco de 1884*. Do nosso ponto de vista, poderia e deveria ter comparado e distinguido a “Roda” de Pina Manique das “Rodas” conventuais. É que estas foram instaladas nos mosteiros femininos, ao lado do locutório, para por elas se fazerem, nomeadamente, as entradas das mercadorias compradas no exterior e as saídas da venda de bens produzidos nestas instituições, concretamente a célebre doçaria conventual. Acontece que, de vez em quando, a irmã rodeira encontrava aí um “exposto”.

O investigador e professor aposentado Dr. Florentino Vicente Beirão apresentou a comunicação, intitulada “As benditas almas na religiosidade popular no concelho de Castelo Branco”, referindo-se, de forma expressiva, ao mistério da morte nas grandes religiões do Mediterrâneo, à crença dos cristãos no “Além”, ao Purgatório na religiosidade popular, aos nichos das alminhas, à “Encomendações das Almas” e às Confrarias das Almas.

“As Idanhas, os Poderes e as Memórias” foi o tema tratado pelo professor aposentado, Mestre António Mateus Filipe. Tomando como principal fonte de informação as “Memórias Paroquiais”, chamou a atenção para o facto de estes “instrumentos de governação” do Marquês de Pombal possibilitarem

percepcionar “uma representação idiossincrática de costumes e de tradições” e de “permitirem reconstituir o quadro histórico, hidrográfico, orográfico e social” do país e, em concreto, desta região beirã, que vai do Tejo ao Côa. Em sua opinião, as “Memórias Paroquiais” reforçaram o processo do poder local.

O investigador Mestre Pedro Salvado, técnico superior da Divisão de Cultura do Fundão, apresentou comunicação sob o título “A Aegitanea rosto periférico de Memnosine – História e património, construções e circulações”. Tendo em fundo a projecção de uma excelente imagem fotográfica, simbolizadora da antiga grandiosidade de Idanha-a-Velha, procurou demonstrar que, «mais do que uma vida pujante, vitalidade demográfica e económica, Idanha-a-Velha foi um pólo emissor e materializador de distintos investimentos simbólicos, centralizando uma paisagem cultural muito peculiar». Lembrou, a concluir, que, hoje, «quase sem gentes, plena de recordações e de memórias sobrevive, tal como outrora, em letras e em mapas, em mitos e em lendas, numa excepcionalidade cultural que urge definitivamente assumir como a grande certeza do seu futuro enquanto comunidade viva e não como silenciosa ruína visitável».

Quinta sessão, presidida pela Prof. Doutora Blyte Alice Raviola. Pelas 9h 30m do dia 20, abriu a sessão o Mestre Mohammed Nadir, doutorando e bolseiro marroquino em Portugal, com a conferência intitulada “La campagne et le monde rural au Maroc et au Portugal. Une étude comparative”. Foi com uma sentida nota de emoção que aludi à simbologia das bandeiras colocadas no palco (entre as bandeiras da União Europeia e do município da Idanha estavam as dos países representados no Colóquio: Portugal, Itália, Espanha e Marrocos). Em seguida, fez uma explanação da realidade do mundo rural em Marrocos, mas não teve tempo de estabelecer a comparação com o mundo rural português, matéria que aparecerá no texto das *Actas do Colóquio*.

O Prof. Doutor Miguel Ángel Melon Jiménez, da Universidade de Cáceres, proferiu a conferência com o sugestivo título “À lua cheia e à margem da lei. Contrabando e contrabandistas na fronteira de Portugal”. Expressando-se em português, mostrou ter estudado profundamente as teias do contrabando e dos contrabandistas nesta vasta região raiana. Salientou ainda que o violento motim de Ceclavín, de 15 de Janeiro de 1755, foi um

ponto de viragem nas estratégias e nos expedientes utilizados nas actividades desse contrabando.

Sexta sessão, presidida pela Prof. Doutora Inês Amorim. A Mestre Maria Manuela Catana, técnica superior da Câmara Municipal de Idanha, apresentou a comunicação “Geopark Naturtejo: Um instrumento para a concretização de um desenvolvimento local sustentável”. Apoiada na projecção de imagens, mapas e esquemas elucidativos, começou por explicitar que o Geopark Naturtejo comprehende os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros e Nisa, o qual, em 2006, foi integrado na Rede Europeia e Global de Geoparques da UNESCO. Acrescentou que estes geoparques assentam em três pilares: a conservação do património natural, material e cultural; a educação das populações locais, «guardiãs de saberes, memórias e tradições que se transmitiram ao longo de séculos e que teimam em as manter vivas»; o turismo como forma de assegurar um desenvolvimento sustentável.

A Mestre Maria João Vieira, professora na Praia da Vitória (Açores), debruçou-se sobre a ilustre figura de “José Silvestre Ribeiro – Um idanhense para lá do seu tempo”, tema que desenvolveu na sua tese de mestrado. Este homem, de “têmpera beirã”, foi um liberal convicto, um patriota, um europeísta e um humanista. Lutou denodadamente pelos ideais da Carta Constitucional de 1826. Estudante de Direito, integrou o Batalhão Académico da Universidade de Coimbra (1826) e foi um dos “Bravos do Mindelo” (1832). Esteve também na Serra do Pilar e acompanhou D. Pedro na sua entrada triunfal em Lisboa (1833). Os seus ideais políticos acarretaram-lhe cerca de quatro anos de exílio. Com o triunfo do liberalismo, exerceu elevados cargos administrativos e políticos, nomeadamente os de Ministro da Justiça e Par do Reino.

“Educação e História Local – Uma experiência em Penamacor no final dos anos 40” foi a comunicação apresentada pelo Mestre Hélder Henriques, da Escola Superior de Educação de Portalegre. Procurou demonstrar, ilustrando com o caso concreto de Penamacor, que as bibliotecas e museus escolares são plataformas do conhecimento histórico local. Explicitou que as suas fontes de informação assentaram em arquivos institucionais e pessoais, bem como na imprensa regional e local.

As “Fontes da Beira Baixa: Sexualidade escondida” é o sugestivo título da comunicação apresentada pelo investigador Doutor António Romeiro de Carvalho. Tomando como ideia central a simbologia da água, discorreu sobre o significado das fontes, das nascentes, dos poços, da água das chuvas, das fontes dos santuários, como a da Senhora do Almurtão. Associou ainda as fontes ao amor, ao São João casamenteiro, às moiras encantadas bebendo e lavando-se nas águas das fontes. Defendeu que as grandes fontes da Beira Baixa são «local de realização de hierofanía – o casamento entre o céu e a terra, entre o sémen e a água».

Sétima sessão, presidida pelo Mestre Hélder Henriques. O Dr. José Teodoro Prata, da Escola Básica Integrada de Castelo Branco, apresentou a comunicação intitulada “A Guerra dos Sete Anos e a reconstrução da Casa da Câmara de S. Vicente da Beira”. Nos finais de 1762, o exército franco-espanhol atacou e incendiou parcialmente a vila de S. Vicente da Beira, tendo a Casa da Câmara ficado destruída. A sua reconstrução foi feita com o dinheiro de uma “finta” lançada sobre os moradores do concelho e com a contribuição de 300.000 réis concedidos pelo poder central. Concluídas as obras, em 1767, a nova Casa da Câmara ficou a dispor de sala de vereações, de sala de tribunal, de cadeia, de casa do carcereiro e de estrebaria.

O Doutor Joaquim Candeias da Silva, investigador e professor aposentado, abordou o tema “200 Anos da Guerra Peninsular: Que memórias em Idanha-a-Nova?”. Procurou demonstrar os efeitos sofridos, em meios humanos e materiais, pelas gentes de Idanha-a-Nova, com as invasões francesas, particularmente com a primeira, a qual entrou por Segura, seguindo uma coluna por Zebreira, Idanha-a-Nova, Ladoeiro, Escalos de Baixo, Castelo Branco e outra por Segura, Rosmaninhal e Idanha, continuando ambas as colunas para Abrantes, em direcção a Lisboa.

Encerrou esta sessão a Dr^a Maria Adelaide Neto Salvado, investigadora e professora aposentada de Geografia, com a comunicação intitulada “Os sobreiros e as novas espécies arbóreas na raia das Idanhas no século XIX – Economia, impacto ambiental e cultura popular”. Tomando como fontes de informação as escrituras de arrendamento de exploração da cortiça no concelho de Idanha-a-Nova, captou e explicitou o impacto desta actividade no ambiente, na economia e na cultura popular.

Oitava sessão, presidida pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho. “Trigo, turismo, Idanha: breve viagem pelos labirintos do interior e as fronteiras do seu desenvolvimento” foi o tema da conferência proferida pelo Prof. Dr. Rui Jacinto, da Universidade de Coimbra. Começou por convidar os presentes para uma viagem imaginária pelos labirintos do interior beirão e evocou as belas descrições de Fernando Martins e Fernando Namora sobre a paisagem das Idanhas. Apresentou o estudo da evolução demográfica deste espaço, ascendente até aos anos 60 e descendente a partir daí. Referiu-se à actual estrutura produtiva (o papel do trigo, da cortiça e do turismo) e ensaiou uma visão prospectiva para a região.

Encerrou o programa do Colóquio o seu Coordenador Científico, Prof. Doutor João Marinho dos Santos, com a conferência “O factor cultural no desenvolvimento e a finalidade cultural do desenvolvimento. Especificidades da Beira Interior”. A ideia central desta conferência está contida na excelente síntese exposta no texto de “Apresentação” do Programa do Colóquio. Claro que, ao proferir a conferência, o autor desenvolveu as ideias teóricas expressas no referido texto e fez a sua aplicação prática ao espaço da Beira Interior, referindo-se, nomeadamente, à diversidade e à riqueza dos patrimónios e das culturas material e imaterial, ao papel da agricultura, da pecuária/pastorícia, da silvicultura, do artesanato, da etnografia, destacando, com convicção e veemência, a importância da criação de eco-museus e de etno-museus no processo de desenvolvimento integrado desta região. Na sua opinião, a revalorização da componente imaterial pode ser a chave do novo paradigma a emergir da actual crise mundial.

Numa síntese global, diremos que, como normalmente acontece em eventos desta natureza, houve muitas comunicações de elevada qualidade e uma ou outra de menos qualidade. Todavia, não temos dúvidas em afirmar que, em termos gerais, assistimos a um Colóquio de alto nível. Os Presidentes da Mesa de cada Sessão fizeram sempre pertinentes apreciações científicas, após cada comunicação. De sublinhar que, no decurso do debate, após a comunicação do Dr. António Catana, um elemento da assistência sugeriu a proposta a apresentar à UNESCO a candidatura do concelho de Idanha-a-Nova a Património Imaterial da Humanidade, ideia que o Presidente da Câmara, Eng. Álvaro Rocha, acolheu com entusiasmo.

3 – Apresentação de livro

A concluir os trabalhos do primeiro dia do Colóquio, teve lugar a cerimónia da apresentação do livro do Prof. Doutor João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias Paroquiais de Castelo Branco*. A Mesa foi constituída pelo Eng. Álvaro Rocha, Presidente da Câmara Municipal da Idanha (que presidiu), pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Senhor Joaquim Morão, pelo Dr. Jorge Fragoso, da Palimage Editora, e pelo Autor. A apresentação esteve a cargo da Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho que, depois de se referir, de modo inexcedível na forma e no conteúdo, ao extenso e valioso *curriculum* académico do autor, enalteceu a inegável importância e qualidade científica da obra, seja no que respeita ao precioso conjunto documental publicado, seja quanto ao historicamente sólido e bem conseguido estudo introdutório.

4 – Actividades Culturais

Integradas no Programa do Colóquio, foram realizadas várias actividades de natureza social e cultural. No dia 19, teve lugar a inauguração de uma *Exposição de Arte Sacra*, formada por um conjunto de oito belos e valiosos quadros do século XVIII, da escola do italiano Pascoale Parente, pertencentes à igreja matriz da Idanha, restaurados a expensas da Câmara Municipal. Além das autoridades locais, esteve presente o bispo da diocese, D. António Dias. De salientar, ainda, o excelente *Catálogo da Exposição*. No mesmo dia, na Biblioteca Municipal, foi inaugurada a *Exposição de Monografias da Região Centro e da Estremadura Espanhola*, constituída por 161 títulos, como consta do magnífico catálogo. Ainda no dia 19, pelas 21h 30m, decorreu no Fórum Cultural um Serão Arraiano que encantou todos os presentes, com a representação das mais significativas tradições culturais da riquíssima etnografia da Beira Baixa em geral e da Idanha-a-Nova em particular.

No dia 21, realizou-se uma visita de estudo às aldeias de Penha Garcia e de Monsanto. Na primeira, orientada pela Mestre Manuela Catana, foi possível admirar o pelourinho, o Museu Paleozóico, a igreja matriz, o miradouro (antigo castelo), a barragem, um moinho de rodízio e, especialmente, a rota dos fósseis, com exemplares raros de *cruzianas* fossilizadas (trilobites), animais marinhos da Era Paleozóica.

A Dr.^a Maria Adelaide Neto Salvado, conduziu uma visita à aldeia de Monsanto..

O Colóquio teve significativo eco na imprensa local, representada pelos periódicos *Reconquista*, *Povo da Beira*, *Gazeta do Interior*, *Jornal do Fundão*, bem como no programa televisivo “Portugal em Directo”, da RTP1.

A terminar, cumpre-nos agradecer à Câmara Municipal da Idanha-a-Nova, na pessoa do seu Presidente, Eng. Álvaro Rocha, bem como ao seu incansável assessor cultural, Dr. António Catana, a sólida e eficaz parceria estabelecida com o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que possibilitou o êxito da organização e realização deste Colóquio.

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jazevedosilva@gmail.com

Dos 8 prémios atribuídos pela Academia Portuguesa da História, em 2009, 4 couberam a Professores do Departamento de História da Faculdade de Letras de Coimbra

No dia 8 de Julho de 2009, pelas 15 horas, na Sede da Academia Portuguesa da História, com a presença e presidência do Ministro da Cultura, Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro, da Prof. Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia, e do Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente Honorário da mesma instituição, realizou-se a cerimónia da entrega dos prémios em epígrafe. Dos quatro prémios atribuídos a Professores do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por deliberação do Júri, constituído por membros da Academia, três foram entregues a investigadores integrados do Centro de História da Sociedade e da Cultura:

A Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho foi galardoada com o Prémio da Fundação Eng. António de Almeida, designado Prémio Joaquim

Veríssimo Serrão, outorgado à obra *O Foral de D. Manuel I a Santarém* (Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2008), com prefácio de Francisco Moita Flores. A obra consta do belo e valioso fac-símile, da transcrição, do glossário e do estudo do referido foral.

A Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos foi distinguida com o Prémio Prof. Doutor Laranjo Coelho, no domínio da História Cultural e das Mentalidades, atribuído à obra *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008), com nota de abertura da Prof. Doutora Manuela Mendonça e prefácio do Prof. Doutor José Marques. O livro tem a coordenação científica de Maria José Azevedo Santos, a transcrição de António Peixinhos Caia, a edição e fixação do texto de Maria José Azevedo Santos e Isaías Hipólito e os índices de Isaías Hipólito.

A Prof. Doutora Maria Alegria Fernandes Marques foi obsequiada com o Prémio Prof. Doutor Pedro Cunha Serra, no âmbito de Estudos de Onomástica e Antropónímia, conferido à obra *A corte dos reis de Portugal, Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II* (Gijón: Ediciones Trea, 2009), a qual realizou em co-autoria com o Dr. João Mário Soalheiro da Costa, com prefácio do Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno.

Foi ainda atribuído o Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian – História de Portugal no Mundo, ao Prof. Doutor Pedro Dias, do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela sua obra *Arte de Portugal no Mundo*, 15 vols., (Lisboa: Público Comunicação Social, SA, 2008).

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
jazevedosilva@gmail.com

**Seminário do Segundo Ciclo em História Moderna:
Poderes, Ideias e Instituições
Coimbra, 5 de Junho de 2009**

Numa iniciativa do 2º Ciclo em *História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições* e do Centro de História da Sociedade e da Cultura, e no contexto da deslocação a Coimbra dos professores Francisco Bethencourt e Jacqueline Hermann para participarem numas provas académicas, realizou-se um seminário aberto a toda a comunidade académica mas particularmente destinada aos alunos do referido curso.

O seminário desenvolveu-se em torno da apresentação e debate das comunicações de Francisco Bethencourt, que versou o tema “A personificação dos continentes, séculos XVI-XIX” e de Jacqueline Hermann, que abordou a problemática “O sebastianismo português durante as invasões francesas. Mito e história em combate”.

Francisco Bethencourt desempenha, actualmente o distinto cargo de Charles Boxer Professor of History no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College, em Londres, tendo desenvolvido investigações e publicado vários trabalhos nas seguintes áreas: história do racismo no mundo atlântico, história do mundo lusófono, história comparada da expansão europeia e história da Inquisição em Portugal, Espanha, Itália e colónias ibéricas.

Nesta conferência, abordou as questões teóricas e metodológicas referentes ao aproveitamento das fontes iconográficas, nomeadamente das que foram produzidas ao longo da Época Moderna com objectivo de construírem a representação diferenciadora e hierarquizante dos continentes. Esta abordagem insere-se na problemática do estudo do racismo, tema de investigação deste conceituado historiador português, sobre a qual prepara um livro a editar brevemente.

No mesmo campo da História da Cultura e das Ideias inseriu-se a comunicação de Jacqueline Hermann, subordinada ao tema: “O sebastianismo português durante as invasões francesas. Mito e história em combate”.

A Professora da Universidade Federal Fluminense tem desenvolvido pesquisas e publicado trabalhos em várias áreas – cultura política e

religiosidades luso-brasileiras, União Ibérica (1580-1640), questões de género – constituindo um dos principais temas da sua especialidades os messianismos e sebastianismos luso-brasileiros. Este último tema, um clássico da historiografia portuguesa, foi revisitado pelo olhar atento desta historiadora brasileira que desfibriou as suas componentes de mito e de história, emergentes no contexto dramático das invasões francesas.

Este seminário abriu, assim, novos horizontes aos alunos de pós-graduação que se iniciam agora nos trilhos da investigação na área da História Moderna.

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mneto@fl.uc.pt

Seminário de História Religiosa – Época Moderna
Ano de 2009 – *A Inquisição*

Entre Março e Novembro de 2009 decorreu nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, o *Seminário de História Religiosa – Época Moderna*. Trata-se de uma organização científica de âmbito internacional, co-organizada pelo Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR), Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC) e o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (CHC), mediante protocolo assinado pelos referidos Centros, em Fevereiro de 2008, que visa potenciar saberes e recursos, através da criação de uma rede articulada entre as três instituições financiadas pela FCT. A sua coordenação e direcção científica é assegurada pelo Prof. Doutor David Sampaio Barbosa (CEHR), Prof. Doutor António Camões Gouveia (CHC) e Prof. Doutor José Pedro Paiva (CHSC).

O *Seminário* contou com a colaboração de vários investigadores dos Centros referidos e de alunos de 2º e 3º ciclos de várias universidades, mas é aberto a qualquer interessado, não sendo necessária nenhuma inscrição

prévia para o efeito. Realiza-se anualmente, todas as terceiras terça-feiras de cada mês, de Março a Novembro (excluindo Agosto), entre as 17h e as 19h30m. O seu principal objectivo é proporcionar um espaço de actualização científica, através da apresentação de novos estudos, reflexão crítica e debate no campo da História Religiosa e da Igreja na Época Moderna, visando estimular a investigação que se realiza nesta área de saber e criar condições para o seu aprofundamento e aperfeiçoamento.

Em todas as sessões há uma exposição inicial a cargo da Direcção Científica, com a duração de cerca de 20 minutos, sobre a relevância historiográfica do tópico, estado da questão, problemas por resolver e aspectos de metodologia da investigação na área em análise. Segue-se uma intervenção de fundo proferida por um conferenciista convidado. Depois, e antes de um amplo espaço destinado ao debate e discussão crítica das propostas apresentadas, há um tempo dedicado à apresentação de estudos (recentes ou “clássicos”) relativos ao tema da sessão.

Os textos produzidos e outros dados de interesse podem consultar-se em página web específica do Seminário, no seguinte endereço: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplminisite.asp?sspageID=4569&lang=1>

O Seminário, durante o ano de 2009, contou com uma participação média de 22 pessoas por sessão.

O ciclo de 2009 foi dedicado à *Inquisição* e teve o seguinte programa:

Sessão nº 1, 17 de Março:

Abertura: Apresentação do tema do seminário anual – *Reflexão sobre historiografia e metodologia do estudo da Inquisição portuguesa*.

- *A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar* – por Giuseppe Marcocci (Scuola Normale Superiore – Pisa, Itália).

Sessão nº 2, 21 de Abril:

- *Inventários de bens de mercadores portugueses detidos pelo Santo Ofício no século XVII: possibilidades e perspectivas* – por Isabel Drumond Braga (Universidade de Lisboa).

Sessão nº 3, 19 de Maio:

- *Inquisição e poder: as relações da Inquisição com a Coroa (1580-1640)* – Ana Isabel Lopez Salazar Codes (Universidade de Castilla La Mancha, Ciudad Real-Espanha, bolsa de pós-doutoramento da FCT no CIDEHUS).

Sessão nº 4, 16 de Junho:

- *Visionários, profetas e aparições na Inquisição portuguesa* – António Vitor Ribeiro (Doutorando na Universidade de Coimbra).

Sessão nº 5, 21 de Julho:

- *Religiosidade negra e Inquisição* – Daniela Buono Calainho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil).

Sessão nº 6, 15 de Setembro:

- *As conturbadas relações entre o arcebispo de Goa, D. Inácio de Santa Teresa, e o Tribunal do Santo Ofício* – Ana Ruas Alves (Doutoranda na Universidade de Coimbra)

Sessão nº 7, 20 de Outubro:

Molinosismo e Inquisição – Pedro Vilas Boas Tavares (Universidade do Porto)

Sessão nº 8, 17 de Novembro

Sessão magna de encerramento: *As Inquisições Modernas. O Santo Ofício português em confronto* – Francisco Bethencourt (Charles Boxer Professor, King's College, Londres-Inglaterra).

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
lejpaiva@fl.uc.pt

ISSN 1645225-9



9 771645 225004

Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser originais e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, espanhol, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato rtf, dirigido ao coordenador da Revista, no qual, na primeira página devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone. Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria.

As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de roda-pé no final de cada página:

Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 13 (1994) 71-93.

Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras.edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscritos:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da Revista ou o coordenador do respectivo número.

Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50.000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in rtf format to the coordinator of the Journal, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights.

Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 13 (1994) 71-93.

Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras.edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted.

Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the Journal. For further information, please contact the Director of the Journal or the coordinator of each volume.

Índice

Editorial	7
Artigos	
Maria de Lurdes Rosa	9
<i>Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)</i>	
Saul António Gomes	43
<i>Doces obrigações. O exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal – Séculos XVI a XVIII</i>	
António Vitor Sanches Ferreira Ribeiro	87
<i>O complexo totalizante simbólico: religião popular, xamanismo e psicanálise nos arquivos da Inquisição portuguesa</i>	
Giuseppe Marcocci	119
<i>O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de inquisição pastoral?</i>	
Ana Isabel López-Salazar Codes	147
<i>O Santo Ofício no tempo dos Filipes: transformações institucionais e relações de poder</i>	
Maria Helena Cunha de Freitas Queirós	163
<i>D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.): um jacobeu “confessa-se”. A desconhecida Vida de huma illustre virgem, do bispo de Olinda – Pernambuco (1738-1754)</i>	
Jaime Ricardo Gouveia	179
<i>Quod non est in actis, non est in mundo: mecanismos de disciplina interna e externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra</i>	
Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz e Magnus Roberto de Mello Pereira	205
<i>Ciência, identidade e quotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial</i>	
Maria Rita Lino Garnel	229
<i>Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)</i>	
Recensões	253
Notícias	297



Palimage
Imagem Palavera